

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RGS - UNIJUÍ

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

CÉLIO VALDEMAR CADONÁ

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – MPA

O NOVO NASCE DAS ESTRADAS

Orientador: Dr. WALTER FRANTZ

IJUÍ (RS), 2004

CÉLIO VALDEMAR CADONÁ

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – MPA

O NOVO NASCE DAS ESTRADAS

Dissertação elaborada ao Curso de Mestrado em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Walter Frantz

Ijuí, 2004

(Folha assinaturas - banca)

(Ficha catalográfica)



Pequeno Gigante

*Pequeno em Movimento
Gigante na Produção
Unidos na Agricultura
Para alimentar esta nação*

*Não tenho vergonha de dizer
Que sou um pequeno agricultor
Os grandes precisam saber
Que o pequeno também tem valor
E a gente tem que aprender
A encarar de frente o "doutor"
Olhar firme em seus olhos e dizer
Me orgulho em ser colono sim senhor*

*Com luta e organização
Abrimos caminhos para seguir
Ao doutor aprendendo a dizer não
E da terra não vamos sair
Agora é essa a condição
Lutar contra o sistema e resistir
Vergonha é importar milho e feijão
Se no Brasil nós podemos produzir*

*Levante a cabeça meu parceiro
Não deixe o granfino te pisar
Exija o respeito, companheiro
Daqueles que vem para te enganar
O agricultor é um brasileiro
Que esta Pátria sempre soube honrar
Trabalha e produz o ano inteiro
E o que lhe sobra
é conta para pagar*

*E hora de seguir adiante
E pôr os nossos pés na estrada
Unidos somos um gigantes
Sozinhos nós somos nada
Trabalho não é o bastante
Depois temos outra jornada
A luta é quase incessante
E é longa a nossa caminhada.*

*O MPA tem a vida na terra como motivo de sua existência.
A esta razão estão associadas outras condições:
Trabalho, Produção, Resistência.*

MPA: Organizar – Produzir - Alimentar

Estudo dedicado às Famílias e Lideranças Camponesas do MPA.

AGRADECIMENTOS

À minha terra natal, vila Osvaldo Cruz (FW), porta de entrada dos imigrantes do Alto Uruguai.

Agradeço a todos meus familiares. Faço memória de minha Mãe, mulher corajosa e de fibra, e meu irmão Sérgio.

Minha gratidão e carinho a Cláudia, minha companheira solidária de vida.

Às diversas comunidades e instituições educacionais que me oportunizaram servir e aprender como melhor servir.

Aos companheiros e companheiras do MPA: famílias, líderes, coordenadores e assessores do Movimento. De modo particular, aos grupos de pequenos agricultores que integraram a pesquisa de campo e aos coordenadores que contribuíram com entrevistas e sugestões.

No âmbito acadêmico agradeço:

- à UNIJUÍ, ao corpo docente do Mestrado em Educação nas Ciências, aos coordenadores do Curso do Mestrado, Dr. José Pedro Boufleuer e Dr^a Anna Rosa Fontella Santiago;
- Aos membros da banca de Qualificação do Projeto (30/08/2003): Dr. Amir Limana, Dr^a Jussara Mantelli e Dr. Walter Frantz;
- Aos membros da Banca da Qualificação da Dissertação (15/06/2004): Dr. Walter Frantz, Ms Dinarte Belato e Dr^a Ruth Fricke;
- Aos membros da Banca Examinadora da Dissertação (06/08/2004): Dr. Walter Frantz, Dr^a Ruth M. Fricke e Dr^a Marlene Ribeiro;
- Aos companheiros e companheiras com os quais compartilhamos a trajetória acadêmica do curso, especialmente àqueles e àquelas com os quais mantive afinidade política e ideológica, partilhando sonhos, projetos e idéias e que estão na luta popular.
- Ao orientador e amigo, Prof. Walter Frantz, um animador paciente e solidário diante de nossa investida neste campo da pesquisa.

Minha solidariedade e gratidão a todos e a todas!

LISTA DE SIGLAS

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
ALN - Aliança Libertadora Nacional
ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
BM - Banco Mundial
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CREHNOR - Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandí Ltda
CUT - Central Única dos Trabalhadores
CUT-Rural - Central Única dos Trabalhadores, Departamento Rural
DCS - Departamento de Ciências Sociais
E J A - Educação de Jovens e Adultos
EMATER - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAG - Frente Agrária Gaúcha
FARSUL - Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FAO - Organização Mundial para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FMI - Fundo Monetário Internacional
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
FETRAF-Sul - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FIDENE - Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul
FUNDEP - Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa da região Celeiro, Braga/RS
FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
JN - Jornal Nacional
Ha - Unidade de medida - hectare
I B G E - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
L D B - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

LDN - Lei de Diretrizes Nacionais
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MAB - Movimento dos Atingidos pelas Barragens
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB - Movimento de Educação de Base
M E C - Ministério de Educação e Cultura
M O V A - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
M S T - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NMS - Novos Movimentos Sociais
O P - Orçamento Participativo
P C - Pesquisa de Campo
PCs - Partidos Comunistas
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PJR - Pastoral da Juventude Rural
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAFINHO - Pronaf investimento – Linha C
P T - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SER - Serviço de Assistência Rural
SOR - Serviço de Orientação Rural, Pernambuco
UDR - União Democrática Ruralista
UNESCO - Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (United Nations Educational Scientific and Cultural Organization)
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul
VC - Via Campesina

LISTA DE TABELAS

Tabela 001	Municípios de abrangência da pesquisa	109
Tabela 002	Tamanho médio das propriedades dos membros MPA	109
Tabela 003	Exercício de outra função pelo líder	110
Tabela 004	Importância do Sindicato para os pequenos agricultores	125
Tabela 005	Atividades conjuntas: MPA-Sindicato	126
Tabela 006	Formação dos grupos	133
Tabela 007	Forma de conhecimento do Movimento	134
Tabela 008	Diferença: grupos do MPA e não articulados pelo MPA	135
Tabela 009	Processo de escolha do líder de grupo	137
Tabela 010	Motivos para uso da Ata nos grupos	138
Tabela 011	Número de famílias integrantes dos grupos	139
Tabela 012	Funções específicas dos membros no Movimento	141
Tabela 013	Participação em lutas e mobilizações	143
Tabela 014	Importância da coordenação municipal MPA	145
Tabela 015	Ações educativas no Movimento	152
Tabela 016	Atividades exercidas na Comunidade	154
Tabela 017	Conquistas para as comunidades	155
Tabela 018	Tipo de apoio comunitário aos grupos do MPA	156
Tabela 019	Trabalho conjunto: MPA-Igrejas	163
Tabela 020	Aspectos positivos ao participar nos grupos	171
Tabela 021	Importância dos programas radiofônicos	172
Tabela 022	Dificuldades nos grupos MPA	174
Tabela 023	Contribuição da Emater na formação	201
Tabela 024	Finalidades da produção	215
Tabela 025	Produtos cultivados nas propriedades dos grupos MPA	216

RESUMO

CADONÁ, CV. **MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA) – O NOVO NASCE DAS ESTRADAS**. Ijuí: UNIJUÍ, 2004. 283 p.

Este estudo analisa o nascimento e a experiência de resistência dos grupos de pequenos agricultores da região Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai, Rio Grande do Sul, organizados e articulados pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). O estudo procura compreender, a partir de referenciais teórico-históricos, as raízes da formação dos camponeses no Brasil, desde a conquista colonizatória. Esta busca de compreensão caminhou através dos diversos momentos históricos, mostrando que, em todos os tempos, os camponeses tiveram grande capacidade revolucionária de luta e resistência diante da penetração do capitalismo no campo. Mas, mais do que resgatar as manifestações que foram se sucedendo, o estudo procura indicar que a evolução da classe camponesa, de uma crise a outra, foi delineando novas realidades e novas perspectivas. A capacidade de resistência e organização camponesa foi traçando novos rumos e passou a ser componente das novas situações e exigências à reprodução da agricultura camponesa, refletindo-se em seu modo de agir, de organizar-se e de representar a sua classe. O nascimento e o desenvolvimento do MPA, a partir de 1996, se transformará em resposta histórica dos camponeses ao capital, uma tarefa política de construir protagonismo e autonomia camponesa. O diálogo articulado entre elementos teóricos e empíricos possibilitou a compreensão do MPA como movimento social que deita suas raízes nas resistências e lutas históricas camponesas, colocando-se como mais uma ferramenta qualificada na reconstrução, no presente e no futuro, da agricultura camponesa. As experiências construídas cotidianamente estão a marcar novas fases, conquistar novos espaços de socialização política e de educação popular, revelando o caráter histórico e reconstrutivo da sociedade, a tensão entre o mundo da vida e os sistemas que oprimem a vida. Através deste novo ator social, já se percebe mudanças, forjadas pela base organizada em seus grupos, comunidades e demais instâncias de organização. A articulação, organização e luta coletiva do Movimento têm contribuído no processo de ruptura da alienação cotidiana, na construção da consciência e da identidade camponesa, acerca dos problemas, do trabalho, da organização, da cultura, na emergência de novos sujeitos sociais e de novas práticas sociais. Estas mudanças estão se ampliando e imprimindo uma nova dinâmica de luta e resistência no meio dos pequenos agricultores. Este novo saber social alavanca a construção de novos valores: a solidariedade, a cooperação, a organização e a produção, a partir do projeto da agricultura camponesa. As lutas estão a sinalizar novas formas de produção (orgânica e agro-ecológica), novas formas de organização (associativismo, cooperativismo), novas formas na geração de renda (agro-industrialização), novas formas de comercialização (diretamente ao mercado consumidor). O MPA, movimento social autônomo, de massa, constituído e dirigido pelos pequenos agricultores, diante das tarefas políticas e históricas, transforma-se em ponto de partida para novas reflexões sobre o presente e o futuro dos camponeses.

Palavras Chaves: Educação Popular – Movimentos Sociais – Pequenos Agricultores – Capitalismo no Campo – Agricultura Camponesa

Professor Orientador: Dr. Walter Frantz – DCS/UNIJUÍ

ABSTRACT

CADONÁ, CV. **THE SMALL FARMERS MOVEMENT – THE NEW IS BORN FROM THE ROADS.** IJUÍ: UNIJUÍ, 2004. 283 p.

This study analyzes the birth and the resistance experience of the groups of small farmers from the “Colonial Northwest” and “Medium Alto Uruguay” regions in Rio Grande do Sul organized and articulated by the small farmers movement (SFM – MPA). This study searches to understand, from the theoretical-historical references, the roots of the formation of the peasants in Brazil since the colonizational conquest. This search for understanding was based on the various historical movements, showing that, in all times, the peasant had great revolutionary capacity for fight and resistance in face of the capitalism penetration in the countryside. However, more than rescuing the manifestations that happened, the study searches to indicate that the evolution of the peasant class, from one crisis to another, delineated new realities and new perspectives. The peasant resistance and organizational capacity traced new routes and started becoming component of the new situations and demands to the reproduction of the peasant agriculture, reflecting in its way of acting, of organizing itself and of representing its class. The birth and development of the SFM (MPA), since 1996, will become a historical answer from the peasants to the capital, a political task of building protagonist and peasant autonomy. The articulated dialogue between theoretical and empirical elements made it possible to understand the SFM (MPA) as a social movement that lays down its roots on the resistances and historical peasant fights, placing itself as one more qualified tool in the reconstruction, in the present and in the future, of the peasant agriculture. The experiences built everyday are marking new phases, conquering new spaces of political socialization and popular education, revealing the historical and reconstructive character of the society, the tension between the world of life and the systems that oppress life. Based on this new social actor, changes are already being noticed, forged by the basis organized in its groups, communities and other instances of organization. The articulation, organization and collective fight of the movement have contributed to the process of rupture from the everyday alienation, to the construction of the awareness and peasant identity concerning the problems, the work, the organization, and the culture, on the emergence of new social subjects and new social practices. These changes are increasing and imprinting a new fight and resistance dynamics among the farmers. This new social knowledge raises the construction of new values, such as: solidarity, cooperation, organization and production from the agricultural peasant project. The fights are signaling new forms of production (organic and agro-ecological), new forms of organization (associations, cooperatives), new forms of generating income (agro-industrialization), and new forms of trading (straight to the consuming market). The SFM (MPA), an autonomous social mass movement, constituted and directed by the small farmers, in face of the historical and political tasks, transforms itself into a starting point for new reflections about the present and the future of peasants.

Key words: Popular education – Social movements – Small farmers – Capitalism in the countryside – Peasant agriculture.

Teacher Orientador: Dr. Walter Frantz – DCS/UNIJUÍ

SUMÁRIO

RESUMO	10
ABSTRATC	11
INTRODUÇÃO	13
1. A CONSTITUIÇÃO DE UMA CLASSE	22
1.1 - Na Base da Formação Camponesa, o Encontro de Povos	27
1.2 - A Base se Amplia com os Imigrantes	40
1.3 - Passando pela “Revolução Verde”	48
1.4 - Embate que se Re-atualiza: O Futuro dos Camponeses	62
2. DAS ESTRADAS NASCE O NOVO	80
2.1 - Camponeses: uma História de Lutas	81
2.2 - Fazendo a Roda Girar: O Novo e o Caminho da Pesquisa	102
2.3 - Das Resistências Nasce o Novo	111
2.4 - Ao Caminhar a Organização se Organiza	127
2.5 - Ao Caminhar os Espaços são Dilatados	150
3. MPA: TAREFAS NO PRESENTE E NO FUTURO	165
3.1 - Construir um Jeito próprio de Lutar	168
3.2 - Pensar a Educação Camponesa	183
3.3 - Voltar a ser Camponês	203
3.4 - Ir além: Reforma Agrária para Transformar a Sociedade	225
PERSPECTIVAS CONCLUSIVAS	241
REFERENCIAIS	263
INSTRUMENTOS DE CAMPO	270
- ANEXO 01: Formulários das Entrevistas	270
- ANEXO 02: Tabelas Complementares	272

INTRODUÇÃO

Este estudo iniciou no período de março de 2002 e seus resultados decorrem de investigação de caráter exploratório, teórico-prático, na qual é desenvolvido o projeto de pesquisa intitulado: “*Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) – O novo nasce das estradas*”, investigação pré-requisito para a conclusão do Curso de Mestrado em Educação nas Ciências, UNIJUÍ.

O título da dissertação indica a intenção de resgatar e solidarizar-se com a rica caminhada histórica de lutas e resistências dos pequenos agricultores. No título da dissertação estão implícitas algumas questões, tais como: com quem, por onde e em que condições desenvolveu-se e a que objetivos responde este saber social construído.

O estudo nasce da experiência com o envolvimento da problemática social camponesa. Já é do conhecimento de todos que a problemática camponesa é antiga, porém, objetivamos compreender as novas estratégias desenvolvidas pelo capital e atualizar, à luz dos movimentos sociais, as novas questões que nos são colocadas acerca da problemática agrária. Neste sentido, o estudo busca resgatar e atualizar a discussão acerca do papel e do futuro dos camponeses frente à penetração do capitalismo no campo, ou seja, a tarefa é caminhar pelos espaços históricos, num passado cheio de significações, trazendo ao presente a memória de lutas e resistências, reavivando o debate sobre a existência dos camponeses.

Em nossa abordagem, ao analisar o caso do MPA, partimos da situação concreta, da conjuntura e da organização dos pequenos agricultores, organizados em seu movimento social, apresentando os fatores do seu nascimento, seu desenvolvimento e suas contribuições, recolhendo as experiências deste novo ator social. Por ser um movimento social considerado ainda jovem (oito anos de existência apenas), “irmão do MST” (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), certamente, traz muitas interrogações. Por isso, a presente reflexão visa resgatar e compreender a emergência deste novo personagem social, o significado de suas lutas, qual a sua cara e por quais espaços transita.

Partimos do pressuposto de que o campesinato é classe concreta, presente e constitutiva da sociedade brasileira. Por isso, se faz importante determinar suas características, sua situação sócio-econômica, cultural, as opções que se vislumbram em sua existência, ou seja, para onde está indo, suas tendências e suas reações diante da penetração do capitalismo.

Em outras palavras, queremos entender como sobrevive e como morre o campesinato. O campesinato está realmente se reproduzindo? Quais as formas de resistências e quais as perspectivas de organização decorrentes destas lutas? Porém, a questão se amplia para além dos camponeses. As interrogações se colocam em relação ao destino da própria sociedade: o que o capitalismo fará com a humanidade sobrando? No contexto desta problemática, o campesinato organizado se propõe a tarefas políticas, a cumprir papéis. Quais seriam estes papéis e tarefas? Como os camponeses criam e recriam o mundo do trabalho, da cultura e da vida? Quais são seus espaços de resistência e em que consiste esta resistência? Por que os camponeses organizados pelo MPA julgam-se portadores das lutas seculares do campesinato e de seu caráter revolucionário? O Movimento saberá recolher os interesses dos pequenos agricultores e expressar estas manifestações através de bandeiras políticas? Avançará para além das questões econômicas, firmando-se como organização política,

alternativa para os pequenos agricultores? Quais são suas relações com os mediadores tradicionais? Qual a correlação de forças? Sócio-culturalmente, o Movimento conseguirá mudar a relação entre os pequenos agricultores, suas concepções práticas, sua consciência espontânea e contribuirá para que os mesmos sejam cidadãos? O saber social, os novos valores, as novas práticas, a nova cultura de base criarão consciência de classe, constituirão uma utopia, um projeto político diferenciado para a agricultura? Foram muitas questões que estiveram presentes na caminhada, ou seja, colocamos diante de nós o desafio em entender a classe camponesa, mediante perspectiva histórico-política-cultural, e compreender sua participação através das diferentes formações, buscando o significado deste novo movimento social e suas contribuições na construção de alternativas para a agricultura.

Diante desta ferramenta nascente, seguindo o rastilho dos tempos e dos desafios, os “instintos vitais” se avivaram, fazendo com que a história pessoal, da comunidade, das mediações e organizações populares se entrelaçassem com a novidade nascente, consumando a cumplicidade entre o contexto e o objeto a ser pesquisado. Seguindo este “rastilho”, abracei o objeto de estudo, deixando meus passos seguirem as hipóteses, indicativos para a investigação:

- Herdeiro das lutas e resistências históricas dos camponeses, do meio dos pequenos agricultores e das lutas por sobrevivência da agricultura camponesa, nasceu o MPA.
- Com o desenvolvimento de suas práticas sociais, seus espaços de socialização política, que são espaços de educação populares, se ampliaram e imprimiram uma nova dinâmica de luta e resistência no meio dos pequenos agricultores.
- As práticas sociais do movimento têm contribuído para a construção da consciência e da identidade camponesa acerca dos problemas, da economia, do trabalho, da organização, da cultura, enfim, da visão de mundo.

- Este novo saber social, instrumento de superação do modelo agrícola capitalista de exclusão, está alavancando a construção de novos rumos para os pequenos agricultores: da solidariedade e cooperação, da organização e produção, a partir da agricultura camponesa.

Tendo em vista as hipóteses, procuramos imprimir um “*fio condutor*” para o desenvolvimento do estudo: ir ao passado para entender as raízes da formação dos camponeses, caminhar com esta classe pelos caminhos de nossa história, resistir à fúria da penetração do capitalismo no campo com a modernização conservadora na agricultura, fúria que se prolonga até os dias de hoje com o imperialismo neoliberal. Porém, o mais importante não é o que os diversos colonialismos fizeram dos camponeses durante esta travessia, mas sim o que os camponeses fazem e farão com sua classe e com seu modo de produção. Ou seja, procuramos mostrar que o novo finca suas raízes no velho, que o MPA deita suas raízes nas resistências e lutas camponesas travadas nestes mais de 500 anos de colonização, colocando-se como uma ferramenta qualificada para a reconstrução da agricultura camponesa.

Procurando responder a tamanha complexidade, desenvolvemos um itinerário, três momentos ou capítulos interdependentes, que estiveram em constantes revisões, em que o diálogo com os teóricos, as confrontações com a realidade, passado e presente, estruturas e conjunturas foram indicando as veredas do construir e reconstruir de nossa dissertação.

Assim, no primeiro capítulo - “*A constituição de uma classe*” -, buscamos resgatar como a classe camponesa constituiu-se no Brasil, a partir da colonização portuguesa. A tarefa é das mais complexas, pois nos propomos a apresentar como base teórico-histórica o campesinato como uma classe social em organização, estabelecendo a construção da identidade desta classe a partir do povo brasileiro e articulando coerentemente a discussão teórica das esquerdas sobre este tema. Mas, mais do que resgatar as manifestações através da história, procuramos indicar que a evolução desta classe, entre crises, foi delineando novas realidades e novas perspectivas. Das novas situações, novas exigências foram sendo colocadas

à reprodução da classe, sendo refletidas em seu modo de agir, de organizar-se e de representar dos camponeses.

No segundo capítulo - *“Das estradas nasce o novo”* - pretendemos mostrar que o MPA, por ser herdeiro da vasta tradição de lutas camponesas, credencia-se e recupera o potencial revolucionário do campesinato. Ou seja, o Movimento, embebido na seiva das lutas históricas e contextualizado na conjuntura, é apresentado em seu nascimento, em sua dinâmica de espaçamento e desenvolvimento, a partir de novos paradigmas de organização e de intervenção na realidade. O Movimento emerge na fase de transição entre a primeira e a segunda modernização da agricultura. Esta transição se dá com a dureza do embate, devido ao grande poder conferido ao agro-negócio, e com os reflexos do novo pacto de classes, que dá sustentação à nova fase da modernização da agricultura. Neste embate, a tese de fundo é: haja o que houver, os camponeses não vão desaparecer, pois eles encontram seus modos de sobreviver.

Diante da insuficiência de subsídios e de dados mais abundantes, este capítulo nos remeteu à coleta de dados, mais propriamente à pesquisa de campo, ao estabelecimento de diálogo entre elementos teóricos e elementos empíricos. Este diálogo recolhe diversas vozes, que se articulam com os referenciais teóricos, possibilitando melhor compreensão sobre quem é, para que vem e como está se desenvolvendo este personagem social nos diversos espaços de socialização. Esta compreensão possibilitou analisar o MPA como um movimento social autônomo, de massa, constituído e dirigido pelos pequenos agricultores, além de nos afastar do risco de fazer deste estudo mais uma especulação vazia, pela falta de dados empíricos que lhe dão sustentação científica.

O terceiro e último capítulo - *“MPA – Tarefas no Presente e no Futuro”* - desenvolveu-se a partir dos três grandes eixos de lutas do Movimento (a pauta econômica, a social e a luta pela terra e reforma agrária). A partir dos desafios das lutas e levando em conta

a pesquisa de campo e o referencial teórico-histórico, procuramos indicar e aprofundar algumas perspectivas em relação ao presente e ao futuro do Movimento e dos camponeses. Ou seja, apontamos e refletimos tarefas políticas e históricas do MPA e da classe camponesa como um todo, desenvolvidas como desafios e compromissos a serem analisados e implementados através de ações coletivas. Portanto, é um momento em que recolhemos, dos diversos espaços de socialização e territorialização, as diversas contribuições relacionadas à afirmação da identidade camponesa, da educação do campo à reconstrução da agricultura a partir de compromisso com as lutas pela terra e em vista da realização da reforma agrária, que é, em poucas palavras, uma luta por uma nova sociedade com novos poderes.

Por fim, encerramos o trabalho em forma de considerações finais, apresentando algumas conclusões, com as quais esperamos estar dando nossa contribuição para a retomada e o debate deste tema tão pertinente. É a partir desta sistematização de alguns desafios, com base na pesquisa e nos referenciais teóricos, que indicamos algumas possibilidades para melhor entendermos o significado dos movimentos sociais, a educação do campo, as perspectivas que se abrem ao pesquisador e aprofundamento deste rico, oportuno, atual e desafiante tema que é o presente e o futuro da agricultura camponesa.

Em relação à metodologia, além desta breve introdução, reservamos espaço complementar, a partir do segundo capítulo, para tratarmos do caminho percorrido pela pesquisa de campo. Procuramos extrair, através da fala dos entrevistados e dos que responderam ao questionário (coordenadores, assessores e líderes de grupos), as manifestações e posicionamentos acerca do Movimento, respondendo a questões que são consideradas significativas para o desenvolvimento do tema deste estudo. O instrumental técnico para a coleta dos dados empíricos constituiu-se através de um formulário estruturado, que apresentava algumas questões fechadas e a maioria das questões abertas, tendo em vista caracterizar e conhecer a realidade de vida dos agentes e membros do MPA. Junto com estes

instrumentos, realizamos observações em grupos e conversas informais, participamos de manifestações, encontros de formação, reuniões de articulações e outras atividades voltadas à organização e ao desenvolvimento das lutas.

Acreditamos que “o novo nasce das estradas” e que toda caminhada tem uma história e se faz história. Isso significa que este estudo, antes de ser gestado, já tinha em potência os seus contornos; antes do texto, havia um contexto; por isso mesmo, o resultado deste “produzir” está impregnado do cheiro e do jeito dos homens e mulheres ocupadas com a subsistência oriunda da terra. Cheiro e jeito que deitam suas raízes na vida de filho de “agregado”, de camponês. As marcas da história (contexto) e os caminhos “*por onde a vida passa*” ajudam a entender nossas opções, nossas práticas, nosso escrever. Este resgate do contexto aviva inquietações e “*impulsos vitais*”, dinamizaram e comprometeram o existir.

Neste sentido, a teoria histórico-cultural¹ é fonte de luz e oportuna porque traz em seu bojo a concepção de que o homem se constitui como ser humano pelas relações que estabelece com os outros, ou seja, desde o nascimento somos socialmente dependentes dos outros e entramos em um processo histórico que, de um lado, nos oferece os dados sobre o mundo e visões sobre ele e, de outro lado, permite a construção de uma visão pessoal sobre este mesmo mundo. O ser humano, ao mesmo tempo em que internaliza as formas culturais, transforma-as e intervém em seu meio. O homem é alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em determinada cultura. Deste modo, o ser humano não é só um produto de seu contexto social, mas também um agente ativo na criação desse contexto.

Também Rego (1999, p.58), em relação a este constituir, afirma que todo desenvolvimento está intimamente relacionado ao contexto sociocultural em que a pessoa se insere e se processa de forma dinâmica e dialética através de rupturas e desequilíbrios

¹A teoria histórico-cultural tem como objetivo “caracterizar os aspectos tipicamente humanos do comportamento e elaborar hipóteses de como essas características se formam ao longo da história humana e de como se desenvolvem durante a vida de um indivíduo” (VYGOTSKY, 1984, p.21).

provocadores de contínuas reorganizações. O indivíduo internaliza as formas culturais, transforma-as e intervém em seu meio. Assim, há trocas recíprocas durante a vida, entre o indivíduo e o meio, cada aspecto influenciando no outro. Por isso, “...é na relação dialética com o mundo que o sujeito se constitui e se liberta” (REGO, 1999, p.94). Portanto, o sujeito produtor de conhecimento não é vasilha que absorve, contempla o real, nem é um portador de verdades de um plano ideal. Ele é sujeito ativo, que em sua relação com o mundo, reconstrói este mundo. O conhecimento envolve sempre um fazer, um atuar do homem, isto é, o indivíduo realiza atividade organizadora na sua interação com o mundo, renovando, recriando a cultura.

Com este parêntese “*vygotskyano*”, reafirmamos o peso das interações sociais, das trocas, dos “outros”, dos espaços onde a vida circulou e circula. Sem estes espaços, não seria possível pensar, optar e desenvolver a proposta de trabalho da dissertação. O produzir conhecimento, o escrever, o educar e ser educado implica, necessariamente, ações compartilhadas, processos permanentes de interação, que procurei desenvolver nos vários espaços e momentos vividos.

Acreditamos que o envolvimento e a afinidade com o Movimento pode ter acarretado limites na compreensão e na análise. Reconhecemos que o ato de aventurar-se em realizar uma pesquisa no campo político e social sempre traz reflexos sobre a investigação e a construção do conhecimento, pois este ato impõe a necessidade de se envolver para conhecer. Realizamos e construímos este processo, carregados de conflitos, angústias, paixões, frustrações, inquietações. Reconhecemos: não foi fácil distanciarmo-nos, despojarmo-nos das verdades, dos dogmas, de certas leituras e de certos discursos.

Entretanto, estas questões problematizadoras são partes da construção do “*ser pesquisador*”, da própria constituição da pessoa, da própria análise da proposta político-pedagógica do Movimento. Nisso reconhecemos que a metodologia esteve sempre a nos

advertir e a nos ajudar a caminhar perseguindo os objetivos. Embora a inquietação persista: como qualquer outro movimento social, também o MPA tem seus limites e, como tal, poderá cair nos mesmos perigos de outros movimentos que, embora bem intencionados, se desviaram de seus objetivos. Por outro lado, a proximidade e o estar mergulhado nas entranhas do Movimento, além de ser ato político e ético, trouxe algumas vantagens, pois nos permitiu acolher peculiaridades que olhos distantes poderiam nem perceber. Muitas teorias nascidas do puro esforço intelectual, de uma pretensa elaboração teórica objetiva e neutra, de pretensos conceitos nascidos de observações científicas, sem quaisquer laços de dependência com as condições sociais e históricas se manifestam como ideologias de justificação e legitimação da ordem reinante e injusta. Nisso concordamos com Chauí (1980, p.161), que afirma que o real não nos é dado como sensível ou intelectual, mas como *”um processo, um movimento temporal de constituição dos seres e suas significações (...)”*.

O estudo e os resultados desta dissertação, tal como o professor Lúcio Kreutz proferiu por ocasião da abertura oficial do Mestrado (1995, p.3), procuram estar inseridos dentro dos objetivos da Unijuí. Reconhecidamente, a instituição construiu a sua identidade comunitária no favorecimento da participação, na manifestação de expectativas sociais e políticas de setores comprometidos em canalizar propostas populares para o debate, recriando-as em vista do desenvolvimento de projetos coletivos. Foi pensando nestes objetivos que construímos este saber social, esperando disponibilizá-lo como mais um instrumento de educação nos espaços populares.

Por fim, saudamos o mestre Mario Osório Marques e seu ensinamento de que o ato de escrever é o “princípio da pesquisa” (2001, p.10). É um ato solidário, de cooperação, “provocado pela coceira dos encontros e presenças”. Tem um início, gosta de enredos, mas é sempre início. Basta dar o primeiro pontapé e somos projetados para novos patamares de pesquisa e de teorizações.

1. A CONSTITUIÇÃO DE UMA CLASSE

(...) a formação do campesinato começou com o imperialismo territorial, na integração entre as sociedades indígenas, os escravos negros, os imigrantes europeus. E este processo continua até hoje com o imperialismo neoliberal (MPA, 2003, p.8).

Através deste primeiro capítulo temos diante de nós o objetivo de formar uma base teórico-histórica para nosso estudo, compreendendo o campesinato em organização, estabelecendo a construção da identidade a partir do povo brasileiro e resgatando e articulando, coerentemente, a discussão teórica sobre este tema. A evolução desta classe, entre crises, foi delineando novas realidades e novas perspectivas. Das novas situações, novas exigências foram sendo colocadas à sua reprodução, sendo refletidas em seu modo de agir, de organizar-se e de representar os camponeses.

Nos dias de hoje, vivemos uma situação de reconhecimento do campesinato como força de transformação revolucionária, histórica e política em nossa sociedade. Isso nos conduz à retomada conceitual e da problemática, resgatando a discussão sobre a existência, o papel e o futuro da classe camponesa. Ao partirmos do pressuposto de que o campesinato é uma classe social, presente e constitutiva da sociedade brasileira, procuramos determinar suas características, sua situação sócio-econômica, cultural, as opções que se vislumbram em sua existência, ou seja, para onde está indo, quais são suas tendências e suas reações diante da penetração do capitalismo no campo. Em outras palavras, estas questões nos orientam na

busca de respostas aos objetivos colocados, isto é, entender a classe camponesa, mediante perspectiva histórico-política e compreender sua participação através dos diferentes períodos da sociedade brasileira.

O surgimento do campesinato se dá com a formação da humanidade. Antes das classes sociais, em seu sentido moderno, ele já produzia sua existência (MPA, 2003, p.9). Nos diversos tipos de sociedade, ele esteve presente, produzindo alimentos e integrando a população. Em cada momento histórico, e em determinada sociedade, foi desenvolvido um tipo de luta e de resistência, a partir de necessidades e interesses próprios. A sociedade foi evoluindo, transformando-se e, junto com ela, as formas de lutas e resistências foram se sucedendo. Os camponeses, em cada um destes momentos históricos, foram permanecendo vivos, transformando e transformando-se, reproduzindo seu modo de vida e de produção.

No Brasil, ao longo da história, diversos atores coabitaram a cena agrária e, em diversos momentos, protagonizaram conflitos, produziram saberes, demarcaram relações, deram significado às suas práticas, foram constituindo projetos novos que possibilitassem a sua existência. Nisso está o reconhecimento de que a história da agricultura no Brasil não foi construída apenas pelos grandes “*senhores das terras*”. A agricultura brasileira traz a marca, a presença e a resistência de outros sujeitos, abrigados no conceito de “*camponês*”, que não tem uma característica comum e natural, mas recolhe a peculiaridade de cada época histórica, revelando, em suas ações ou passividades, as relações sociais, políticas e culturais estabelecidas através das lutas pela criação e recriação de sua vida.

O conceito histórico e político de camponês é algo que nos desafia. É reconhecido que o seu significado é genérico, que representa diversidade de sujeitos². Para Martins (1983) estes diversos nomes e sujeitos, muitas vezes, aparecem com sentido

² Na literatura, dependendo da região, encontramos uma diversidade de denominações: caipira, curumba, tabaréu, sertanejo, capiau, lavrador, sitiante, seringueiro, colono, caboclo, roceiro, agregado, meeiro, parceiro, sem-terra, etc.

depreciativo, pejorativo, classificando os camponeses como sujeitos atrasados, preguiçosos, ingênuos, incapazes. Outras vezes, os camponeses são definidos como matutos, que desconfiam de tudo, ao estilo “*Mazaroppi*”. Entretanto, à medida que as lutas no campo foram se desenvolvendo e a situação dos camponeses foi entrando no debate político, estas significações foram sendo reavaliadas e até perdendo o seu significado. E com isso, o conceito de camponês e latifundiário passou a significar

(...) palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses (...) Estão enraizadas numa concepção de história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1983, 22-23)

O conceito camponês foi uma “*importação política*” (MARTINS, 1983, p.21) realizada por grupos de esquerda (PCs), com inspiração na Terceira Internacional e realidade russa, remontando às décadas de 1920-1930. Esta introdução objetivava imprimir o conceito político de classe à realidade agrária, uniformizando os diversos sujeitos sociais e estabelecendo uma compreensão de conflito e antagonismo, a partir da teoria marxista. Ao uniformizar o conceito, as esquerdas davam às lutas camponesas, tidas como “*arcaicas e messiânicas*”, um direcionamento político-ideológico, a partir da condução dos operários urbanos, sob orientação de vanguardas intelectuais e partidárias. Esta utilização uniformizada do conceito acabou retirando da cena política agentes sociais que se formaram ao longo do processo colonizatório e de ocupação fundiária, sujeitos presentes no cotidiano rural, marcados pela exclusão e com designações múltiplas e perfis variados.

Mas, para Martins (1983, p.25), a exclusão dos camponeses não é só política. Ela é, também, econômica, social, ideológica: “*(...) ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado*”. Os partidos, grupos políticos, militantes, viram os camponeses como excluídos,

alguém que chega de fora, mais tarde ao debate político. E isso, segundo Martins, vai determinar a forma de compreendê-los ou de tratá-los, vendo neles, ora incapazes de agir na história, ou como perigosos, ora precisando de consciência ou como aliados subsidiários das classes urbanas. Assim, a história oficial se encarregou de excluir os camponeses no passado e no presente, a ponto de suas lutas serem desconhecidas ou mesmo omitidas. *“Eles não se somam à concepção de história já elaborada e cristalizada na cabeça dos intelectuais”* (MARTINS, 1983, p.26).

Segundo Adelmo Genro Filho (1984) os camponeses são homens, mulheres, crianças, idosos, etc. que trabalham a terra com divisão familiar do trabalho, são explorados nos frutos de seu trabalho, utilizam várias estratégias para reproduzir suas condições de existência, em que pese suas relações com a sociedade capitalista. São de fato trabalhadores para o capital, no entanto, são sujeitos ativos, e como tal, a medida que se organizam, tomando consciência de sua situação, assumindo a luta de classes, habilitam-se como sujeitos de mudança da sociedade. Assim, os camponeses passam a ser compreendidos como famílias, homens e mulheres que tiram seu sustento e constroem a sua vida pelo trabalho na terra. E como trabalhadores e trabalhadoras da terra, não se confundem com latifundiários, fazendeiros, senhores e outros setores que mantêm a terra, muitas vezes, apenas em vista da especulação.

Esta é uma compreensão que tem sua origem no senso comum, mas é de significado profundo, pois distingue objetivamente as classes existentes no campo, seus interesses, necessidades, relações produtivas, o projeto existente e o que deve ser construído. Esta conceituação nos coloca diante da classe dos camponeses e ajuda a compreender o camponês como *“(...) a personificação de uma classe social definida pela forma de produção simples de mercadorias. Forma de produção na qual é produtor direto e, ao mesmo tempo,*

detêm a propriedade dos meios de produção, trabalhando com esses meios” (SANTOS, 1975, p.172).

Em outras palavras, o que caracteriza o camponês é o seu modo de produção, a produção diversificada e de subsistência, a organização da comercialização com os consumidores, o trabalho familiar. Entretanto, ainda que o camponês seja proprietário, possua seus meios de produção e seja o trabalhador, o conceito é mais amplo, abrangendo outros setores que nem sempre têm propriedades e controlam seus meios de produção, setores assalariados, sem-terras, ribeirinhos, etc. Como se refere Martins (1997), ao longo da história brasileira, foram perpassando diversos agentes sociais que marcaram as lutas, resistências, relações de poder, na busca da compreensão da realidade e na busca de alternativas para a reprodução social. Estes diversos agentes são os pequenos agricultores de baixa renda, de pequena propriedade.

Assim, a partir desta breve introdução, voltemos nosso olhar para o passado, resgatando a identidade da classe camponesa, a partir de sua formação, seus movimentos e manifestações desde o “descobrimento” do Brasil. Esperamos, com esta constituição da identidade camponesa através dos índios, negros, homens livres da ordem escravocrata, imigrantes europeus, estabelecer uma ponte para compreendermos as novas práticas dos movimentos sociais rurais, por conseguinte, do homem camponês, com seus desafios e perspectivas de existência no presente e no futuro, diante da penetração do capitalismo no campo. Deste modo, este primeiro momento torna-se importante; por ele estaremos *“como que colocando os trilhos para que depois o trem possa andar”*.

A propósito, Lamarche (1993, p.179) afirma que a agricultura camponesa foi profundamente marcada pelas suas origens coloniais, pelas suas características de grande propriedade, pela monocultura, pela escravidão. Em cada momento histórico, novas marcas foram sendo introduzidas.

1.1 - Na Base da Formação Camponesa, o Encontro de Povos

A formação do Brasil não foi processo autônomo, mas episódio da expansão do moderno sistema capitalista mundial nascente, centrado na Europa. Nasce, portanto, segundo Benjamin (2001), não como uma nação, mas como uma colônia. Bem antes do “*descobrimento*” do Brasil, por força de acordo (Tratado de Tordesilhas, 1494), os colonizadores espanhóis e portugueses já tinham programado a forma de exploração das terras das Américas. A partir deste tratado, iniciaram os preparativos para a exploração de suas posses. Neste sentido, pode-se afirmar que a primeira grilagem de terras foi organizada na Europa e colocada em prática em nossas terras.

O regime feudal na Europa estava desagregando-se com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo. Portugal encontrava-se no auge do mercantilismo. Entretanto, este novo regime capitalista-mercantilista que aportava no Brasil não conseguia a mesma influência e o mesmo papel assumido no velho continente pela classe capitalista. O que se implantou no Brasil foi um processo inverso ao que era observado na Europa: os colonizadores pensam a sociedade brasileira, na economia e na organização, como um quintal produtivo e complementar, para atender interesses e necessidades européias. Neste sentido, o que se introduziu foi um regime econômico de produção que significava recuo, isto é, o que se implantava eram idéias da nobreza e dos senhores feudais, um poder e um regime que se manifestava e se firmava através da doação de terras, das capitânicas hereditárias³.

³ Após o descobrimento do Brasil, em decorrência da presença indesejada de franceses e holandeses nas costas brasileiras, a coroa portuguesa viu-se obrigada a defender a colônia de forma mais intensiva, ocupando efetivamente o Brasil. Como Portugal não dispunha de recursos para bancar a colonização e o desenvolvimento da nova colônia, então se decide por um sistema de parceria com a iniciativa privada. Deste modo, a partir de 1534, a primeira forma de distribuição de terra no território viria a ser o sistema de capitânicas hereditárias, que consistia na concessão de domínios, proventos e privilégios a particulares, incluindo atributos de soberania, com o direito de fundar povoações, nomear funcionários, cobrar impostos e administrar a justiça, distribuir terras.

A doação das terras (sesmarias) deixava claro qual eram os objetivos dos colonizadores; o caráter da colonização era pretendia implantar os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal, fazer do Brasil um quintal de exportação de gêneros alimentícios e de matérias- primas. A propósito, Guimarães (1979, p.298-299) escreveu que o regime de propriedade da terra no Brasil nasceu de um legado aos nobres e abastados, nasceu como um sistema de latifundiário que não se forma lentamente, por gestação histórica, por meio da anexação, antes, ele nasce usurpando as terras dos indígenas, escravizando povos, em cumprimento ao plano de ocupação traçado previamente.

Assim, a colonização no Brasil seguiu direção inversa a colonizações realizadas em outros países. Para Prado Júnior (1957), a colonização, em boa parte do território norte americano, principalmente na região norte, realizada por ingleses e franceses, teve um outro caráter, muito embora, a escravidão dos negros também se fizesse presente, principalmente na região sul do país. Nos Estados Unidos e outros países os colonizadores vêm para fixar-se, constituir famílias, bens, comunidades, diante do quadro de industrialização e instabilidade na Europa. Ingleses e franceses dão sentido à colonização, iniciando trabalhos e reconstruindo bens. O Estado apóia o sistema, cria condições para os proprietários garantirem seu pedaço de terra, isto é, o processo de acumulação vai gerando direitos e instalando uma matriz social de modernização.

Os colonizadores portugueses, entretanto, sem condições políticas e materiais, não realizaram uma colonização efetiva, tal como observada nos Estados Unidos, Canadá, etc. Para Borges (1984, p.12), na fase do “escambo”, entre 1500 a 1530, não houve instalação de povoamentos e nem distribuição de terras no Brasil colônia. Neste mesmo sentido, Benjamin (2001) afirma que, após o descobrimento, o território foi povoado de forma precária e fragmentada, com a economia organizada de fora para dentro, sem autonomia e preocupação

com o mercado interno. O Brasil nasce, portanto, como uma sociedade escravocrata, desprovida de um Estado Nacional.

É a partir desta lógica que podemos compreender a razão de poucos proprietários, muitos militares e grandes quantidades de escravos nas terras brasileiras. Eles não precisavam de proprietários ou de trabalho livre. Como consequência, segundo Benjamin (2001, p.2), o direito agrário surgirá para defender e consolidar o monopólio da terra, para dissociar a propriedade de ocupação, para legitimar a desocupação e criminalizar a ocupação. Em outras palavras, a ocupação da terra, desde o Brasil colônia, não foi vista como ato gerador de direito. Nossas leis não reconheceram o direito de posseiros, índios, ribeirinhos, etc. Assim, segundo Martins (1997, p.14), a lei brasileira n.º 601, de 1850, não fez o que semelhante lei norte americana fez nas terras do oeste, sendo abertas à livre ocupação, mediante supervisão do governo. Foi a concretização da reforma agrária americana e o impulso à agricultura familiar. No Brasil o acesso legal à propriedade foi barrado, ficando dependente da “bondade” da Coroa ou através de processos de compra, inviabilizando o acesso aos setores pobres e marginalizados. Portanto, o direito não se coloca a serviço da organização do uso do território e segundo as necessidades da sociedade, antes, ele reprime, tratando como “*caso de polícia*” os que buscam a terra para produzir e acoberta a improdutividade dos latifúndios. Este processo vai marcar profundamente toda a formação da sociedade brasileira.

A insignificância, o espaço e o lugar da agricultura de subsistência, voltada ao mercado interno, decorrem desta concepção de colonização. A fazenda, os diversos ciclos econômicos, que correspondem à “*evolução do mercado internacional*” serão o elemento básico da implantação da cultura, da expansão geográfica e demográfica dos colonizadores, segundo Lamarche (1993, p. 179). Significa que, desde o início da colonização, a estrutura agrária colocou, de um lado, os detentores de propriedades, voltados à produção para

exportação e cobertos de benesses da coroa e, de outro, os despossuídos, os camponeses dedicados a uma economia secundária, sem o mínimo de interesse e atenção das elites. Ou seja, nas palavras de Prado Júnior (1971), a grande lavoura representará o nervo da agricultura colonial, enquanto que a produção dos gêneros de consumo interno (mandioca, milho, feijão, animais de pequeno porte, etc.) serão um apêndice, expressão puramente subsidiária da agricultura voltada à exportação.

Para Prado Júnior, entre escravos e senhores, duas bases de formação social e econômica da colônia, existia uma categoria produzida e reproduzida pelos latifúndios: eram os desclassificados, inúteis, inadaptados, indivíduos sem ocupação, setores dependentes e fragilizados que, ao lado dos negros, índios e “homens livres”, constituirão os “agregados”⁴, responsáveis pela produção de alimentos destinados ao consumo interno da colônia. Viviam, no geral, de favores, em troca de prestação de serviços, sob a proteção e opressão dos grandes proprietários. No sul do país, onde se desenvolvia a pecuária, responsável pelo abastecimento dos mercados centrais da colônia, desenvolveram-se outras formações sociais. Nestas regiões a presença dos escravos foi menor, mas existente, surgindo a figura do “vaqueiro”, que não era escravo, mas também não era homem livre.

Deste modo, os camponeses, desde o início, foram fragilizados, dependentes social e politicamente, além da mentalidade forjada por relações de senhorio e de vassalagem. Aqui está uma das raízes de nossos camponeses; o campesinato nasce como uma classe a serviço do modelo, para suprir as necessidades do setor dominante da economia. Nasce às margens da economia colonial e escravista, ou seja, o campesinato

nasceu no Brasil sob o signo da precariedade: precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção e, especialmente, da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nesta atividade, como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade (LAMARCHE, 1993, p.180)

⁴ É um trabalhador que recebe do proprietário o direito de se estabelecer e usufruir uma parte da propriedade (as de menor utilidade), em troca de prestação de serviços ou proteção (vassalagem).

Pelo visto, a sociedade brasileira nasce no meio rural, mas é uma sociedade comprometida com o modelo primário e exportador, tendo como características básicas a monocultura de exportação, o trabalho não-remunerado e escravo, a concentração da propriedade e da renda. É neste contexto político e sócio-econômico que ela se desenvolve.

Para Prado Júnior (1971, p.160) a agricultura de subsistência⁵ surge no Brasil colônia como imperativo da agricultura de exportação, como *produção “destinada ao consumo e a manutenção da própria colônia”*. Aparece, inicialmente, nos grandes engenhos, consorciada ou entremeadada com outras culturas, como algodão, cana, etc. Constituíam-se de pequenas roças de escravos, agregados. Esta agricultura irá se ampliar com as crises constantes da produção voltada a exportação, consolidando as lavouras de produtos alimentares.

Em outras palavras, o setor da agricultura voltada ao mercado interno só adquiriu certa importância econômica e social, ocupando maior espaço, quando os problemas de abastecimento aumentam nas vilas e cidades. Na busca por atender as crescentes necessidades, vão surgindo novas lavouras destinadas ao consumo interno. Estas unidades produtivas, de pequeno porte e envolvendo o trabalho familiar, passam a responder pela alimentação e produção de subsistência. Ou seja, segundo Borges (1984, p.14), esta agricultura estava voltada ao abastecimento local e produzia gêneros alimentícios, tais como mandioca, arroz, pequenos animais, etc. O estabelecimento desta pequena agricultura de subsistência foi um processo lento, mas com certa autonomia, não contando com escravos ou assalariados. Seus ocupantes ou pequenos proprietários foram trabalhando em terras menos férteis ou distantes. Os próprios sesmeiros dividiam suas terras e entregavam a lavradores

⁵ A agricultura de subsistência, em certo sentido, equivale a cultura alimentar; é aquela destinada ao consumo e seu excedente é destinado ao mercado. O que determina se ela é de subsistência ou não é, é o volume da produção e o seu destino.

para auferir renda territorial, desvirtuando-se do espírito original da legislação que lhe obrigava a trabalhar nas terras com suas próprias forças.

Martins (1983, p. 35) dirá que os agregados não eram nem escravos e nem servos feudais. Viviam das relações de troca de serviços, produtos, favores, alimentos, lealdade. Segundo Martins (1983, p. 38-40), os agregados tinham uma função diferente do escravo, sendo duplamente excluídos, isto é, eram excluídos da condição de proprietários de terras e da condição de escravos, já que não podiam ser convertidos em renda capitalizada do tráfico colonial. Suas funções eram complementares e essenciais numa economia baseada no trabalho escravo. Assim, aos agregados competia abrir novas fazendas, derrubar matas, preparar terras. Depois vinha o escravo para trabalhar, para tirar lucro da propriedade, renda para o proprietário.

Portanto, nos primórdios de nossa colonização, o camponês apenas podia se servir de terras entre cafezais ou terras distantes, para plantar feijão, mandioca e outros gêneros alimentícios. Com o tempo, novas características foram sendo desenvolvidas, a densidade populacional aumentou, os ciclos econômicos sendo determinados de fora, provocando constantes crises e levando regiões inteiras à decadência. Mas, mesmo assim, foram sendo desenvolvidas atividades voltadas para o fraco mercado, o povo foi empreendendo suas lutas, encontrando e construindo a sua identidade, deixando de ser “não-nação”. Em outras palavras, apesar das dependências causadas pelos mercados públicos da monocultura exportadora, que foram perpassando e condicionando a estrutura agrária, a organização social, política e econômica da sociedade, os camponeses foram se constituindo de forma articulada e associada com o desenvolvimento da sociedade. E em cada período e em cada região, foram sendo determinadas a localização e as relações sociais e produtivas da classe.

A propósito da formação do povo brasileiro, Darcy Ribeiro (1995), renomado antropólogo e educador, destaca a contribuição dos índios e negros, base primeira dos camponeses. Para Ribeiro, o Brasil é formado por um povo brilhante, a partir de três grupos étnicos básicos (índigena, negro e branco). O intenso cruzamento entre estes grupos deu origem aos numerosos mestiços e variados tipos existentes nas diversas regiões brasileiras. Para Ribeiro, o Brasil só é atrasado por causa do sistema social implantado, isto é, a estagnação e o atraso remontam aos tempos da colonização, perdurando até os dias de hoje, graças à habilidade e à força das classes dominantes que se impuseram sobre índios, negros, mestiços, agregados.

Reportemo-nos a estas bases camponesas. Pela lógica de expansão do capitalismo, os colonizadores invadiram as terras além mar. Ao encontrar os índios, em nome do “*rei e do papa*”, escravizaram, aculturaram e aniquilaram os diversos grupos de povos existentes. O próprio sistema das Sesmarias⁶, implantado pelos colonizadores, era um sistema idealmente programado para o extermínio, para banir a cultura e a raça indígena. Isto significa, segundo Martins (1997), que os primeiros excluídos⁷ de todo o processo de colonização foram os índios, escravizados e expulsos de suas terras. Depois, outros grupos foram excluídos: negros, mestiços, um enorme contingente de brasileiros, gente sem proteção das elites e do poder, marginalizados do processo de desenvolvimento econômico e social.

Havia uma interdição racial e religiosa no acesso à terra. Na base, este acesso estava regulado por critérios baseados na relevância da pureza de sangue e da

⁶ A fase das sesmarias (RODRIGUES, 2001, p.19) remonta aos tempos de Dom Fernando I, implantada em Portugal desde junho de 1375. Esta “lei” determinava a concessão de terras a quem quisesse nela trabalhar, cujo valor era pago com a sexta parte dos frutos por ela produzidos. Com isso o rei queria promover o desenvolvimento agrícola, diminuindo as importações. Foi assim que Dom João III (1530), por intermédio de Carta Régia, autorizava a concessão de sesmarias no Brasil, a fim de que as terras fossem ocupadas e logo desse início a produção para suprir a corte e as necessidades das fazendas e vilas.

⁷ A exclusão dos índios, segundo a professora Marlene Ribeiro (06.08.2004), deve ser refletida, em primeiro lugar, levando em conta que os índios tinham suas próprias culturas, conheciam o meio e só permitiram ser colonizados, servindo senhores e padres, quando isso significou a falta de outra alternativa para a sua sobrevivência; em segundo lugar, sendo a colonização uma imposição, sob esta óptica, ser excluído, é ficar de fora da exploração e da conformação ao modelo, o que significa algo positivo.

pureza de fé. Dessas concepções derivava um direito que era o direito dos vencedores e dominadores de gentes de outras raças e outros credos. Então, o direito não se configurava em relação a pessoas que tivessem, por exemplo, como então se dizia, mácula de sangue, pessoas que não eram brancas de quatro costados, cujos bisavôs não fossem, também eles, brancos e puros de sangue (MARTINS,1997, p.17).

Assim, com a chegada dos colonizadores, a terra que era livre e patrimônio coletivo passa a ter dono (coroa e seus amigos) e os homens e mulheres que eram intimamente ligados à terra livre (fala-se em mais de cinco milhões no Brasil) passaram a vagar pelas terras escravas. Em apenas 500 anos de história, segundo Bárbara Martins Lopes (2004), 40 mil anos de evolução, mais de 990 povos, com culturas e línguas diferentes, foram reduzidas a quase nada, restando apenas 220 povos e 350 mil índios, de mais de 6 milhões no Brasil. Só no Rio Grande do Sul viviam em torno de meio milhão de índios. Em 1600, estes grupos indígenas são desmantelados através de genocídio, com o extermínio das reduções jesuítas. O que restou foi, posteriormente, dizimado pelos brancos, imigrantes, pela modernização, pois, na lógica do sistema, a “terra é mercadoria, compra-se”, e o progresso é obra da “civilização branca”.

Estaríamos diante da passividade destes povos? Os índios, negros e caboclos são frutos da acomodação, da submissão e da dependência viciada? É preciso ir além deste olhar, pois a “passividade” está ligada à violência e brutalidade importa pelos brancos sobre estes povos, oprimindo-os, colonizando-os em seu íntimo, em seu ser. Os portugueses, como todos os colonizadores europeus, por fatores culturais, econômicos e políticos, sempre tiveram atitudes e projetos para eliminar a autonomia dos povos. Por isso, submeteram nativos e negros a seu estilo de vida e a seus valores. Ironicamente, para as mentes colonizadoras e colonizadas, o que existia antes de 1500 era barbárie, não havia história. Toda a história do Brasil inicia com o “descobrimento”. Antes, o que existia era o “caos”, o nada.

Não obstante ao “colonialismo das almas e dos corpos”, os povos indígenas contribuíram incontestavelmente na constituição do campesinato brasileiro. A cultura

indígena (danças, línguas, pinturas, religião, sistema produtivo, remédios, relação com a natureza, escala de valores, história, etc.) deixaram traços culturais que integram a identidade nacional brasileira.

Speyer (1983, p.35) destaca estes traços culturais que passaram de geração em geração, contribuições importantes para a constituição da identidade camponesa. Para Speyer, as tradições dos indígenas determinavam os padrões e os níveis de honorabilidade esperados nas ações e no caráter das pessoas. Todos eram desafiados a se transformar em modelos na tribo, a serem imitados pelos outros mais novos. A aprendizagem se dava pelo fazer, ou seja, todos eram envolvidos em ações antes mesmo de compreender os significados das mesmas. Havia uma iniciação nas atitudes, nos comportamentos, nos valores, na herança sociocultural. Acreditavam na imortalidade da alma, sonhavam com um mundo distante e com a fartura de alimentos. A terra, bem coletivo, era a terra prometida, local de suas tradições, ritos, antepassados. Nela, exercia-se uma exploração racional, o cultivo de pequenas lavouras para a subsistência.

Afinal, os valores, os sonhos e desejos dos camponeses não são um pouco parecidos com todo este legado dos povos indígenas? Certamente que sim! Nossos camponeses estão intimamente ligados às raízes de resistências indígenas⁸ e seus sonhos. A voz de Sepé, “(...) *o primeiro índio a morrer em defesa de nossa terra*” (PRETTO, 1984, p.9), continua presente, viva. A significativa vitória histórica conquistada na Constituição de 1988, art. 231⁹, não deixou de ser uma atualização do grito de Sepé: “*Esta terra tem dono*”. Em todos os tempos, nas diversas resistências e guerras, apesar do extermínio operado, o

⁸ Entre tantas resistências destacam-se as guerras Tupinambás, Cariris, a confederação dos Tamoios, a guerra das Missões Guaranis, dos Goitacazes, Tapuias, Charruas, Guaicurus, Aimorés e tantos outros povos. Estas lutas se fazem presentes nas lutas dos Xavantes, Ianomâmis, Kadiwéus, Kaigangues, Tchucarramãe, etc.

⁹ Artigo 231 (Constituição do Brasil, 1988): “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

colonialismo foi sendo solapado, pois foi sendo recolocada a questão do reconhecimento da posse, o significado do território para as culturas e para a própria sobrevivência dos índios.

Outro elemento constitutivo da formação dos camponeses são os negros, oriundos da mãe África. A escravidão destes povos foi a base fiadora das oligarquias e do latifúndio, base do poder dos senhores, pois a estrutura fundiária foi caracterizada e profundamente marcada pela escravidão, até os primórdios do século XIX.

A entrada em cena dos negros no Brasil teve como objetivo colocar à disposição dos senhores das sesmarias farta mão-de-obra para o trabalho braçal, considerado desprezível e sem dignidade para os colonizadores Europeus. Ou seja, a introdução dessa mão-de-obra deu-se com vistas ao suprimento das carências nas lidas cotidianas, para abastecer fazendas e vilas e suprir o mercado europeu, carente de matéria-prima e de produtos de subsistência.

A presença dos negros no Rio Grande do Sul é algo, também, a ser destacado. Para Zarth (2002, p.49) o sul do país passou despercebido durante os primeiros séculos, por razões geográficas não propícias aos interesses mercantis, por não ter ouro e prata, não oferecer vantagens para o cultivo de produtos tropicais, ser distante e não oferecer segurança para aportar navios, além de ser povoado por povos indígenas. Os primeiros que investiram nestas terras, segundo Zarth (2002, p.50), foram os jesuítas, sob a bandeira espanhola, fundando as reduções. Depois vieram os bandeirantes paulistas, caçando índios. *“O indígena era o único produto do sul realizável no comércio, no mercado de escravos do sudeste e nordeste do Brasil. A última excursão bandeirante foi em 1641, quando foram derrotados pelos indígenas e jesuítas”* (ZARTH, 2002, p. 50).

Os exércitos de Portugal e Espanha derrotam os índios missioneiros em 1756. Ao derrotar os índios, segundo Zarth (2002, p. 50-51), eles estavam liberando o território para as ocupações luso-brasileiras, transformando os campos em estâncias privadas, destinadas ao

gado, já introduzido pelos jesuítas. “*O gado foi a riqueza que viabilizou economicamente a ocupação européia, a partir do século XVIII, e deu origem a uma poderosa classe de latifundiários dedicados à pecuária*” (ZARTH, 2002, p.51). Esta concentração de terras agravou-se com a quantidade de militares que aqui se fixaram, devido as inúmeras guerras de que foi palco o Rio Grande do Sul (Reduções, Uruguai, Paraguai, etc.).

É dentro deste contexto que se coloca a escravidão no Rio Grande do Sul. Não podemos desconhecer ou minimizar a presença dos negros entre nós. Para Zarth (2002, p.105) era corrente a afirmação: “*Estancieiros, peões e escravos seriam quase iguais socialmente*”. Certo é que os negros escravos estiveram presentes nas reduções, nas estâncias, como roceiros, encarregados da produção para consumo, campeiros que cuidavam do gado, domésticos e domésticas, nas charqueadas, atividades artesanais, etc. (ZARTH, 2002, p.114). Segundo Zarth (2002, p.116), mesmo na região das Missões os escravos estiveram, negros e remanescentes das reduções.

Na verdade, não há motivos para supor que estancieiros da região missioneira não utilizassem cativos. Estâncias pastoris, como quaisquer outras, faziam parte de uma sociedade que adotava um modelo produtivo no qual o uso de escravos era algo comum (ZARTH, 2002, p.117).

Particularmente, também acredito nesta presença. A propósito, ocasião que residia e trabalhava em Coronel Bicaco, RS, tive a oportunidade de visitar e conversar com remanescentes de famílias negras, em uma comunidade encravada entre grandes propriedades (Galpões, também designada de São Sebastião), com cultura, costumes, religiosidade dinâmicas e que devem ser preservadas.

A escravidão no Brasil deixa suas marcas em todos os lugares. Foram quatro séculos de exploração do trabalho escravo. O homem negro foi feito instrumento de trabalho, serviços sem capacidade de gerenciamento e de desenvolvimento. À custa da exploração, foram sendo formadas riquezas necessárias para o estabelecimento da coroa e das elites

portuguesas no Brasil. Deste modo, durante o período colonial, a história do trabalho foi a história da escravidão. Os negros estiveram nas casas, na mineração, nas cidades, fazendas, na igreja. E foram eles, mesclados com os índios, resultando os caboclos, que se proliferaram e se dedicaram cada vez mais à agricultura de subsistência, abrindo matas em busca de nova vida, dilatando as fronteiras do Brasil.

Mas os negros, tais como os índios, não tardaram em manifestar sua indignação contra a tirania. Organizaram-se em “quilombos”, sendo que o maior destes foi o de Palmares¹⁰. O quilombo passou a se constituir em território de resistência, terra de negro, onde reinava a liberdade. Nesses espaços, viviam alguns índios e também trabalhadores livres e marginalizados, gente que fugia da “justiça” e da violência dos senhores de engenho.

Não aceitando a escravidão, o negro, em sua luta pela liberdade, fundou o quilombo, um refúgio em meio a floresta, na qual se adotou o sistema comunitário de vida. Essa forma exótica de organizar uma sociedade onde, em um território livre, praticava-se a liberdade e a produção fazia-se de modo coletivo, desafiava o sistema de poder de então (RODRIGUES, 2001, p. 69).

As longas lutas travadas, até a morte de Zumbi¹¹, se tornaram símbolo de resistência para os povos oprimidos. Foram estas lutas que forçaram as elites agrárias a vislumbrar que não era mais possível ao desenvolvimento a convivência com a mão-de-obra escrava. A resistência dos marginalizados apontava para novas direções e um novo povo se

¹⁰ Os quilombos eram locais onde os negros, na tentativa de fuga, viviam em comunidade e conservavam seus costumes culturais. Palmares estava localizado numa área de fronteira, entre os atuais Estados de Pernambuco e de Alagoas. Constituíam-se num complexo de fortificações espalhadas pela mata, cobrindo uma área aproximada de 360 km no interior da qual, estima-se, chegaram a viver algo em torno de 20 mil a 30 mil pessoas. O poder era exercido por um rei eleito pelos chefes dos mocambos (fortificações) que compunham o quilombo e organizava-se a partir de uma rígida hierarquia, com divisão precisa das funções. Era um verdadeiro Estado multirracial e autônomo, com supremacia africana, encravada no império colonial português. Sua existência era fator de instabilidade para o sistema, pois mantinha os escravos em excitação permanente para a fuga e para a resistência.

¹¹ Aos 20 de novembro de 1695, bandeirantes sob o comando do paulista Domingos Jorge Velho, contratados pela coroa, cercaram um grupo de africanos que vinham sendo perseguidos por meses. Após luta feroz e resistência encarniçada, foi feito apenas um prisioneiro, pois todos os outros tombaram mortos. Após a identificação do líder do grupo, decapitaram-no, salgaram a sua cabeça, espetaram-na numa lança e levaram para Recife para ser exibida em praça pública como troféu da vitória. Caía Zumbi dos Palmares, o líder do maior movimento de resistência contra a escravidão no período colonial.

formava, mesmo sem saber, constituindo uma nova identidade. Estas resistências, entre outros fatores, pressionaria e levaria a coroa ao “ato da abolição da escravatura”.

A abolição, deste modo, não foi presente da “*princesa bondosa e cristã*”. Esta versão não tem sentido histórico. A abolição, além de ser decorrência das lutas e resistências internas por emancipação, da qual os quilombos eram o maior exemplo, foi consequência de imposições de forças internacionais, sedentas por abrir novos mercados para seus produtos e inovações tecnológicas. Estas razões internacionais tornaram-se mais evidentes e compreensíveis à medida que a imigração era vista como um escape diante da crise de mão-de-obra reinante na Europa. Impulsionar acordos e parcerias migratórias aliviava o excessivo exército de mão-de-obra e amenizava os graves problemas sociais e econômicos daquele continente. De quebra, o Brasil lucrava com mão-de-obra mais qualificada para as nascentes indústrias, colocando-se nos trilhos do capitalismo internacional. Deste modo, a abolição mais resultado diante das pressões exercidas frente à necessidade de ampliação dos mercados de bens de consumo da indústria européia. Pela pressão econômica, política e militar, conjugada com as forças de resistências internas que lutavam por autonomia, foi conquistada a abolição. Ou seja, com o avanço do sistema capitalista e a criação da propriedade da terra, o sistema, pressionado, introduz o “*trabalho livre com homens livres*”, fazendo dos escravos homens livres, força de trabalho a ser comprada.

Assim, a abolição da escravidão também transforma-se em marco histórico fundamental na constituição do campesinato. A questão, a partir de agora, será: “*Quem vai trabalhar? Quem substituirá os escravos, já que o patrão não trabalha ou não sabe trabalhar?*” Como gerenciar o fim da escravidão sem desarticular a economia primária exportadora, baseada no latifúndio, fundamento do poder oligárquico? Como impedir a fuga de braços, mantendo a mão-de-obra presa às fazendas? Como evitar que os camponeses se libertem e se articulem em suas próprias economias, sem esvaziar a economia das fazendas?

Destas questões resultará a Lei das Terras¹² (1850), um novo princípio: de agora em diante, não haverá mais terra livre. O uso e a venda da terra passam a ser normatizados pela coroa. Assim, a questão da escravidão se desdobrará em questão agrária. Para resolver o problema da mão-de-obra, a saída foi encontrada na busca de homens brancos e livres da Europa, um elemento a mais na constituição do campesinato. De agora em diante, serão ampliadas e diversificadas as relações pré-capitalistas de produção, fazendo surgir “cambão”, “o colonato”, o lavrador, embora com características remanescentes da escravidão. De quebra, os índios, negros e caboclos serão as massas sobranes.

1.2 - A Base se Amplia com os Imigrantes

Uma das questões ouvidas e debatidas é: “Por que viemos para estas terras? *Porque os antepassados vieram da Europa*” (SAVARIS, 1988, p.17).

Inicialmente, em seu sentido estrito, os primeiros imigrantes vieram de Portugal. Para Zarth (2002, p.69), as primeiras tentativas de instalar pequenos agricultores no Rio Grande do Sul ocorreram em meados do século XVIII. Estes imigrantes chegaram a partir de 1740, vindos da ilha de Açores e com apoio oficial da Coroa. Os objetivos da Coroa eram, em vista de fins estratégicos, distribuir terras e povoar a região.

¹² D. Pedro II (18/09/1850) através da Lei (n.º 601) criou a primeira Lei de Terras no Brasil, que afirmava em sua essência : “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja a compra”. Como os índios, negros e pequenos camponeses não tinham dinheiro, logo ficaram sem terra. Esta lei foi, portanto discriminatória, excludente. Belato (1995, p.19) dirá: “*Essa lei teve o objetivo essencial de manter e consagrar o monopólio da propriedade da terra e, através dela, dotar-se do poder de controle sobre os trabalhadores, fechando a eles o acesso à propriedade da terra*” Tal lei é o início da propriedade privada no Brasil, um regime de desigualdades.

O destino destes imigrantes, primeiramente, era a região das Missões, como substitutos dos povos das reduções. Só que estas regiões ofereciam dificuldades para o transporte. Com isso, os portugueses acabaram ficando perto dos rios e mares; em Porto Alegre e Vale do Rio dos Sinos. Aí praticaram uma agricultura de pequena propriedade, encontrando dificuldade de mercado para seus produtos, uma vez que cada estância funcionava como uma célula independente. Por isso, acabaram por se integrar à economia da pecuária a partir de 1780, ligando-se às charqueadas.

Para Zarth (2002, p.72) a pequena propriedade entra no sul a contra gosto dos senhores das estâncias, mas com adeptos nas esferas do governo. A saída encontrada para não desgostar os estancieiros e sair-se bem com os pequenos agricultores foi deixar as estâncias com os estancieiros e partir para a colonização das terras de matas. Com isso, a partir do século XIX, entre 1824 e 1920, esta situação no Rio Grande do Sul e no Brasil começa a ser modificada; os imigrantes começam a chegar de forma planejada, provenientes da Itália, Alemanha, Polônia e demais países Europeus.

Entre as razões para a imigração ao Brasil destacam-se a falta de recursos para a sobrevivência, a escassez de terras e as dificuldades de trabalho no velho continente.

Os caminhos dos imigrantes (...) na sua maioria, começaram nas vertentes da pobreza, da insegurança no futuro, muitas vezes na revolta, sob o peso do trabalho penoso e pouco lucrativo, por vezes, até com a angústia da fome e da penúria. Nesta triste escola formados, os imigrantes construíram a coragem de abandonar a pátria e caminhar resolutos e confiantes em direção a um futuro promissor, embora incerto, porque o caminho era longo e difícil (SANTIN, 1986, p.36).

Porém, uma das razões principais foi a questão da expansão do capitalismo internacional, envolto num processo de convulsão social, com um excedente de população pauperizada, ameaçando os processos de industrialização e de concentração fundiária na velha Europa. Na verdade, os imigrantes são as sobras da Europa, um contingente que não mais

encontrava lugar e não mais tinha importância para o capitalismo europeu. Tal como os sem-terra, foram eles expulsos e condenados ao exílio.

O período da chegada ao Brasil coincide com a fase de transição da mão-de-obra escrava para a livre, ou seja, com a chegada dos imigrantes, processam-se novas relações de produção, as relações capitalistas. Estas situações condensam condições para que os governos estabeleçam acordos/parcerias migratórias. Para tanto, leis próprias são criadas (lei das posses), possibilitando a doação de pequenas glebas de terra aos imigrantes, com o objetivo de produzir alimentos para o mercado interno (RODRIGUES, 2001, p. 22). Mas, como este regime (terras doadas) ampliou-se de forma incontrolável, a ponto de trazer problemas às elites rurais, o congresso nacional, latifundiarista por excelência, decidiu mudá-lo, criando nova lei e novo regime de propriedade (Lei das Terras). A partir de 1875, passam a ser vendidas, com cinco anos de prazo para pagamento, sendo pagas com os resultados das colheitas, com o trabalho em estradas ou com créditos concedidos por comerciantes (FRANTZ, 1982, p.210). Apesar de não ser uma proposta ideal de aquisição, mesmo assim, os imigrantes acabaram recebendo condições mais favoráveis do que os outros setores camponeses, tais como os índios, negros e caboclos nacionais, não enquadrados no projeto e nos acordos das elites rurais.

Para Graziano (2001, p.27-28), a “*Lei das Terras*” teve papel decisivo para a vinda dos imigrantes ao Brasil, pois significava que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra ou venda, sendo que o governo destinaria os rendimentos obtidos com estas transações para financiar a vinda dos imigrantes da Europa. Deste modo, “matavam-se dois coelhos com a mesma cajadada”: restringia-se o acesso às terras aos que não tinham dinheiro e criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir os escravos. Entende-se, deste modo, a importância desta lei para a constituição do mercado de trabalho: enquanto a mão-de-obra era escrava, o latifúndio

admitia conviver com terras de “acesso livre”, mas quando a mão-de-obra se torna livre, então torna-se necessário aprisionar a terra, instituindo a propriedade privada, organizando a sociedade em novas bases.

Portanto, na “nova Lei” já vinha algo premeditado: a acolhida dos imigrantes realizava-se em perfeita sintonia com os interesses internacionais, isto é, abria-se a possibilidade de aliviar a Europa das “sobras” e, de quebra, impulsionavam-se as colônias, colocando-as nos trilhos do capitalismo, como nações dependentes, exportadoras de açúcar, café, matéria-prima. E o Brasil, por sua vez, procurava resolver seus problemas internos decorrentes da transição da mão-de-obra escrava para a livre.

Na acolhida dos imigrantes, o governo brasileiro elaborou normas diferenciadas para determinadas regiões. Os trabalhadores imigrantes seriam os trabalhadores livres e assalariados na região Sudeste (café), substituindo os escravos ou sendo inseridos no regime de colonato¹³ nas dependências de fazendas. Já os imigrantes destinados ao sul teriam a incumbência de “*tornar-se trabalhadores rurais autônomos*” (SAVARIS, 1988, p.18), com o objetivo de ocupar as terras montanhosas e de matas, longe dos centros decisórios, de difícil acesso e sem valor comercial. Nisso se revelam as reais intenções das políticas migratórias adotadas, na época, para os imigrantes:

os núcleos coloniais só no Sul do país puderam prosperar, depois de vencerem difíceis obstáculos, porque eram, de início, montados como simples panos de amostra destinados a atrair para o Brasil migrantes não proprietários, e convencê-los, sob a ilusão de que se tornariam proprietários, a que viessem alugar seus braços (...) (GUIMARÃES, 1979, p.299).

Pesavento (1982) analisa dois momentos distintos neste processo de colonização: a) associado à presença dos imigrantes alemães, o objetivo do governo estava relacionado com o campo político de povoamento e de colonização das áreas vazias, não

¹³ Por este regime cada família recebia parte da lavoura para cuidar em arrendamento e era permitido o cultivo de alguns hectares ou mesmo permitido plantar produtos de subsistência nos espaços entre os pés de café.

produtivas. Com isso, o governo intencionava criar núcleos de proprietários a fim de neutralizar a oligarquia regional, resolver o problema do abastecimento do mercado interno, diminuindo as importações de alimentos e auxiliando no desenvolvimento urbano e na incipiente industrialização recém iniciada no país; b) associado à presença dos imigrantes italianos, de 1875 em diante, o objetivo era desviar estes contingentes às fazendas de café, como trabalhadores assalariados. Para estes, não se pensava, em hipótese alguma, na realização do sonho do pedaço de chão para trabalhar.

Somente os imigrantes vindos para o sul do país é que puderam realizar núcleos coloniais prósperos, que passaram a funcionar como chamariscos para novos imigrantes. Para estes imigrantes, agricultores e desbravadores, foi feita a doação de porções de terras¹⁴, transformando-os em pequenos proprietários, os “colonos” do sul. Em outras palavras, a coroa promove a vinda dos imigrantes para o sul com vistas a consolidar a ocupação dos territórios e diversificar a economia, criando pólos agrícolas de abastecimento mediante a exploração familiar. Entretanto, esta colonização não se deu em terras desocupadas. Aqui viviam agricultores nacionais: lusos, descendentes dos povoadores de São Paulo, mestiços de negros, índios e lusos, apoiados na erva-mate e na roça de subsistência. Estes agricultores, caboclos em sua maioria, foram expulsos e desapropriados, causando o fenômeno chamado dos intrusos.

Tratando-se da diferenciação entre alemães e italianos, especificamente da imigração no Rio Grande do Sul, é de se destacar que as condições dispensadas aos primeiros grupos de alemães imigrantes foram mais favoráveis, se comparadas aos que chegaram cinqüenta anos mais tarde, os italianos e outros grupos. Os alemães tiveram condições econômicas, políticas e geográficas mais favoráveis e, com isso, conseguiram estruturar-se,

¹⁴ Estas doações de terra variaram através do tempo, sendo de 77 ha, 48 ha e por fim 25 ha, uma colônia, a marca dos colonizadores, mais tarde marca dos imigrantes e que se transformou na marca da pequena propriedade e da agricultura familiar camponesa.

conhecer melhor a realidade, estabelecer e organizar relações comunitárias e produtivas, construindo espaços de poder, além de ter recebido lotes bem maiores (77 ha, mais tarde 48 ha) e sem precisar realizar o pagamento. Os demais grupos de imigrantes não obtiveram as mesmas condições, recebendo lotes menores, de terras não tão boas, inclusive alemães que vieram mais tarde ou que eram oriundos das terras velhas.

Pesavento (1982, p.50) sugere que estas diferenças poderiam ser algumas das razões para entender o “*porquê*” de os imigrantes italianos buscarem outras alternativas produtivas para a competição no mercado, ou seja, buscarem a especialização de determinadas zonas coloniais, tal como o vinho, o milho, o suíno para a fabricação de banha. Em todo caso, seja para alemães, italianos, poloneses, etc. podemos concluir: todos, ao territorializarem-se, passam a responder pela expansão da produção dos gêneros de subsistência destinados ao abastecimento interno, produzindo diversificadas culturas (milho, trigo, feijão, arroz, mandioca, abóbora, aveia, animais domésticos diversos); uma produção voltada para o consumo, com raras exceções destinada ao comércio (somente o excedente), caracterizando-se pelo uso intensivo dos recursos naturais, pela fertilidade natural da terra e pela farta mão-de-obra familiar.

A presença, a importância e o papel dos imigrantes ampliam-se com a segunda etapa da colonização. Esta etapa segue uma dinâmica própria: desbravamento, fixação dos pioneiros, produção de produtos para as necessidades básicas, consumo direto, etc. As novas comunidades vão gerando novos espaços, novas lideranças, criando diferenças sociais, econômicas, políticas. Em outras palavras, com o esgotamento do solo, o fracionamento das colônias por herança e outros fatores conjugados, os imigrantes serão deslocados continuamente para novas buscas. Em decorrência deste processo, os minifúndios crescem em quantidade e em problemas, sendo o mais grave destes as migrações desordenadas rumo às “fronteiras agrícolas” disponíveis (Paraná, Santa Catarina, Centro-Oeste e Norte do país).

Apesar de inúmeras dificuldades, “*contadas e cantadas*”, os imigrantes e seus filhos ocuparam as terras, demarcaram suas propriedades, foram configurando uma nova estrutura fundiária, dando um novo rosto aos camponeses. A partir de sua chegada, as colonizações e os povoamentos deixam de ser espontâneos, passando a ser orientados e dirigidos às áreas necessitadas. Este é um novo marco na constituição do campesinato, pois, de agora em diante, verificar-se-á a interferência do Estado e de empresas na configuração da estrutura agrária e na formulação de “*políticas públicas*” voltadas para a agricultura.

Em suma, a chegada dos imigrantes significa a introdução de um novo tipo de propriedade, de novas relações sociais de produção, de um novo período na história dos camponeses. De agora em diante, dependendo das particularidades de cada região, das formas do sistema produtivo, do tipo de relações enfrentadas na sua prática de consumo e de produção, teremos um tipo de agricultor, o pequeno agricultor, colono, lavrador, camponês, etc. Com o desenvolvimento das novas relações, aparecem outros problemas, conflitos, injustiças, a-sujeitamentos. De “*a-sujeitados*” passam a lutar, resistir, criar condições para um novo sistema produtivo. Estes novos sujeitos, frutos da história, se transformarão nos novos agentes de transformações.

Com isso, destacamos as inegáveis contribuições oportunizadas pelos imigrantes ao desenvolvimento da agricultura. Eles pautaram sua relação com a natureza pela necessidade imediata de extrair dela elementos ao seu sustento, tendo no emprego da força de trabalho familiar a mola propulsora para a sobrevivência e para o desenvolvimento. Certamente, o sentido do trabalho¹⁵ foi um dos maiores legados na constituição do campesinato brasileiro. O trabalho, como ação que transforma a natureza e o próprio homem de ação, sempre esteve presente nas sociedades humanas como elemento fundante. Os índios,

¹⁵ Entendido como o processo de transformação de um objeto determinado, seja em seu estado natural, ou já trabalhado, em um produto determinado, transformação efetuada por uma atividade humana determinada, utilizando instrumentos de trabalho determinados (HARNECKER, 1983, p.32).

negros, caboclos e imigrantes foram homens de ação, foram pessoas de trabalho. Ainda que com deficientes instrumentos, eles foram audazes, transformando a natureza e por ela sendo transformados. Com trabalho, técnicas e instrumentos, conseguiram transformações necessárias e significativas, com a finalidade de reproduzir a sua condição social, sua vida biológica, a cadeia alimentar.

Realmente, o trabalho sempre teve grande valorização cultural entre os que se dedicaram às pequenas produções de subsistência. Esta cultura dos imigrantes continua sendo uma escola que forma para o trabalho, ligado aos meios disponíveis e desenvolvido na sua correspondente época: do arado de madeira ao trator, do manguá à ceifadeira, da máquina pica-pau às plantadeiras modernas. Em cada fase, um tipo de organização, um tipo de propriedade, uma nova orientação. No entanto, em todas estas fases sempre persistiu a cooperação, a solidariedade, marcas culturais características trazidas pelos imigrantes e que foram se consolidando, constituindo a identidade da agricultura camponesa.

Além do trabalho, outros tantos traços culturais contribuíram na formação da identidade camponesa. Limitamo-nos a destacar a família e a religião. A concepção, organização e educação perpassadas pela família e pela igreja são traços culturais marcantes, que ultrapassam gerações.

Na organização familiar vigorava o regime patriarcal. O chefe de família gozava de grande autoridade. Quem mandava, em tudo, era o marido. A mulher devia ser-lhe sempre submissa. Em relação ao trabalho, a mulher sentia-se responsável pela economia do lar e trabalhava, lado a lado com o marido, até nas tarefas mais árduas e pesadas. Além dos afazeres do lar e do cuidado dos filhos, a mulher sempre trabalhou, submissa e serviçal ao marido, executando as tarefas que ele executava, mesmo estando grávida ou com pouca saúde. Este não deixa de ser um dos aspectos negativos do patriarcalismo, presente ainda hoje em muitas famílias do interior (DOTTO, R.. e DAMIAN, 1975, p. 18-30).

Mais adiante, o autor chama atenção à moral, afirmando ser severa, confundindo afeto com sexo, sexo com pecado, pecado com exclusão; sexo para procriação, virgindade, bons costumes, etc. são concepções que marcaram as relações da época. Estes

traços morais e culturais constituirão herança, fincando suas raízes no meio rural, determinando o ser da família e o seu trato com as demais coisas.

Em relação à religião, seu objetivo era constituir um espaço de coesão e de unidade nas comunidades. Daí a preocupação em adquirir terreno (ou induzir um bom cristão para que fizesse doação), construir a capela¹⁶, o salão esportivo, a cancha de bocha, etc. Tudo isso ganha sentido gravitando em volta da capela, espaço de reprodução e transposição da vida que existia na Europa. Estes traços culturais, que tanto marcaram o novo perfil dos camponeses, só mais tarde, com a crise da agricultura colonial e a penetração de novas relações através da modernização conservadora da agricultura, é que começarão a declinar.

1.3 - Passando pela “Revolução Verde”

A introdução do paradigma da modernização na agricultura¹⁷, manifestado com o início da crise da agricultura colonial, suscita uma discussão em torno das marcas impregnadas na realidade e na vida dos camponeses, pois de todos os seus pressupostos, certamente, foi o que mais influenciou, transformando a sociedade, os camponeses e seu modo de vida e de produção. Para Menasche (1996, p.48), a diferenciação entre o homem camponês moderno e o homem camponês tradicional somente poderá ser compreendida pelo

¹⁶ Originalmente, capela era o local de reuniões, de culto, da missa. Com o tempo passou a ser entendida como comunidade. Exemplo disso é o nome de certos “Santos e Santas” que foram sendo colocados como nome das linhas, comunidades, pequenas povoações. A capela integrava as etnias, mantinha a identidade, constituía-se numa forma de condicionamento de comportamentos, hábitos e costumes, modeladores da vida das pessoas.

¹⁷ Compreendemos a modernização da agricultura como o processo de mudanças nos métodos e técnicas de produção, na utilização de máquinas, equipamentos e insumos, nas relações sociais de produção.

entendimento da passagem da agricultura colonial à agricultura moderna. Contextualizar e apontar os estrangulamentos desta crise, certamente, nos ajudará nesta compreensão.

A agricultura colonizatória era um processo contraditório de autonomia e de submissão, com progressiva seleção e exclusão, resultando em proprietários e excluídos da terra. Nela, deve-se reconhecer a bagagem específica de cada cultura (índios, negros, imigrantes, lusos, etc.), que cindiram e fundiram novas identidades. Ela desenvolveu-se nas áreas de mata, tendo a exploração familiar como base de reprodução econômica, de socialização, interação. A Família era uma realidade material e simbólica fundamental, além de garantir a auto-estima e a autonomia de trabalho. Esta agricultura, praticada em pequenas propriedades, utilizava instrumentos bem simples. As técnicas de preparo, cultivo e colheita eram resultado do acúmulo de experiências, transmitidas de geração em geração. As fontes de energia eram naturais. O comércio e as pequenas indústrias giravam em torno das vilas. Seu objetivo principal era a produção diversificada, a alimentação, sendo o excedente destinado à comercialização ou às trocas.

É de se destacar as características culturais do homem colonial. Entre elas, a sua dependência material. A pequena propriedade sempre foi marginal, dependente das condições naturais e “*sobrenaturais*”. Vivia de probabilidades. Outra característica é o trabalho realizado em intimidade com a natureza, onde o agricultor transforma-se enquanto pessoa, reafirma sua condição de classe, sua dignidade. A terra era realidade central, segurança, prosperidade, vida. Por ela, eram asseguradas as condições de vida, a sobrevivência, a autonomia. Mas este modelo de agricultura estrangulou-se.

Segundo Brum (1983, p.87-88), entre os fatores que conduziram a este estrangulamento estão o esgotamento da fertilidade natural do solo; a utilização de métodos e técnicas que negligenciavam a defesa e a recuperação da terra; a redução substancial do tamanho das propriedades, que influenciaram na aceleração da exploração e os baixos preços

dos produtos agrícolas, sempre aviltados pelos comerciantes locais e atravessadores. Este processo de decadência culminou no período entre 1950 e 1960, ocasião em que se deu a corrida dos “*gaúchos*” para outros estados, iniciando novo ciclo de exploração agrícola em terras de matas.

O próprio sistema capitalista internacional estava acompanhando a evolução desta decadência da agricultura colonial. Os ideólogos da “*revolução verde*”¹⁸ afirmavam que a agricultura tradicional estava fadada a morrer, pois apresentava baixa produtividade, gerava pequeno retorno aos agricultores e, com isso, não mais estimulava o investimento no setor. Esta agricultura deveria ser substituída, e não transformada, pela moderna agricultura. O processo de desenvolvimento já estava em andamento na Europa, a partir de três etapas, segundo Samir Amim (1977, p.21-25): a) a etapa do mercantilismo (séculos XV-XIX), em que aconteceu a primeira transformação da agricultura, com a mercantilização e a desagregação das relações de produção feudais. É a fase da acumulação primitiva, na qual se constituem o capital e o operariado; b) no século XIX, realiza-se a etapa que corresponde ao desenvolvimento do modo de produção na indústria; c) no século XX, a etapa em que se desenvolve a industrialização da agricultura. A tese de Amim é de que:

as relações de produção capitalista aparecem inicialmente na vida rural, mas limitadas pela resistência do modo de produção feudal; em seguida estas relações se transportam para o campo de atividades novas, a indústria urbana, onde assumem formas definitivas e abandonam a agricultura; enfim, apropriam-se de toda a vida social e integram a agricultura de forma tal e mais profunda (AMIM, 1977, p.21).

É de se destacar que, na Europa, a revolução agrícola precedeu a revolução industrial, o que não aconteceria no Brasil e em outros países do terceiro mundo, onde a revolução industrial tornou-se o “*carro chefe*” da revolução agrícola. Portanto, é neste

¹⁸ A revolução verde foi um pacote de medidas com o objetivo de aumentar a produção e combater a fome das populações pobres. A promessa era acabar com a fome através do emprego de sementes melhoradas. Consistia em novos cultivares, novas técnicas de preparo e manejo do solo, plantas e pragas, uso de fertilizantes, pesticidas, mecanização das lavouras, etc. Hoje, estaríamos vivendo a revolução verde II, fase onde a biotecnologia re-atualiza promessas e milagres.

contexto que é pensada a adoção do novo paradigma, o da “modernização conservadora”¹⁹ da agricultura. Assim, o início deste processo ocorre em perfeita sintonia com a expansão do capitalismo internacional. Os capitais acumulados, industriais e rurais, penetraram no centro-sul, em pólos de ferrovias, portos, no escoamento de café, em processos urbanos e industriais, em atividades comerciais e bancárias (MENDONÇA, 1989, p.22). Onde a agricultura era mais carente, dispondo de solos pobres, técnica de cultivo rudimentar, sem transporte, é que o capital internacional atuaria de forma mais intensiva, criando condições, modernizando e capitalizando a agricultura.

O processo de questionamento do modelo agro-exportador, baseado na grande propriedade, já estava em andamento e remonta aos anos de 1920 a 1929, ano da culminância da crise mundial. Setores diversos passam a “pregar” a necessidade de superar as manifestações de atraso no campo. Esta incapacidade da agricultura exportadora em sustentar o desenvolvimento do país provoca uma séria crise, que resulta na “Revolução de 30”, tendo como uma de suas maiores bandeiras a industrialização. Esta revolução é um marco histórico da opção brasileira pela industrialização. A partir desta opção, aconteceram profundas mutações na estrutura produtiva e na sociedade como um todo. Estas preocupações conduzem à discussão do problema da industrialização, vista como indutora do progresso.

As oligarquias agrárias não ficam de fora deste processo. Elas fazem parte do pacto de poder com os setores capitalistas industriais e têm força suficiente para impedir qualquer reforma que ameace suas bases de sustentação. A agricultura passa a funcionar como captadora de dólares para financiar a implantação das indústrias. Os camponeses, originários do processo de colonização, ficariam com o papel de produzir para o mercado interno,

¹⁹ Conservadora porque não contemplou a reforma agrária e porque pregava que somente com o uso de tecnologias (trator, semente híbrida, adubos químicos, agrotóxicos, etc.) seria possível produzir com máximo aproveitamento da área, em qualidade e quantidade. José Graziano da Silva (1981:126) denominou tal modernização no Brasil de “modernização dolorosa” porque o processo de reestruturação produtiva se deu sem alteração da estrutura fundiária, em espaços agrários concentrados e especializados em atividades intensivas de capital (soja, laranja, avicultura) e sob o forte apoio do Estado.

sujeitos a rigoroso controle de preços dos produtos, por parte do Estado, com o objetivo de garantir uma cesta básica a custos reduzidos, viabilizando os baixos salários dos operários.

Portanto, o rasgo fundamental das mudanças foi o processo de industrialização, processo presidido pelo capital monopolista, aliado ao latifúndio e sob a égide do Estado, significando a transformação da “base natural” em que se assentavam as economias.

Neste sentido, a agricultura também passou por um processo de industrialização que, em última instância, significou a passagem de uma atividade de apropriação das condições naturais existentes para uma atividade de fabricação dessas mesmas condições, quando ausentes (SILVA, 1981, p.126).

O impulso a este processo se daria mais intensamente a partir da Segunda Guerra Mundial, tendo os Estados Unidos e seus grupos econômicos como fiadores do processo. Diante de uma guerra que se vislumbrava como longa, dispendiosa e que desarticulava o sistema produtivo, o capitalismo internacional, alegando motivações humanitárias, propõe-se a desenvolver os novos processos tecnológicos na produção como parte da estratégia alimentar internacional. O objetivo era arrolar novos continentes para desenvolver o capitalismo e substituir a agricultura tradicional por outra, moderna e mecanizada. Com isso, abrir-se-iam novos canais para expandir negócios, fornecer insumos, máquinas, tecnologia, etc. A “*revolução verde*” funcionaria como o carro-chefe para ampliar no mundo a venda de insumos agrícolas modernos, mecanizar e industrializar a agricultura, implementando o novo paradigma na agricultura (BRUM, 2002, p.27).

Sendo assim, resolvido o problema da indústria, inicia-se a industrialização da agricultura. Processa-se, então, a expansão da grande empresa capitalista na agropecuária, com grandes transformações nas atividades deste ramo, provocando a intensificação da produção e a elevação da produtividade do trabalho. “*Essa industrialização da agricultura é exatamente o que se chama comumente de penetração ou desenvolvimento do capitalismo no*

campo” (SILVA, 2001, p.14). Assim, o sistema passa a “fabricar uma natureza” adequada à produção de maiores lucros.

Com o desenvolvimento deste processo, segundo Graziano (2001, p.46), resolvia-se a “*questão agrícola*”²⁰, mas agravava-se a “*questão agrária*”, pois a rápida industrialização, iniciada a partir dos anos sessenta, viria a aumentar a miséria e a exploração de grandes massas camponesas. Com isso, mais uma vez, a agricultura camponesa não conseguia acumular e constituir um forte mercado interno porque seu papel era financiar a subsistência do operariado. Este processo fez crescer o contingente de empobrecidos e sem-terras, excluídos pela concentração da terra. E com isso “(...) *os trabalhadores rurais foram atraídos a ocupar os espaços de trabalho criados na cidade*” (FRICKE, 1999, p.49). Essa mão-de-obra farta e barata foi constituindo o exército de reserva de origem camponesa.

Em outras palavras, a origem das grandes cidades e de seus graves problemas tem suas raízes no modelo de desenvolvimento adotado e na manutenção do latifúndio, que, explorando os camponeses e contando com privilégios do Estado, cada vez mais enriqueceu e concentrou terras. Esta oligarquia rural agro-exportadora e de origem colonial (burguesia agrária) acabaria mesclando seus interesses entre agricultura, comércio, finanças e indústria. Constituiu-se num setor sem o mínimo interesse em realizar transformações nos pilares do poder e na realização da reforma agrária.

Com a modernização da agricultura e suas inovações, mudam as relações técnicas do homem com a natureza. Mas, principalmente, mudam as instituições, as estruturas sociais, as formas de lutas, as formas de organização dos camponeses. Mário Osório Marques dirá que o ingresso na economia de mercado e o uso corrente do dinheiro, que suprime a

²⁰ A questão agrícola, embora esteja relacionada à questão agrária, é uma questão diferenciada. Ela está relacionada com a produção, a liberação de mão-de-obra para a indústria, às matérias primas, etc. A questão agrícola “...*diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz*” (Graziano, 2001, p.11).

mediação do comerciante e da cooperativa, gerarão novos padrões de trabalho, de relacionamento entre os agricultores, entre as comunidades, ou seja,

A modernização da agricultura, substituindo as coisas com que o homem lida e os problemas que enfrenta, afeta o próprio homem em seus modos de ser e agir. A cultura é um todo integrado, funcional, onde uma mudança em qualquer setor vai exigir acomodação de todos os outros. A máquina, o implemento agrícola, a semente melhorada refletem, na sua forma e significado, a concepção de mundo e de vida neles impressa por quem os produziu e que vai ser assimilada, lenta e imperceptivelmente, mas com eficácia segura, por aqueles que os utiliza. A adoção de práticas modernas na agricultura exige e condiciona um outro ritmo de vida, outra mentalidade, habilidades novas, nova postura frente à vida e o mundo, frente aos outros homens. O trabalho se racionaliza, racionalizando a vida (MARQUES, 1973, p.81-82).

Apesar de tantas promessas, o desencanto chegou. O primeiro sinal deste desencanto se deu com a crise da monocultura da soja, a partir de 1970. A estratégia capitalista revela-se e generaliza-se através do discurso da “*diversificação da produção*”, tendo em vista o direcionamento da produção de produtos voltados às demandas das agro-indústrias e satisfação das necessidades do mercado internacional. Praticamente todas as entidades e organizações, civis ou públicas, a partir dos exemplos que vinham de fora, dos relatos de experiências bem-sucedidas, pelo contato em campos experimentais, passam a falar numa só linguagem, e como um rastilho de pólvora este discurso se alastra (FRANTZ, 1982, p.207), fazendo multiplicar os clamores por mudanças na agricultura. A mudança significava diversificar as propriedades, agroindústrias, empresas, cooperativas, sindicatos, etc. Os discursos sobre a “*organização da produção*”, incrementado com as propostas de plantas conjugadas, pecuária e agricultura consorciadas, passam a fazer parte da pauta das organizações e políticas públicas dos governos. Diversificar passa a ser sinônimo de segurança, maior produção, mais renda, recuperação do solo, melhor alimentação, saúde, etc. Diante disso, os pequenos agricultores, que estava sem perspectiva alguma, concluem : “*vamos diversificar*”.

A partir daí, a monocultura, tão festejada pela modernização, passa a significar pragas, doenças, envenenamentos. Ironicamente, o bastão da modernização passa a significar atraso. Menasche (1996, p.111) constata que foi neste período que se desenvolveu intensamente o discurso da “*cadeia produtiva*”²¹. Esta idéia acabou funcionando como mais uma estratégia internacional para superar a crise e impulsionar a agricultura, diante das contínuas frustrações. E mais uma vez a educação e a pesquisa estiveram aliadas às várias organizações voltadas à extensão rural, de defesa e organização dos pequenos agricultores, “*fazendo a cabeça e a alma dos pequenos agricultores*”.

No que resultou tudo isso? Com os atrativos do mercado internacional, os pequenos agricultores aderiram a este modelo produtivo e aos produtos tidos como rentáveis, ligados às agro-indústrias e à integração, tais como a soja, galinha, porco, laranja, leite, etc., deixando de cultivar os “menos rentáveis”, de base alimentar, destinados à subsistência, tais como, queijo, milho, feijão, arroz, mandioca, trigo, etc. E quando os momentos de crise internacional chegaram, não mais produziram para a exportação e nem para o mercado interno. Com isso, os pequenos agricultores ficaram endividados, dependentes da importação, abandonando costumes, valores e culturas da agricultura camponesa.

Entretanto, as estratégias capitalistas precisavam dar novos rumos à agricultura. Com isso, ganha força a famigerada “*integração*”²² da economia às agro-indústrias. Guimarães (1979, p.113), em relação a este fenômeno, constata que “(...) *uma parte crescente das necessidades de consumo da agricultura não é mais obtida dentro das explorações agrícolas: é suprimida pela indústria (...)*”, com tecnologias mais avançadas e

²¹ A cadeia produtiva pode ser entendida como uma parceria entre produtor e consumidor tendo em vista agregar maior valor ao produto e tornar-se mais competitivo no mercado.

²² Para Belato (1985, p. XI) “A temática da integração indica sempre a ação do capital sobre a agricultura, seu movimento de concentração nos segmentos a jusante e a montante da produção, bem como a transformação do camponato expressa na destruição irreversível de suas formas históricas de organização e produção, seguida da expulsão da população excedente do campo” Na dissertação de Belato (1985) é feita profunda discussão sobre a questão da integração e as transformações que implica na vida dos camponeses.

sem levar em conta a autonomia dos pequenos agricultores. Para Belato (1985), esta nova estratégia foi pensada pelo capital internacional. Para consumir este intento, o sistema pensou e serviu-se de intervenções diversas, tais como: serviços de extensão e crédito, controle dos insumos, diferenciação, seleção e exclusão dos camponeses, criando e recriando o campesinato para o capital, pelo patamar do nível técnico exigido pela produção, pela concentração da terra, etc.

Esta consolidação da integração, segundo Belato, intensifica e atualiza a exploração do trabalho camponês, faz perceber que o capitalismo não precisa exterminar o camponês, mas precisa continuamente dar nova roupagem para seus papéis, recriando “*novas, superiores e avançadas formas de extração de excedentes*”. Em outras palavras, esta nova estratégia internacional descapitalizou os camponeses, além de introduzi-los em nova forma de escravidão, pois se apropriou dos bens, da infra-estrutura e do trabalho da família.

A modernização da agricultura, em suas diversas etapas, transformou e está transformando a realidade. Entretanto, não foi e não é acessível a todos. Faz parte da sua estratégia incluir, sendo seletiva e, ao mesmo tempo, excluir os camponeses e seu sistema de produção, em sua grande maioria. Além do mais, ela só se desenvolveu com altos custos, com grandes impactos no processo produtivo, produzindo relações sociais de exploração.

Os camponeses não “*aderiram*” à modernização, foram empurrados a ela. Entraram convencidos pela propaganda enganosa. A partir daí, os que possuíam alguma reserva de terra (potreirinho ou capão) lavraram tudo. O crédito foi farto e, com ele, veio a comodidade. No entanto, no “*frigor dos ovos*” sobrou muito pouco: montes de ferro velho, as dívidas nos bancos e as terras destruídas, compactadas, sem matéria orgânica (SAVARIS, 1988, p.31-32). O pacote tecnológico refletiu-se na destruição de terras, na perda da fertilidade, na extinção de variedades, poluindo águas, ar e vidas. Ele aumentou as pragas, doenças, acelerou o desenraizamento de culturas e a perda do saber popular. Enfim, reduziu

os níveis de segurança alimentar, trazendo impactos indesejáveis, incontroláveis, reduzindo a biodiversidade. Esta adoção do modelo da modernização desarticulou os pequenos agricultores, proletarizando de forma crescente os camponeses. Deste modo, a modernização teve dolorosos custos de natureza sócio-econômica:

Ao contribuir para exacerbar os males inerentes à agricultura capitalista, ao acelerar a concentração da propriedade territorial, ao provocar uma ainda mais rápida valorização das terras e dos preços dos arrendamentos, ao dilatar o fosso entre maioria dos agricultores de altas rendas e a maioria de baixa renda, ao depender da aplicação indispensável de pesada carga de insumos modernos de elevados custos, a “revolução verde”, em vez de uma saída, veio constituir-se em um problema a mais, dentre os muitos criados pela crise agrária geral (GUIMARÃES, 1979, p.227).

Mas, certamente, os custos sociais e culturais foram maiores. O lado mais perverso deste processo foi o que causou os grandes problemas sociais, a seleção e submissão dos camponeses.

É inegável que o processo de transformação atingiu o setor agrícola e as unidades camponesas. Estas transformações, que procedem do núcleo capitalista, passam a ter significados e reflexos na vida e na identidade camponesa. O capital transformou-se e com ele transformou a pequena produção e o próprio camponês. Deste modo, não mais podemos nos iludir que a pequena propriedade e o camponês saíram ilesos deste processo de modernização. O modelo foi recriando novas formas e novos papéis para os camponeses.

(...) o que se observa ainda hoje é a presença de pequenas unidades familiares onde os produtores se organizam com base no trabalho da família e com a ajuda de trabalhadores contratados apenas temporariamente em épocas determinadas do ciclo produtivo (...) e com um nível muito baixo de tecnificação. Mas esse tipo de unidade não é absolutamente fechado ou independente, pois seu grau de participação no mercado (...) é bastante elevado. E é justamente nessa vinculação crescente ao mercado à circulação capitalista de mercadorias que se materializam as formas concretas de extração do excedente ou sobretrabalho desses camponeses (SILVA, 1981, p.126).

Essas transformações operaram-se no sentido de tornar mais dependentes as unidades camponesas, seja na obtenção dos seus meios de vida, insumos necessários à

produção, instrumentos de trabalho, aquisição de terras; seja na comercialização de seus produtos, ampliação de seu mercado de trabalho, etc. As propriedades camponesas foram forçadas a se especializar em determinados tipos de produção e produtos, passando por pressões e imposições para que se tecnificassem. Entretanto, nem a especialização e nem a tecnificação crescente resultaram em oportunidades melhores, nem em mais dignidade para os camponeses. O camponês contemporâneo continua “*sem se apropriar do lucro, nem da renda da terra*” (SILVA, 1981, p.138), tal como o camponês tradicional. Isso mostra, mais uma vez, que as promessas espetaculares das elites (fartura, progresso e desenvolvimento) são “quimeras”, discursos velhos e batidos de uma burguesia que procura, constantemente, metamorfosear-se, tentando de todos os modos manter submissos os trabalhadores.

O grande capital retira-lhe esse excedente, permitindo que ele se aproprie apenas do necessário à sua reprodução como pequeno produtor (...) a pequena produção resiste à custa de crescentes sacrifícios dos membros da unidade familiar (...) o que evidencia o processo de proletarização a que estão submetidos, numa indicação clara de que a sua própria reprodução enquanto produtor está sendo comprometida (SILVA, 1981, p.138).

Assim, para Graziano, além das transformações internas pelas quais passa a agricultura camponesa, o capitalismo também modificou profundamente o papel da pequena produção camponesa. Os pequenos agricultores, além de produzir para a subsistência e vender o excedente, passam a produzir, majoritariamente, para o mercado. Ao lado disso, passam pela imposição de serem grandes compradores (insumos, máquinas, etc.). Se antes dependiam quase que exclusivamente da mão-de-obra familiar e dos recursos da própria terra, de agora em diante passam a depender do mercado e de suas leis. Deste modo, com a penetração do capitalismo no campo e o processo de modernização transformando o campo e os camponeses, novos papéis foram sendo pensados para os pequenos agricultores e para a pequena produção. O camponês ganha novas atribuições e determinações, gerando contradições e novos papéis políticos.

Neste ambiente, as lutas pela terra e pela reforma agrária ganharam novos sentidos e novas dimensões. Muito além de ter terra, a luta passa, fundamentalmente, pela construção de um novo sistema de organização social e econômica da produção, ou seja, “*A reforma agrária passa assim a ser vista não como uma reforma para o fortalecimento do sistema capitalista, mas como o primeiro passo que pode levar à sua própria superação*” (SILVA, 1981, p.14).

Os camponeses muito aprenderam destes confrontos e por estes caminhos da penetração do capital no campo. Foi enfrentando e resistindo que eles tiveram a possibilidade de recompor sua cultura, reordenar seus interesses e suas organizações. Resultado destes confrontos são as transformações culturais, o nascimento de um outro homem e outra mulher, com novas iniciativas, mais autonomia e com projetos próprios. A avalanche modernista, apesar de tudo, não conseguiu destruir a cultura e a identidade camponesa e seu modo de produção. Os camponeses e suas pequenas propriedades continuam reproduzindo e mantendo uma relação produtora de alimentos básicos para o país. A condensação de experiências e a potencialização de forças estão a indicar novas etapas na emancipação, “azeitando” os movimentos e as relações sociais.

Por fim, é importante destacar que em todo este processo de modernização, que visou a atender aos interesses do capital internacional e manteve intocável a estrutura agrária, causando desigualdades regionais e massas desempregadas, a educação foi instrumento fundamental. A educação precisou ser modernizada para que o homem rural pudesse adaptar-se a este novo modelo (SAVARIS, 1988, p.36). Neste campo e nos incentivos à pesquisa, os governos atuaram intensamente. Educação e pesquisa transformariam a base tecnológica da agricultura, industrializando os seus processos. As escolas passam a exercer uma função formal, pensada em razão das necessidades deste novo modelo. A propósito, foi neste contexto que nasceram os colégios agrícolas no Rio Grande do Sul (antes de 1964).

Mas, deve-se reconhecer que a preocupação com a educação e a extensão rural é bem anterior ao processo da modernização. Szmrecsányi e Queda (1972, p.268-287) analisam tais papéis educacionais e extensionistas em nossa agricultura. Para eles, as origens da educação e extensão rural remontam ao período da independência, com a vinda da família real e o nascimento do jardim Botânico do Rio de Janeiro (1808), com suas finalidades científicas e econômicas. A partir do Jardim, pensou-se o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas (1860), mais tarde, transformado em Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, tendo em vista repassar para a esfera do Estado funções regulatórias e de assistência técnica. A modalidade desta assistência teve inspiração européia (francesa), conhecida como “fomento” e cujas finalidades eram:

(a) o fornecimento de insumos para a produção, isto é, a organização dos serviços especializados para a distribuição, ou venda a baixo preço, de sementes, mudas, fertilizantes, inseticidas, etc.: (b) a prestação de serviços básicos no que se refere à mecanização agrícola, conservação do solo e da água, obras de irrigação e drenagem, estradas vicinais e outras construções rurais; (c) assistência técnica propriamente dita, orientada para determinados ramos da produção vegetal e animal (SZMRECSÁNYI E QUEDA, 1972, p.270).

A conjuntura foi fazendo melhorias e acréscimos nestas modalidades de serviços. Novos órgãos foram sendo criados ou reestruturados. Mas como o fomento foi seletivo, envolvendo altos custos e atingindo apenas uma minoria privilegiada, instrumento clientelístico e politiquero, resultou em nada. Diante das deficiências, após a Segunda Guerra, pensou-se em novas formas de assistência técnica, distintas do fomento. Surgia a “extensão rural, ou a assistência técnica educativa, cujo objetivo fundamental era “(...) desenvolver homens, mulheres e jovens dotados de autoconfiança, capacidade e compreensão, aptos a assumirem responsabilidades” (SZMRECSÁNYI E QUEDA, 1972, p.271).

A partir disso, todo o sistema nacional de assistência técnica e extensão rural passa a ser reestruturado e dinamizado em seus objetivos, inclusive a EMBRAPA²³, entidade que passa a seguir as orientações internacionais através de subsídios e “recomendações”, através de estágios de técnicos e cursos de aperfeiçoamento, a EMBRATER e, de atuação mais direta com os agricultores, a EMATER. Em outras palavras, a reestruturação e a dinamização significavam a adoção da política do cérebro fora da cabeça ou da cabeça sem corpo, com objetivos bem determinados:

(...) controle da articulação dos produtores rurais, à introdução de novas culturas, de técnicas de cultivo e manuseio do solo e, também, à orientação alimentar. Os rumos de sua orientação geral dependem da natureza do modelo econômico e agrícola e do tipo de suas relações com os centros internacionais de pesquisa (BRUM, 1983, p. 65).

Esta concepção de extensão repercute, segundo Szmrecsányi e Queda (1972, p.284), por privilegiar uma clientela seletiva, pouco numerosa e ser voltada basicamente ao mercado. Além de ser pensada e estar subordinada aos interesses do capital, tendo em vista impulsionar o projeto da modernização, para manter no jugo as alternativas camponesas de construção de uma outra agricultura, mais autônoma e solidária. Em outras palavras,

A extensão rural permitiu intervir duplamente sobre o campesinato: enquanto difusão de uma ideologia comunitária, portanto, de uma ideologia capaz de sofrer a mais completa despolitização e escamoteamento da natureza política da intervenção direta das agências imperialistas associadas com as agências e/ou agentes do estado receptor, ao mesmo tempo em que preparava as condições de penetração, por etapas, dos componentes do capital: crédito, insumos e equipamento (BELATO, 1985, p.377).

²³EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) surge no período militar (1971), da subordinação da área de ciência e tecnologia à autoridades econômicas. Através da Embrapa acontece uma reestruturação do sistema de pesquisa agropecuário. Um de seus inspiradores foi Ruttan (Minnesota, USA) que tinha como missão estabelecer um sistema de pesquisa agrícola capaz de dar suporte para a transição da agricultura brasileira baseada em recursos naturais para a indústria baseada na tecnologia. Para tanto a Embrapa deveria seguir quatro princípios norteadores: 1) queimar etapas através de transferência e adaptação de pacotes tecnológicos produzidos no exterior; 2) colaborar com a indústria de insumos e equipamentos agrícolas; 3) esforçar-se em sua pesquisa por produtos mais importantes; 4) envolver universidades na pesquisa. O espírito que criou a Embrapa foi o mesmo que criou as estações experimentais nos USA e que foi repassado à Ascar (Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural), à Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) à Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural).

A propósito, remonta a este período as análises instigantes de Paulo Freire (1977), em relação a “extensão e comunicação”. Para Freire, a ação do educador junto dos pequenos agricultores “(...) *deve ser a de comunicação, se quiser chegar ao homem, não ao ser abstrato, mas ao ser concreto inserido em uma realidade histórica*” (FREIRE, 1977, p.12). Para Freire (1977, p.13) a extensão se aproxima da invasão cultural, pois é um ato de levar, transferir, depositar, englobando ações que transformam o camponês em coisa, objeto de planos de desenvolvimento. A extensão só tem sentido se tomarmos a educação como prática de domesticação, teoria antidialógica, onde o espaço histórico-cultural do outro é invadido com o meu espaço histórico-cultural. É por isso que Freire dirá que o conhecimento segue por outras direções:

Conhecer, na dimensão humana (...) não é ato através do qual um sujeito transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe (...) O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e reinvenção (...) Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos (FREIRE, 1977, p. 27).

1.4 - Embate que se Re-atualiza: O Futuro do Campesinato

A modernização conservadora da agricultura, processo seletivo e implementado sob a direção do Estado, provocou profundas transformações nos processos produtivos, trazendo impactos em diversas áreas, incidindo na vida e nas condições de reprodução camponesa. Nesta nova fase do capitalismo internacional, de globalização da economia, continuam a se verificar transformações no processo produtivo, com privilégios de áreas, produtos e segmentos sociais, agravando ainda mais a concentração da terra e da renda.

A terra, o trabalho e o capital, principais fatores da produção agrícola, cedem lugar à ciência, à tecnologia e à informação, sendo incorporados ao processo produtivo e conduzidos a horizontes jamais vistos e imaginados.

Entretanto, apesar das transformações que o sistema de produção camponesa tem sofrido através da história, onde cada etapa de desenvolvimento vai apresentando especificidades, avanços e limites, o camponês foi resistindo e, teimosamente, continuou sendo camponês. Por mais que as forças de cooptação e de assimilação estivessem presentes houve resistência em não se deixar transformar em apenas mais um assalariado, instrumento de trabalho subordinado nas mãos do capital. Os momentos se sucederam, mas muitas características camponesas resistiram e se consolidaram.

Em todo esse tempo conservou as características fundamentais do sistema, como unidade familiar de trabalho da terra, simultaneamente de produção e de consumo. A dimensão dessa terra, a natureza dos vínculos econômicos e jurídicos, a forma de sua utilização, a tecnologia empregada, a capacidade de produzir excedentes para o mercado, o nível de sua renda – todas estas particularidades podem classificar a unidade produtiva camponesa numa escala variada de categorias socioeconômicas, sem contudo alterar sua característica essencial: a de uma unidade de trabalho agrícola (GUIMARÃES, 1979, p. 251).

Diante deste quadro, diversas correntes de compreensão têm se preocupado com a questão da agricultura e alimentado o debate sobre o passado, o presente e o futuro dos camponeses. No rol destas correntes, além de retomar a discussão clássica, objetivamos contextualizar e compreender a visão dos movimentos sociais acerca do papel e missão histórica dos camponeses, diante das metamorfoses e recriações que o capitalismo vai formulando, através dos tempos, com sua penetração no campo. Esta é, portanto, uma discussão que visa a preparar o terreno para inserir e desenvolver o objeto de estudo, o MPA, em sua conjuntura e em suas tarefas históricas junto dos camponeses.

Primeiramente, a discussão sobre a existência e o futuro do campesinato, em seus aspectos histórico-teóricos, teve seu auge no final do século XIX e início do século XX, ocasião em que marxistas e populistas russos procuraram analisar a entrada do modo de

produção capitalista no campo. Em nossa visão, o materialismo histórico, como teoria da história, continua sendo um dos melhores instrumentos metodológicos para analisar as formações sociais, econômicas, históricas. No entanto, estes debates só ganham significado se relacionados às circunstâncias históricas em que a análise é efetuada, ou como disse Marx, no “*calor dos acontecimentos*” (“O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte”). Neste sentido, ao resgatar esta discussão sobre a questão agrária e sobre o campesinato, temos presente que eles estiveram marcados, tanto pelas conjunturas históricas em que foram elaborados, quanto pelo momento do desenvolvimento do capitalismo a que se referem.

Na discussão, a corrente clássica e majoritária que perpassa o campo das esquerdas é a da “*transitoriedade da produção camponesa*”. Marx e Engels, Lênin e Kautsky são os teóricos que mais se destacam. Para eles, a produção camponesa é transitória e só está acontecendo em lugares onde o capitalismo ainda não se desenvolveu suficientemente, ou seja, há uma tendência do capitalismo em desenvolver-se, avançar em direção ao campo e transformar as relações camponesas em relações de assalariamento. Isso significa: os camponeses, com o avanço do capitalismo, estariam com os dias contados, viveriam sua condição de miseráveis até sua completa eliminação.

Marx e Engels, que estudaram as formações sociais e sua evolução, constatam que, até o momento histórico presente, o campesinato nunca encarnou projeto algum de transformação social e, portanto, a história estaria a lhes negar possibilidades de ser uma classe para si. Eles até reconheceram, nos camponeses, capacidade de luta e resistência pela manutenção e reprodução de sua vida. Em outras palavras, os camponeses até tinham papéis a serem desempenhados dentro da luta de classes. Neste sentido, Lênin (“Aos Pobres do Campo”, 1988) mostra que, no campo, a luta de classes se fez e se faz presente com muita intensidade. Para Lênin, a compreensão de luta de classes significa:

(...) luta de uma parte do povo contra a outra, a luta da massa dos que não têm direitos, dos oprimidos, e dos trabalhadores contra os que detêm os privilégios, ou

seja, os opressores e parasitas, a luta dos operários assalariados ou proletários contra os proprietários, a burguesia (LÊNIN, 1988, p.64).

Mas, nesta leitura os camponeses não estariam contemplados? Para Lênin, no campo, também existe luta de classes, embora nem todos vejam e compreendam seu significado. Para tanto, ele dá significativos exemplos históricos de lutas (LÊNIN, 1988, p.64): na servidão, toda a massa dos camponeses lutou contra os seus opressores, os latifundiários e o clero. Mas, como os camponeses não se uniram a outras classes, foram esmagados. Lutaram como podiam e sabiam, rebelando-se a seu modo; quando “aboliram a escravidão”, os camponeses continuaram sem seus direitos, sendo vistos como uma classe de estado social inferior; depois, surgiu a “*luta do proletariado contra a burguesia*”, período em que as riquezas cresceram, surgiram prédios, indústrias, estradas, escolas, universidades. Mas todas estas riquezas e conquistas concentraram-se nas mãos de uma minoria, enquanto que a totalidade do povo trabalhador tornava-se cada vez mais pobre. Serão estas massas oprimidas, aliadas a setores liberais, que iniciarão grande e nova luta contra os poderosos do capital, unindo os pobres do mundo, abrindo perspectivas de transformação social, econômica e política para a humanidade.

No entanto, neste novo processo de luta e construção da sociedade, os camponeses entram na luta, pois eles também são massas trabalhadoras. Para Lênin, os camponeses deram e continuam dando muitos exemplos de lutas, através de revoluções e insurreições que fizeram repartir as terras, o poder, a educação, os destinos de tantas nações. Os camponeses sempre tiveram posição e tomaram uma decisão na história: “(...) *é melhor morrer em luta contra os opressores do que morrer de fome sem luta*” (LÊNIN, 1988, p.65). É verdade, os camponeses, em suas lutas para a afirmação de sua classe, tiveram muitas derrotas. Mas tais derrotas, segundo Lênin (1988, p.66), devem-se às próprias massas camponesas que caminharam sem informação, sem consciência, sem reivindicações políticas definidas e claras, sem a reivindicação e o compromisso de mudar o sistema estatal, as

estruturais agrárias e da sociedade como um todo. Na raiz desta falta de preparação, está a falta de articulação com as massas operárias das cidades.

Para Lênin (1988, p.66), o caminho para superar a falta de preparação e articulação é trabalhar, conscientizando, preparando, massificando as lutas, unindo cidade e campo, envolvendo todos os setores democráticos. Em outras palavras, os camponeses devem estar preparados pelas suas organizações, conscientes para lutar e construir o projeto popular, unidos numa rede de movimentos sociais, de abrangência nacional, a partir de seus vários níveis organizativos. Mas, para se chegar a esta preparação e conscientização, é necessário que se instaure um processo de educação, construído pelos camponeses: “(...) *é necessário explicar a doutrina (...) não apenas pelos livros, mas também em cada exemplo, em cada caso de opressão e de injustiça que vemos à nossa volta*” (LÊNIN, 1988, p.67)²⁴. Esta educação deve se desenvolver através de diversas práticas, sem medo e de forma criativa, pois “*Coisa nova muitas vezes de início não sai bem*” (LENIN, 1988, p.69), mas, deve-se persistir, pois tudo se aprende.

No entanto, apesar do reconhecimento e dos papéis a serem desenvolvidos pelos camponeses na luta de classes, na tradição marxista-leninista, o campesinato, entendido como classe social, não têm lugar, pois é de operários a massa dos oprimidos. Por que esta tradição não estaria vendo o campesinato como classe?

Marx e Engels, a partir de suas análises (As lutas de classe na França de 1848 a 1852; O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte e a Guerra civil na França, etc.), constatam que os camponeses, durante o ciclo revolucionário burguês, diante de um operariado que procurava se constituir como ator político cada vez mais ativo, não contribuía em nada, pois estavam alheios ou ao lado das forças contra-revolucionárias. Assim, o que se deveria esperar dos camponeses? O contexto era de industrialização da agricultura, a social-democracia dava

²⁴ Lênin, em “Aos Pobres do Campo” (1988, p. 67-69), fornece elementos importantes da dinâmica para explicar a doutrina a homens e mulheres simples, para reunir, formar, lutar, inflamar, agitar.

a entender que estava em andamento uma tendência: “(...) a *concorrência deveria eliminar progressivamente os camponeses, em favor dos grandes capitalistas agrários que dispunham de capitais necessários à mecanização e à concentração da propriedade do solo (...)*” (AMIM, 1977, p.25).

O protagonismo revolucionário camponês sofreria o maior golpe, no entanto, com a 3ª Internacional. A partir da experiência russa, desenvolvida por Lênin em seu livro “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” (1985), é demonstrado que as relações capitalistas vão se universalizar, chegando a todos os rincões. Frente à lei tendenciosa da concentração, onde a propriedade, os meios de produção, o crescimento dos trabalhadores rurais, a diferenciação entre agricultores, o reforço dos agricultores ricos, etc., se faziam presentes, Lênin visualiza duas tendências: as formas de transição vão sumir e os camponeses vão se proletarizar. Em outras palavras, no contexto histórico e teórico de Lênin, dois caminhos se vislumbram: virar burguês ou proletário. É neste contexto que realizamos a leitura:

(...) o velho campesinato não está apenas se diferenciando, ele está sendo totalmente dissolvido, está deixando de existir, deslocado por tipos de população rural totalmente novos, por tipos que constituem a base da sociedade na qual dominam a economia mercantil e a produção capitalista (LÊNIN, 1985, p.164).

A partir das teses e concepções de Lênin, o mundo e os PCs passam a adotar a matriz teórica da subordinação do campesinato ao protagonismo e à direção operária. Nesta mesma direção, Kautsky (1980:16) realizará suas análises, vendo a agricultura subjugada à indústria, traçando a lei da evolução agrícola, isto é, mostrando que, com os avanços da tecnologia e da indústria, a tendência seria o desaparecimento dos camponeses ou a sua existência subordinada às indústrias e aos avanços destas grandes empresas. Seriam “(...) *proprietários de suas terras, mas não seriam mais agricultores livres (...)*” (AMIM, 1977, p.26). Assim, a partir desta matriz teórica, o campesinato será compreendido como massa

explorada que age sob a direção da vanguarda operária. Esta concepção leva ao combate de tudo e todos que, de uma forma ou outra, davam aos camponeses qualquer protagonismo.

Entre as correntes combatidas, está a de Tchayanov (1993) e seus partidários, conhecida como teoria do “*modo de produção/organização da produção*”, uma concepção que propugnava a autonomia e o protagonismo dos camponeses no processo de transformação da sociedade. Para Tchayanov, nem tudo é capitalismo, pois os sistemas e formações sociais coexistem e interagem no capitalismo, ou seja, as unidades de trabalho familiar são diferentes das unidades de produção capitalistas, muito embora elas coexistam e até se relacionem através das trocas. Com isso, Tchayanov afirmava que, na agricultura, há uma lógica não capitalista de produção.

O trabalho da família é a única categoria de ingresso possível para um camponês ou um artesão, porque não existe o fenômeno social dos salários e, por tal motivo, também está ausente do cálculo capitalista de ganho (TCHAYANOV, 1974, p.125).

Assim, a economia camponesa está baseada no trabalho familiar e seu objetivo é a subsistência e não a busca determinante para a obtenção de lucro. A unidade familiar se organiza para atender às necessidades de consumo e este consumo é determinado pelas condições de cada família e pelo seu estágio de desenvolvimento ou de adesão ao capitalismo. Portanto, o cerne da teoria de Tchayanov é o equilíbrio entre o consumo e a auto-exploração do trabalho familiar, não tendo, por conseguinte, seu forte no trabalho assalariado. O produto do trabalho familiar é a única renda e é determinada por fatores internos (tamanho e composição da família, número de pessoas que trabalham, produtividade, esforço, etc.). Assim, a vida camponesa, segundo Tchayanov, não é apenas organizada em torno da produção, como uma empresa; ela é tanto um modo de existência, de vida, quanto um modo de produzir.

Para Samir Amim (1977, p.27), o cerne da questão é que esta teoria, apesar de nada de novo apresentar, mostra que “*o camponês não é um empresário capitalista, não*

procura maximizar o lucro do seu capital e acumular, mas antes viver na terra que é sua, em virtude de uma organização social camponesa". Amim, mais adiante, escreve: este modo de produção pertence à família dos modos de produção pequenos-mercantis simples, onde o produtor possui seus meios de produção (terra e equipamentos), troca produtos com outros, etc. Existem, mas não são hegemônicos e jamais existem sozinhos. Em todo caso, segundo Samir Amim (1977, p.30), a análise de Tchayanov, sejam quais forem seus limites, "*abre vastos horizontes sobre o problema da dominação do modo capitalista sobre a agricultura*".

Mas, sob o domínio do modo de produção capitalista na agricultura, coube a Stalin, a partir das teses de Lênin, impulsionar e concretizar as propostas e teses da Internacional, travando um avassalador debate e coibindo todas as propostas divergentes, suprimindo as propriedades rurais e implantando o coletivismo nos campos. A partir de Stalin e do seu tempo histórico, todos os trabalhadores serão operários e não mais camponeses.

Mao Tse-Tung (1982, p.38-41) será uma voz que até reconhece e resgata a força e a contribuição histórica do campesinato. Para Mão, os camponeses são uma força (vista como tempestade, como resistência aos tiranos). A questão é: aceitá-los ou rejeitá-los? colocar-se à frente deles e dirigi-los ou ficar atrás, gesticulando e criticando-os? No processo revolucionário chinês, os camponeses são reconhecidos, pois eles colocaram-se de pé para cumprir sua missão histórica: erguer-se e derrubar as forças feudais.

Mao Tse-Tung reconhece que nem todos assumiram esta missão histórica. Em sua tipologia, em que caracteriza os camponeses em ricos, médios e pobres, há reconhecimento explícito de que os pobres são força de luta, coluna vertebral das associações, vanguarda que dá direção aos camponeses e suas lutas. Sem estes, não haveria revolução na China e nem as inúmeras conquistas decorrentes das lutas camponesas (1982, p.48-57): a organização em associações, os golpes políticos e econômicos nos latifundiários, a derrubada do poder feudal, a derrubada das forças armadas do latifúndio, do poder e autoridade dos clãs,

religião, dos maridos, etc. Mas, mesmo resgatando muitos aspectos de protagonismo e reconhecendo a grande missão histórica dos camponeses, Tse-Tung continua falando na direção política do operariado sobre os camponeses. As teses de Lênin e da Internacional estão presentes nos fundamentos teóricos de suas posições.

Toda esta herança acima destacada, nós recebemos. No Brasil, esta herança foi marcante a partir das teses da Internacional e pela visão stalinista da evolução histórica (“*lei da sucessão dos modos de produção*”), que se traduzirá através do desenvolvimento e formação das sociedades: primitivas (índios); escravista (negros), feudal (índios-negros-mestiços-imigrantes). Esta mesma herança se fará presente na revolução capitalista, através do pacto das classes trabalhadoras e burguesas, tendo em vista liquidar com os movimentos e revoltas na primeira República e nas demais etapas de desenvolvimento do país.

A partir desta herança, as esquerdas determinaram o papel das massas camponesas: resistir e lutar, alcançando concessões e adotando a tática da reforma agrária. Esperava-se, com isso, gerar a massa de pequenos proprietários (pequena burguesia). Logo depois, se dissolveria a política reformista e se passaria para a etapa revolucionária, que consiste na coletivização e na criação das massas operárias do campo. Este foi o modelo de debate adotado pelo PCB e pela esquerda no Brasil, a partir de 1922.

Dentro deste quadro teórico-ideológico, o MST e o próprio MPA se debatem e acirram seus conflitos com outras posições antagônicas, refletindo os debates e conflitos de outras revoluções, ou seja, de um lado, vendo os camponeses taticamente como sujeitos políticos (com papéis históricos determinados), para depois serem suprimidos; de outro lado, os que defendem o protagonismo camponês, sua autonomia e sua condição social, ou seja, uma classe social que, apesar de tudo, continua sobrevivendo. Estas leituras, em confrontos, deram à sociedade brasileira a possibilidade de um entendimento complexo, pois ainda não foram resolvidas as questões. Em outras palavras, a partir das grandes teorias, outras correntes

teóricas foram sendo desenvolvidas, reinterpretando à luz das novas condições, lugares e etapas do desenvolvimento do capitalismo. Como entrou? Qual foi o papel dado às massas camponesas nas diversas etapas do desenvolvimento?

- a) vendo o campesinato como “*fruto de redefinições entre indústria e agricultura*”, ou seja, a agricultura e indústria se aproximaram profundamente através dos insumos, máquinas, processos produtivos em geral. Mas, isso não significou o fim do campesinato, antes, estes processos até reforçaram a existência do campesinato e de suas submissões ao mercado e ao capital;
- b) vendo o campesinato como forma específica de relação capital-trabalho, isto é, como redefinição das relações no campo. Nesta concepção, o capital coopta os camponeses e os submete a seus processos. Os que resistem acabam se proletarizando, empobrecendo e se tornando inviáveis diante do sistema;
- c) vendo o campesinato derivado dos obstáculos estruturais da produção capitalista no campo, tais como a baixa lucratividade dos investimentos capitalistas no campo. Para esta corrente, os camponeses produzem porque o capitalismo não conseguiu ainda se desenvolver, não conseguiu e não consegue abranger todos os setores. Assim, como o sistema não dá conta, delega para os camponeses algumas tarefas. O capital foge para determinadas áreas mais lucrativas, abandonando o campo;
- d) seguindo a visão de Tchayanov (Sorj, Shanin, etc.), vendo o campesinato como um “*componente histórico e ativo*” nas transformações da agricultura, fruto das contradições do capitalismo. No fundo, como o campesinato não se extinguiu e nem se proletarizou, pensaram numa redefinição ou “*equilíbrio*” conceitual. Shanin (1980) é um exemplo desta última análise. Ele se posiciona pela transitoriedade do campesinato, identificando tendências diversas de evolução camponesa. Esta diferenciação representou importante papel na transformação da agricultura. Para ele, o capitalismo tem imensa capacidade de

se transformar, mas não consegue transformar as coisas em sua semelhança. O campesinato não se submete, os pobres resistem, não desaparecem. Os camponeses não são vistos como componentes de um único modo de produção; eles existem em modos diversos e suas características sócio-econômicas se inter-relacionam com as características do modelo hegemônico.

Para Belato (cf. Parecer, 15/06/2004), em todos os debates entre orientações teóricas vindas da esquerda, em sua longa tradição de leitura dos destinos do campesinato, há um pressuposto de fundo que é preciso verificar em que pé anda ele: trata-se de contabilizar o número de mortos na batalha travada pela devastadora entrada do capital no campo. A modernização da agricultura foi tão bem feita que hoje o medo do capital não está mais no campo, mas está nas cidades, pois aí é que estão os camponeses. Neste sentido, segundo Belato, Marx, Lênin e camaradas não deixam de ter razão: o campesinato está prestes a desaparecer como sujeito político protagonista e eixo das mudanças nas sociedades urbanas atuais. Além do mais, estaríamos no início de mais um ciclo de expansão do capital no campo, pela via das altas biotecnologias e do processamento industrial automático, que nada mais são do que o avanço do capitalismo no campo num novo patamar, implicando doses elevadas de exclusão em todas e na elaboração da produção. Para Belato, neste sentido, o que se deve pensar não é o que o capital vai fazer com os camponeses, mas o que fará com a humanidade sobranete.

Entretanto, o campesinato ainda tem um papel a cumprir. É indiscutível a capacidade de luta das camadas subalternas. Nisto, há posições vindas de um espectro político muito amplo. Interessa-nos trazer elementos sobre o que pensam os movimentos sociais, em particular, o MPA. Assim, em suas tarefas políticas contra o capital, os camponeses ligados ao MPA assumem as tarefas de organizar, resistir e produzir, criando e recriando o mundo do trabalho, da cultura e da vida. Ele deve optar por viver a trajetória triste da expropriação e

exploração, integrando-se ao capitalismo até definhar com a adesão total ao modernismo, ou gerando nova sociedade, combatendo o capitalismo, tal como fez nas sociedades escravocratas, na feudal, na vitalidade histórica, passando pela colonização, com os índios e negros, passando pela resistência dos imigrantes, pelos anos duros das promessas e milagres da revolução verde, até os louros dias das promessas globais.

A tarefa é lutar por autonomia camponesa e não subordinação ao capital. Isso se faz contra a lógica da destruição e subordinação imposta pelo sistema. A peça chave da sobrevivência é a resistência, que consiste na negação da lógica do capital que toma conta de boa parte da “exploração familiar”, integrada ao sistema e na afirmação da exploração camponesa à “*la Tchayanov*”, ou seja, com a organização da produção e necessidades de consumos; na quantificação do trabalho familiar (já que este não visa ao lucro) e na produção de valores de uso. Desta compreensão, segundo Mendras (1978) decorre que a sociedade camponesa se define por cinco características: autonomia relativa; importância do equilíbrio doméstico; autarquia relativa, inter-relações, ligação entre sociedade global e local por processos fortes de mediação.

O Movimento social camponês reconhece a complexidade do conceito “camponês”, que por tempos esteve carregado de estigmas, pois os donos do poder, além do temor, sempre pensaram a classe camponesa subjugada e dependente.

A construção de uma significação estigmatizada para o conceito de camponês está diretamente relacionada ao seu papel histórico de resistência (...) O conceito de camponês está diretamente vinculado à luta contra o capital. Portanto, foram diversas as tentativas de jogá-lo no ostracismo. E essa impostura ideológica é uma forma de tentar enfraquecer os movimentos camponeses (FERNANDES, 2003, p. 17).

Sob o viés dos movimentos sociais, o campesinato é compreendido “*como a organização do trabalho familiar na agricultura, na pecuária e na indústria camponesa*” (FERNANDES, 2003, p. 9). Neste sentido, ele diferencia-se da organização do trabalho assalariado, muito embora até possa haver trabalho temporário de assalariamento. Este

“trabalho familiar” pode se organizar de formas diversas, indo do associativismo, cooperativismo, rumo ao coletivismo. Sua marca característica é a relação com a natureza; ele cuida da terra, pois é a natureza que lhe dá comida, água, ar. Esta relação é forte e por ela podemos entender as resistências: a ausência ou a insuficiência da terra significa não existir mais possibilidade de sobrevivência. As lutas parecem pontuais, mas engendram-se e articulam-se numa luta maior, a busca da transformação da sociedade.

Para os movimentos sociais camponeses, coordenados pela Via Campesina²⁵, o desafio é grande diante da discussão teórica. Não se trata do fim dos camponeses com o capitalismo, nem da existência subordinada dos camponeses a ele, pois o capital não tem controle absoluto sobre os processos sócio-políticos, existindo campos de possibilidades na geração de outros espaços, onde se constroem resistências (FOUCAULT, 1986). Nestes campos, o possível é construído no espaço do contraditório. Compete aos movimentos sociais a tarefa histórica de organizar estes espaços e resistências, desafiar a hegemonia do capital, manter mobilizados os setores oprimidos.

Fernandes afirma (2003, p.12): *“Ressocializam-se e se fazem camponeses, tomam e retomam a terra, territorializam-se, conquistando sempre novas frações do território”*. Ou seja, as lutas e as resistências são permanentes. Neste processo, haverá tempos de avanços do capital e tempos de avanços dos camponeses. Quando o capital avança, ele se territorializa, desterritorializando os camponeses. Quando os camponeses avançam, territorializam-se, desterritorializando o capital. É um processo dialético, em permanente construção e desconstrução, *“O que faz esses processos se desenvolver”* (FERNANDES,

²⁵ A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de médios e pequenos agricultores, de trabalhadores agrícolas e sem-terra, mulheres e comunidades indígenas de todos os continentes do mundo. É um movimento autônomo, pluralista, independente de denominações políticas, econômicas, etc. Entre suas maiores prioridades de trabalho estão: A articulação e o fortalecimento das organizações membros, a pressão para influenciar nas decisões dos centros de poder e nas políticas públicas desfavoráveis aos pequenos, a formulação de propostas em relação a reforma agrária, soberania alimentar, produção, comercialização, investigação, recursos genéticos, biodiversidade, meio ambiente, gênero, etc. Movimentos abrigados pela Via Campesina no Brasil: MST, MPA, MAB, CPT, PJR, ANMTR, FETRAF-SUL, CUT.

2003, p.12). São processos estruturais, que fazem parte da lógica do desenvolvimento do capitalismo, mas também são processos conjunturais, ou seja, definidos por políticas públicas voltadas para o meio camponês.

Estes aspectos conjunturais são estratégicos, tal como a falta de crédito, renda mínima, assistência, controle fundiário, exigindo reformas emergenciais e profundas. Mas, se estas reformas não acontecem, o campesinato perde força, se destrói, o que seria a negação de toda a luta de construção do projeto popular sonhado e conquistado a duras penas pela classe trabalhadora. Neste sentido, o processo de minimizar e protelar as verdadeiras reformas poderá acabar com o camponês. Mas, que interesse haveria nisso, se a destruição do camponês significaria a destruição do próprio sistema?. Nenhum! É neste sentido que Fernandes afirma que os movimentos sociais ensinam aos “humanistas do capitalismo”: “(...) *a manutenção do campesinato tem tanto um caráter econômico, como um caráter político*” (FERNANDES, 2003, p.13). Ou seja, a sobrevivência do sistema só poderá se prolongar na história se o sistema abrir-se para reformas, possibilitar alternativas para a recriação dos camponeses. O sistema necessita re-atualizar suas estratégias, realizar as reformas indispensáveis, caso contrário, as forças transformadoras crescem, passam a questionar a legitimidade do sistema, abrem possibilidades de mudança do sistema.

No entanto, a opção dos movimentos sociais é por reforçar a idéia de que a existência do campesinato é competência do próprio camponês, que lutou e resistiu através da história, para ser sujeito de sua própria história e manter sua identidade. Na existência do campesinato está contida a sua condição de criação e recriação, pois é a única categoria que pode, por si mesma, criar a si e a sua existência. “*Esta é a razão que explica a persistência do campesinato na história*” (FERNANDES, 2003, p.13). É por isso que os movimentos sociais, estrategicamente, apostam na criação e recriação dos camponeses em todas as suas formas, seja através da compra de terras, das ocupações, confisco, partilhas, arrendamento, pela

reforma agrária. Estas formas podem não ser ideais e “politicamente corretas”, mas reforçam o campesinato. Ao contrário, mecanismos paliativos e de integração ao sistema, de expropriação, violência, expulsão, apropriação da renda (comércio, indústria, trabalho, investimentos diversos), todos exterminam a possibilidade de existência do campesinato, enfraquecem a organização e os ideais camponeses. Quanto ao destino e a sociedade a ser construída é algo que vai se colocando no desenvolvimento do processo.

O MPA reconhece que o debate teórico-ideológico é importante e necessário (MPA, 2003). É preciso aprofundar o debate em relação à diferenciação entre agricultura familiar e agricultura camponesa, em termos de “*entrar no sistema*” ou construir, a partir do protagonismo camponês, a agricultura camponesa. Esta distinção e discussão trazem implicações para a vida e para o futuro dos camponeses. Neste debate, reconhece-se que o capitalismo avança, concentra e moderniza o campo, conseqüentemente, as pequenas propriedades perdem valor, surgem relações de assalariamento, surge a força de trabalho abundante e de reserva. Com isso, a agricultura comercial se expande, substituindo a agricultura de subsistência, concentrando a terra, mudando as relações de assalariamento.

Dentro desta lógica, segundo Fernandes (2003, p.19) surgem vozes²⁶ que afirmam que a modernização do campesinato é a sua transformação para formas capitalistas de produção. Os movimentos sociais reconhecem que a dinâmica capitalista afeta todos os setores, forçando os pequenos agricultores para que não sejam camponeses. Entretanto, assim mesmo existem focos de resistências. Eles até podem ter saído do modelo original de agricultura, mas estão resistindo, sem render-se ao modelo ideal proposto pela racionalidade da modernidade. Não passa pelas propostas dos camponeses construir caminhos para ficarem

²⁶ Os teóricos da agricultura familiar diferenciam o agricultor familiar do camponês pela utilização e nível dos recursos técnicos aplicados e pela integração ao mercado. Os trabalhos de Veiga, 1991; Abromovay, 1992, etc. destacam a integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e incorporação de tecnologias Lamarche (1993) é outro que afirma a transformação do camponês em agricultor familiar, com diferentes graus de integração ao mercado.

ricos, para integrar-se e submeter-se ao sistema capitalista. Basicamente, os camponeses estão procurando reproduzir as suas unidades familiares com objetivos diversos dos produtores familiares (MPA, 2003), movidos por concepções e ideologias liberais. Os camponeses estão no mercado, mas a sua presença é tática, com outras razões e motivações, além das econômicas. Mesmo imersos no capitalismo, lutam, estão resistindo no presente e construindo perspectivas futuras, estão construindo espaços de autonomia.

(...) a unidade de produção familiar constitui-se, assim como um espaço dado e construído, que espelha a capacidade que possui o proprietário que trabalha, de efetuar escolhas, de traçar estratégias, que incorporando as imposições da forma de produzir e das condições de vida, socialmente dadas, orientam o estilo de vida no presente, e as perspectivas futuras da própria família (WANDERLEY, 1990, p.10).

O Movimento, por ocasião de seu surgimento (MPA, 2003) não adotou o nome de agricultura familiar pensando em provocar o debate e aprofundar a diferenciação em relação a outra agricultura a ser construída²⁷. E isso se deu por duas razões ou limites:

a) porque o conceito “agricultura familiar”²⁸ é um conceito genérico, importando uma diversidade de formas sociais. Acontece que este conceito vem sendo usado para indicar a agricultura capitalista, um tipo de agricultura subordinado, dependente, empresarial, complementar da grande empresa rural. É o mundo que se confunde com o agro-negócio e que encontra nos diversos espaços de comunicação ferramenta potente de homogeneização ideológica. Assim, a ideologia dominante atrai grande parte dos pequenos agricultores e eles aderem alienadamente ao modelo dos grandes capitalistas. Os que aderem passam a ser considerados modernos; quem não adere é considerado atrasado (FERNANDES, 1999, p.60);

²⁷ A pergunta que esteve presente em 1996, por ocasião da organização do MPA era: porque não ser movimento da agricultura familiar? Ao não escolher este nome, o Movimento colocava a sua intencionalidade e o seu objetivo e projeto em relação à agricultura.

²⁸ Entendida como aquela em que a família é proprietária e assume o trabalho produtivo. Em relação sua diversidade de formas, vale lembrar Lamarche: “(...) a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade” (1993, p.14).

b) porque a “agricultura familiar” não contempla e não inclui as ocupações não-agrícolas, onde se situam os índios, os quilombolas, os pescadores, os pequenos camponeses dedicados à subsistência, os empregados rurais, os sem-terras, uma classe de trabalhadores explorados, expropriados e excluídos historicamente.

Assim, a razão em não adotar o termo “agricultura familiar” deve-se aos próprios sujeitos sociais, a vasta gama de camponeses. Estes, através de suas lutas, mobilizações, organizações e propostas recuperam o sentido político e histórico da classe. Nisso está o reconhecimento: cabe aos sujeitos sociais a definição do modelo de desenvolvimento do campo, a automeação, o projeto, a dinâmica, ou seja, isso faz parte da construção da identidade econômica, política e cultural dos camponeses.

É a partir destas considerações que se pode afirmar que a política agrícola dos camponeses difere da política agrícola pensada pelos setores afinados com a proposta da agricultura familiar. No discurso da agricultura familiar, torna-se explícito o objetivo majoritário da produção: atender às necessidades do mercado, sendo que o consumo e a produção de subsistência são relegados a segundo plano, ou seja, é desprezado o primado da agricultura camponesa: produzir primeiramente para o consumo e depois para o mercado.

Fernandes Monçano tem contribuído neste debate para dar visibilidade e solidez à proposta da agricultura camponesa. Ele partilha da posição de Lamarche de que, na corrente da existência, todo camponês é um agricultor familiar, embora nem toda agricultura familiar seja camponesa. Para Fernandes, os teóricos que defendem o fim do campesinato inventaram um nome bonito, de chamamento forte, designando o camponês de “*agricultor familiar*”.

(...) O produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórica, política. E como eufemismo de agricultura

capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal (FERNANDES, 2001, p. 29-30).

Deste modo, segundo Fernandes (MPA, 2003, p. 16), “*O conceito de agricultor familiar foi construído para se opor ao conceito de camponês, para negar sua história de luta e resistência frente ao capital*”. Politicamente, é uma deformação da história camponesa, por isso, “*(...) somente podemos usar a palavra agricultura familiar com o mesmo significado que tem o conceito camponês, ou seja, o trabalho familiar histórico, de luta e de resistência a toda forma de dominação, especialmente, ao capital*” (MPA, 2003, p.17).

Na lógica do capital, os camponeses e seu modo de produção e de vida representam o atraso, o tradicional, o passado. E é dentro desta perspectiva que são defendidas as mudanças educacionais, as novas tecnologias, os produtos químicos, os pesticidas, a transgenia, etc. Criou-se um aparato de instituições e de informações para introduzir os camponeses nesta lógica de produtor capitalizado, produtor moderno e integrado ao mercado. Neste sentido, as metamorfoses propostas pelo sistema aos camponeses significam mudar de forma, de caráter, mudar seu sistema produtivo.

No entanto, o campesinato vive. Para Fernandes (1999, p.60-61) eles nem estão se extinguindo, nem a urbanização crescente está diminuindo os camponeses. As tendências são diversas, como são diversas as questões nos lugares. Pode até estar diminuindo em alguns lugares, mas sua trajetória não é determinada, não é linear. “*Na agricultura, com o processo de industrialização, por meio da mecanização, o que está ameaçado é o trabalho assalariado*” (FERNANDES, 1999, p.62).

2. DAS ESTRADAS NASCE O NOVO

O importante não é o que fizeram de nós. O importante é o que nós faremos daquilo que fizeram de nós (FOUCAULT, M. apud MPA, 2003, p.3).

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), nascido das lutas e resistências, coloca-se como mais um herdeiro das lutas históricas camponesas. Suas práticas sociais e sua organização atualizam a vasta tradição camponesa, consolidando-se como movimento social. Este é um dos objetivos do Movimento: recriar o mundo do trabalho, da cultura e da vida dos camponeses, ou seja, recuperar a identidade camponesa. Com tamanha e árdua tarefa, propomo-nos a desenvolver este capítulo, resgatando e, sucintamente, mapeando a longa tradição de lutas camponesas, da qual o MPA é herdeiro e que, a partir de seu nascimento, coloca-se como mais uma ferramenta de organização, assumindo a missão histórica, junto com outras forças sociais, de recuperar o potencial revolucionário dos camponeses.

A luta pela terra foi uma ação constante dos camponeses através da história, contra a expropriação. Foram lutas travadas das mais diferentes formas, através de diferentes organizações sociais. Não temos o propósito de resgatar e refletir exaustivamente sobre todas as lutas e resistências, nestes quinhentos anos de colonização. Entretanto, tendo em vista situar e colocar o MPA como prolongamento das tradições históricas, faremos referências a

certos movimentos e épocas, utilizadas como recursos para demonstrar as hipóteses de nosso estudo e dar relevo a determinadas contribuições, tendo em vista ressaltar a permanência e a atualidade das lutas e questões que cercam a vida dos camponeses.

2.1 – Camponeses: Uma História de Lutas

As resistências e as lutas pela terra e pela existência camponesa são uma constante nestes mais de quinhentos anos de história do Brasil. Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra, para produzir, para construir espaços onde fosse possível desenvolver relações justas, uma sociedade que tivesse como base a cooperação e a solidariedade. Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana, das mais deferentes formas, construindo organizações históricas. Suas lutas são herança e inspiração para as novas lutas a serem travadas.

As revoltas camponesas, segundo Mendras (1978, p.113) foram uma constante, muito embora, a exemplo de todas as sociedades tradicionais, o campesinato não tenha conhecido revolução. A revolução, no sentido moderno, surge com a revolução francesa, em 1789. Antes desta data, havia revoltas, rebeliões, mas não no sentido de alternativa de poder. Somente a partir de 1789, ocasião em que os camponeses se uniram aos operários para empreender uma transformação radical, saindo das aldeias rumo a Paris, é que a revolução entrou em questão. Esta experiência de luta de classes se estenderá nas revoluções seguintes na Rússia, na China, no Vietnã, na Argélia, em Cuba, revoluções que tiveram bases e se alimentaram de longas lutas camponesas.

Para Mendras (1978), a legitimidade sempre foi contestada pelos camponeses. Estes suportaram com impaciência o poder envolvente, ainda mais quando a terra lhes era negada ou surrupiada. Até admitiam que a terra é de Deus, do Rei, do Senhor, do Estado, desde que não lhe tirassem-na, pois os camponeses dependem dela para fazer seu trabalho. Tirar-lhes a terra é tirar-lhes o trabalho e as condições para a vida. Assim, as revoltas se fizeram presente sempre que os camponeses foram ameaçados. Esta posição contesta as leituras que afirmam que os camponeses vivem na pacatez, no ostracismo e resignação: “(...) *são eles seres dóceis, totalmente limitados às tarefas agrestes, fielmente respeitosos da autoridade humana e divina, como certos autores bucólicos querem apresentá-los?*” (MENDRAS, 1978, p. 135).

A história mostra que estas leituras não são corretas, muito embora, a observação de Mendras (1978, p.140) esteja constantemente a nos advertir: “*Nunca uma revolta camponesa conseguiu resultar numa transformação da sociedade em seu conjunto, nem das relações entre o campesinato e sociedade envolvente*”. Entretanto, sob outro ângulo, “*do ponto de vista da sociedade envolvente e de seus procedimentos de dominação, os camponeses e suas lutas históricas, na maioria das vezes, se inscreveram dentro de um movimento de conjunto da sociedade*” (MENDRAS, 1978, p.141). Relacionado ao papel histórico dos camponeses, o mesmo autor (1978, p.142) menciona duas teses que se contrapõem: a de que os camponeses são um setor a reboque, submetidos e objetos da história e a que compreende o campesinato em movimento, fazendo grandes mudanças históricas. Em sua posição crítica, Mendras verá simplismo tanto numa como na outra tese:

Não há uma alma camponesa como não existe uma natureza universal do campesinato; o que existe são condições históricas particulares a cada sociedade camponesa, e, principalmente, suas relações com a sociedade envolvente (...) As fontes da liberdade humana não estão somente onde Marx as viu, nas aspirações das classes prontas a se apoderar do poder, mas também no grito de agonia das classes condenadas à morte pelo progresso (MENDRAS, 1978, p.142-143).

De qualquer forma, há o reconhecimento de que os camponeses têm tarefas a realizar na história, estão relacionados com as sociedades e inseridos nos processos maiores de transformações sociais. As lutas camponesas foram e são fundamentais.

No Brasil, em todos os períodos da história, os camponeses lutaram. Nestas lutas, registra-se a diversidade e a complexidade de nossa sociedade. Desde as lutas dos povos indígenas, dos escravos e dos trabalhadores livres, desde o final do século passado, com os imigrantes, passando pela modernização, desenvolveram-se lutas camponesas contra a expropriação. Todas estas lutas se manifestaram como experiências de crítica ao capitalismo, indicando caminhos de liberação e esboços de poder popular. A esta corrente de lutas, o MST, o MAB, as mulheres da roça, o MPA, o mais novo personagem social das lutas camponesas, vieram se juntar.

Bernardo Monçano Fernandes (1999) ao tratar das lutas e resistências nestes cinco séculos de lutas no Brasil, por questões didáticas, classificou as resistências em quatro períodos distintos: 1) “*A resistência camponesa, o princípio*”, que corresponde ao que desenvolvemos ao tratarmos dos índios, negros, homens livres da ordem escravocrata; 2) “*A resistência camponesa, o entretanto*”, a partir da segunda metade do século XIX, através da resistência dos homens livres mas, sem-terra, com o avanço das grilagens, dos coronéis, do latifúndio. Este é o período das lutas da primeira república; 3) “*A resistência camponesa, a organização*”, fase das resistências e lutas organizadas, onde os camponeses passam a enfrentar o latifúndio e o Estado; 4) a resistência camponesa a partir do surgimento do MST (1979-1985) e decorrentes lutas pela terra e reforma agrária.

Na perspectiva deste estudo, mesmo sem seguir a classificação de Fernandes, estes quatro momentos serão retomados e mapeados sucintamente, inserir-nos na seiva e nas vertentes das lutas históricas camponesas. E mais vez enfatizamos: não faz parte de nossos

objetivos realizar resgate exaustivo dos movimentos da história do Brasil²⁹. Destacamos apenas alguns tidos como mais populares, ocorridos nos espaços camponeses, de dimensões regionais ou nacionais e sem preocupação com a cronologia oficial dos eventos. Após de nos adentrar nas tradições de lutas e resistências, dando continuidade ao estudo, no próximo item (2.2), indicaremos mais uma etapa destas resistências, a luta e a organização dos pequenos agricultores, através do MPA.

Assim, na base de todas as lutas, situam-se as resistências indígenas³⁰, que seguem até os dias de hoje. Os povos indígenas passaram a se chamar “*brasileiros*” quando foram derrotados, aculturados e “*convertidos*” em escravos, nas inúmeras guerras contra os invasores. Por não conseguir domesticar estes “*primeiros brasileiros*”, os colonizadores os chamaram de “*preguiçosos, povo pagão, quase-gente*”. É provável que estes povos não queriam trabalhar para os invasores e, por isso, nas suas resistências adotaram a tática da fuga das lavouras, da sabotagem nas lidas, do não querer trabalhar.

Mas, das diversas formas de escravidão a que foram submetidos os indígenas, as armas da fé e da conversão, aliadas da cultura da “civilização branca”, que justificava a escravidão, foram as mais poderosas na aculturação, no amansamento e extermínio dos povos indígenas. “*Pagaram por esta resistência um preço de sangue*” (MST, 1986, p.6). Tal como a árvore “*pau-brasil*” sangraram, colocados na condição de “em extinção”.

Entre os séculos XVI e XVII, a escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão negra. No final do século XVI havia mais de quinze mil africanos escravizados trabalhando nos engenhos. Por esta época remonta à existência do primeiro quilombo,

²⁹ Exemplo de mapeamento das lutas e movimentos sociais do Brasil, mais amplo e fundamentado, encontramos em Maria da Glória Gohn: *História dos Movimentos e Lutas Sociais*, São Paulo: Loyola, 1995, p. 13-158, bem como em José de Souza Martins: *Os camponeses e a política no Brasil - As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1983.

³⁰ Entre tantas resistências destacam-se as guerras Tupinambás, Cariris, a confederação dos Tamoios, a guerra das Missões Guaranis, dos Goitacazes, Tapuias, Charruas, Guaicurus, Aimorés e tantos outros povos. Estas lutas se fazem presentes nas lutas dos Xavantes, Ianomâmis, Kadiwéus, Kaingangues, Tchucarramãe, etc.

território de resistência dos negros, espaço onde viviam também alguns índios e trabalhadores livres e marginalizados. Por três séculos, os quilombos resistiram contra uma das mais cruéis formas de exploração humana, o cativo. Nessas lutas, os negros foram enfrentando e destruindo os alicerces do sistema escravocrata.

Ao terminar o império e iniciar a república, iniciam-se as primeiras lutas camponesas. Estas lutas não surgem “do nada”. A república muda as leis, e o que era ruim na monarquia fica pior para as populações pobres. Duas mudanças tocam a vida dos camponeses: a abolição da escravatura negra (1888) e a transferência das terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados.

Tendo em vista o fim da escravidão, as elites agrárias decretam a Lei das Terras (1850) que “(...) *instituíu um novo regime fundiário para substituir o regime de sesmarias suspenso em julho de 1822 e não mais restaurado*” (MARTINS, 1983, p. 41). No intervalo, de 1922 a 1950, é multiplicado o número de posseiros pelo país. A nova lei dava um basta: “(...) *proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra*” (MARTINS, 1983, p. 41-42). Era um tiro certo nos camponeses, freio para sua expansão. Mas, no bojo desta lei também estava a introdução de novas relações de trabalho, o trabalho livre, substituindo o trabalho escravo, sem, no entanto, destruir a economia da grande fazenda. No plano político (MARTINS, 1983, p.45), a república concretizava a ampliação da cidadania implícita na abolição, levantava a interdição de direitos eleitorais para o liberto, eliminava o preceito restritivo da renda, mas mantinha restrição aos analfabetos e mendigos.

Deste modo, na segunda metade do século XIX, para fazer avançar o sistema capitalista, é introduzida a propriedade privada da terra, coincidindo com a abolição da escravatura. Quando escravos, os trabalhadores eram vendidos como mercadorias ou produtores de mercadorias; de agora em diante, como trabalhadores livres, venderão sua força

de trabalho ao fazendeiro, ao capitalista, aos ex-donos dos navios negreiros. A situação muda para pior, pois de agora em diante será intensificada a separação entre os trabalhadores e os meios de produção. Neste sentido, a constituição da propriedade, trinta anos antes do fim do sistema escravocrata, faz da terra uma escrava e aos escravos torna-os livres sem a terra e sem destino. Os escravos libertos que deixaram as fazendas passam a migrar pelas estradas, encontrando todas as terras cercadas.

Os imigrantes chegam sob o reino da lei que transformava terras devolutas em terras do Estado. Ao chegar, e não conseguir comprar terras, são destinados às fazendas ou empresas de colonização. Somente juntando muito dinheiro, deixando-se explorar por alguém que lhes desse trabalho, talvez poderiam, mais tarde, adquirir terra.

O esquema era claro: mediante o trabalho árduo, os trabalhadores livres poderiam acumular e, em conseqüência, transformar-se em pequenos proprietários de terra. O acesso à terra se daria mediante a oferta compulsória de trabalho ao grande fazendeiro (MARTINS, 1983, p. 42).

Assim, a questão do campesinato passa a ser colocada em outros termos: libertá-lo da grande propriedade e, ao mesmo tempo, prendê-lo na propriedade. Ou seja, surgia um novo campesinato, mais moderno, mais dependente do mercado, formado por homens livres, compradores de terras. A constituição republicana de 1891 complicará ainda mais este quadro, à medida que as terras devolutas passam para os Estados e este as entrega às oligarquias regionais (MARTINS, 1983, p. 43). Assim, a república encontra alteradas as bases da ordem social, com o trabalho escravo extinto, a propriedade da terra modificada, com a subjugação do trabalho pela nova propriedade.

monopólio da classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra. O senhor de escravos vira senhor de terras. A terra que até então fora desdenhada em face da propriedade do escravo passa a constituir objeto de disputas amplas. A velha disputa colonial pela fazenda, pelos bens da família, transforma-se em disputa pela terra, pois essa é a forma de subjugar o trabalho livre (MARTINS, 1983, p. 45).

Deste modo, com a chegada dos imigrantes, o trabalho livre se expandirá. Se, por um lado, o antigo escravo passou a ser dono de sua força de trabalho, o imigrante camponês, expulso de sua terra natal, era livre somente por possuir a sua força de trabalho. Juntos, índios, negros, mulatos, homens livres e imigrantes, de agora em diante, “camponeses do Brasil”, lutarão para além da liberdade da força de trabalho, de agora em diante a luta será por terra para produzir e reproduzir a sua existência.

Segundo Martins (1983), durante todo este período, as elites agrárias grilaram a terra. Deram “*esperanças*” de que os camponeses teriam terra e estes, pelo trabalho, transformam florestas em fazendas que, depois de preparadas, foram expropriadas. Deste processo de despejo nasceu o posseiro, aquele que, possuindo a terra sem possuir domínio, era um errante iludido à procura de terra não existente. Portanto, para a consumação da expropriação, para a formação dos latifúndios, desenvolveu-se um processo de grilagem de terras, com apropriação via falsificação de documentos, subornos a responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores rurais.

Para Fernandes (1999) os camponeses nunca se cansaram das buscas. A migração e a peregrinação, em vista de chegar à terra liberta, são marcas na história do campesinato brasileiro. Nesta marcha, várias formas de resistência foram se sucedendo, como que condensando as lutas e resistências dos camponeses.

Entre os séculos XIX e XX, segundo Rubim Santos Leão de Aquino (2000), a sociedade brasileira enfrentou revoltas, designadas de movimentos rurais milenaristas e messiânicos, destacando-se entre tantas os movimentos da “*Cidade do Paraíso Terrestre*” (Pernambuco, 1817-1820) e “*Reino Encantado*” (Pernambuco, 1836-1838)³¹, ambos

³¹ O movimento Paraíso Terrestre, situado na Serra do Rodeador, sertão Pernambucano, ocorrido entre 1817 a 1820, foi liderado por Silvestre José dos Santos. Silvestre formou uma irmandade, organizando a comunidade em agrupamentos religiosos, civis e paramilitares. O Reino Encantado, também em Pernambuco e teve como líder João Ferreira, que se considerava um rei, ostentando uma coroa na cabeça. Nestes dois movimentos as reivindicações tiveram conotação mais de ordem socioeconômicas, com fundo religioso.

considerados movimentos messiânicos e influenciados pelo sebastianismo. Bem mais próximo de nós, desenvolveu-se o movimento dos “*Mucker ou Santarrões*”.

A propósito deste último movimento, os Mucker, Martin N. Dreher (1990) nos diz que o movimento pode ser comparado ao que aconteceu em Canudos, Contestado e tantas outras lutas de camponeses, apenas com uma diferença: foi um movimento preponderantemente conduzido e formado por integrantes protestantes (imigrantes alemães do Planalto do Hunsrück e seus descendentes). O movimento foi liderado por uma mulher (Jacobina Mentz Maurer) e desenvolveu-se no Rio Grande do Sul entre 1872 a 1898. Basicamente, o movimento alimentava-se da Bíblia e da piedade popular, visando renovação espiritual da Igreja, diante do abandono de pastores e da própria sociedade.

Nestes movimentos acima citados, como em outros similares, o comum é que foram movimentos de camponeses, coletividades marginalizadas, ressentidas pelo abandono político, religioso e social. Mas, também, havia rejeição aos princípios modernos e positivistas republicanos que lhes chegavam das cidades litorâneas.

No período da regência (1831-1841) outras revoltas explodiram, em diferentes regiões do País, desde o sul, com a “*Revolução Farroupilha*” e sob liderança de estancieiros (Rio Grande do Sul)³², passando pelos movimentos de camponeses pobres, como o da Balaiada (Maranhão e Piauí, 1838-1841)³³, a Sabinada (Bahia, 1831-1833)³⁴, até a região norte, com a luta dos Cabanos no Pará (1835-1840).

³² A guerra dos Farrapos derrubou o governo da Província e expulsou as tropas imperiais dos pampas gaúchos, instaurando novo governo e república sob a liderança de Bento Gonçalves. Foi um dos mais longos movimentos da história do Brasil, durando 10 anos, de 1835 a 1845.

³³ Estes levantes receberam o nome de Balaiada devido seu líder, Manuel Francisco dos Anjos, fabricante de balaios, apelidado de “Balaio”. Foi um movimento das massas negras e pobres sertanejas, aliadas das classes médias, contra a aristocracia e oligarquias abastadas.

³⁴ Foi um movimento de caráter federalista, de descontentes com o poder central e com sentimentos antilusitanos, devido a hegemonia dos portugueses no comércio, política, etc. A fuga de Bento Gonçalves foi o estopim, levando batalhões de tropas a se rebelarem, sob o comando de Francisco Sabino e João da Silva Rego.

A revolta dos Cabanos ou Cabanagem (GOHN, 1995, p. 34) foi uma das mais importantes do período imperial, pois através dela o movimento popular índio-camponês do Brasil, pela primeira e única vez, através das camadas mais pobres, conseguiu chegar ao poder. A origem das ações está nas lutas pela independência, evoluindo para lutas de feições populares. Esta luta foi impulsionada por índios, negros, mestiços, moradores pobres das cidades e ribeirinhos que moravam em cabanas de palha, insatisfeitos com os rumos da escravidão dos negros, pelas dificuldades econômicas impostas pelo império, em busca de autonomia.

As lutas de Canudos, também, são exemplos de organização camponesa no Brasil (GOHN, 1995, p. 48-49). O ano de 1889 tinha marcado o advento da República no Brasil. A liderança de Antônio Conselheiro colidiu com a visão militarista do novo regime. O primeiro episódio opondo o beato à oligarquia republicana ocorreu em Bom Conselho, quando ele reúne o povo num dia de feira e discursa contra a cobrança de impostos, mandando queimar os editais numa fogueira. Conselheiro, que já era hostilizado pela hierarquia da Igreja, agora despertará o ódio dos novos donos do poder, que enxergam em qualquer gesto de oposição um desejo de restauração monarquista. Na verdade, a crítica de Conselheiro era contra um sistema de exploração que mudava de nome, mas que na essência permanecia o mesmo, uma oligarquia comandada por coronéis e donos de terras.

Todos que chegavam à Canudos, chamada de “cidade santa”, entregavam metade do que possuíam para um fundo comum que sustentava os desamparados. Todos deviam viver do seu trabalho. Não era permitido roubar, prostituir e beber cachaça. A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população, especialmente os

velhos e desvalidos, que não tinham como subsistir dignamente. Aí as pessoas plantavam, criavam rebanhos (cabras) para o consumo e comércio com cidades vizinhas.

O movimento não se submeteu à ordem latifundiária e, por isso mesmo, foi declarado inimigo de guerra. Expedições militares de quase todo o Brasil atacaram os camponeses (de outubro de 1896 a outubro de 1897). Foi a guerra mais trágica e mais violenta do Brasil, representando o desdobramento das disputas pelo poder, entre os coronéis e o governo.

O século XX foi aberto com a luta do Contestado (FERNANDES, 1999). Esta luta de caráter político-religioso travou-se de 1912 a 1916 em Campos Novos, Santa Catarina, chegando a reunir cerca de cinquenta mil camponeses. O conflito se deflagrou a partir da entrega de terras às empresas norte-americanas para a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande. A região do Contestado era terra rica em erva-mate, madeiras e área de litígio entre Estados. Quando as empresas Southel Brazil Lumber & Colonization (exploradora de madeiras) e a Brazil Railway (construtora de estradas de ferro) se instalam, trazem junto uma mão-de-obra marginal e barata, expulsam os camponeses e passam a especular terras. Esta situação de expropriação de camponeses leva à organização e à resistência. Tendo na liderança o “monge” João Maria, que morreu em 1913, travaram-se vários enfrentamentos com a polícia, contra o exército e contra os jagunços. Milhares de camponeses foram assassinados e a guerra termina com um acordo entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, dando origem ao município de Concórdia e com a reintegração do Contestado à ordem republicana, chamada pelos camponeses de “Lei do diabo”.

No Contestado, como em Canudos e em diversos outros movimentos que ocorreram no Brasil, os camponeses foram destroçados. Foram movimentos populares que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, à terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo

utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres do campo.

O cerco, a submissão, a violência e a tirania geravam novas formas de resistência e até de banditismo social, como o Cangaço, (MST, 1986, p.20) uma forma de organização de camponeses rebeldes que atacavam fazendas e vilas. Os grupos eram formados, principalmente, por camponeses em luta pela terra, expulsos de suas terras pelos coronéis. Os cangaceiros replicavam, vingando-se em uma ou mais pessoas da família do fazendeiro. Suas ações eram conseqüências do cerco à terra e à vida; ser cangaceiro era decorrência da ação em defesa da própria dignidade e da vida de sua família. Os diferentes grupos cangaceiros desenvolviam suas ações por meio de saques nas fazendas e nas casas comerciais. Essa forma de banditismo colocava em questão o próprio poder do coronelismo. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo passaram a utilizar as forças militares. Nas terras onde a lei não alcançava o coronel, pois este estava acima dela, restou pouco à resistência camponesa, a não ser a rebelião. Embora fossem lutas localizadas, aconteceram em quase todo o território brasileiro e representaram uma importante força política que desafiava e contestava incessantemente a ordem instituída.

Foram movimentos como estes e tantos outros que contribuíram para imprimir novo caráter ao movimento camponês. Nestes movimentos e neste caráter, ainda hoje, os movimentos sociais buscam forças para a caminhada na construção da autonomia e da transformação social. Eles se fizeram exemplos de luta diante da força bruta, diante do poder tirano que violentava, matava e mantinha na miséria. Nisso está o reconhecimento de Martins (1983, p.27): “(...) *poucos sabem e se dão conta de que o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a proclamação da República, tem uma reiterada experiência direta de confronto militar com o Exército (...)*”. Na verdade, a história comprova que os

camponeses sempre enfrentaram o latifúndio, se opuseram ao Estado representante da classe dominante e, conseqüentemente, sofreram a repressão do exército a mando do Estado.

A resistência camponesa manifestou-se em diversas ações que sustentaram formas distintas e se modificaram em seu movimento. Desde meados do século XX, novas feições e novas formas de organização foram criadas na luta pela terra e na luta pela reforma agrária. Em todo o país, diversos conflitos e eventos foram testemunhos da organização camponesa no início da segunda metade do século XX. As lutas dos pequenos proprietários, dos arrendatários e dos posseiros para resistirem na terra, juntamente com as lutas dos trabalhadores assalariados e os congressos camponeses, desenvolveram o processo de organização política do campesinato.

Estes conflitos e lutas, mais consistentes e organizadas do que os anteriores, destacam-se a partir de 1940, contam com a mediação do PCB, que idealizava constituir movimento de dimensões nacional, tendo em vista a realização da reforma agrária. Foram estes ideais que impulsionaram as lutas, tais como: a *Guerrilha do Porecatu*³⁵, os levantes dos posseiros de Trombas e Formoso³⁶, O movimento dos arrendatários rurais de Santa Fé do Sul (SP)³⁷, a revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná³⁸ e outras lutas camponesas.

As lutas ganham abrangências regionais e nacionais. Surgem por volta de 1945 as Ligas Camponesas (MARTINS, 1994, p. 60-63; MST, 1986, p.26-27), uma das principais

³⁵ Este conflito se desenvolveu no Paraná entre 1946 a 1950. Foi um conflito pela posse da terra entre posseiros e grileiros. Um acordo político atendeu as reivindicações, desapropriando a área e encerrando o movimento (MST, 1986, p.23-24).

³⁶ Foram conflitos agrários em Goiás. Iniciaram nos anos de 1948 e perduraram até 1964 (GOHN,1995, p.95). Os migrantes ocupam uma área de terra e se organizam em conselhos para resistir ao despejo. Formam uma associação e estabelecem negociação com o Estado, garantindo 10 mil quilômetros quadrados, formando o “Estado Livre de Trombas e Formoso”, de caráter popular e socialista.

³⁷ A partir de 1955 arrendatários lutam contra a expulsão por mais de 10 anos, tendo como líder Jofre C. Neto. Quando este foi preso, Aparecido Galdino assume seu lugar, imprimindo um caráter messiânico e de resistência camponesa. Em 1970 é preso e enviado a um manicômio. Foi libertado em 1979, após intervenções de forças populares e de setores da Igreja (GOHN, 1995, p.95-96).

³⁸ Posseiros enfrentam os grileiros e chegam a formar uma “Assembléia geral do Povo” para administrar a região. Em 1961 Jânio Quadros põe fim ao conflito.

lutas e organizações camponesas do Brasil, tendo Francisco Julião uma de suas lideranças mais expressivas. Sua origem está associada à recusa ao assalariamento. Foi a forma de organização política dos camponeses para resistir à expropriação e à expulsão da terra. Existiram em quase todos os estados brasileiros, tendo o apoio do PCB. A ação das ligas se definia pela luta em favor da reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe dos senhores sobre a terra. Em suas ações, os camponeses passam a resistir na terra e a realizar ocupações. Em 1947, com a ilegalidade do “Partidão”, a repressão se generaliza e as ligas são violentamente reprimidas, muitas delas pelos próprios fazendeiros e seus jagunços. Mas, ressurgem em Pernambuco e se estendem por outros estados do nordeste e em outras regiões, sendo depois extintas em 1964 pela ditadura militar.

A 1ª e a 2ª Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (São Paulo, 1953 e 1954), promovidas pelas Ligas e PCB (FERNANDES, 1999), desembocam na criação da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil)³⁹. Com esta forma de organização, o PCB pretendia realizar uma aliança camponesa operária. Em 1962 as ligas realizaram vários encontros e congressos, promovendo a formação de consciência nacional em favor da reforma agrária.

O crescimento da luta pela terra dimensionava a questão agrária, colocando a reforma agrária na pauta política. Esse avanço foi acompanhado por disputas pela sua representação. A ULTAB era controlada pelo Partido Comunista. A Igreja Católica estava dividida em dois setores: o conservador e o progressista (MST, 1986, p.28-29). O primeiro, no Rio Grande do Norte, criou o Serviço de Assistência Rural (SAR), em Pernambuco criou o Serviço de Orientação Rural (SOR) e, no Rio Grande do Sul, a Frente Agrária Gaúcha (FAG). O segundo setor da ação católica era liderado pela Confederação dos Bispos do Brasil

³⁹ Foi criada de cima para baixo pelo PCB, em São Paulo (1955). O PCB a utiliza como “correia transmissora”, desenvolvendo suas atividades em praticamente todos os Estados. Apenas não conseguiu penetração e organização no Rio Grande do Sul, devido a existência do MASTER, e em Pernambuco, devido a força das Ligas Camponesas (MST, 1986, p.28).

(CNBB) e formou o Movimento de Educação de Base (MAB), que trabalhava com a alfabetização e com a formação política dos camponeses.

O Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) “*engrossaria o caldo*” das lutas. O Movimento surge no Rio Grande do Sul, no final da década de cinquenta. Os camponeses em luta eram sem-terras, assalariados, parceiros e também os pequenos proprietários e os filhos destes. Em 1962, iniciou a organização de acampamentos e, com isso, a luta se territorializou por todo o Estado. Contaram com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do então governador Leonel Brizola, e ficaram circunscritos ao Rio Grande do Sul (MST, 1986, p. 29; GOHN, 1995, 96).

É de se destacar que durante este período, como o PCB crescia em influência nos espaços das Ligas e do MASTER, a Igreja Católica deslocou o foco de suas lutas, passando a dedicar-se, estrategicamente, à fundação e organização dos sindicatos rurais (STR), dando início a novo processo de disputas por hegemonia na condução das lutas camponesas, por espaços de poder e influência. Em outras palavras, o PCB, antes de 64, tinha ampliado sua presença e influência com os camponeses. Depois decresce, devido à política de alianças com a burguesia e frente única, privilegiando o urbano, o operariado. À medida que o PCB perde espaço, a Igreja recupera-o nos meios rurais, consolidando sua presença nos sindicatos do campo (MARTINS, 1983, p.10-11).

É dentro deste contexto que surgem as disputas pelo controle dos camponeses entre o PCB e a Igreja. A disputa pela hegemonia e influência com os camponeses levou comunistas e setores progressistas da igreja a uma aliança política que resultou no surgimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), que passa a representar o sindicalismo e a estrutura sindical que até hoje tem grande força política no meio rural. Como decorrência desta estratégia, os sindicatos multiplicaram-se rapidamente. Inaugurava-se, com isso, uma nova etapa de organização e de lutas no campo, que seriam conduzidas pelos

sindicatos e suas lideranças. Em 1964 a CONTAG é desarticulada pelos militares, ressurgindo nos anos de 1970.

Se até 1940 o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50 a liga e o sindicato serão as formas mais importantes de organização e de luta política dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do messianismo e do banditismo e com outras formas de luta e de resistência (MARTINS, 1981, p.67).

A partir das organizações sindicais os camponeses organizados começam a se manifestar, reagir, expressar sua vontade política própria. E as formas foram as mais variadas possíveis. Neste período, as lutas contra as condições de vida, pela restauração social dão lugar às lutas pela manutenção da condição de camponês, pela posse e uso da terra. Era chegado o momento das lutas pela sobrevivência do grupo social.

Os camponeses, durante a história do Brasil, sempre foram mantidos à margem do poder. Nos grandes projetos nacionais, não foram considerados, ao contrário, foram julgados obstáculos que precisavam ser removidos. Assim, em 1964, os militares tomaram o poder, através de golpe (GOHN, 1995, p. 100), destituindo o presidente eleito João Goulart, numa aliança política em que participaram diferentes setores da burguesia nacional e internacional, latifundiários, empresários, banqueiros e setores conservadores da Igreja Católica que puxaram o lema: “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

O golpe significaria um retrocesso para o país, pois ele elimina todas as forças democráticas populares e os movimentos sociais camponeses. A ditadura desestruturaria a sociedade civil.

A primeira fase do governo autoritário implantado em 1964 foi marcada, no plano político, pela desestruturação da ordem política anterior, através da desmobilização dos movimentos políticos presentes na sociedade civil. Nesse sentido, as organizações populares foram desmanteladas ou colocadas sob controle (...) No plano econômico, o controle inflacionário foi eleito como questão central para o saneamento da economia d País, adotando-se, neste sentido, uma política econômica que previa drástica redução do déficit público, controle mais rigoroso do crédito ao setor privado e controle dos salários (CADONÁ, 2002, p.46)

Os projetos de desenvolvimento implantados pelos governos militares levaram ao aumento da desigualdade social. Suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo a imensa maioria da população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil. Sob a retórica da modernização, os militares aumentaram os problemas políticos e econômicos, e quando deixaram o poder, em 1985, a situação do país estava extremamente agravada pelo que fora chamado de “*milagre brasileiro*”.

Deste modo, segundo Martins (1994, p.68-80), a partir do golpe, momento em que se estabelece a aliança entre o capital e a terra, o capitalismo avançou, impediu a realização da reforma agrária, aumentou a repressão e a violência contra os camponeses. Esse processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente, a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura.

O Estatuto da Terra (MARTINS, 1985, p.31), aprovado por um congresso de grandes proprietários, em fins de 1964, foi um mecanismo controlador das demandas sociais. Ele abre a possibilidade para a realização da reforma agrária, mas somente em áreas localizadas e restritas à conflitos. Na prática a nova lei nem controla o avanço da grande propriedade e nem distribui terras, tal como se apregoava, pois, justamente no período do Estatuto, aumentou a expropriação, a expulsão de trabalhadores rurais, causando o crescimento do trabalho assalariado e produzindo novos personagens na luta pela terra e reforma agrária, o bóia-fria e o sem-terra.

Em seu pacto tácito, os militares e a burguesia pretendiam controlar a questão agrária, por meio da violência e com a implantação de seu modelo de desenvolvimento econômico para o campo, que priorizou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Ainda, o governo da ditadura ofereceu aos empresários subsídios, incentivos e isenções fiscais, impulsionando o crescimento econômico da agricultura e da indústria,

enquanto arrojava os salários, estimulava a expropriação e a expulsão, multiplicando os despejos das famílias camponesas. O Brasil se transformará no paraíso dos latifundiários, enquanto os camponeses foram forçados à migração pelo território brasileiro e até para outros países latinos. Tudo isso agregou novos elementos à questão agrária, aumentando os conflitos e fazendo eclodir inúmeras lutas camponesas.

A partir da ditadura e da penetração do capitalismo no campo, grandes mudanças passam a afetar diretamente os pequenos agricultores e a pequena produção. Graziano (2001, p.47-69) aponta três mudanças significativas ocorridas:

- 1) o fato do “fechamento” de nossas fronteiras agrárias⁴⁰. Para Graziano, a fronteira agrícola vinha desempenhando três funções básicas: a) economicamente, era como que um armazém de gêneros alimentícios básicos; b) em momento de crise agrícola, os excedentes da produção camponesa estabilizavam o mercado; c) fechada a fronteira, só resta o caminho da importação e do tabelamento dos preços;
- 2) no plano social, a fronteira orientava os fluxos migratórios, nela se recriava a pequena produção, as famílias expropriadas, expulsas, reencontravam o destino camponês. Fechando a fronteira, surgem os grandes contingentes de miseráveis, as cidades incham, surgem os sem-terras;
- 3) no plano político, a fronteira era “válvula de escape” das tensões do campo, era uma manobra para não fazer a reforma agrária, para jogar para fora de casa os problemas.

As lutas camponesas, portanto, eclodiram neste ambiente por todo o território nacional. Como afirma Gohn (1995, p. 100-101), apesar da repressão, do controle social e político, da violência, o período da ditadura foi um período de resistência, de efervescência dos movimentos de esquerda no país. Os conflitos fundiários triplicaram, mesmo que o

⁴⁰ José Graziano da Silva (1981, p.114-125) ao desenvolver o tema da fronteira agrícola. Afirma que a fronteira não é, necessariamente, uma região distante, vazia do ponto de vista demográfico. Ela é fronteira do ponto de vista do capital, entendido como uma relação social de produção.

governo, na perspectiva de controlar a questão agrária, determinasse a militarização do problema da terra, medida que proporcionou diferentes e combinadas formas de violência contra os camponeses.

É deste período de efervescência que surge a Aliança Libertadora Nacional (ALN), coordenada por Carlos Marighela, que se envereda pelo caminho da guerrilha urbana e rural, recuando, a partir de 1972, em sua postura e ação, para o trabalho de massas. É deste período, também, que se desenvolve a guerrilha do Araguaia (1966-1967), organizada pelo PC do B, primeiramente pensada como uma associação de lavradores e militantes, destinada a organizar as forças de resistência do campo. Esta recente luta foi de forma truculenta exterminada, com a mobilização de mais ou menos 10 mil soldados do exército, amedrontados em combater um grupo restrito de militantes e comunidades camponeses.

Durante o período da ditadura, é importante destacar a posição da Igreja Católica. Se a hierarquia da Igreja, metodicamente, sempre se comportou de maneira dúbia ou submissa diante do poder político e econômico, algo de novo, no entanto, nasceu neste período de repressão. À margem das “*hierarquias silenciosas*”, nos anos de 1960, nasceram as primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Nos anos 70, elas existiram em praticamente todo o país. No campo e na cidade, elas foram importantes lugares sociais onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. À luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, as comunidades tornaram-se espaços de socialização política, de libertação e de organização popular. “*O cristão passou a ser definido como aquele que luta contra as injustiças sociais*” (GOHN, 1995, p.107).

Em 1975, estes setores comprometidos e populares, criaram a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que passa a trabalhar nas periferias das cidades e nas comunidades rurais, transformando-se em instrumento fundamental de articulação e organização na retomada dos movimentos camponeses. A CPT entra bem nos meios rurais, conjugando as

dimensões simbólicas da religiosidade popular (GOHN, 1997, p.142-143). A visão da Igreja (ruralista), de uma sociedade ideal formada por várias comunidades de pequenos agricultores, encontra ênfase na teologia, e condições de expansão na conjuntura. Na “dor dos pobres”, a “igreja mãe” entra como consoladora, esperança, alimento moral. E, neste embalo, as pastorais sociais cresceram e se organizaram.

Por que teve sucesso esta pedagogia da Igreja entre os camponeses? Entre tantas razões, porque os setores populares da Igreja e pastorais souberam respeitar o modo de raciocinar do camponês, sua visão de mundo e sua forma de expressão, valorizando sua fala, suas canções, suas poesias, sua cultura. A cruz e a visão de caminhada foram símbolos de liturgia, fazendo da educação da base um ato profético e trabalhando as representações e a dura realidade, a partir do método ver-julgar-agir-avaliar-celebrar. Com isso, os homens e as mulheres do campo deram passos significativos, desbloqueando e perdendo os medos e constrangimentos. O povo organizado foi animado, mobilizado, fazendo do processo de redemocratização do país (1975-1982) um dos mais belos momentos da história, fazendo ressurgir novas organizações, projetos, resistências e enfrentamentos populares. Neste embalo democrático o movimento sindical retoma sua combatividade, a partir de 1976, criando em todos os cantos do país as oposições sindicais e conquistando inúmeros sindicatos, que passam a integrar o campo popular e combativo.

Ao reprimir a luta pela terra e não realizar a reforma agrária, os governos militares tentaram restringir o avanço do movimento camponês. Com a implantação do atual modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária, apostou-se no fim do campesinato. No entanto, por causa da repressão política e da expropriação resultantes do modelo econômico, embalado pelas lutas e animado pelas CEBs, CPT, pelo sindicalismo autêntico e oposições sindicais, nasceu o mais amplo movimento camponês da história do Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Em 1979 (07 de setembro), 110

famílias ocupam a gleba Macali⁴¹. Essa ocupação era a resposta contemporânea ao Estado e às expulsões do homem do campo e, a partir desta formação, a história camponesa não seria mais a mesma. As lutas do MST se estenderam por todo o Brasil durante os anos 80 e nos anos 90, tornando-se o mais importante e paradigmático movimento social do Brasil.

Segundo Stédile (1997, p.102-103), o MST nasceu de três confluências históricas, vertentes social-ideológicas: a) do trabalho pastoral e do apoio institucional de setores da Igreja católica, representados pela CPT e CEBs, sob a imponência ideológica da Teologia da Libertação; b) do fortalecimento das lideranças políticas que surgiram com a recuperação da resistência histórica do sindicalismo, chamado de sindicalismo autêntico/combativo; c) de fatores históricos agravantes, como a construção de hidroelétricas (Sobradinho e Itaipu), expulsando camponeses de suas regiões originais e adicionando ao crescimento do exército rural de reserva, constituído a partir da modernização do campo. Levando em conta esta conjuntura, os agentes sociais passaram a ver na luta pela reforma agrária uma luta também contra a ditadura.

A partir do MST, outras lutas foram se sucedendo, com grandes significações e conseqüências para o movimento camponês: em 1979, em Itá, Santa Catarina, surge o Movimento dos Atingidos das Barragens (MAB). Em 1992, através do 1º encontro nacional da CPT, o MST ganha impulso nacional e passa a caminhar com autonomia. Surge em 1983 a CUT. Em 1985 acontece o 1º Congresso Nacional do MST⁴², as romarias da terra se destacam como momentos celebrativos nos diversos Estados, etc. Entretanto, não surgiram somente

⁴¹ A ocupação da fazenda Macali realizou-se em 07/09/1979, em Ronda Alta, RS. Foram 110 famílias que, inicialmente, conduziram esta luta. A ocupação inaugurou o processo de formação do MST. As terras da Macali eram remanescentes das lutas pela terra da década de sessenta, quando o MASTER organizara os acampamentos na região. Portanto, a luta pela conquista destas terras estava registrada na memória dos camponeses, que agora participavam de uma luta maior: a luta pela construção da reforma agrária e democracia (GÖRGEN, Fr. Sérgio. In Reforma Agrária e a Luta do MST, Petrópolis: Vozes, 1997).

⁴² Este congresso se realiza em Curitiba, criando o Movimento a nível nacional e apresentando uma pauta nacional de reivindicações: reforma agrária sob o controle dos trabalhadores rurais, limites das propriedades em 500 há, posição contra o Estatuto da terra, surge o lema: “terra não se ganha, se conquista”, se reforça a decisão política pelas ocupações (GOHN, 1995, p. 133).

ferramentas e movimentos de luta e resistência camponesa. A direita também se articula e se organiza no campo. Em 1987 reorganizam a FARSUL no Rio Grande do Sul. Organizam a União Democrática Ruralista (UDR), de abrangência nacional e liderada inicialmente por Ronaldo Caiado. Seus objetivos são públicos: combater o campo popular e impedir a reforma agrária no país. Isso mostra, conforme indica Sônia Laranjeira, que ao lado das organizações populares, existem outros personagens, preocupados também em se articular, buscar superar seus “atrasos”, fazer valer os seus interesses (CADONÁ, 2002, p.17)⁴³.

Por toda a efervescência popular suscitada, mais uma vez a história mostrava que “(...) *os movimentos e as lutas populares, sobretudo no campo, caminham mais depressa do que os partidos políticos, legais ou clandestinos*” (MARTINS, 1983, p.09). Nesse fato político reside o reconhecimento de que muitos partidos e entidades encontram “*dificuldades práticas, teóricas e doutrinárias*”, em incorporar ou acompanhar as tensões e reivindicações camponesas. Em outras palavras, por estarem presos a dogmas e estruturas pouco “*azeitadas*”, acabam não acolhendo a riqueza do contexto e do momento histórico, chegando tarde nos processos reivindicativos, de organização e de encaminhamentos de projetos. Mas, isso não significa que os partidos não tenham valor. Pelo contrário, os movimentos sociais, através da história sofreram a fragmentação e a dispersão de suas lutas, justamente por falta de organização e estrutura partidária, para poder expressar sua unidade na diversidade, sua força política e o seu lugar na construção do poder e na luta de classes. Portanto, estes dois níveis e óticas de condução das lutas, dos movimentos sociais e das estruturas políticas, devem estar relacionados, vinculados organicamente.

⁴³ O professor Belato, a exemplo de Sônia Laranjeira, também aponta a necessidade de maiores estudos sobre outros personagens, que encarnam o capitalismo e se movem como “inimigos” das causas e interesses populares. Neste sentido, Faoro (Os Donos do Poder), René Dreifos (O jogo da Direita) e o estudo de Marco A Cadoná (2002), que resgata a influência da Burguesia (RS) nos períodos pós-golpe de 64, na fase da redemocratização, na realização da Constituição, na eleição de Collor de Mello e FHC, no estabelecimento da modernidade neoliberal, etc. são leituras indicadas para aprofundar a temática.

Estes referenciais, mapeados sucintamente, demonstram que a existência do campesinato é consequência da sua luta heróica contra a expropriação e a proletarização, causada pelo desenvolvimento do capitalismo. A formação do campesinato foi sendo desenvolvida com a exclusão/inclusão, criação/destruição/recriação das relações sociais. O capital foi destruindo o campesinato em um lugar e recriando-o em outro.

2.2 – Fazendo a Roda Girar – O Novo e o Caminho da Pesquisa

Não é preciso reinventar a roda. É suficiente lembrá-la e fazê-la girar para frente (Alípio Freire, apud Caldart, 1997, p.15).

Aos trabalhadores expropriados, só resta lutar para mudar o “destino” de submissão e recriação a partir do capital. Se a territorialização do capital é intensa, então é necessário redobrar as forças e organizar-se ainda mais, para que os camponeses aumentem seus espaços de territorialização. Assim, a luta pela sobrevivência, ao lado da luta pela terra, torna-se a forma mais eficaz para a recriação do campesinato. Foi neste contexto que os camponeses expropriados, em processo de exclusão, se organizaram em movimentos sociais. Suas lutas organizadas entraram nos anos de 1980, fortificando-se até os anos 90.

Neste intervalo de tempo, tendo em vista encontrar modos para sobreviver, surgiram outras leituras. As idéias da “agricultura familiar” ganharam força e organização. Foi sendo gestada em todo o Brasil, com integração de sindicatos, federações e confederações de agricultores familiares, formando, assim, um novo paradigma político e econômico. A tese desta leitura compreende as diferenciações e as desigualdades existentes, mas não discute a

perspectiva de luta contra o capital, entendendo o desenvolvimento do agricultor familiar como forma de sobrevivência, dentro da lógica do capital.

Assim, diante dos agricultores, foram se configurando e se delimitando novos espaços políticos. De um lado, as organizações de agricultores familiares, voltados às políticas de integração ao capital, com afinidades e vínculos com a CONTAG, alguns setores da CUT-Rural, FETAG e, mais tarde, com a FETRAF-Sul⁴⁴. De outro lado, os movimentos sociais camponeses, coordenados pela Via Campesina, como o MST, MAB, CPT e o MPA, movimentos que passam a defender políticas de resistência e de confrontação na luta contra o capital.

A relação política dessas organizações com o governo, evidentemente, é distinta e decorre destas suas posições. Os projetos governamentais criados a partir de uma forte influência da visão da agricultura familiar terão mais facilidade de relacionamento político com os “setores familiares”, devido à identificação que há em seus propósitos. Tanto assim, que as lutas do PRONAF, objeto que anima os setores familiares, tem como perspectiva de desenvolvimento a capitalização dos camponeses, transformando-os em “pequenos empresários familiares”.

Estes setores, organizados e “protegidos” pelas políticas agrícolas formuladas, procuram imprimir os rumos para a agricultura no Brasil, dando sustentação e impulso aos programas do PRONAF, fiéis aos seus princípios, que se enquadram nos princípios do projeto “*Novo Mundo Rural*”. Nesse projeto, cabe ao Estado a definição de um modelo de desenvolvimento e a determinação de políticas às quais os trabalhadores deverão integrar-se.

⁴⁴ Foi criada em março de 2001 e é um movimento sindical que reúne sindicatos de agricultores familiares e de trabalhadores rurais. Seu objetivo é fortalecer e ampliar a representação dos agricultores familiares, lutar pela reforma agrária, defender o meio ambiente e a vida com um sistema de produção sustentável. Essa organização é parte de uma forma de organização dos trabalhadores que cresceu de modo extraordinário, na década de 1990, constituindo um expressivo movimento socioterritorial e caminha para a construção de uma confederação. Embora haja divergências há dois pontos essenciais que aproximam a Via Campesina e a FETRAF-SUL: a luta contra as políticas neoliberais, contra o capitalismo e a construção do socialismo (FETRAF-SUL, 2001).

Em sua acepção, predominam políticas como, por exemplo, o Banco da Terra, em que as negociações são definidas no território político-econômico da lógica do capital. Portanto, qualquer forma de “*enfretamento ao capital*” acontece apenas no campo da luta por resultados.

Os movimentos sociais camponeses têm outros princípios e perspectivas. Eles fazem do território da organização dos camponeses espaços de lutas e resistências, onde seus planos políticos e econômicos de enfrentamentos e de construção de novas experiências sejam referências de organização e de projetos, tal como indica a plataforma política em discussão nas bases e movimentos:

Pela democratização da propriedade da terra. Fixar limites do tamanho máximo da propriedade. Priorizar a desapropriação de todos os latifúndios. Contra o funcionamento do Banco da Terra. Garantia de renda mínima, a partir da valorização do trabalho do agricultor, a todas as famílias que vivem no meio rural. Criação de linha de crédito subsidiada para todos os pequenos produtores. Recursos de crédito especial e subsidiado para agroindústria associativa e cooperativada. Suspensão do pagamento da dívida externa brasileira: que consome bilhões de dólares anuais, e proibição de remessa de lucros, e aplicação desses recursos nesse plano de desenvolvimento rural. Ampliação e execução do Imposto Territorial Rural como forma de tributar os latifúndios, e aplicar esses recursos na reforma agrária (MOBILIZAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS, 2000)

Na compreensão dos movimentos sociais camponeses se faz necessário enfrentar o projeto neoliberal. Para Benjamin (1998, p.29) o capital sempre procurou lidar com povos e espaços os mais homogêneos possíveis, procurando enquadrá-los em uma contabilidade abstrata e em estratégias de produção e consumo padronizáveis. O mundo globalizado vai adiante: empresas, capitais, mercadorias, etc. ganham liberdade de movimento, em detrimento da soberania das nações. A economia transforma-se em grande e única rede, onde cada país ocupa um determinado lugar na divisão internacional do trabalho. “*Junto com a globalização do grande capital, ocorre a fragmentação do mundo do trabalho, a exclusão de grupos humanos, o abandono de continentes (...)*” (BENJAMIN, 1998, p. 33).

O primeiro passo deste enfrentamento é a desmistificação do sistema, segundo Benjamin (1998, p. 34). Por isso, compreender esse enfrentamento significa compreender as diferentes propostas de projetos de desenvolvimento contidos em diferentes perspectivas de sociedade. É o que nos propomos daqui para a frente em nosso estudo, ao entrarmos no caso do MPA e na realidade dos camponeses.

A realidade camponesa aponta para constantes crises no meio rural, que conduzem ao empobrecimento e à proletarização, refletindo nos aspectos organizativos da classe dos pequenos agricultores. Dentro deste contexto que se dá a fase ofensiva de iniciativas, após um período de perplexidade, de desânimo, reacomodação e reorganização das forças populares. Esta conjuntura esteve presente nas discussões, na ocasião do surgimento do MPA. Neste sentido, o surgimento do Movimento é a expressão de contradições e de interesses sociais não atendidos e não contemplados pelas políticas agrícolas neoliberais. Ele surge, segundo Grzybowski (1987), como resistência ao processo econômico e político que provocou a rápida modernização da agricultura e que não levou em conta as realidades sociais e históricas de nosso povo. Neste sentido, ele mostra o “caráter antidemocrático e antiecológico do desenvolvimento” proposto pelo capitalismo internacional.

Sua missão é resgatar e continuar as lutas históricas dos camponeses, resgatando a dignidade dos pequenos agricultores, educando-os e ensinando-os a serem sujeitos da história, homens e mulheres que precisam recuperar a cidadania. Neste sentido, ele se coloca mais do que uma questão social e econômica, que luta por melhorias, crédito, subsídio, contra a miséria, a falta de terra, etc., mas se coloca, desde a sua origem, como questão política e pedagógica para os pequenos agricultores, almejando alterar relações de força no Estado e no meio rural, mostrando que é possível desenvolver outra agricultura.

A partir do nascimento do MPA, as lutas não mais estarão submetidas apenas às influências da realidade agrária. Serão lutas que transcendem, que se inserem num cenário maior, ou seja, da política, da luta de classes, da construção do presente e do futuro como sujeitos históricos ativos.

Na busca desta compreensão, duas fontes foram fundamentais: a bibliográfica e a pesquisa de campo. No primeiro momento, os resultados foram obtidos a partir de pesquisas bibliográficas, constituídas de livros, revistas, jornais, internet, etc. As cartilhas do Movimento, atas dos grupos de pequenos agricultores, relatos de encontros e assembléias e subsídios diversos produzidos pelo MPA, enriqueceram e aprofundaram as realidades analisadas e recolhidas empiricamente. A riqueza dos materiais remeteu nosso olhar para além do MPA, para uma gama maior de fenômenos que atravessam vários movimentos sociais.

Concomitantemente à pesquisa bibliográfica, realizamos a pesquisa de campo, relacionada com algumas técnicas como entrevistas, questionários e observação participativa. A pesquisa de campo oportunizou fontes inestimáveis, possibilitando o diálogo entre a teoria dos livros e a prática do cotidiano dos agentes e pequenos agricultores. Ao servirmo-nos da pesquisa de campo, tivemos como objetivo descobrir fenômenos e relações existentes, tendo em vista adquirir informações e conhecimentos acerca do MPA.

O caminho metodológico para recolher e analisar os dados empíricos da pesquisa de campo seguiu as orientações das “Técnicas de Classificação Múltipla, analisando a repetibilidade dos argumentos” (FRICKE, R.M, 2003). Para a autora, “*Com o conhecimento dos argumentos utilizados pelo respondente nas questões abertas abre-se um leque de técnicas estatísticas que poderão ser utilizadas na sistematização*”. Este procedimento é designado, por Fricke, como “*análise quantitativa qualificada*”, ou seja, a quantificação dos dados é realizada sob a ótica da qualificação. Assim, o método foi importante instrumento para recolhermos resultados e argumentos sínteses, para nos auxiliar na categorização destes

argumentos e nos conduzir à discussão por ordem de repetição. O resultado do processo, sintetizado através das tabelas, que representam a proporção dos argumentos, foi ferramenta indispensável para estabelecermos diálogo permanente entre os referenciais teóricos e a realidade envolvente do objeto de estudo.

Constitutiva da pesquisa de campo, é a história de vida, informação captada oralmente, que nos oportunizou relatos vivos, reconstituições dos acontecimentos vivenciados por lideranças. Através da história de vida, percebemos, nos acontecimentos cotidianos, as mudanças objetivas, como a moradia, condições de vida, infra-estrutura, relações de trabalho, de gênero, etc., bem como as mudanças subjetivas, tais como, a identidade, a vida em comunidade, as relações de vizinhança, as esperanças, as tristezas, etc. A história de vida possibilita este contato e aprendizagem com o cotidiano dos grupos, das famílias, das lutas, da vida dos camponeses, seja através da observação, da entrevista ou do questionário.

Em relação à observação, optamos pela assistemática e pelas conversas informais, pois elas tomam a forma de observação participante. A observação “(...) *nada mais é do que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano (...)*” (GIL, 1991, p. 104). Pela observação e conversas, foi possível descrever e compreender certos comportamentos, tradições, costumes, culturas. Ao observar, registrar, relatar comportamentos e manifestações, o objetivo não foi buscar a mudança de comportamentos, pelo contrário, a preocupação foi acolher e refletir situações e pessoas ou estas em relação àquelas.

Na modalidade história de vida, realizamos algumas entrevistas com coordenadores e assessores do Movimento, além das conversas informais. A entrevista foi uma fonte indispensável de informações sobre o que se passou e o que se passa na caminhada. Ela é uma “(...) *técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A*

entrevista é, portanto, uma forma de interação social” (GIL, 1991, p. 113). Neste sentido, ao utilizar esta técnica procuramos desenvolver uma relação dialogal e amigável, aprofundando as questões dos questionários, tratadas, muitas vezes, de forma superficial.

Relacionado com as entrevistas, inserimos o questionário, dando prioridade para as questões abertas. Segundo Fricke (2003), o conhecimento dos argumentos utilizados pelo respondente possibilita a utilização de técnicas estatísticas que podem ser utilizadas na sistematização. Com esses argumentos sistematizados agrega-se potencialmente a quantificação dos dados coletados sob a ótica da qualificação, permitindo avaliar qualificadamente a problemática e a importância dessa investigação como um elemento de análise e projeção da realidade. Assim, o tratamento das questões abertas potencializa o debate dos dados, configurando a elaboração simultânea do texto. O objetivo é aproveitar todas as idéias expressas pelo respondente. Ao desenvolver este método seguimos as etapas: elaborando a planilha de resultados e argumentos síntese, conceituando os argumentos como categorias de análise, organizando tabelas de presença/ausência dos argumentos por ordem de repetibilidade, constituindo gráficos com a proporção de presença dos argumentos e, por fim, realizando o debate por argumento e confrontando com autores referenciais.

O questionário conjugado com as entrevistas foi ferramenta indispensável, pois possibilitou costurar muitos aspectos teóricos com o cotidiano das lutas e propostas. O questionário, compartilhando da conceituação de Gil (1991, p. 124), compreende “(...) *a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas*”. Ou como “(...) *um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador*” (LAKATOS, 1995, p.210).

Através do questionário (Anexo 01), atingimos vinte e cinco líderes coordenadores de grupos de pequenos agricultores (MPA), situados na região Noroeste Colonial (oito lideranças) e na região do Médio Alto Uruguai (dezessete lideranças).

Tab. 001: MUNICÍPIOS dos LÍDERES. MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai/ RS - 2003

MUNICÍPIOS	N.º	%
Liberato Salzano	7	28,0
Coronel Bicaco	6	24,0
Redentora	4	16,0
Vicente Dutra	4	16,0
Frederico Westphalen	3	12,0
Iraí	1	4,0
Total	25	100,0

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUI – 2004.

Estas regiões foram escolhidas tendo em vista o fato de que mantemos contatos freqüentes, por serem regiões diferenciadas umas das outras (geograficamente, socialmente, economicamente, culturalmente, etc.) e porque o autor deste estudo, de uma maneira ou outra, já exerceu atividades pastorais e populares. Deste modo, as lideranças pesquisadas representam a diversidade das regiões, na tentativa de melhor representar as situações geográficas, culturais, econômicas e políticas dos grupos de pequenos agricultores.

As lideranças pesquisadas representam vinte comunidades, correspondendo a vinte e cinco grupos de pequenos agricultores que integram cento e noventa e sete famílias membros do MPA. Estes líderes, em sua maioria, são pequenos proprietários, sendo que 36% deles têm de 05 a 15 ha de terra por família (cf. Anexos: Tabela 07), mas, se observarmos o conjunto das famílias que os líderes pesquisados representam, constatamos que 56% das famílias possuem propriedades nestas mesmas dimensões.

Tab. 002: TAMANHO MÉDIO DAS PROPRIEDADES DOS MEMBROS DO GRUPO DO MPA. Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai/ RS – 2003

q.17 FXT MÉDIO	N.º	%	% válido
Menos de 5 ha	6	24,0	25,0
5 a 15 ha	14	56,0	58,3
Mais de 15 ha	4	16,0	16,7
Total	24	96,0	100,0
NR	1	4,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUI – 2004.

Diante destas proporções, 48% das famílias acabam arrendando algumas porções de terras a mais de terceiros, tendo em vista a subsistência e as melhores condições de vida no campo (cf. Anexos: Tabela 08 e 09).

O rendimento familiar dos líderes pesquisados, não considerando os produtos para a própria subsistência (consumo familiar), constituído basicamente dos produtos destinados ao mercado (fumo, soja, cítricos, excedentes), oscila entre 2,1 a 04 salários, piso nacional (cf. Anexos: Tabela 36). Constituem famílias relativamente pequenas, oscilando entre 3 e 5 membros (cf. Anexos: Tabela 06), com escolaridade entre a 5ª e 8ª série escolar (cf. Anexos: Tabela 02). Os líderes, em relação ao tempo de exercício em sua função (cf. Anexos: Tabela 03) representam os diversos momentos da existência do Movimento, por isso trazem a riqueza de informações das várias lutas, dificuldades e vitórias já alcançadas.

Dentre os pesquisados, 64% são envolvidos e comprometidos com outras atividades nas comunidades, exercendo atividades na catequese, como ministros da eucaristia, coordenadores de capelas, dirigentes de sindicato, de futebol, na escola, como políticos.

Tab. 003: EXERCÍCIO DE OUTRA FUNÇÃO / SERVIÇO NA COMUNIDADE dos LÍDERES. Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai/ RS - 2003

q. 5 OUTRA FUN	Nº	%	% válido
Sim	16	64,0	64,0
Não	9	36,0	36,0
Total	25	100,0	100,0

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Aliás, são lideranças, em sua grande maioria, originadas de movimentos populares, ligados a CEBs, CPT, oposições sindicais, etc. Por isso mesmo, são lideranças já trabalhadas e com liderança consolidada nas comunidades. Os casos de lideranças que não exercem outras funções nas comunidades, geralmente, está ligado ao fato de que muitos são jovens iniciantes ou mesmo famílias que estão afastadas das comunidades, mas integradas no Movimento.

2.3 – Das Resistências Nasce o Novo

O MPA não vem para “criar a roda”. Quanto muito, através de suas práticas e aliado a outras forças, vem “azeitar os raios desta roda” (econômicos, políticos, culturais, organizacionais, etc.). O Movimento, se propõe a colocar em movimento uma classe adormecida, recuperar o potencial revolucionário dos camponeses, (MPA, 2003), colocar-se numa caminhada com outros movimentos para a transformação da sociedade.

Quando falamos de movimentos sociais camponeses, estamos fazendo referência aos conflitos que, ao longo da história do Brasil, se fizeram presentes como formas de resistência do homem do campo em relação às transformações culturais, tradicionais, materiais, territoriais promovidas pelo modo de produção capitalista. Entender o agir dos grupos, o desenvolvimento de suas ações sociais através da história, significa compreender suas buscas, seus caminhos de transformações e libertação, suas organizações e relações sociais, mediadas por relações de poder.

A compreensão do conceito de resistência usada por nós se refere às ações empreendidas pelas classes populares “*para conquistar o próprio direito à cidadania e a constituir-se como sujeito social*” (CHAUI, M, 1994, p.62). Trata-se de uma resistência política, cultural, econômica, inserida na perspectiva de luta de classes, onde os oprimidos e explorados vivem subordinados ou em confrontação com os dominantes. Neste sentido, as manifestações camponesas, em seus diversos espaços de socialização, manifestam sua opção por construir um novo projeto para a sociedade, oferecendo resistências ao desenvolvimento do projeto neoliberal. A resistência é a capacidade de luta das forças populares em construir esta nova sociedade, re-significando os espaços onde a vida transita. Sendo assim, quando se

afirma a resistência, não se pensa em um voltar para o passado, pois a nova sociedade deve ser construída a partir de novos alicerces, rompendo com os vícios e lógicas do capital.

Ao longo da história, as lutas contra as opressões e a busca de autonomia desenvolveram-se de diferentes modos, que vão desde as lutas violentas, reivindicações, pressões, apatia ou mesmo alienação. Entretanto, a busca de autonomia e transformação social é um agir ativo, intencional e organizado, sendo denominado movimento social.

(...) quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social (SCHERER-WARREN, 1989, p. 9).

Segundo Scherer-Warren (1989, p.12-13), o termo “movimentos sociais” surgiu com Lorenz Von Stein, por volta de 1840, quando este defendia a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse aos estudos dos movimentos sociais, tal como do movimento operário francês e do movimento comunista e socialista emergente. A partir de então, alguns critérios têm sido utilizados para caracterizar os movimentos sociais, sendo que, em geral, estes critérios se referem a um grupo organizado, que age sob uma liderança, que possui um programa, baseado numa doutrina, apresentando um fim específico ou mudança.

Para a sociologia marxista, a preocupação recai sobre o movimento das classes sociais, a necessidade de organização e a comunidade de interesses de classe. Nesta perspectiva, os critérios exigidos para caracterizar os movimentos sociais passam a ser a vanguarda, o desenvolvimento de uma consciência de classe, a ideologia autônoma e a proposta de transformação social. Esta concepção, a partir de 1950, passou a ser utilizada de forma majoritária nas interpretações acerca dos movimentos sociais.

Partindo desta compreensão marxista de Scherer-Warren (1989, p.13), compreendemos os movimentos sociais, entre eles o MPA, a partir da natureza de sua ação para a transformação, da natureza de sua dinâmica (práxis), de sua proposta de transformação

para a sociedade (projeto), dos princípios que o orientam (a ideologia) e dos condutores do movimento (a direção e a organização em suas diversas instâncias).

O MPA, desde as suas origens, contempla estes diferentes critérios, ou seja, têm uma dinâmica e proposta clara de transformação para a agricultura, caminha a partir de princípios, enfim, articula e conduz suas lutas a partir de sua organização e de seus quadros de lideranças. Esta concepção já se faz presente, desde 1999, que afirma que o MPA é um “(...) *movimento autônomo, de massa, organizado e dirigido pelos pequenos agricultores*”.

O primeiro elemento desta conceituação por nós adotada nos conduz ao terreno da natureza da ação para a transformação, a práxis, que no sentido sociológico significa a “...*atividade material humana, transformadora do mundo e do próprio homem*” (SCHERER-WARREN, 1989, p.14). Esta é uma atividade real, objetiva, subjetiva e consciente, ao mesmo tempo. Nela, há unidade de teoria e prática.

A práxis é ação para a transformação social, por isso, está ligada intimamente ao projeto. Para Scherer-Warren (1989, p.15), invocando Sartre, “(...) *através de seu projeto que o homem se define a si mesmo, se produz e supera perpetuamente a condição que lhe é dada, revela e determina sua situação, transcendendo-a para objetivar-se, pelo trabalho, pela ação ou pelo gesto*”. Significa que o projeto tem como objetivo modificar a situação da base por uma tomada de consciência de suas contradições. É neste sentido que entendemos o pensamento: “*Quem tem projeto transforma a realidade*”, modifica a sociedade.

(...) se a noção de práxis se refere à natureza da ação do movimento, dos meios para determinado fim, pela noção de projeto entendemos a determinação de um “fim” para o movimento, ou seja, as metas, os objetivos, as utopias na produção transformadora do social (SCHERER-WARREN, 1989, p.16).

Mas, não basta a dinâmica de ação e o projeto, precisamos de princípios para orientar a caminhada, de uma ideologia para alimentar as lutas e os projetos. A ideologia é tratada, geralmente, como um sistema de idéias, crenças, mitos, representações de uma

determinada classe social. Estas idéias, os próprios dicionários nos oferecem. É necessário ir além destas visões que compreendem a ideologia como mascaramento da realidade ou falsa consciência das classes dominadas, ou que vê na ideologia apenas um instrumento de luta, uma forma de contestação das condições de dominação. Este ir além significa, para Scherer-Warren (1989, p.18), compreender a ideologia em seus princípios valorativos, em suas manifestações culturais e representações de caráter classista, que orientam a práxis do grupo e a elaboração de seu projeto.

Todos estes elementos (dinâmica da ação, projeto e ideologia) só são colocados em movimento quando existe organização, uma direção competente, democrática, aberta para a formação. Isto significa procurar caminhar “no fio da espada”, evitando os extremos, muitas vezes presentes no trabalho popular e de base, popularmente conhecidos como basismo e vanguardismo.

Segundo Scherer-Warren (1989, p.18-19), o basismo é compreendido pela postura no interior de um movimento social, que reduz a necessidade de lideranças intelectuais, políticas. Procura-se uma participação equivalente entre os membros, em todos os níveis de decisões e no estabelecimento de princípios. O vanguardismo é compreendido pela defesa de uma elite intelectual e política que dá direção ao movimento em seu desenvolvimento, com papel de conscientização dos membros e do próprio movimento. Estas posições, tomadas de forma unilateral, se mostram ineficazes e equivocadas no desenvolvimento das práticas dos movimentos sociais. São ineficazes porque:

Um deles o de reduzir tudo ao espontaneísmo, supervalorizando ações espontâneas, sem uma institucionalização adequada, o que muitas vezes leva ao irracionalismo. Em contraposição a este, há o da direção que pretende o puro cientificismo, supervalorizando a teoria sem uma prática adequada, o que leva ao vanguardismo e ao intelectualismo (WANDERLEY, 1980, p.113-114).

A questão é caminhar e trabalhar com as massas populares, fazendo com que eles se inter-relacionem, sem que haja unilateralismos, pois um democrático e libertador

relacionamento entre direção e base é fundamental na constituição de formas de organização, com profundas repercussões na práxis social.

Estas categorias, acima destacadas, ajudam a compreender os movimentos sociais e o próprio MPA. É preciso ressaltar que elas não são novidades de agora, pois já foram analisadas por Marx e autores marxistas. No marxismo, a práxis sempre foi compreendida como elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza; o projeto compreendido como utopia de superação das condições sociais que oprimem, material e espiritualmente, uma classe em relação à outra; a ideologia compreendida como elemento de legitimação da dominação de classe ou como elemento propulsor da libertação social, isto é, a necessidade das classes se organizarem em grupos de interesses, na busca de sua autonomia.

Na atualidade, a partir de novas contribuições teóricas, outros critérios, além destes clássicos, são discutidos: a) procurando compreender os movimentos sociais a partir do reconhecimento de um direito e da formação de uma identidade específica, isto é, a partir do reconhecimento da mesma situação, que os problemas e a luta são os mesmos as conquistas devem ser buscadas coletivamente; b) procurando compreender os movimentos a partir do desenvolvimento de uma sociabilidade política, que faz com que exista o Movimento, ou seja, esta sociabilidade constrói o projeto e organiza as lutas nos diversos espaços; c) procurando compreender os movimentos a partir da construção de um projeto popular de transformação social.

Esta última contribuição é importante e nos ajuda na análise, tendo em vista a diferenciação dos Movimentos Sociais de caráter histórico e classista diante do surgimento e evidência dos Novos Movimentos Sociais (NMS)⁴⁵. Para Gohn (1995), os NMS se contrapõem aos Movimentos Sociais históricos por suas práticas e objetivos. Os NMS

⁴⁵ Por “Novos Movimentos Sociais” (NMS) compreendem-se os movimentos ecológicos, contra a fome, ONGs, Movimentos Feministas, étnicos, ligados a direitos individuais, etc. Movimento que sinalizam em princípio um distanciamento do caráter classista que se configurava nos movimentos sindicais, operários em torno do mundo do trabalho.

desenvolvem ações particularizadas relacionadas às dimensões da identidade humana, deslocada das condições socioeconômicas predominantes, de modo que suas práticas não se aproximam de um projeto de sociabilidade diferenciada das relações sociais capitalistas, isto é, não se voltam para a transformação das atuais formas de dominação política e econômica, no sentido da construção social baseada na organização coletiva e no desenvolvimento das potencialidades humanas na direção não-capitalista. Os objetivos dos NMS devem-se ao fato de que eles:

(...) almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (...) e a sociedade civil (...) bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados (SCHERER-WARREN, 1996, p.49-50).

Portanto, os NMS apenas respondem por objetivos específicos. Quando estes objetivos são alcançados, esfria o ardor do movimento. Por isso, o movimento social precisa introduzir a perspectiva da utopia de construção de uma nova sociedade, em que as lutas vão construindo novas relações. É “*uma caminhada de construção*”, um Movimento que põe em movimento tudo o que fica em volta de si, um processo que vai se reforçando cada vez mais, ampliando os níveis de participação, de autonomia, de igualdade. Nestas novas relações, a solidariedade e a cooperação passam a ser desenvolvidas como um novo modo de vida e como forma de luta. A democracia interna e a democracia direta ganham impulsos, acolhendo a presença de todos os setores (mulheres, jovens, idosos, crianças) em todas as práticas sociais.

A partir destas considerações teóricas, compreendemos e caracterizamos o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) como movimento social camponês, histórico e classista, diferente dos NMS, o que não significa dizer que ele não esteja preocupado com as questões individuais, específicas e relacionadas às temáticas ecológicas, de fome, de gênero. Entretanto, quando nos referimos ao MPA como movimento social, temos diante de nós a ponderação de Gohn (1997, p.11) de que os movimentos sociais não são algo tão novo como

parecem, nem são instrumentos por si só capazes de transformar a sociedade. Eles buscam dar continuidade e se alimentam das velhas forças históricas, fazendo com que o campesinato esteja em permanente construção, em contínuo acumular de forças, articulando-se com outras forças históricas, rumo à autonomia e à transformação social. Ou seja, ao tratarmos do MPA, pensamos nele não apenas como espaço para pensar as transformações sociais do ponto de vista do poder político, mas pensamos também do ponto de vista estrutural, pois, o Movimento “... têm gerado projetos e experiências coletivas no setor de produção que indicam novas formas de utilização das forças produtivas” (GOHN, 1997, p.21).

Tratando-se do nascimento do MPA, manifestação de antigo fenômeno, percebemos que houve uma dinâmica própria e uma pedagogia em seu nascer e desenvolver-se, tal como Roseli Caldart (1987, p.29-30) já o descreveu em relação ao surgimento do MST.

O nascimento de um movimento está, geralmente, ligado ao ambiente de descontentamento e insatisfação, diante de necessidades e interesses concretos não atendidos/negados. Destas insatisfações é que nascem as mobilizações, que trazem o desejo de mudança e, ao mesmo tempo, o desencanto com as mediações ou instâncias de poder que não correspondem em suas tarefas políticas. O desejo de mudança conjugado com o desencanto conduz os grupos a acreditarem na força da união, organizando a pressão para a resolução de seus interesses. Todo este processo vai conquistando espaços de socialização, vai se territorializando, vai sendo permeado por relações educativas.

Este sentido político e pedagógico da mobilização e da organização desembocam numa luta coletiva e em lutas maiores, bem além das questões iniciais, meramente econômicas e imediatas do próprio grupo. O processo desemboca na ruptura da alienação cotidiana e faz emergir novos sujeitos e novos protagonistas, novas práticas, novas formas de interferir na sociedade. Por sua vez, estas novas práticas e formas de organização e de intervenção, exigem a vivência de novas relações e de novos valores, de novos saberes e

novas expressões coletivas. Nos grupos e no movimento, vai-se construindo um novo saber, que se mistura à herança cultural das comunidades e dos grupos, formando “*a nova cultura política de base*”, que alimenta a utopia, exige um projeto de transformação, envolve o Movimento e seus membros em nova forma e por nova forma de vida em sociedade.

Na origem do MPA, para além do contexto já indicado, esta dinâmica de mobilização, organização e luta coletiva já estava em desenvolvimento, em diversos espaços (sindicatos, oposições sindicais, setores ligados a CPT, etc.). Um dos espaços, marco que contribuiu para a afirmação das lutas camponesas e impulsionou a decisão de organizar os pequenos agricultores, foi o 2º Congresso dos Trabalhadores Rurais (Passo Fundo, RS, 1993). Este encontro colocou entre seus objetivos a definição de nova estratégia para o meio rural, trazendo ao debate a questão do “*projeto para o campo*”, a alternativa de desenvolvimento econômica para o campo. Como consequência desta busca, houve a valorização das experiências concretas, a reflexão articulada sobre os possíveis campos de alianças, a superação da dicotomia entre prática de contestação e prática de reivindicação, etc. Estas discussões tiveram uma base bem maior, um conjunto de forças populares interessadas em construir nova ordem social e econômica para o Brasil.

Alguns indicativos e fundamentos desta nova proposta passaram a constituir-se em campos de lutas e de enfrentamento ao neoliberalismo, tais como:

- a construção de um novo modelo tecnológico;
- a construção de novas formas de organização da produção, comercialização, beneficiamento e abastecimento. Este processo resultou na criação de inúmeras associações, de grupos informais, de grupos de cooperação de pequenos agricultores, grupos de tecnologias alternativas, etc.;

- um projeto alternativo de desenvolvimento, sob o controle e protagonismo dos trabalhadores. Isso leva a questionamentos, mudando práticas sindicais, dos movimentos populares, dos mediadores e aliados;
- o compromisso com a reforma agrária, instrumento de transformação do atual modelo de desenvolvimento;
- a luta por uma política agrícola diferenciada para o pequeno agricultor;
- o compromisso com a pesquisa e extensão rural diferenciados e voltados para os interesses dos trabalhadores rurais;
- enfim, a construção de bases culturais de desenvolvimento alternativo para resgatar valores como a solidariedade, a cooperação e estabelecer uma nova relação homem-natureza.

A partir destes campos de enfrentamento, decorrem várias frentes de trabalho e de atuação no novo sindicalismo, com as oposições sindicais, nos espaços da CPT, da CUT-Rural, nos assentamentos e acampamentos do MST, com os grupos ribeirinhos do MAB, com as mulheres da roça e jovens rurais. Nestas frentes de trabalho, destaque seria dado às lutas reivindicatórias, à elaboração de propostas mais amplas, às lutas no campo da política agrícola, à organização dos trabalhadores no processo produtivo, à ação na esfera institucional, ao trabalho de mobilização dos agricultores nas bases, etc. Em todos os espaços e com todas as forças reunidas, procurava-se romper com o modelo agrícola implantado pela revolução verde, construindo novo projeto de desenvolvimento. Foram estas lutas e estes atores sociais que prepararam o chão para que a semente do MPA vingasse nas comunidades.

O fato histórico que desencadeou o surgimento do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) situa-se no ano de 1996, durante a grande estiagem que assolou o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Angustiados com a falta de resposta dos governos estadual e federal para suas reivindicações, os pequenos agricultores acamparam em cinco regiões,

sendo que o núcleo central situou-se à margem da principal via rodoviária de Sarandí (BR 386), região noroeste do Estado.

Quem esteve à frente do protesto foram lideranças sindicais, religiosos(as), alguns sacerdotes e lideranças de Igrejas, todos ligados à Pastoral da Terra. Outras entidades e representantes de pequenos agricultores, que sentiram o esgotamento de ações anteriores e que resolveram adotar algumas das práticas do MST, entre elas, trancamento de rodovias, marchas, passeatas, acampamentos, ocupação de prédios públicos, etc. O protesto durou três semanas e, no auge da ação, havia em torno de trinta mil pessoas, mobilizadas por cerca de quarenta sindicatos “*autênticos*”.

Nos dias de acampamento, tomou-se a decisão de formar pequenos grupos, diante das dificuldades de coordenação e para dar melhor encaminhamento nas decisões, bem como partilhar os resultados das discussões dos grupos nas assembléias diárias. Esta experiência de organização foi fundamental para, mais tarde, realizar o trabalho de nucleação nas comunidades. Estas novas formas de organizar-se, no fundo, traduziam as formas de organização das CEBs, dos grupos de reflexão das comunidades e o jeito de trabalhar nos acampamentos e assentamentos do MST. Estas experiências foram fundamentais, pois imprimiriam o “*jeito e a cara do MPA*”.

As autoridades estaduais e federais da época⁴⁶ não puderam ignorar o fato e criaram uma linha de crédito para auxiliar os pequenos agricultores, chamada de “*cheque-seca*”, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais)⁴⁷. Assim, na origem do MPA está a luta dos pequenos agricultores, que se mobilizaram a partir de uma necessidade concreta, assumindo posições e partindo para o confronto.

⁴⁶ É tempo da administração política do governador Antônio Brito (RS) e do ministro da agricultura, Arlindo Porto, governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

⁴⁷ Em 1996, o salário mínimo nacional tinha o valor R\$ 114,00. O cheque seca, deste modo, equivalia a 3,5 salários mínimos. O curioso é que o mesmo Brito, em cima dos R\$ 400,00, faturou politicamente, realizando campanhas políticas pelos municípios, revoando com o “famoso helicóptero” do Estado do RS.

A voz de um dos bravos desta jornada é rica em detalhes sobre este momento histórico na vida dos pequenos agricultores:

O MPA nasce a partir das lutas, em 1995/96, ocasião da grande estiagem. Era o tempo do Brito. A preocupação que nós tinha era que os agricultores iam embora, saíam da roça, saindo para os grandes centros. Lá eles iam piorar a situação. Então como representante do sindicato na época, a gente ficou preocupado com isso e chamou uma reunião a nível de sindicatos do Estado para discutir esta realidade que os agricultores estavam vivendo. E aí, por exemplo, estavam presentes a FETAG, a CUT, a CPT. E aí nós decidimos chamar uma mobilização em janeiro. Nós fizemos o debate em Passo Fundo e voltamos para os nossos municípios e fomos para as comunidades fazer debates com os agricultores. E aí a proposta de data era 15 de janeiro. E aí os agricultores diante da grande crise que estavam atravessando eles queriam a mobilização de imediato. Então a decisão foi para o dia 15 de janeiro. Então nós puxamos a mobilização para esta data e tinha entidades que estavam imperando para não acontecer essa mobilização (FETAG e a própria CUT-Rural).Então nós não cruzamos por cima dos nossos agricultores. Foi uma decisão da base. Aí fizemos a mobilização. No primeiro dia nós esperávamos puxar na mobilização uns dois mil pequenos agricultores e se achamos no final do dia com mais de 10 mil pequenos agricultores. E daí nós sentimos a necessidade de criar um novo movimento, pois os que estavam representando os pequenos não estavam tão preocupados em nos defender. Então criamos o movimento e nós fomos para a luta e conseguimos arrancar recursos para os agricultores. A nossa pauta era R\$ 1.500,00 a fundo perdido e crédito com subsídio de 50 %.Tinha movimento que duvidava que nós iria conseguir. Conseguimos não como nós queria, mas conseguimos R\$ 200,00 de rebate. Avaliamos e decidimos aceitar este rebate. Depois foi feita várias lutas a nível de Estado e de Brasil para conseguirmos estes recursos para os agricultores (Depoimento: Pesquisa de Campo)

Por este depoimento, percebemos que o MPA: nasceu lutando, na beira da estrada, embaixo de barracos de lona, lutando por crédito subsidiado e por seguro agrícola, resistindo ao projeto de exclusão dos pequenos agricultores. Na época, os pequenos agricultores não tinham acesso a crédito com subsídio, os juros cobrados pelos bancos eram abusivos e os preços dos produtos agrícolas estavam muito baixos. Muita gente estava desesperada e outros já tinham abandonado as lavouras, engrossando as filas dos desempregados. Com o abandono dos governos e um sindicalismo sem propostas, era necessário o surgimento de algo novo para organizar os pequenos agricultores.

Assim nasceu, no calor da luta, o MPA. Nasce do meio das lutas, de articulações, de projetos e de sonhos. E ao nascer ele não era sindicato, partido político, nem apêndice da igreja (CPT), nem prolongamento da CUT-Rural, nem se confundia com as

missões políticas do MST. Ele nasce, segundo a executiva do MPA (MPA, 2002, p.4), com tarefas políticas determinadas, para resistir na terra, lutar por crédito subsidiado como forma de organizar os camponeses e aumentar a capacidade de resistência; defender a agricultura camponesa; um jeito de viver, em que o pequeno agricultor pudesse controlar sua vida e sua produção, lutar contra o modelo agrícola que só favorecia os grandes produtores e os produtos de exportação, construir um novo modelo de agricultura, pelo qual a produção de alimentos fosse feita por uma multidão de pequenos agricultores e não por meia dúzia de grandes empresas estrangeiras, enfim, lutar pelos direitos e reivindicações dos pequenos agricultores.

Destaca-se, pelo depoimento transcrito, que os dias de acampamento nas rodovias se fez escola, espaço de aprendizagem política. Muitos questionamentos se fizeram presentes: em relação à organização sindical, aos métodos de lutas, ao papel das mediações, ao futuro dos camponeses. A mobilização acabou trazendo situações novas e necessidade de novas articulações e de novos espaços organizativos. Os pequenos agricultores aprenderam a desenvolver um novo jeito de organização política.

Mas o mais importante foi a descoberta de que a agricultura camponesa tem peso eminentemente político. As discussões nos acampamentos formaram a consciência dos pequenos agricultores e estes perceberam que o sistema capitalista não precisa da produção dos pequenos camponeses, mas tem medo que os pequenos, reunidos e organizados em movimentos sociais, se aliem a outras forças e com outros setores populares e, juntos, contestem os rumos hegemônicos imprimidos pelo capitalismo internacional. Foi esta consciência e compromisso das lideranças e dos aliados presentes, responsáveis pelo chamamento e pela organização das mobilizações, que fizeram nascer um dos mais promissores e, certamente, num futuro próximo, um dos mais fortes movimentos sociais de camponeses, imprimindo novos rumos ao movimento camponês no Brasil.

A partir do nascimento do Movimento, as lideranças e os camponeses organizados passam a acreditar que tinha chegado o momento de encarar as lutas por sobrevivência da classe, as lutas de organização. As mobilizações, organizações e lutas resgatavam e retomavam as lutas históricas dos camponeses, em seus diferentes locais, educando-os para que se transformassem em sujeitos da história. Na verdade, o MPA nasce da história, uma história que foi condensando forças através das lutas dos índios, dos negros, dos caboclos, imigrantes, dos camponeses que se reproduziram e resistiram aos processos da modernização.

É importante destacar o comportamento dos sindicatos diante das mobilizações e durante as negociações. Pelo acontecimento histórico e depoimentos recolhidos, constata-se que, em grande parte, os sindicatos não foram acampar (apenas 40 sindicatos). Mas isso não impediu que os grupos de pequenos agricultores acampassem. E, sentindo-se sós, sem a presença de seus representantes, puderam refletir sobre os limites da estrutura sindical. Perceberam que o sindicalismo no campo, pela sua heterogeneidade, não articula, não mobiliza e não organiza, não tem comprometimento. Perceberam que os sindicatos apenas envolvem-se com lutas salariais, campanhas, assistência médica, aposentadoria, troca de sementes, calcário, mas sua prática menospreza a dimensão organizativa e política dos pequenos agricultores.

O sindicalismo rural, com suas concepções político-ideológicas, com suas alianças e estratégias, com sua submissão e atrelamento ao capital e ao aparelho estatal, acabou mostrando sua verdadeira face. Esta tomada de consciência sobre os limites e entraves da máquina sindical constituiu-se em mais um dos fatores para a organização do Movimento.

Ressaltam-se, ainda, os impasses entre lideranças, mediações e governos, nos debates e encaminhamentos das propostas para as soluções dos problemas, ou seja, o modo de articular a mobilização e os encaminhamentos a serem dados às propostas constituiu-se num

divisor de águas, levando à ruptura política, com significativas conseqüências nos rumos do movimento camponês. A FETAG, CUT-Rural e outros agentes mediadores queriam a negociação com os governos, com base na escolha de representações, para “negociar” em Porto Alegre e em Brasília. O sindicalismo comprometido e setores da CPT apostavam em outra estratégia, ou seja, contavam com a pressão de massa e lutas prolongadas, envolvendo o máximo de pequenos agricultores e, com isso, forçando os governos à negociação.

Esta estratégia foi um elemento diferencial importante, pois levou os “negociadores” ao isolamento, criando condições objetivas para que fossem imprimidos novos rumos às lutas e formas de organização dos camponeses. Ou seja, decorrente deste processo de encaminhamento, sobreveio o desencanto com lideranças sindicais e mediações, que se mostraram ineficazes na condução das negociações.

Entretanto, a ineficácia destes setores não era algo casual, já tinha história em outros embates. Os pequenos agricultores já estavam desiludidos com a prática destes setores que se desenvolveram conformados com a situação agrária vigente e com as políticas neoliberais, com a rotinização das lutas e sujeição às regras estabelecidas. A ineficácia destes setores decorria do fato de que não mais respondiam às exigências e à gravidade da situação, aos interesses dos pequenos agricultores, isto é, as bases não se sentiam representadas pelas organizações existentes e exigiam novas formas de organização e de defesa de seus interesses.

Depois de oito anos do nascimento do MPA, a relação do Movimento com os sindicatos ainda não é clara, merecendo reflexões. Os dados empíricos confirmam que continua o desencanto com a estrutura sindical, indicando interrogações sobre a necessidade de redefinição dos papéis e tarefas políticas destas organizações no meio dos pequenos agricultores.

Pela pesquisa, constatamos que 64% dos pesquisados são “sócios” no sindicato (cf. Anexos: Tabela 75), sendo que 48% se mantém em dia com suas mensalidades e 12%

regularizam em determinados tempos, por ocasião de eleições, por precisar de documentos, etc. (cf. Anexos: Tabela 76). Entretanto, a Tabela 77 permite-nos realizar algumas leituras e questionamentos sobre o que está se passando nos municípios.

Pelas respostas, revelam-se algumas razões de “desencanto” dos pequenos agricultores com as estruturas sindicais e com o papel por elas exercido. Para 50% dos entrevistados, o sindicato não tem importância alguma na caminhada e na vida dos pequenos agricultores, sem contarmos as demais respostas, nas quais há manifestações que apontam os sindicatos como omissos (“*deveriam ser, fazer, mas não são e não fazem*”) ou tomando posições políticas de confrontação aos grupos, lideranças e ao Movimento.

Tab. 004: IMPORTÂNCIA DO SINDICATO PARA OS AGRICULTORES. Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai/ RS – 2003

q.36 Importância do sindicato	Presente	Ausente	Total
Nenhuma	50,0%	50,0%	100,0%
Ferramenta Luta	29,2%	70,8%	100,0%
Contra MPA	25,0%	75,0%	100,0%
Organizar	20,8%	79,2%	100,0%
Defender interesses	20,8%	79,2%	100,0%
Coordenar	20%	80,0%	100,0%
Informar	12,5%	87,5%	100,0%
Denunciar	8,3%	91,7%	100,0%
Orientar	8,3%	91,7%	100,0%
Parceiro dos MS	4,2%	95,8%	100,0%
Mobilizar	4,2%	95,8%	100,0%
Bom – se for contra o MPA	4,2%	95,8%	100,0%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado em Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Por que os pequenos agricultores estão desencantados com as práticas sindicais? Segundo os informantes pesquisados, porque o sindicato “...não participa do Movimento; *não defende o pequeno agricultor; só explora os aposentados; é pelego; etc.*” (Pesquisa de campo: depoimentos da questão 36). Este desencanto decorre do fato que os pequenos agricultores carecem de uma ferramenta de luta, de organização, de defesa, para informar, orientar, mobilizar, ser um parceiro.

E mais, 68% dos participantes apontam a inexistência de qualquer trabalho conjunto entre sindicato e MPA (cf. Anexos: Tabela 78). Mesmo os que afirmam a existência de atividades em conjunto MPA-Sindicato, as respostas induzem ao entendimento de que são

atividades insignificantes. As respostas são genéricas, evasivas, tipo: “*existe união, é a mesma luta, trabalham juntos, apoio, etc.*” (Pesquisa de campo: depoimentos da questão 37), sendo que a maioria dos participantes sequer respondeu à questão proposta, conforme segue pela tabela seguinte.

Tab. 005: ATIVIDADES DE TRABALHO CONJUNTO ENTRE SINDICATO E MPA NO MUNICÍPIO.

Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai/ RS – 2003

q.37 trabalho conjunto	Não	Sim	Total
União		25,0%	25,0%
Reivindicação		8,3%	8,3%
Reuniões		8,3%	8,3%
Informações	4,2%	4,2%	8,3%
Formação	4,2%	4,2%	8,3%
Pelego	8,3%		8,3%
Atrapalha	8,3%		8,3%
Não	4,2%		4,2%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

As práticas do MPA desenvolvidas nos grupos, comunidades e demais espaços de influência, colocam-se como uma nova forma de luta contra a exclusão e por novas formas de organização econômica, política, cultural. Ele sinaliza para a mudança de organização, mudança no jeito de conduzir as mobilizações, de representar e educar os camponeses. Estas novas práticas que se originam da luta coletiva, de estratégias novas que combinam pressão política, mobilizações prolongadas das massas e trabalho incansável com as bases, oportunizam debates, grandes questionamentos, que, certamente, vão provocar a renovação das estruturas sindicais e redefinir as suas tarefas políticas e históricas.

O MPA, através de sua organização, mostra que as necessidades dos pequenos agricultores são maiores do que as necessidades territoriais, da sua propriedade, comunidade, município. Para além das questões sociais e econômicas, o Movimento assume um caráter político e pedagógico a partir dos pequenos agricultores. De agora em diante, as mudanças não serão de cima para baixo, mas devem ser forjadas pela base organizada em seus núcleos e instâncias organizativas. Este novo jeito de luta, esta vitalidade e esperança que vêm da base impulsionam para a transformação e provocam mediações, organizações e estruturas sindicais

que, embora tenham nascido com objetivos e intenções autênticas, desgastaram-se através da história e precisam de redefinições.

2.4 – Ao Caminhar a Organização se Organiza

A partir do ano de 1999, ocasião em que foi elaborada a primeira cartilha voltada às bases, apareceu a preocupação em definir quem é mesmo este Movimento, “qual é a cara do MPA”. Nesta cartilha, como nas demais seguintes, perpassa a idéia de que o MPA é e deve ser movimento, fundamentando suas ações a partir de dois eixos: a análise de conjuntura e o trabalho de massas. As mudanças de conjuntura vão indicando mudanças políticas nas formas de agir e de organizar as massas. Em todas as atividades, procura-se adotar o método “*prática-teoria-prática*”. O Movimento indica primeiro o caminho, para depois fazer a teoria. Nisso, ele se diferencia de outros, que fazem teoria para depois agir.

O Movimento se define como “... *Movimento Social autônomo, de massa, organizado e dirigido pelos Pequenos Agricultores*” (MPA,2000, p.4). Ele tem dinâmica própria, proposta de transformação para a agricultura, caminha a partir de princípios ideológicos e mantém suas lutas e projetos articulados a partir de sua organização, seus grupos, associações, cooperativas e diversas instâncias organizativas. Esta definição e os eixos que baseiam as ações nos remetem aos princípios e à estrutura organizativa do MPA.

Em geral, nas diversas práticas e instâncias organizativas, procura-se praticar métodos parecidos com os que são utilizados pelo MST, diante da afinidade político-ideológica entre os movimentos. A pressão prolongada é uma das armas fundamentais. O

Movimento não mobiliza sem ter em vista lutas prolongadas e envolvimento massivo dos camponeses. Isto nos leva a refletir sobre a relação da massa com as bases e vice-versa. Compreender esta relação auxilia na compreensão dos diversos níveis organizativos e da própria essência do Movimento.

Os sentidos de massa são diversos (MST, 1991). A massa pode adquirir significação pejorativa. No senso comum, pode ser compreendida como aquilo que tira a qualidade, a essência, a vida de um movimento. Evidentemente, há outros sentidos de compreensão: na política, a massa pode ser entendida como objeto de manipulação e manobra; na visão liberal, a massa geralmente é “*incapaz*” e, por isso mesmo, pode ser manipulada através de políticas assistencialistas e populistas; nas Igrejas, a massa é “*rebanho de ovelhas*”, etc.

Os movimentos sociais compreendem a massa como potencialidade e agentes protagonistas das transformações da sociedade. Esta compreensão inspira-se nos princípios do MST, que afirma que as massas são “*...o conjunto de pessoas de uma determinada categoria ou classe, que está dispersa ou organizada em torno de uma proposta e que pode desenvolver atividades diversas*” (MST, 1991, p. 20).

Na verdade, mobilizações, organização, propostas e projetos não se desenvolvem sem as massas, estas são indispensáveis. Grandes transformações não acontecem sem a presença da massa, sem que ela tome parte da luta e determine os seus rumos. Os exemplos são diversos, sem citar as revoluções, apresentamos apenas alguns mais próximos, como: a massa dos “*caras pintadas*” que levou à destituição do presidente Collor de Mello; o grande movimento de massa construído através da história e que culminou na vitória do “*projeto popular*”, com a eleição de Lula; a resistência iraquiana diante do poder econômico, político e militar norte-americano, etc.

Mas a massa, por si só, não consegue exprimir toda a sua força e transformar. Por isso, é preciso orientá-la, educá-la, organizá-la. A massa encontra condições favoráveis para sua educação quando colocada em movimento. Seu desenvolvimento acontece nas ações concretas, nas mobilizações permanentes, a partir de suas necessidades, participando ativamente das lutas, convivendo politicamente, sendo educada ideologicamente de forma planejada, através de diversos meios. Para que isso aconteça, se faz necessário a articulação com as bases. Nesta relação entre massa e base, que é de interdependência, se faz necessário desenvolver muitas frentes de trabalho, fundamentadas em princípios comuns, dos quais destacam-se as necessidades, a exigência de respostas rápidas a problemas, os níveis diferenciados de compreensão, as aspirações, o gosto pela ação, as vitórias, as referências, a base organizada, a formação, etc. Sem, pelo menos, alguns destes, elementos é pouco provável acontecer trabalho de massa, muito menos compreender a massa como força e sujeito de transformação social.

Deste modo, com o trabalho organizado e comprometido, as práticas do MPA procuram ser pensadas de forma duradoura, consistente, alicerçada “*em terreno pedregoso*”. Este é um diferencial no Movimento: os líderes dos grupos e as coordenações estão preocupadas em organizar as massas, desenvolver a formação e a educação, imprimir direção aos grupos e demais instâncias de organização. Aliás, esta foi uma das preocupações manifestadas pelo Movimento desde suas origens; uma preocupação nos acampamentos e depois reproduzida nas experiências das diversas comunidades e grupos de agricultores.

Com isso, o MPA tornou-se um diferencial paradigmático, pois a educação, formação, direção, o sentido de projeto, construído enquanto se caminha, norteiam suas práticas e compromissos. Nesta práxis, o espaço, por excelência, de trabalho de massa passou a ser as manifestações (MPA, 2003, 18-19). Neste sentido é que Gadotti afirma (1995, p.140): “*Os trabalhadores não inventam as lutas, não inventam o movimento social, apenas o*

politizam”. É o que se propõe o MPA: reunir os pequenos agricultores e seus descontentamentos, transformando-os em força política de mudança. Este processo, evidentemente, não é espontâneo, ele é organizado, intencional, de construção de hegemonia, fundamentalmente educativo.

Este processo educativo, em primeiro lugar, encontra sua força na ideologia (GADOTTI, 1995, p.83). O ato de educar exige tomar partido, levar em conta o conflito que o cerca, colocar a questão do poder no centro da questão pedagógica. Deste modo, é impossível educar sem um projeto político. O Movimento, em suas diversas ações, assim pensa e desenvolve a educação, ou seja, nos diversos espaços de lutas se formam os militantes, a consciência de classe, a formação política, moral, cultural, etc. As lutas e os objetivos do movimento vão imprimindo o ritmo da formação e as teorizações necessárias. Assim, o processo formativo e educacional se dá pelas contínuas tomadas de posições, de decisões, pela organização, pelo exercício do poder, pela dinâmica imprimida pelo e através do Movimento.

Mais próximo do cotidiano dos pequenos agricultores, com os grupos e comunidades, situa-se o trabalho, princípio educativo por excelência, ou seja, a formação para a produção e através da produção e seus processos produtivos, é um dos pontos valorizados pelo Movimento. Entretanto, o trabalho realiza, mas também pode alienar o ser humano.

No modo de produção capitalista o trabalhador não produz para si mesmo, mas para o capital, por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital (...) Ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar (MARX, 1980, p.583).

Neste sentido, Gadotti (1995, p. 130) afirma que a socialização nos diversos espaços é fundamental para a transformação do sistema capitalista como modo de vida e de produção. E o desenvolvimento das faculdades humanas no trabalho de dominação da natureza passa a se constituir um movimento profundamente pedagógico.

O Movimento reconhece que *“A massa se educa em movimento. Ela cresce e se forma nas ações concretas. As mobilizações permanentes possibilitam uma convivência política e as massas aprendem a gostar de sua organização e de suas propostas”* (MST, 1991, p.28-29). Por isso, os 100% dos pesquisados afirmaram já ter participado de manifestações (cf. Anexos: Tabela 62), relacionando diversas mobilizações e participações, como lutas por moradia e créditos, caminhadas, acampamentos, bloqueios de rodovias, contra transgênicos e outras manifestações que serão retomadas mais adiante.

Nestas diversas manifestações acima citadas, 73,9% dos líderes pesquisados afirmaram (cf. Tabela 71- ações educativas do MPA) que o trabalho de massa, compreendido como práxis educacional, se fez presente e oportunizou momentos fortes para o desenvolvimento da educação popular. Esta constatação questiona e soa como crítica a certas mobilizações promovidas por organizações imbuídas de valores da classe média ou de cunho meramente assistencialista ou existencialista, onde as massas são mobilizadas por alguns iluminados, não se estabelece processo educativo e de organização das massas, sendo que o movimento termina com o atendimento ou não das necessidades.

Assim, nem todo trabalho de massa é organizado e conduz as transformações sociais. Muitos trabalham com as massas, mas nada criam de novo. Até mobilizam-nas para uma necessidade concreta, pois elas sempre estão necessitadas, mas entre a mobilização e o trabalho organizado e comprometido, há grande diferença. Nos círculos populares, se diz: quando falta método organizativo, falta organização. Espontaneamente, sem formação, sem educação, sem articulações bem definidas não teremos transformações duradouras e profundas. Sem este compromisso, a massa fica inerte, manipulada, transforma-se em *“farinha sem fermento”*.

Em suma, o movimento camponês ensina que a *“A massa se forma e se educa a partir de necessidades que têm, participando ativamente das lutas, das mobilizações, das*

assembléias, de atos públicos, caravanas, etc.” (MST, 1991, p.29). Estes espaços são de educação, espaços onde são gestados os conteúdos ideológicos, político e moral, as propostas, os projetos. É neste sentido que o MPA assume como compromisso o desenvolvimento do trabalho de conscientização, a elevação do nível de análise, a compreensão social e política do povo, a capacitação dos trabalhadores (as) ao associativismo e cooperativismo, a promoção de estudos e debates para trabalhadores (as) e agentes sobre conjuntura local, nacional e internacional, o aprofundamento do debate sobre o papel do Estado, ocupação e criação do espaço público, meios de comunicação, a formação de novos animadores, equipes, etc.

A massa sempre será insubstituível, assim como insubstituível é a base, o grupo. Na luta contra a exploração, na construção de uma nova sociedade, a massa e os grupos têm tarefas fundamentais e específicas. Elas são o lado diverso de uma mesma moeda. Este é um ensinamento popular, feito dito popular: *“Massa e grupo equivalem a farinha e a fermento. Se não misturar, não cria nada de novo”*.

O trabalho de base com os grupos é um ensinamento herdado das CEBs, comunidades rurais e movimentos populares, mais concretamente, do MST. Sendo assim, não é de qualquer trabalho de base, como não é de qualquer base ou grupo que estamos tratando. Um grupo de base pode até significar nada em termos populares. Os grupos do MPA nascem a partir de necessidades, com outros objetivos e motivações. Os grupos se colocam dentro da dinâmica em que suas motivações e práticas estão orientadas para a transformação da realidade, ligando a vida local com a caminhada do Movimento, estando em constante caminhar com suas lutas maiores.

Os dados empíricos, recolhidos através da tabela seguinte, ajudam a entender quais são as motivações em participar e formar os grupos nas comunidades. Para 60% dos líderes pesquisados, a motivação maior para a formação dos grupos é a organização, seguida da influência exercida pelo Movimento (32%).

Tab. 006: FORMAÇÃO DO GRUPO dos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai – RS – 2003

q.13 Como nasceu o grupo?	Presente	Ausente	Total
Organização	60,0%	40,0%	100,0%
Influência do MPA	32,0%	68,0%	100,0%
Reuniões/Palestra	28,0%	72,0%	100,0%
Reunindo Vizinhos	20,0%	80,0%	100,0%
Crédito e moradia	20,0%	80,0%	100,0%
Pronaf	16,0%	84,0%	100,0%
Buscar Política Agrícola	12,0%	88,0%	100,0%
Convites	12,0%	88,0%	100,0%
Exemplo do MST	8,0%	92,0%	100,0%
Contrapor ao sindicato	8,0%	92,0%	100,0%
Substituir a Pastoral	8,0%	92,0%	100,0%
Associação	4,0%	96,0%	100,0%
Beneficiar pequenos	4,0%	96,0%	100,0%
Continuar no campo	4,0%	96,0%	100,0%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado em Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Por que a maior necessidade é a organização? Certamente porque há dificuldades econômicas que devem ser superadas e os pequenos agricultores descobriram que somente organizados possuem força e conseguem vitórias. É o que podemos constatar: os grupos são formados

(...) no intuito de beneficiar os pequenos agricultores organizados no MPA, diante das necessidades das pessoas em continuar no meio rural, diante das dificuldades em conseguir crédito, moradia, para conseguir o pronafinho, para conseguir política agrícola, diante da necessidade de se organizar em grupo, etc. (Pesquisa de campo: depoimentos, questão 13).

Em outras palavras, os grupos nascem para conseguir créditos, moradia, política agrícola, continuar no campo (motivações objetivas) e para contrapor-se ao sindicato, substituir a pastoral, construir alternativas de organização política e influenciar na sociedade (motivações subjetivas). Esta foi uma aprendizagem importante adquirida pelos grupos, isto é, os pequenos agricultores organizados em seus grupos descobrem que os problemas somente podem ser resolvidos com organização e luta.

Evidentemente, para que as bases adquirissem esta consciência, formassem os grupos e conhecessem o Movimento em seus objetivos e propostas, foi preciso contar com a presença e assessoria de outras pessoas (agentes externos), que já tinham construído suas experiências em outras lutas, “*tinham mais caminhada*”. Em alguns casos, as pessoas do

próprio lugar iniciam o trabalho de base porque ouviram falar, leram ou escutaram através de vários meios de comunicação, foram ao encontro de reuniões, palestras, debates.

Tab. 007: FORMA CONHECIMENTO DO MPA. Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai/RS – 2003

q.24- conheceu o MPA?	Presente	Ausente	Total
Participando	76,0%	24,0%	100,0%
Reuniões	68,0%	32,0%	100,0%
Lutas	56,0%	44,0%	100,0%
Debates na base	56,0%	44,0%	100,0%
PT	16,0%	84,0%	100,0%
Igreja Católica	12,0%	88,0%	100,0%
Sindicato	8,0%	92,0%	100,0%
Vizinhos	4,0%	96,0%	100,0%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

E uma vez introduzidos nos grupos, dão prosseguimento a sua formação, à construção de novas experiências e de espaços de socialização política nas diversas regiões do país. Há de se registrar que a influência do PT, dos sindicatos e das Igrejas não foi das mais marcantes no momento da formação dos grupos e nos anos iniciais do Movimento. Mas isto não significa algo negativo; antes, mostra que os movimentos sociais e suas lideranças já adquiriram importante grau de maturidade política e autonomia.

No desenvolvimento dos grupos de pequenos agricultores, há uma permanente preocupação e articulação com as lutas maiores. As lutas por transformações vão além de seus próprios espaços. A partir da experiência popular desenvolvida nas CEBs, nas atividades do MST e outros movimentos populares (MST, 1991, p.30) a dinâmica das práticas e da organização dos grupos do MPA articula algumas dimensões (MPA, 1999, p.12-14):

- 1) os grupos são orientados a perseguir objetivos claros, definindo qual é a razão de se encontrar, o que se quer com eles. Não há encontro de pequenos agricultores sem pauta objetiva, sem encaminhamentos, indicativos de ações;
- 2) os grupos possuem um plano de trabalho, discutido e articulado com o trabalho de massa. Utilizam-se as cartilhas e outros subsídios, mas sempre é feita previamente uma análise de conjuntura local, nacional, trazendo para o grupo a pauta maior do Movimento;

3) os grupos procuram manter-se afinados com o projeto político dos trabalhadores, isto é, por suas práticas procuram fortalecer a proposta e o projeto político da classe camponesa, articulando-se (Via Campesina) com outros movimentos e espaços políticos da sociedade.

O segredo do sucesso dos grupos do MPA, possivelmente, passa pelo seguimento destas dimensões, que orientam e dão consistência às práticas e aos grupos. Na afirmação da identidade do Movimento, há o reconhecimento de que um grupo de base deve organizar os pequenos, formar a consciência política, criar novas formas de lutas, dar agilidade, discutir, partilhar, unir, etc. Estas atribuições constituem-se em elementos fundamentais para o “espraiar” do Movimento. Talvez resida no fato de não seguirem tais orientações algumas das razões de os grupos não organizados e articulados pelo Movimento, existentes em 76% das comunidades dos pesquisados (cf. Anexos: Tabela 64), serem vistos como oportunistas, pelegos, apenas grupos de financiamentos, carentes de organização, ou seja, são grupos que não andam, se desfazem, dos quais as pessoas não participam, aos quais não se sentem ligadas, tal como a tabela abaixo nos sugere.

Tab. 008: DIFERENÇA DE GRUPOS DE PEQUENOS AGRICULTORES NÃO LIGADOS COM O MPA.
Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai/ RS – 2003

q.27- DIFERE (PRONAF) MPA	Não	Sim	Total
A organização		41,7%	41,7%
Oportunismo	4,2%	33,3%	37,5%
Ligados a pelegos		29,2%	29,2%
Não contribui		29,2%	29,2%
Só financiamento		25,0%	25,0%
Organização de Pequenos		16,7%	16,7%
Consciência Política		12,5%	12,5%
Formas de Lutas		12,5%	12,5%
Rapidez no atender		8,3%	8,3%
Discussão		8,3%	8,3%
É Família, união		4,2%	4,2%
Responsabilidade		4,2%	4,2%
Partilha		4,2%	4,2%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado em Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Estes grupos de agricultores não ligados ao Movimento são motivados e organizados, em geral, por sindicatos rurais, cooperativas da região, secretarias de agricultura

dos municípios e próprios agentes da EMATER. Estes setores, muitas vezes, se colocam politicamente contra o Movimento, através de suas práticas, organizações, discursos.

Deve-se reconhecer, no entanto, que o próprio Movimento tem suas limitações, à medida que não dá conta da demanda, não mantém canal de diálogo com as organizações locais, cultiva um “ranço histórico”, manifestado pelos depoimentos de muitos dos pesquisados: “*são os terneiros que mamam na prefeitura*”; “*.eles são Maria-vai-com-as-outras*”; “*são pelegos, não se misturam e são contra o PT*”; “*esperam acontecer*”. São tidos, portanto, como grupos sem eficácia política, sem formação, sem projeto de construção, refletindo as motivações políticas de seus líderes.

A vitalidade dos grupos de pequenos agricultores ligados ao MPA alimenta-se da estreita relação entre seus grupos e das lutas de massa desenvolvidas pelo Movimento, que se entrelaçam e se articulam. Aliás, o lugar de discutir as lutas de massa é o grupo; as mobilizações são preparadas por constantes reuniões, discussões e, por isso, têm eficácia. As pessoas, ao participar, têm acesso a mais informações, unificam seus entendimentos, esclarecem dúvidas, adquirem consciência, dividem tarefas. Esta experiência é educativa, forma consciência, imprime identidade e torna-se um divisor em relação aos demais grupos.

O Movimento partilha com outros movimentos sociais a consciência de que os grupos devem conduzir as lutas: “*Quem deve sustentar a mobilização de massa é a organização e a discussão de grupo*” (MST,1991, p.31). Na consolidação da combatividade, na organização, os espaços dos grupos oferecem melhores condições; neles, as adversidades e problemas diversos são mais bem trabalhados, impedindo que sejam destruídos os projetos. Nos grupos, as pessoas sentem-se mais seguras, passam a ter referência coletiva, lidam melhor com as repressões, fazem trabalho permanente, reforçam as massas. Deste modo, a razão do Movimento está nas necessidades dos grupos, no trabalhar as demandas e seus

objetivos; por sua vez, os grupos organizados dão a direção política; por eles, se constrói envolvimento coletivo pela organização (MPA, Cartilha 2001).

Toda esta experiência organizativa foi sendo adquirida e acumulada através da caminhada. As sucessivas cartilhas produzidas pelo Movimento recolhem muito bem estas experiências acumuladas, transformando-se em fontes indispensáveis, ao lado das comunidades locais que são memórias condensadas de experiências já vividas. A memória das comunidades e as experiências acumuladas pelas lutas orientam os grupos e coordenações e unificam a caminhada. Através da pesquisa de campo, recolhemos esta experiência e memória organizativa. Assim, poderemos melhor compreender a dinâmica e a organização do Movimento.

Nos grupos dos pequenos agricultores, em sua totalidade, é escolhido um coordenador ou líder de grupo. A escolha é feita pelas famílias integrantes do grupo, tendo em vista, neste processo, critérios práticos, como: atuação, caminhada, espírito de liderança, disponibilidade, etc. conforme podemos observar pela tabela.

Tab. 009: ESCOLHA DO LÍDER . Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai /RS – 2003

q.4 PROCESSO DE ESCOLHA	Presente	Ausente	Total
Grupo	44,0%	56,0%	100,0%
Atuação	32,0%	68,0%	100,0%
Caminhada	24,0%	76,0%	100,0%
Consenso	24,0%	76,0%	100,0%
Por ser líder	24,0%	76,0%	100,0%
Votação	20,0%	80,0%	100,0%
Disponibilidade	12,0%	88,0%	100,0%
Circunstâncias	8,0%	92,0%	100,0%
Assembléia	4,0%	96,0%	100,0%
Estudo	4,0%	96,0%	100,0%
Reunião OS/PT	4,0%	96,0%	100,0%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado em Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Pelo visto, a escolha dos líderes baliza-se por critérios democráticos, onde o grupo, a atuação e o consenso se sobressaem sobre outras motivações. Já, nos grupos não articulados pelo Movimento, o processo de escolha segue outros critérios, como indicação do sindicato, EMATER, por interesse do próprio líder, ou diante da exigência de que é preciso constituir grupo para dispor dos créditos.

O Movimento sugere que, para as reuniões, os grupos designem um secretário (a). No entanto, nos grupos pesquisados, em geral, não constatamos a existência desta função. O livro Ata também é uma recomendação, embora 64% dos grupos pesquisados não o usem (cf. Anexos: Tabela 43), alegando razões do tipo: *“não temos hábito, existe confiança entre nós, basta a palavra, trabalhamos juntos, cada um anota”*. Isso denota o pouco valor conferido a documentos escritos por parte das camadas populares, onde há um predomínio da cultura oral. Segundo a professora Marlene Ribeiro, *“A escola contribui, e muito, para o pouco apreço que as camadas populares têm pela cultura escrita, que lhes é estranha, que não incorpora seus saberes, nem seus fazeres”* (cf. Parecer Banca, 06/08/2004). Entretanto, mesmo não adotando este instrumento, há reconhecimento de sua importância para registros das decisões e compromissos, regulamentos, para dar encaminhamento às decisões, para valorizar a participação no grupo.

Tab. 010: MOTIVO PARA USO OU NÃO DE ATA NAS REUNIÕES DO GRUPO DO MPA. Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai/ RS – 2003

q.16 Justificativa para Uso ou não de Ata	ATA		Total
	Não	Sim	
Compromisso		20,0%	20,0%
CrITÉrios/regulamentos		16,0%	16,0%
Execução /clareza		16,0%	16,0%
Valoriza Grupo	4,0%	8,0%	12,0%
Sem Necessidade	28,0%	4,0%	32,0%
Sem Hábito	24,0%		24,0%
Há confiança	16,0%		16,0%
Basta Palavra	8,0%		8,0%
Diálogo	8,0%		8,0%
Trabalha-se Junto	8,0%		8,0%
Cada um Anota	4,0%		4,0%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

O tamanho dos grupos, por recomendação do Movimento, deve ter, no mínimo, cinco e, no máximo, quinze famílias. Na prática, os grupos procuram adequar-se às condições geográficas, à afinidade, por razões menores. Encontramos uma diversidade de situações (cf. Anexos: Tabela 38), inclusive grupos com um número bem abaixo do aconselhado, que é de cinco famílias.

Proporcionalmente ao número de famílias nos grupos, teremos a quantidade de pessoas envolvidas. Dos pesquisados, 60% dos grupos têm entre vinte e um e quarenta membros integrantes, 28% possuem até vinte membros e 12% possuem mais de quarenta membros no grupo, uma quantidade significativa, que em muitas comunidades do interior representa a quase totalidade dos habitantes conforme podemos constatar pela tabela abaixo.

Tab. 011: N.º DE FAMÍLIAS GRUPO DO MPA. Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e M Alto Uruguai/ RS/ 2003

q.14 FXNPESS	Nº	%
Até 20 pessoas	7	28,0
21 a 40 pessoas	15	60,0
Mais de 40 pessoas	3	12,0
Total	25	100,0

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIUI – 2004.

Dentre os participantes dos grupos, destacamos a presença dos jovens (cf. Anexos: Tabela 40), pois são eles os responsáveis pela reprodução da agricultura camponesa, encontrando-se no dilema entre manter-se camponês ou assalariar-se. Ainda existem muitos jovens nas comunidades: 60% dos grupos têm até cinco jovens; 28% têm de seis a dez jovens e 12% têm mais de dez jovens no grupo. Estes, uma vez conscientizados, são líderes e vanguardas nas mobilizações, são os verdadeiros condutores do Movimento. Mas deixam interrogações: Qual é a atenção dispensada pelo Movimento e grupos a eles? Qual é a preocupação das comunidades, sindicato, Igrejas, políticas públicas? O jovem é presente e exige atenção no presente.

Por orientação do Movimento, os grupos devem reunir-se mensalmente de forma ordinária. Esta orientação está sendo seguida por 80% dos grupos pesquisados (cf. Anexos: Tabela 41). Os locais onde se realizam os encontros, em geral, são os espaços dos pavilhões da comunidade (28%) e casas dos membros do grupo (28%), aparecendo outros locais, como: moradias, sala de pastoral, etc. (cf. Anexos: Tabela 42).

Nos encontros, recomenda-se a participação de todos os membros da família, isto é, família compreendida e formada por homens, mulheres, jovens, crianças, idosos e

quem mais estiver residindo na casa. Através da pesquisa e de observações diretas, percebemos que há, nos grupos, muito a melhorar para que sejam constituídos efetivamente grupos, “*células vivas*”, bases de transformação, condição de massas esclarecidas.

Em relação à participação das mulheres (cf. Anexos: Tabelas 46), para 28% dos pesquisados, elas têm participação nos grupos, uma porcentagem razoável tendo em vista que isto corresponde a 63,6% das respostas válidas. Entretanto, ao participarmos em grupos, constatamos que estes índices são mais baixos, pois poucas faziam-se presentes nos encontros; a participação era retraída; não encontramos mulheres liderando grupos ou coordenações, etc. Devemos acrescentar que, nas mobilizações de confronto e mais prolongadas, a participação ainda é menor, tendo em vista as suas tarefas na família, a cultura predominante nas comunidades (mulher não é para isso), etc.

A presença das mulheres no Movimento é uma questão a ser aprofundada. Aliás, esta preocupação se faz presente desde o 3º Encontro Estadual do MPA (Santa Cruz do Sul, RS, 2003), colocando a discussão sobre a necessidade de organizar ou não um departamento específico das mulheres do MPA. A discussão resultou no indicativo de não criar um departamento, mas reforçar as lutas e organizações das mulheres, coordenadas pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). A partir deste encontro, muita coisa já está em andamento, como cursos de formação, valorização do trabalho das mulheres, discussões sobre gênero nos grupos, espaços nas cartilhas, etc.

Os homens já se encontram mais diretamente envolvidos com o Movimento e com as diversas práticas (cf. Anexos: Tabela 47). É uma participação mais direta, envolvente e diferenciada: eles estão presentes em reuniões, manifestações, assembléias, na liderança, na coordenação, etc. Isso mostra que o MPA ainda é um movimento de predominância masculina, em afirmação, precisando abrir-se para que outros segmentos das famílias possam

contribuir e enriquecer os grupos e o próprio Movimento. A herança cultural da agricultura tradicional colonial ainda deixa suas marcas no meio dos pequenos agricultores.

Em relação às crianças e aos idosos (Anexos: Tabelas 48 e 50), constata-se uma participação insignificante, quase inexistente. Dos pesquisados, 84% nada responderam sobre as crianças e 72% nada afirmaram em relação aos idosos. É como dizer: nada têm a fazer nos grupos e no Movimento. E isso se percebe nos encontros, através de falas como estas: atividade de criança é brincar; lugar dos idosos é “*em roda do fogão, pois já fizeram o tinham de fazer*”. Os Jovens, no entanto, aparecem um pouco mais integrados aos grupos e ao Movimento (cf. Anexos: Tabela 49), participando nas atividades em geral do Movimento, nas manifestações, sendo líderes. Isto se deve à maior disponibilidade dos jovens, que não têm maiores compromissos com a família e por serem mais dispostos, etc. A tabela apresentada abaixo sintetiza a presença e as funções dos diversos membros da família e oportuniza-nos outras leituras.

Tab. 012: FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOS MEMBROS NO GRUPO DO MPA. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai – RS – 2003

q.18 ATIVIDADES ESPECÍFICAS	HOMENS	MULHERES	CRIANÇAS	JOVENS	IDOSOS
Participação em geral	41,2%	18,2%	50,0%	18,2%	33,3%
Reuniões	11,8%	63,6%		36,4%	50,0%
Manifestações / Assembléias / Liderança	11,8%				
Liderança	5,9%	9,1%			
Reuniões / Manifestações	5,9%	9,1%	50,0%	9,1%	
Manifestações / Assembléias	5,9%				
Manifestações/Liderança	5,9%			9,1%	
Reuniões / Manifestações / Assembléias	5,9%				
Reuniões / Manifestações / Liderança	5,9%				
Palestras					16,7%
Reuniões / Palestras				18,2%	
Reuniões/Liderança				9,1%	
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado em Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Algo ainda a salientar, dentro da dinâmica dos grupos, são as preocupações imediatas, ou seja, em torno dos recursos conquistados ou a conquistar através dos programas do PRONAF. Estas preocupações, no momento, preenchem grande parte do tempo das reuniões e das ações do Movimento. Tanto que, o Movimento, para orientar as discussões e “regulamentar” sua relação com estes programas, definiu algumas linhas práticas de

encaminhamentos, ou seja, para os membros dos grupos articulados pelo MPA, os recursos só se destinarão àqueles que elaboraram o projeto básico e tenham participado das lutas e mobilizações. Aqueles que não participam, não são contemplados com as conquistas e com os programas do PRONAF⁴⁸.

Os participantes da pesquisa, neste sentido, são incisivos, mostrando o que se passa nas discussões das comunidades e nos grupos. Estes critérios de encaminhamentos causam uma grande discussão entre membros do próprio grupo e destes com pequenos agricultores de grupos não ligados ao Movimento. Para os que participam, seguindo as linhas do Movimento, a posição é taxativa: “*O MPA não cria filhote de chupim*”, ou seja, a condição para participar das conquistas e integrar um grupo do MPA, fazer parte das discussões e decisões dentro do Movimento, é participar ativamente das reuniões, das manifestações, dos acampamentos, da formação, assumindo seus princípios ideológicos e organizacionais. Neste sentido, para cada mobilização e luta, a base fica comprometida com determinados participantes. Quem é membro do MPA não fica de fora das lutas.

A participação das bases nas atividades e manifestações efetiva-se através de revezamento entre grupos e membros das famílias, tendo em vista não pesar sempre sobre os mesmos que estão mais disponíveis, além de oportunizar condições de educação política para todos. E isso é levado a sério pelos líderes e membros dos grupos, pois a totalidade dos pesquisados afirmou já ter participado das lutas (cf. Anexos: Tabela 62) que compreendem uma diversidade de acontecimentos sociais, tais como demonstra a tabela:

⁴⁸ PRONAF é um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações. O PRONAF promove negociações de políticas públicas com órgãos setoriais, o financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios, o financiamento da produção da agricultura familiar (crédito rural) e a profissionalização dos agricultores familiares. O objetivo desta linha de ação é articular os órgãos dos governos federal, estaduais e municipais para que medidas sejam adotadas, atendendo a realidade da agricultura familiar. Sua operacionalização é executada pelas Secretarias Executivas vinculadas aos Conselhos Municipais, Estadual e Nacional. Entre tantas ações do PRONAF, constam: Financiamento de infra-estrutura e serviços; financiamento da produção da agricultura familiar e profissionalização de agricultores familiares. A posição do MPA, em relação a este programa, é de cautela e já foi anteriormente manifestada.

Tabela 013: PARTICIPAÇÃO EM LUTAS/MOBILIZAÇÕES DO MPA. Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai/ RS – 2003

q.26 Luta/Mobilização	Sim
Moradia	56,0%
Caminhadas	52,0%
Acampamentos	52,0%
Cadastro terras	52,0%
Lutas maiores	52,0%
Crédito	52,0%
Reivindicativas	52,0%
Bloqueios e Ocupações	48,0%
MST e MMTR	48,0%
Pronaf	48,0%
Transgênicos	48,0%
Tratores	44,0%
Seguro Agrícola	44,0%
Subsídio Seca	44,0%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado em Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

A participação nas lutas é um diferencial e, inquestionavelmente, mantém os grupos sempre em Movimento, animados, afinados com a organização e seus diversos níveis de articulação. Os participantes voltam reanimados, cheios de novidades, realimentando e dando esperança às bases.

Mas, para participar constantemente são necessários alguns meios disponíveis, pois como se diz popularmente “ninguém vai à guerra a suas próprias custas”. Para fazer frente às despesas das diversas práticas, manifestações e lutas, todos os integrantes e grupos do MPA são desafiados a contribuir financeiramente com o Movimento (MPA, junho/2002). De todos os recursos financiados pelos integrantes dos grupos, 2% são repassados para o Movimento, que repassa 1% para o a coordenação Municipal e 1% fica para a coordenação Estadual. Desta porcentagem do Estado, 10% é repassado para a Coordenação Regional (10% sobre o 1%). Estes recursos formam o “*Fundo de Lutas*”, algo que também diferencia os grupos do MPA dos grupos não articulados pelo Movimento e que causou algumas polêmicas na imprensa, tendo como financiadores a FARSUL, FETAG e lideranças políticas, reconhecidamente contrárias ao movimento popular.

Os pequenos agricultores articulados pelo MPA, no momento da formação do grupo, são esclarecidos através de discussões e cartilhas, sobre os objetivos, a organização, as

lutas e as formas de sustentação destas lutas do Movimento (MPA, 2000, p. 7-9). A sustentação, deste modo, passa a ser ato conseqüente da opção em ingressar e pertencer ao MPA. Acontece que algumas famílias de agricultores não concordaram com as regras do Movimento e insatisfeitas se retiraram do MPA, colocando-se a serviço de presidentes de Sindicatos ligados a FETAG e simpatizantes da FARSUL. Estas insatisfações viraram “*panos de manga*” para noticiários, para confrontos políticos e difamações do gênero: “*estão cobrando algo que é ilegal; Se pagamos o sindicato, para que pagar mais esta taxa; é dinheiro para os Sem-Terra; é desvio de dinheiro para lideranças e para o PT*”, etc. É bom que se diga: a sustentação do Movimento é de responsabilidade dos envolvidos nas lutas, dos grupos e das associações, sindicatos afinados e outras entidades que colocam as estruturas e recursos à sua disposição. Outras formas de sustentação também fazem parte, como as contribuições de programas governamentais (FAT e outros), a contribuição de deputados comprometidos com a classe e doações diversas. Isto significa que o Movimento busca o autofinanciamento, educando-se para a responsabilidade e evitando o paternalismo. Para o MPA, a sustentação é o caminho contrário ao paternalismo que amarra sindicatos e outras organizações.

Na condução dos grupos, outra instância de organização e articulação é fundamental: trata-se da Coordenação Municipal. Para 96% dos líderes existe coordenação em seus municípios (cf. Anexos: Tabela 60). A escolha da coordenação municipal é realizada com todos os líderes dos grupos. Sua atribuição é coordenar as atividades municipais, organizando, formando, informando, buscando formas de auto-sustentação, deliberando sobre a “carta de aptidão⁴⁹”, entre tantas outras funções, tal como é apresentado na tabela seguinte.

⁴⁹ Para conseguir financiamento é preciso a declaração de aptidão, que comprova a condição de agricultor familiar, pescador, agricultor e extrativista, fornecida pela extensão rural pública estadual ou por um sindicato. O Movimento entrou na luta, na base da pressão, conquistando poder para deliberar sobre seus membros e grupos. O agricultor, de posse desta declaração habilita-se, junto de um agente financeiro credenciado, para dar encaminhamento prático ao financiamento.

Tab. 014: IMPORTÂNCIA DA COORDENAÇÃO MUNICIPAL DO MPA. Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai/ RS – 2003

q.25 IMPORTÂNCIA	Não	Sim	Total
Articular e Agilizar		36,0%	36,0%
Coordenar		32,0%	32,0%
Organizar Grupos		32,0%	32,0%
Comunicar		28,0%	28,0%
Informar		28,0%	28,0%
Buscar conhecimentos		24,0%	24,0%
Manter em ação		20,0%	20,0%
Esclarecer		16,0%	16,0%
Discussão política		16,0%	16,0%
Participar de decisões		12,0%	12,0%
Definir Metas		12,0%	12,0%
Ligar Regional		12,0%	12,0%
Conquistar direitos		12,0%	12,0%
Pensar rumos		8,0%	8,0%
Executar		8,0%	8,0%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado em Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Salienta-se que, logo após o nascimento do Movimento, havia certas reservas em relação a lideranças sindicais ligadas à FETAG e representantes de cooperativas tradicionais, em participar e integrar as coordenações do Movimento, a ponto de ser proibido que tais membros fizessem parte em seus diferentes níveis (Cartilha 2000). Com a evolução da caminhada, foram ocorrendo redefinições, acomodamentos, admitindo-se a participação de presidentes de sindicatos e dirigentes de cooperativas de pequenos agricultores, como, aliás, já existe em alguns municípios e tem se revelado uma experiência interessante, mostrando que é possível e salutar articular movimentos sociais com sindicalismo e cooperativismo.

À medida que o Movimento foi se desenvolvendo, conquistando novos espaços e se territorializando, sentiu necessidade de outros níveis de articulação e organização. As lutas ganharam outras dimensões e outros rumos e, com isso, foi surgindo a necessidade de organizar e estruturar diversas instâncias organizativas do Movimento.

Além da coordenação municipal, foi organizada a coordenação regional, constituída a partir dos representantes dos Municípios da Regional. “*Por que regionalizar?*” questionava a primeira cartilha do Movimento (1999). Porque a regionalização resolve muitas dificuldades, facilitando a participação, diminuindo os gastos, fazendo circular com maior desenvoltura as informações, possibilitando imprimir um caráter mais amplo às discussões na

instância estadual, dando maior visibilidade e representatividade nas escolhas de coordenações.

Estas coordenações regionais estão solidificadas. Delas, decorre a organização da coordenação estadual, que tem a missão de coordenar as lutas, organizar, formar e promover discussões mais amplas. O movimento, no início, não tinha membros liberados. À medida que foi crescendo, as exigências também passaram a ser crescentes, estabelecendo-se alguns critérios e houve, então, liberações⁵⁰. Hoje, o movimento conta com um quadro significativo de lideranças liberadas e semiliberadas nas suas diversas instâncias, além de assessorias disponibilizadas por deputados estaduais e federais comprometidos com a caminhada do Movimento.

A partir dos encontros estaduais e de demandas organizativas crescentes, outras instâncias passaram a ser organizadas, a saber, conforme consta nas cartilhas do Movimento desde 1999 até 2003:

- a direção estadual eleita no encontro estadual, com a missão de imprimir a direção política, a articulação a nível nacional. Tal direção passou a representar o MPA nas diversas situações (imprensa, negociações, pronunciamentos oficiais);
- a direção nacional, para a qual cada estado indica um número de participantes, com a missão de garantir a organização política, articulando lutas e negociações;
- a articulação nacional, que é um espaço de troca de experiências entre os diversos Estados;
- os encontros Estaduais e o Encontro Nacional, momentos soberanos, de formação, de troca de experiências, de definição de plataformas de lutas e de projetos do Movimento.

⁵⁰ Para a liberação, é preciso levar em conta os recursos, a experiência, a contribuição para o movimento, a capacidade de trabalhar num coletivo, saber coordenar as lutas, organizar politicamente, formar e educar as massas e grupos.

Em todas estas instâncias organizativas, as lideranças são sujeitos do processo, com autonomia de caminhada. Onde há deficiências, carências ou necessidades, os membros do MPA devem e podem buscar apoio, trocando visitas. Ninguém é dono do trabalho e ninguém se sente incomodado com o exercício da liderança que vem de fora do grupo. Porém, esta consciência só é mantida quando as lideranças, em seus espaços de organização, assumem os princípios comuns das lutas camponesas.

Estes princípios comuns (Cartilha, 1999, p.11) são assimilados, trabalhados e passam a constituir compromissos de caminhada. Eles são como que “mandamentos”, critérios normativos que imprimem o “*modo de ser*”, a identidade do Movimento. Neles destacam-se:

- 1) respeito aos pequenos agricultores, assegurando as condições para que continuem as produções básicas necessárias à soberania alimentar⁵¹;
- 2) a luta por uma nova sociedade e um novo sistema econômico, em que a prioridade seja o ser humano;
- 3) a construção de um movimento de massa, autônomo, para conquistar direitos básicos e contribuir para a transformação social;
- 4) a organização dos grupos de base, estrutura básica do movimento, das organizações municipais, regionais, estaduais e nacionais;
- 5) a condução do Movimento por uma direção coletiva, isto é, todas as instâncias serão formadas por comissões, com iguais direitos de poder, onde tudo será decidido pela maioria;
- 6) a construção de decisões coletivas, isto é, tomadas coletivamente, distribuindo as tarefas de decisão e de execução;
- 7) princípio da disciplina como respeito às decisões do coletivo;

⁵¹ Soberania alimentar entendida como o fim da importação de produtos que possam ser produzidos no Brasil.

- 8) planejamento, pois nada acontece por acaso e, por conseguinte, tudo tem que ser programado, preparado;
- 9) a organização das lutas de massa em caráter permanente, não circunstancial, apenas diante das necessidades;
- 10) princípio da crítica e autocrítica, que estimula a correção dos erros e encaminha a solução para os mesmos;
- 11) compromisso em construir um processo educativo e organizativo autônomo dos trabalhadores;
- 12) a construção de uma organização ágil e dinâmica para responder com rapidez aos desafios da conjuntura;
- 13) a luta por um novo modelo de agricultura, com respeito ao meio-ambiente e à cultura popular.

Uma vez assumidos estes princípios coletivos⁵², certamente, será consolidado o peso político da agricultura camponesa. Pois, como se diz nas rodas dos grupos do Movimento, “*o sistema pode até não precisar dos nossos produtos, mas ele tem medo dos camponeses*”. As elites do poder sabem que as mobilizações organizadas visam ao enfrentamento de seus projetos, por isso mesmo, temem as massas organizadas e esclarecidas.

No Encontro Estadual do MPA (2002), o Frei e deputado Sérgio Görden destacou, para os mais de quinhentos camponeses presentes, os desafios e as tarefas a serem desenvolvidas para melhorar a organização e o trabalho com as massas. No final propôs a questão para as regionais: “*Como melhorar nossa organização para enfrentar as lutas?*”

Categoricamente, afirmou-se: primeiro a formação e depois o crédito. E elencou-se uma variedade de ações a serem impulsionadas: formar grupos; criar pontos de

⁵² Compreendemos coletivo não como a simples soma de pessoas isoladas; ele é um organismo social vivo e, por isso mesmo, possuem órgãos, atribuições, responsabilidades, correlações e interdependências entre as partes. Se tudo isso não existe, não há coletivo, há uma simples multidão, uma concentração (MAKARENKO apud CAPRILES, 1989).

referências em cada município; dividir tarefas e fazer com que elas sejam executadas; trabalhar com as bases; promover a formação política; criar estrutura financeira; envolver o FUNDEP e o ITERRA na formação; trabalhar em parcerias; manter a identidade camponesa; fazer com que cada região represente-se em todos os setores; elaborar a cartilha dando atenção a temas como: as conquistas do Movimento, disciplina, história do Movimento, metodologia, princípios, mística, discussão movimento e partido e suas relações, etc. Sugeriu-se a formação do conselho regional de mulheres, a formação de grupos também no meio urbano, chegando nas escolas e tantas outras frentes de trabalho.

A partir destes desafios e tarefas a serem empreendidas, foram tomadas algumas decisões práticas:

- a) seguir e executar as decisões, pois elas são tomadas pela maioria. Se não for assim, quebra o Movimento. É possível reavaliar, porque não é preciso seguir sempre as mesmas coisas, mas este reavaliar sempre deve ser feito no coletivo. Como diz Frei Betto: *“É preferível errar no coletivo do que acertar sozinho”*;
- b) fortalecer os grupos de base: *“não deixar os cupins tomarem conta da casa”*, ou seja, a base e as lideranças devem ser formadas e informadas;
- c) assumir os princípios do MPA, sendo que, entre eles, destacam-se os valores socialistas, tais como: a agricultura sustentável, a economia solidária, o respeito, a propriedade do pequeno agricultor, a definição clara diante da luta de classes, etc. e os valores enquanto camponeses, valores não capitalistas, tais como: ser pessoas que vivem do próprio trabalho e não da exploração.

Estas três tarefas se fazem compromissos de organização. O MPA tem, diante de si, a tarefa de dilatar os seus espaços e as suas práticas, para produzir e alimentar o povo brasileiro.

2.5 – Ao Caminhar os Espaços são Dilatados

O MPA, após o seu nascimento, desenvolveu-se com vitalidade, organização própria, transformando-se em importante ferramenta de defesa e construção da agricultura camponesa. Seus espaços foram sendo dilatados, chegando em praticamente todos os rincões onde existem pequenas propriedades, voltadas à produção alimentar e ao mercado interno. O Movimento espacializou-se e ampliou os seus espaços de socialização e politização.

Os espaços diversos de socialização, que são espaços educativos, são significativos na trajetória histórica de desenvolvimento e solidificação dos movimentos sociais. Com isso, apontamos que, para além dos espaços tradicionais e formais de socialização e educação, buscamos a compreensão de outros espaços constituintes da sociedade, espaços que envolvem um grande número de organizações, ações coletivas, culturas, espaços de construção de novas socialibilidades e de ação de sujeitos coletivos que interagem inclusive com os espaços formais.

Ao trazermos presente os diversos espaços, objetivamos captar as experiências educativas construtoras de cultura, de novas relações, de projetos. A globalização colocou diante de nós novos sujeitos sociais e articulações. Isto requer que compreendamos e ressignifiquemos as diversas dimensões e os diversos níveis destas relações sociais, espaços reconstrutores da sociedade.

A compreensão sobre os “*espaços educativos*” parte da posição de que a pedagogia é “um campo de conhecimentos” que vai além da formação escolar (LIBÂNIO, 2002, p.64). A pedagogia é uma “*prática cultural*”, envolvendo intencionalidade na produção e na internalização de significados. Neste sentido, a educação é prática humana, social, que modifica os seres humanos em todas as dimensões, dando uma configuração tanto à existência

individual, quanto grupal. Ela envolve interesses sociais e políticos e desenvolve-se em diferentes espaços construídos socialmente. Muito mais do que momentos de aprendizagem, são experiências educativas que vão além da racionalidade pura, indicando razão, emoção, subjetividade.

Os movimentos sociais são expressão destes novos espaços sociais educativos, uma vez que neles acontece educação não apenas de valores, comportamentos, mas de leituras de realidades, de construção de novos significados e saberes que, muitas vezes, estão ausentes na educação oficial. Desta compreensão decorre que os movimentos sociais são mais do que espaços de luta e de conquistas; eles são também espaços de cultura, de mística, de educação. Estas dimensões socializadoras são dimensões definidoras tanto da identidade, de proposições, de projetos e de caminhadas.

Nas diversas frentes de trabalhos e mobilizações do MPA, existe a compreensão de que todos os espaços possuem potencialidades educativas e culturais. O Movimento tem, nos grupos e nas ações de massa, espaços fundamentais para desenvolver a educação política, a socialização de experiências, a formação da identidade. No universo de nossos pesquisados, 100% dos grupos de pequenos agricultores reconhecem relações educativas nas práticas sociais desenvolvidas “*pelo e no*” Movimento (cf. Anexos: Tabela 70). Estas práticas que estão sendo desenvolvidas compreendem uma diversidade de espaços não-formais e informais, que foram classificados por nós como situações educativas ausentes ou de muita pouca intensidade, de pouca intensidade, de média intensidade ou de forte intensidade, tal como observamos através da tabela 015. Observamos, através da tabela que, situadas como práticas pouco desenvolvidas ou muito pouco desenvolvidas, encontramos os espaços e processos produtivos, a mística e o lazer.

É bom fazer memória: o Movimento tem colocado a formação nos processos produtivos como prioridade. Mas estaria acontecendo esta formação e acompanhamento das

experiências nos grupos? Que atenção estaria recebendo a mística, o lazer e a vida da comunidade?

Tabela 015: AÇÃO EDUCATIVA – MPA. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai – RS – 2003

Situações educativas q.31	M pouco	Pouco	Médio	Forte	Total	Índice
Organização		1	8	15	24	206,4
		4,2%	33,3%	62,5%	100,0%	
Manifestações e lutas		1	5	17	23	195,5
		4,3%	21,7%	73,9%	100,0%	
Grupos do MPA		4	10	8	22	154
		18,2%	45,5%	36,4%	100,0%	
Produção	3	8	5	6	22	127,6
	13,6%	36,4%	22,7%	27,3%	100,0%	
Trabalho	2	7	10	3	22	127,6
	9,1%	31,8%	45,5%	13,6%	100,0%	
Associações		4	11	4	19	108,3
		21,1%	57,9%	21,1%	100,0%	
Políticas públicas	5	4	4	7	20	106
	25,0%	20,0%	20,0%	35,0%	100,0%	
Mística	4	8	3	3	18	73,8
	22,2%	44,4%	16,7%	16,7%	100,0%	
Lazer	10	3	3	3	19	70,3
	52,6%	15,8%	15,8%	15,8%	100,0%	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado em Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Como práticas de média intensidade encontramos as associações, os espaços dos grupos de pequenos agricultores e os espaços de trabalho. As práticas sociais relacionadas às manifestações e lutas, organização, seguidas dos grupos e políticas públicas sobressaem-se como espaços educativos apontados como “fortes”. Isto é significativo, pois, reforça nossas hipóteses de que a educação encontra na Pedagogia do Movimento campo propício para a transformação dos pequenos agricultores, isto é, nos diversos espaços, no campo das relações sociais, a educação encontra terreno fértil para o seu desenvolvimento.

A propósito, Roseli Caldart (2000, p.229), ao tratar da dimensão educativa no MST, afirma que o próprio movimento social constitui-se em espaço educativo, à medida que ele é constituído de sujeitos sociais e estes, na relação uns com os outros, educam-se mutuamente. Isto confirma o que os líderes destacaram: a educação se dá no processo de luta, no cotidiano das famílias, dos grupos, no trabalho, na produção, etc. Em todas estas práticas,

existem intencionalidades, direção e objetivos, transformando as ações e lutas em modo de vida, em cultura, em relações novas entre seus membros.

Deste modo, o espaço social, de socialização, multidimensional e dinâmico, é um espaço em movimento, fazendo-se nas lutas, nas mobilizações e no cotidiano dos grupos, que se transformam em lugares de cooperação, solidariedade e diálogo, mas que são também lugares de conflitos, de confrontos e da diversidade.

(...) o espaço social não é um objeto entre outros objetos, não é um produto entre outros produtos: antes, este concebe objetos produzidos e encerra suas inter-relações na sua coexistência e simultaneidade, sua ordem relativa e relativa desordem. A forma do espaço social é o encontro, a reunião, simultaneidade. Mas que reunião? Ou o que é reunião? A resposta é tudo o que está no espaço, tudo o que é produzido pela natureza ou pela sociedade, igualmente através de sua cooperação ou através de seus conflitos. Tudo: vida, existência, coisas, objetos, trabalho, sinais e símbolos. O espaço social per se é imediatamente trabalho e produto, uma materialização da existência social (LEFEBVRE Apud FERNANDES, Monçano B., 1996, p.21-22).

Assim, o espaço social é construído interativamente com a formação dos sujeitos, em determinados lugares sociais. É a ação comunicativa, dialogal e participativa que constrói, forma, elabora este espaço, produzindo conhecimento para a transformação da realidade.

Ao reportarmo-nos às origens do MPA, anteriormente, afirmamos que o seu surgimento foi decorrente de um processo de enfrentamentos e de resistências, uma luta inserida num caráter maior: a luta contra a expropriação e a exploração do desenvolvimento capitalista. Os agricultores, progressivamente, passam a retomar suas perspectivas e conquistar novos espaços. As experiências construídas através das lutas passam a desafiar as formas institucionais, rompem com estruturas, desafiam e criam novas formas de organização, num contínuo fazer-se na luta. Todo este processo foi sendo gerado no espaço social conquistado pelas diversas experiências de lutas. O início foi uma luta localizada: os acampamentos nas rodovias. A ruptura decorrente das negociações trouxe novos desafios ao Movimento e às instituições mediadoras. As novas lutas renovam as estruturas e os agentes

sindicais, os políticos, os grupos, as comunidades, originando novos discursos, novas matrizes político-culturais.

Assim, foi sendo conquistado o espaço de socialização política do Movimento que, redimensionado, possibilitou a elaboração de novas práticas e formas de luta, de enfrentamentos nos diferentes níveis das relações sociais. Com isso, o sentido das lutas foi ampliado para além das questões econômicas, passando a ser um “*projeto sociocultural*” de transformação de suas realidades. A seguir, os efeitos sociais do Movimento passam a atingir a todos, a própria sociedade, ou seja, os frutos dos conflitos e das ações provocam transformações específicas e gerais nas relações de poder estabelecidas na sociedade.

Portanto, a luta e as ações elaboradas num campo de conflitos é o espaço social onde se desenvolvem as relações sociais e onde os sujeitos, ao desenvolver a luta, transformam o próprio espaço. Neste sentido, seguindo a compreensão de Thompson (1979, p.37), entendemos a classe camponesa e, de modo particular, o MPA, não como uma estrutura, categoria estática, mas uma formação social e cultural em movimento, construindo-se, fazendo-se nas suas lutas e projetos.

Neste fazer-se, o lugar social dos grupos e das comunidades ganha importância, pois é nestes locais que o Movimento se concretiza, é reconhecido.

Tab. 016 : ATIVIDADES QUE OS MEMBROS DO GRUPO PARTICIPAM NA COMUNIDADE. Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai/ RS – 2003

q.22- ATIVIDADES NA COMUNIDADE	Presente	Ausente	Total
Atividade social	60,0%	40,0%	100,0%
Igreja	36,0%	64,0%	100,0%
Todas Atividades	28,0%	72,0%	100,0%
Troca de serviços	20,0%	80,0%	100,0%
Festas	20,0%	80,0%	100,0%
Clube	16,0%	84,0%	100,0%
Reuniões	12,0%	88,0%	100,0%
Sindicato	12,0%	88,0%	100,0%
Associação	12,0%	88,0%	100,0%
Rádio	12,0%	88,0%	100,0%
Organização	12,0%	88,0%	100,0%
Oposição sindical	12,0%	88,0%	100,0%
PT	12,0%	88,0%	100,0%
Escola	4,0%	96,0%	100,0%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado em Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Pelo visto através da tabela constatamos que os grupos e suas lideranças destacam-se através de uma presença ativa e diversificada em outras funções, além das específicas do grupo. Esta presença e interação com outros espaços comunitários contribuem para dar visibilidade às ações do Movimento, fazendo-o “algo da comunidade”.

Na verdade, as comunidades têm muito a ganhar, como já o tem ganhado, com a organização e lutas dos grupos de pequenos agricultores. Há um reconhecimento público destes “ganhos” resultantes das lutas, expressado por 84% dos pesquisados (cf. Anexos: Tabela 57), sendo que a tabela seguinte indica quais são estes ganhos, contribuições que beneficiam as comunidades, oportunizadas pelas reivindicações conquistadas através dos grupos de pequenos agricultores articulados pelo MPA.

Tabela 017: NOVIDADES TRAZIDAS PELO GRUPO DO MPA PARA A COMUNIDADE. Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai /RS – 2003

q.23 NOVO PARA A COMUNIDADE	q.23		
	Sim	Em parte	Total
Infra-estrutura	62,5%	4,2%	66,7%
PRONAF	54,2%	4,2%	58,3%
PRONAFINHO	54,2%	4,2%	58,3%
Moradias	45,8%	4,2%	50,0%
Consciência de Organização	29,2%	4,2%	33,3%
Respeito ao Pequeno	29,2%		29,2%
Financiamento	25,0%	4,2%	29,2%
Patrulha Agrícola	25,0%		25,0%
Direito de ser cidadão	20,8%		20,8%
Modelo de Organização produtivo	16,7%		16,7%
Troca de saberes	16,7%		16,7%
Vacas	8,3%		8,3%
Agilidade DAP	8,3%		8,3%
Conteve o êxodo	8,3%		8,3%
Prosolo	4,2%		4,2%
Associação	4,2%		4,2%
Programa Rádio	4,2%		4,2%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado em Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Através da pesquisa, que nos introduziu na diversidade das trocas e dos relacionamentos em construção nos grupos, comunidades e entre estes o Movimento, preocupa-nos o grau de apoio recebido pelo Movimento da sociedade. Tendo em vista que os grupos estão inseridos na vida da comunidade, os índices de apoio fazem pensar, pois 56%

dos pesquisados afirmam receber “apoio restritivo” (apoio parcial), 8% declaram não receber apoio algum. Apenas 36% afirmam receber apoio nas comunidades (cf. Anexos: Tabela 54).

Mas, por que o distanciamento entre comunidades e grupos? Onde estariam as razões do fraco apoio recebido? Em primeiro lugar, nos parece ser porque o MPA, através de sua práxis, ideologia e projetos para a agricultura camponesa e sociedade, coloca as pessoas diante de um discernimento, diante de opções. O MPA, neste sentido, não vem para agregar, não tem proposta de movimento, organização, tipo “família para todos”. Isso é positivo e possibilita que na comunidade sejam estabelecidas relações de diálogo, de busca e desinstalação. É uma virtude fundamentalmente democrática: pensar, propor e agir de forma diferente. Por outro lado, o Movimento deve estar atento, pois não basta estar presente em diversos espaços, participando em todas as atividades da comunidade, promovendo melhorias, etc. O reconhecimento se constrói em circunstâncias diferentes.

A qualidade desta participação e destes espaços podem ser questionados, pois poderia estar faltando maior visibilidade às práticas e posições do MPA, mais canais de comunicação e de alianças com setores da comunidade, etc. As razões deste fraco apoio ou “*apoio restritivo*” podem estar relacionados à falta de conscientização, confusão entre política, politicagem e luta, descrença no Movimento, porque as pessoas são contrárias ao Movimento, entre outros fatores, conforme podemos perceber pela tabela:

Tab. 018: TIPO DE APOIO COMUNITÁRIO AO GRUPO DO MPA. Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai/ RS – 2003

q.21 Apoio da comunidade	q.21			
	Não	Sim	Em parte	Total
Falta Conscientização	8,3%	4,2%	54,2%	66,7%
Mistura: Politicagem e Luta	8,3%	8,3%	33,3%	50,0%
Descrença	4,2%		29,2%	33,3%
É jeito de conseguir		16,7%		16,7%
São os mesmos		8,3%		8,3%
Deveria estar Organizado			8,3%	8,3%
Falta Engajamento			8,3%	8,3%
Oportunismo			4,2%	4,2%
Indiferente			4,2%	4,2%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIUI – 2004.

Isto nos faz concordar com o que disse um pequeno agricultor: “...*ainda tem barreira a ser vencida, a de mostrar que a organização do MPA tem o poder de transformar a luta do campo já, com várias conquistas...*” (Pesquisa de campo: depoimento, questão 21).

Não obstante, os grupos de pequenos agricultores têm nas comunidades, apesar das ambigüidades e rivalidades, espaços indispensáveis de socialização positiva para a conscientização, para a organização, para a cooperação, para a solidariedade e para a construção de um projeto popular. Sem dúvida, na comunidade, a reflexão sobre a realidade imediata ganha importância, a comunicação se constrói com liberdade, aprende-se a lutar, confrontar, transformar. Nela, se desenvolve, num contínuo fazer-se na luta, o projeto pedagógico, alimentado na história de resistências, enriquecido nas novas formas de organização. Os grupos passam a se constituir em espaço coletivizado, comunicativo, de cidadania, de novas relações. E estas novas leituras das condições sócio-políticas, econômico-culturais, levam ao confronto com o modelo econômico de desenvolvimento. Nesse confronto, constrói-se novo saber político-cultural, força motriz para a caminhada.

Tratando-se de espaços mais dilatados, pelas dimensões desenvolvidas pelo Movimento e pela diversidade de suas práticas nos vários espaços sociais, podemos considerar o MPA um movimento “*espraiado*”⁵³, com o sentido de movimento espacializado. Este espraiar foi se dando pela práxis social e política, por meio da reprodução das experiências de luta, pela conquista de novos lugares. A práxis desenvolvida pelo Movimento foi alargando os espaços, possibilitando transformações maiores nos diversos níveis de relacionamento e nas diversas instâncias onde o movimento marca presença.

Todo este movimento, a exemplo da análise de Tarelho em relação ao MST (1988), nos faz refletir sobre os espaços constituídos e constituintes que vão sendo

⁵³ “Foi tomando conhecimento sobre a pauta de luta, o jeito de lutar e o modo de se organizar que o MPA logo se espraiou pelo Brasil” (MPA, 2000, p.6). A palavra “espraiar” entra no vocabulário dos movimentos sociais, a partir do governo Olívio Dutra (PT, RS). Espraiar passa a ser entendido como dilatar, fincar raízes nos rincões, ultrapassar as fronteiras, espacializar, ir além das visões pequenas...

construídos nas relações e práticas do MPA. Adotamos as categorias de Tarelho, redimensionando-as e acrescentando mais uma dimensão, a mística. Através destas categorias ou dimensões, as relações, o jeito de ser, as estruturas organizativas do MPA podem ser melhor compreendidas.

Uma das primeiras dimensões que perpassa os espaços dos grupos e do Movimento é a do “*espraiar comunicativo*”, onde se desenvolvem as experiências educativas e se tornam visíveis as relações de poder e os conflitos. Este espaço é mediado por concepções e valores que contribuem para a tomada de consciência de estados de privação, é o lugar do conhecer e do apreender, lugar de conquista da cidadania.

Nesta dimensão, é desenvolvida uma forma de linguagem fundamentada no conteúdo das idéias construídas, elaborada por meio da leitura da realidade, produzindo uma matriz discursiva que identifica quem está ou não envolvido ou comprometido com a luta, com o grupo e o Movimento. Pela comunicação, os sujeitos se conhecem e conhecem a história que os circunda. Os sujeitos “repensam” a política, e isso amplia o espaço de politização. Em outras palavras, o espraiar comunicativo é o espaço dos diálogos, do conhecimento recíproco, onde se desenvolvem as estratégias do grupo, visando objetivos a concretizar. Estas conversas e encontros são decisivos, no sentido de levar à participação efetiva, formando a identidade coletiva, criando condições para o reconhecimento. Deste modo, os sujeitos

(...) vivenciam esta pedagogia de movimento, debatem temas próximos ao dia a dia e, assim, dizem de outro modo (modo teórico) a sua participação. Dizem como própria a fala sobre suas percepções. Devolvem, assim, à compreensão histórica sua dimensão de indeterminação (não acabamento). No percurso eles, sujeitos, perfazem com propriedade a competência que vai sendo caracterizada destes espaços (NOGUEIRA, 1993, p. 47).

No espraiar comunicativo, portanto, o acordo e consenso não são imposição, capitulação, vontade da força. Este espaço necessita de muita conversa para chegar às

decisões. É o que acontece nas reuniões dos grupos de pequenos agricultores: reunião em pé de igualdade, discussão a partir de necessidades, de problemas concretos, busca de soluções. Em todo este caminho até se chegar à solução, o que se verifica é muita conversa, informação, debate, traçar de estratégias.

A segunda dimensão refere-se ao “*espraiar interativo*”, uma dimensão que tem conteúdo construído pela memória, referências históricas, experiências vividas, portanto, é mais exigente e complexa do que a comunicativa. Neste espaço, os envolvidos já possuem o conhecimento crítico de sua realidade e a consciência da possibilidade de ação, conhecimento este que foi fornecido pela dimensão comunicativa.

(...) começaram a se perceber como excluídos, a se dar conta que seus direitos estavam sendo desrespeitados e a tomar consciência da necessidade de lutar por esses direitos. Mas é preciso levar em conta também que essa percepção e essa consciência despertadas em parte pela própria vivência de uma situação de exclusão e de privação – só ganhou de fato consistência e amplitude política quando esses sujeitos começaram a discutir os seus problemas no interior de um espaço interativo, mediatizado por um discurso crítico, que permitiu situar essa percepção e essa consciência imediatista num plano mais amplo, em que as relações de poder e os interesses políticos e econômicos dos diversos grupos e classes tornaram-se transparentes (TARELHO, 1989, p. 97).

Esta dimensão está relacionada com o entendimento do processo de construção da práxis. Neste espaço, se dá a construção do conhecimento, a formação dos sujeitos, a troca de experiências, o avanço da organização do movimento social. É o campo onde se desenvolvem as relações, as articulações e as alianças. Sendo assim, não é um campo de consenso; antes, é o lugar do debate político, dos enfrentamentos de idéias, ideologias, projetos. Quando esta dimensão não é desenvolvida, abrem-se as portas para o surgimento de lideranças e estruturas autoritárias, centralizadoras. Habermas (1990, p.35) reconhece que esta dimensão é a mais importante do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, pois ela medeia a realidade construída, com seus impasses e possibilidades, com a busca de novas saídas e novas formas de integração social.

Para Fernandes (2003, p.2), “A resistência à dominação é característica essencial para quem quer compreender a história camponesa”. A Resistência e as lutas desenvolvidas expressam mais uma dimensão do espraiar do MPA. A dilatação das lutas e resistências significa a manifestação pública dos sujeitos e dos objetivos do Movimento. Deste modo, os camponeses organizados nos grupos constroem novas práticas, formam-se nas lutas como sujeitos históricos, fazendo dos grupos, manifestações, acampamentos, caminhadas, etc. espaços de luta e resistência, locais de enfrentamentos, de negociações com o Estado e com as mediações da sociedade.

Zé Pinto, cantor e poeta do MST/RO, recolhe esta dimensão através de seus versos:

E vamos entrar naquela terra e não vamos sair. Nosso lema é ocupar, resistir e produzir. Se for dura essa parada, a gente pega em armas, não dá para ser diferente. Pois os homens têm dinheiro, compram armas no estrangeiro, pra poder matar a gente. Contra esse capitalismo vamos firmes decididos, não deixar pra outra hora. É a classe organizada, passo a passo nessa estrada, construindo a sua história (Canção de Luta N.º 27).

Além destas dimensões, destacamos uma quarta dimensão, pouco explorada, mas de reconhecida importância para os movimentos sociais: trata-se do que designamos de “*espraiar das manifestações místicas*”. Esta dimensão ganha terreno nos movimentos sociais que têm raízes no cristianismo, banhados na teologia da libertação, na caminhada das CEBs, nas lutas históricas dos camponeses brasileiros. Aliás, na realidade da América Latina, não é possível negar esta dimensão. Fidel Castro, neste sentido, interpretou com lucidez a presença desta dimensão ao afirmar que sem a fé (levando em conta as manifestações religiosas) não se faz revolução nestas terras latinas.

Em qualquer luta e resistência, certo é que não há militância sem paixão. Por trás dos compromissos por transformações sociais, sempre há um ideal. Estes ideais e convicções mudam as práticas e estas transformam a realidade. Nos grupos de pequenos agricultores, grupos que em muitos locais coincidem com os tradicionais grupos de reflexão

cristã, reconhecidamente, a fonte de energia que alimenta a caminhada é a mística. Esta mística tem como fontes as lutas, a caminhada, pois para o MPA não há mística fora das lutas. Fazer mística fora das lutas é “*como rezar sem compromisso e sem fé*”.

Assim, a mística é compreendida, tal como compreende o MST (1991, p.34), como um “*(...) conjunto de motivações que sentimos no dia a dia, no trabalho organizativo, que impulsiona nossa luta para frente (...) fazendo-nos viver antecipadamente os objetivos que definimos e queremos alcançar*”. Ou seja, a mística é a alma, a força interna, aquela que nos imbui de sentimentos, de vontades, de desejos para que estejamos cada vez mais ligados, comprometidos, encorajados em todas as atividades, nas reuniões, manifestações. Por ser uma realidade que inclui mistério, transcende e oculta ao mesmo tempo, são usados muitos símbolos que indicam, dão significado e vigor às lutas. Portanto, a mística se caracteriza por oferecer elementos que ajudam a desenvolver a organização, para celebrar as vitórias ou tristezas, para fazer avançar as lutas, para desafiar e para apontar o rumo da sociedade que se quer construir.

O MPA, a exemplo do MST, serve-se do próprio Movimento para desenvolver a sua mística. A organização, o projeto a ser construído, as lutas com suas vitórias e obstáculos, o cotidiano, a criatividade, etc. tudo se constitui em oportunidade para desenvolver a mística. *Ela* mística se alimenta com a organização crescente, com os objetivos claros, com a clareza dos passos a serem dados pela organização: “*A clareza política, a definição estratégica e a vontade eterna de triunfar, são os elementos fundamentais para que os militantes possam desenvolver uma mística revolucionária de forma permanente*” (MST, 1991, p.37).

Há níveis diversos da mística, no entanto, a fonte é sempre a mesma: a criatividade na busca para reforçar e realizar os objetivos do movimento, sejam econômicos, políticos ou estratégicos. Por isso, a partir da experiência dos Sem-Terra (MST, 1991, p.37-

41), aprendizes das CEBs, apontamos algumas características trabalhadas e desenvolvidas nos diversos espaços do MPA e que se constituem em referências para todos os movimentos sociais camponeses:

- a confiança na organização, no futuro e na massa de pequenos agricultores organizados pelo MPA;
- a convicção de estar no caminho certo, de ser responsável;
- a perseverança para não desistir, o que desafia a ousadia, a criatividade;
- a combatividade, que é a disposição para lutar em qualquer circunstância;
- a honestidade que dignifica e dá credibilidade;
- a responsabilidade em fazer bem tudo e com todos;
- a contemplação inspirada no criador, onde se vive como lavrador que planta, cuida para crescer, florescer, produzir;
- a gratuidade, que é não fazer mecanicamente, mas fazer sem esperar retribuição, é doação;
- a valorização, que é reconhecer as ações e a importância dos outros;
- o espírito de sacrifício, que não mede esforços e é ato consciente para construir.

Ao tratarmos da mística, estamos tratando da dimensão religiosa presente nas lutas e nos diversos espaços dos grupos e comunidades. Qual é o papel da religião nas lutas, no imaginário camponês? Historicamente, as igrejas preocuparam-se em trabalhar, representar e fazer pelo povo. Hoje, intensifica-se o clamor para que seja ampliada a práxis do reconhecimento, do protagonismo, da igualdade de condições, de sujeitos diferentes e autônomos. Reconhecemos que certos setores da Igreja, através da história, estiveram comprometidos com as causas populares, colocando-se como mediadores importantes nas lutas sociais. Mas, hoje, como está a relação do Movimento com a dimensão religiosa?

A pesquisa realizada com os líderes de grupos de pequenos agricultores possibilitou constatar que a relação entre Movimento e Igrejas é mantida com reservas, já que

os grupos pesquisados residem numa região de hegemonia cristã, mais propriamente católica. Se considerarmos que, na formação dos grupos, as Igrejas não exerceram influência significativa, tal como já tivemos oportunidade de refletir anteriormente, agora percebemos que a caminhada não é compartilhada entre o MPA e as Igrejas. Para 48% dos pesquisados, não existem lutas conjuntas, muito embora 44% afirmem acontecer (cf. Anexos: Tabela 84).

Por que estaria acontecendo este distanciamento entre os pequenos agricultores e as estruturas das Igrejas? As diversas respostas recolhidas nos indicam possibilidades: *“porque a Igreja não está ativa, não tem estratégia, não apoia, é contra, só quer dinheiro”* (Pesquisa de campo: depoimentos, questão 41). Estes depoimentos representam 21,7% dos entrevistados afirmando que existe pouco trabalho conjunto, sendo que ao responder mais diretamente e destacar o trabalho conjunto, os índices foram decrescendo, tal como a tabela demonstra.

Tabela 019: TIPO DE TRABALHO CONJUNTO ENTRE IGREJAS E MPA NO MUNICÍPIO. Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai/ RS – 2003

q.41 ATIVIDADES FORMATIVAS/EDUCACIONAIS	Não	Sim	Total
Pouco	21,7%	4,3%	26,1%
Apoio/ Animação		17,4%	17,4%
Organização		13,0%	13,0%
Espaço Físico	4,3%	8,7%	13,0%
grupos de Jovens		8,7%	8,7%
Conscientização		4,3%	4,3%
Valores		4,3%	4,3%
Orientação		4,3%	4,3%
Ação social		4,3%	4,3%
Desconhece	4,3%		4,3%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado em Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Isto é ruim? Talvez apenas demonstre que os espaços de influências das Igrejas se mantêm sob controle do Movimento. Os grupos são formados a partir de sindicalistas, de militantes do próprio movimento, pelos militantes do PT, etc. Estas lideranças já têm uma boa bagagem histórica, *“já são vacinados”* contra os males da dependência e da submissão. O MPA surge em um contexto bem diferente daquele em que nasceu o MST, onde as Igrejas tinham forte presença através da CPT e demais estruturas de apoio.

Certamente, esta pouca influência já é um avanço, pois os membros do MPA, ao ingressar no Movimento, já não mais precisam passar pelo debate sobre a autonomia do mesmo, sobre questões morais ou políticas impostas pelas mediações religiosas (embate este que o MST precisou travar e superar). Os pequenos agricultores já não mais dão às Igrejas o peso político de tempos passados. Os movimentos sociais e outras organizações acabaram preenchendo com muito mais competência e eficácia os espaços de articulação e de organização política. Assim, a conquista de autonomia foi e é fundamental para a transformação e para a maioria dos movimentos sociais. Graças a este patamar de consciência adquirido pela sociedade civil, os movimentos sociais e suas organizações caminham com suas próprias pernas.

Por outro lado, este distanciamento das igrejas não deixa de ser preocupante, nos leva a interrogações sobre a presença e os rumos políticos das Igrejas. A desarticulação das CEBs, do discurso da Teologia da Libertação, a tomada crescente do poder conservador, a progressiva hegemonia dos movimentos espiritualistas e carismáticos, o peso exagerado dado ao dízimo, à vida sacramental, à infra-estrutura, em detrimento da organização pastoral e política, representam sérias preocupações para as lideranças e famílias das comunidades. Isso leva-nos a comprometermo-nos e a contribuirmos para que as igrejas redefinam o seu papel e sua missão. É melhor ter as igrejas ao lado dos movimentos sociais, do que Igrejas omissas ou contra as lutas populares, ou seja, a interferência da religião pode alienar ou pode contribuir para a formação de uma consciência organizativa e política, pode orientar a ação política dos camponeses num sentido transformador ou num sentido alienador.

3. MPA: TAREFAS NO PRESENTE E NO FUTURO

O MPA, como movimento social organizado, tem entre seus objetivos a educação. Mas não é qualquer educação! O Movimento (MPA, 2003, p 18-19) luta por uma educação ligada à vida dos camponeses e que acontece nas próprias comunidades e grupos de pequenos agricultores. Uma educação que valoriza os espaços de sua organização e de produção, a mobilização e a pressão política como ferramentas de luta. Trata-se da tarefa de constituir os camponeses em classe protagonista, transformadores da história. Para tanto, seus espaços de socialização transformam-se em locais práticos para organizar, produzir e resistir. São espaços onde a identidade é assumida, a consciência de seus interesses é tomada, enfim, são espaços dos direitos, da apreensão crítica do mundo, das representações sociais e culturais.

O Movimento coloca-se diante de grandes desafios. Mas, entre todos, a formação é o maior a ser enfrentado. O Movimento chegou onde está por causa da formação. Dela depende, fundamentalmente, seu futuro, para que possa dar os saltos necessários em sua organização, na produção, na construção de alternativas. Mas não é qualquer formação. É preciso uma formação que responda, simultaneamente, às exigências do estudo e da prática. Esta relação e interação entre teoria e prática constitui a essência do jeito de educar do MPA e de sua formação.

A formação, seguindo orientações do último Encontro Estadual (2002), está relacionada à produção, a cultura camponesa, sua identidade (MPA, 2003, p.18). Diante das

diversas frentes de trabalho, os seus desafios são grandes: em relação ao setor produtivo, é necessário enfrentar o trabalho multiplicando as experiências ecológicas, orgânicas, organizando estruturas para trabalhos e parcerias, trabalhar conforme a realidade; em relação à pesquisa, as questões precisam ser enfrentadas: o que produzir? para quem?, etc.; em relação ao crédito, viabilizar as cooperativas de crédito nas regiões e fiscalizar as concessões; em relação às políticas públicas, melhorar e assumir o projeto fome zero; em relação à moradia, regionalizar os projetos e aumentar as estruturas; em relação aos jovens, motivar os intercâmbios, a formação política, incrementar seus espaços; em relação às mulheres, trabalhar de forma articulada com seus movimentos, pensar, com as mulheres, na auto-sustentação da propriedade, não chamá-las apenas para completar cotas; em relação às finanças, discutir politicamente em todas as instâncias os meios de auto-sustentação.

O Movimento procura responder a estes desafios através de suas práticas, organizando-se em torno de três grandes eixos de luta (MPA, 2003): as lutas concretas (pauta específica), as lutas por direitos sociais (pauta social) e as lutas pela terra e pela realização de ampla e profunda reforma agrária (pauta política).

Na pauta das lutas concretas, os eixos de luta e resistência são o crédito subsidiado, o investimento, o custeio, a moradia, o seguro agrícola, o fim das importações de alimentos, a soberania alimentar, a comercialização direta, o beneficiamento, a luta contra os subsídios concedidos a empresas monopolistas, o fim da violência no campo e das impunidades, e tantas outras lutas que o cotidiano vai suscitando. Estas lutas econômicas visam à afirmação e à reprodução da classe camponesa, ou seja, trata-se das questões de sobrevivência física dos camponeses, lutas pela sobrevivência dos “*camponeses como camponeses*”.

O segundo eixo refere-se às lutas sociais, que têm como compromissos as ações relacionadas à saúde, previdência, educação, cultura, proteção da infância,

aposentadoria, agricultura saudável, organização. São questões de identidade, lutas que visam à implantação de novas relações de trabalho e produção, com tecnologias adaptadas à produção camponesa, sem agrotóxicos e sem transgênicos. São lutas travadas no terreno político, e que visam à organização social.

E como terceiro eixo, o Movimento compromete-se com as lutas pelo acesso à terra, não perdendo de vista a realização da reforma agrária. Para o MPA, todo agricultor sem terra ou com pouca terra tem garantido o direito à terra, seja através de assentamentos, de programas sérios de crédito fundiário⁵⁴, seja através de pressões, ocupações, etc. Os demais eixos, o econômico e o social, articulam-se em vista da realização deste eixo, a luta pela terra e a reforma agrária. Na realização destes eixos de luta, está assentado o presente e o futuro do Movimento.

A partir destes eixos de luta, derivam outras tarefas e desafios, que serão desenvolvidas neste capítulo como *“tarefas políticas a serem aprofundadas e trabalhadas nos diversos espaços do Movimento”*. (MPA, 2003). Basicamente, as tarefas políticas que apontamos resumem-se em construir a identidade camponesa, isto é, procurar imprimir visibilidade e afirmação ao Movimento camponês, mostrando sua capacidade de existência. Para tanto, a educação, em seu sentido mais amplo, é fundamental. Pela educação e cultura, os camponeses voltam a constituírem-se camponeses. No entanto, a luta principal é a reforma agrária para transformar a sociedade numa nova organização com novos poderes.

⁵⁴ Para o MPA, o programa do Banco da Terra é inviável e impagável, pois não atende às reais necessidades dos que precisam de terra para trabalhar e viver.

3.1 – Construir um Jeito Próprio de Lutar

Já não é mais novidade: as classes camponesas voltam à pauta política, através dos movimentos sociais e de suas lutas organizadas. Reconhecidamente, os movimentos sociais camponeses, dia após dia, ocupam novos espaços na vida política da sociedade brasileira. Ao retornarem à vida pública, trazem velhas e novas questões, entre elas a do seu reconhecimento e de seu papel na construção da sociedade.

Os camponeses, a partir de seus interesses e lutas, estão imprimindo um jeito diferente de lutar e de organizar a sociedade. Eles, como classe social, estão formando sua identidade, constituindo-se nas suas práticas, em seus espaços, nas suas lutas, através de sua organização.

Esta constituição da identidade está sempre em construção. Os maiores interessados nesta construção são os próprios protagonistas do processo. Foi neste sentido que Lamarche (1993, p.220) afirmou que a identidade “(...) *constrói-se a partir da convicção de que o agricultor constitui uma categoria social particular, ocupando um lugar específico na sociedade (...)*”. Esta convicção conduziu os camponeses a reivindicarem reconhecimento e legitimidade social através da história, pois identidade se constrói, legitimidade não se ganha. Identidade e legitimidade são conquistas, se fazem com lutas, diante das dificuldades de acesso às condições de reprodução da classe.

Os camponeses querem ser camponeses, mas as lutas e as condições para manter-se como tal e firmar-se como classe social são duras. Seu espaço é uma luta constante e a identidade só é alargada com o alargamento dos espaços de socialização, de reconhecimento, através da participação nos grupos, nas associações, na conquista de

sindicatos, na construção de cooperativas, em luta conjunta com outros movimentos sociais. A identidade camponesa, por estes caminhos, vai se formando e se afirmando.

Nossa compreensão de identidade refere-se à unidade da pessoa, que é construída no decorrer do processo histórico, na vivência, na prática social. A formação da identidade é resultado de várias participações políticas, experiências positivas e negativas, de aprendizagens sobre ações exercidas.

Esta construção desenvolve-se em momentos diversos: num primeiro momento de nossa vida, a identidade se forma no grupo familiar, na identificação com o pai, com a mãe, com os irmãos; em um outro momento, a identificação se dá através do grupo de iguais (trabalho, grupo de estudo, comunidade, etc.). Mas as condições para formar e desenvolver a identidade coletiva são dadas, mais intensamente, através da tomada de consciência das relações de trabalho, na pertença a um movimento social ou grupo de poder.

Deste modo, há várias identidades que vão sendo construídas no decorrer do processo histórico de cada pessoa, grupo ou movimento social. Nas lutas acirradas por direitos, a partir de necessidades, forma-se a identidade coletiva, nas “*calmarias da vida*” vai se formando a identidade individual. Neste sentido, a identidade pode ser compreendida em dupla concepção: a) enquanto pessoal, como unidade da pessoa, construída durante o processo histórico, através das vivências, práticas sociais, no processo de auto-identificação; b) enquanto processo de auto-identificação com o grupo. Esta última compreensão é mais apropriada aos objetivos de nosso estudo.

No MPA, o “*jeito de ser*” próprio que conduz ao reconhecimento, começa a se formar e a se desenvolver a partir do momento em que os pequenos agricultores começam a participar de reuniões, manifestações, caminhadas, trancamentos de ruas, ocupação de prédios, greves de fome, acampamentos rotativos e tantas outras ações. Os pequenos agricultores identificam-se numa mesma situação objetiva, isto é, numa situação de ausência

de política agrícola, de crédito, de moradia, etc. Estas questões, no início, bastam para impulsionar, para criar gosto pela participação, fazer parte do Movimento. Depois deste nível, há uma evolução das motivações; os objetivos se ampliam; surgem os fatores subjetivos, como a ideologia, as lutas maiores, os valores. Nestas diferentes frentes de luta (objetivas e subjetivas), os espaços de socialização política e os espaços de educação vão se dilatando e se constituindo. Ou seja, nestes diferentes espaços, aprende-se, dialoga-se, formam-se pessoas e quadros, constitui-se e consolida-se a identidade do Movimento. Além de constituir identidade, estes espaços e lutas possibilitam o reconhecimento mútuo e o reconhecimento público.

A tomada de consciência da comum situação de carência serviu de base para a afirmação de uma identidade coletiva, a partir da qual os trabalhadores puderam se perceber como aliados políticos que possuem problemas e interesses comuns. Mas, assim como a consciência da comum situação de carência, outros fatores também foram importantes para a afirmação dessa identidade coletiva, como a utilização de uma linguagem adequada, o desenvolvimento de práticas coletivas e a obtenção de reconhecimento social (TARELHO, 1988, p.239).

Por ocasião dos encontros, manifestações, caminhadas e ocupações, o reconhecimento mútuo e público é intensificado e torna-se mais visível. Pelas vestes, chapéu de palha, bandeiras, camisetas, gritos de ordem, instrumentos de trabalho, produtos, etc. os sujeitos do Movimento identificam-se e, por onde passam, são identificados (“*são os agricultores do MPA*”).

Mas, bem antes destas ações coletivas maiores, no âmbito da base, este reconhecimento mútuo e público também está sendo construído e firmado nas comunidades. Este reconhecimento pode se dar através das ações e realizações positivas, pelo confronto com o diferente e antagônico, na descoberta e no enfrentamento dos limites da caminhada.

Ao integrar os grupos do MPA, os agricultores entendem os seus direitos e passam a buscar os mesmos. Informam-se sobre os problemas sociais, conquistam vantagens econômicas e, com isso, atraem mais famílias. Adquirem, na luta, a consciência de que só uma

classe organizada consegue atingir os seus objetivos. Os grupos oportunizam solidariedade, companheirismo, compreensão, valorização do trabalho, diversificação e melhoria das propriedades.

Nos grupos do MPA, conforme podemos observar pela tabela abaixo, já existe uma importante caminhada de práticas e conquistas, indispensáveis à afirmação e consolidação de sua identidade.

Tabela 020: AVANÇOS DO GRUPO. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai – RS – 2003

q.19 Avanços percebidos	Presente	Ausente	Total
Participação	44,0%	56,0%	100,0%
Cresceu a consciência de Classe	28,0%	72,0%	100,0%
Consciência dos direitos	24,0%	76,0%	100,0%
Valores	24,0%	76,0%	100,0%
Crédito e moradia	20,0%	80,0%	100,0%
Organização	20,0%	80,0%	100,0%
Melhorias	20,0%	80,0%	100,0%
Esclarecer Problemas	12,0%	88,0%	100,0%
Retornos Financeiros	12,0%	88,0%	100,0%
Reuniões	12,0%	88,0%	100,0%
Metas e Lutas	8,0%	92,0%	100,0%
Confiança	8,0%	92,0%	100,0%
Bem- Estar	8,0%	92,0%	100,0%
Diversificação	8,0%	92,0%	100,0%
Atrair membros	4,0%	96,0%	100,0%
Ajuda mútua	4,0%	96,0%	100,0%
PRONAF	4,0%	96,0%	100,0%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado em Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

A consciência, as vitórias e os novos valores desenvolvidos reforçam o reconhecimento mútuo e público, solidificando a construção da identidade.

Nos grupos do MPA, são muitas as formas de reforço e de reconhecimento. Estas práticas e conquistas solidificam os grupos e mostram “a cara” do Movimento. É por elas que os grupos se firmam e se distinguem dos demais. Os grupos sentem-se ligados a uma organização; cada família é parte desta organização e direciona suas ações e intenções na construção e manutenção de sua unidade. Em seus espaços, são discutidos os problemas e são encontradas soluções coletivas, tendo consciência da luta e partilhando a caminhada.

Este reconhecimento mútuo, construído no cotidiano das lutas, pela socialização, pelas aprendizagens, pelas conquistas decorrentes das mobilizações e da

participação, unifica e cimenta as relações do grupo e do movimento. Mas o reconhecimento também se articula com a vida, com o sindicato, com a Igreja, etc. Neste sentido, o Movimento serve-se de outros meios para reafirmar seu “*novo jeito*”. As fontes que alimentam a identidade são diversas e devem sempre estar em renovação, em recriação.

Entre tantos meios que alimentam a formação da identidade (boletins, cartilhas, panfletos, jornais, etc.), destacamos os programas radiofônicos, presentes na maioria dos municípios onde o Movimento está organizado (cf. Anexos: Tabela 72). Estes espaços revelam-se importantes canais de educação popular, de formação da consciência, de politização, reafirmando a identidade camponesa, tal como podemos perceber pela tabela seguinte.

Tab. 021: IMPORTÂNCIA PROGRAMAS RADIOFÔNICOS. Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai/ RS – 2003

q.32 PROGRAMA DE RÁDIO	Não	Sim	Total
Apoio	4,0%	52,0%	56,0%
Esclarecimento	8,0%	36,0%	44,0%
Divulgar/comunicar		36,0%	36,0%
Articula		32,0%	32,0%
Avisos	4,0%	28,0%	32,0%
Conscientiza	4,0%	28,0%	32,0%
Ouvir pequenos	4,0%	24,0%	28,0%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado em Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

O rádio ainda continua sendo um dos mais utilizados meios de comunicação nas comunidades, sendo formador da opinião pública e espaço de disputas políticas e de poder. O Movimento, sabendo desta força, procura viabilizar programas municipais e regionais, imprimindo unidade e sendo indispensável para as mobilizações e viabilização de suas atividades.

Além dos aspectos positivos, das conquistas e dos meios que possibilitam o reconhecimento e a construção da identidade, não podemos ignorar a intervenção de outros fatores. Também as contrariedades, as dificuldades encontradas nos grupos, nas lutas, na comunidade, as experiências mal-sucedidas, as críticas e, principalmente, as “*diferenças*”, atuam na constituição da identidade.

Quando os líderes do MPA apontam para a existência de grupos não articulados pelo Movimento, dão a entender que estes pequenos agricultores não se enquadram como camponeses, não sendo reconhecidos como tal, constituindo um setor carente de identidade, pois neles há ausência de organização, são oportunistas, manipulados, só pensam no financiamento, etc. (cf. Tabela 65): *“Têm uns grupos de chupins que após as conquistas dos créditos eles se aproveitam, esses são ligados aos sindicatos pelegos; (...) são terneiros que mamam..; (...) não contribuem (...); (...) são Maria-vai-com-as-outras”* (Depoimentos: Pesquisa de Campo, q.27).

À medida que se diferencia quem é e quem não é do Movimento, ao mesmo tempo elabora-se a crítica ao diferente, criando, com isso, possibilidades de reconhecimento e de afirmação da identidade. Ao diferenciar, anunciam como são e como devem ser os grupos do Movimento: devem organizar os pequenos, formar a consciência política, discutir as questões, unir como família, ser responsáveis, partilhar, etc. (cf. Tabela 65). Se não existisse o diverso, os obstáculos, possivelmente, não teríamos nada a afirmar.

Com isso, reafirmamos a importância do contexto e dos grupos na vida cotidiana. No terreno cotidiano dos grupos, cria-se e recria-se a identidade coletiva. A criação ou recriação da identidade é possível, somente, a partir de trocas, questionamentos, relacionamentos, reconhecimentos, a partir de confrontos e lutas.

Os grupos e seus diversos espaços de socialização são fundamentais na afirmação da identidade, pois fazem com que os indivíduos consigam ultrapassar os limites da dimensão individual, da vida privada, das visões fragmentadas. Neste sentido, há um despertar da consciência de que somente a ação coletiva pode levar às transformações, ou seja, além das condições objetivas e subjetivas, é necessário que os indivíduos se organizem em grupos, em movimentos e outras esferas.

Entretanto, se de um lado está existindo empenho para abrir-se para o coletivo, para o grupo, o mesmo não podemos afirmar onde as relações capitalistas estão predominando, pois nestes espaços a sociabilidade está comprometida e, com isso, está comprometido o reconhecimento, a capacidade de vivência em grupo. As pessoas, sob o peso das relações capitalistas, tornam-se individualistas, incorporando regras e valores do sistema, encontrando dificuldades em viver os valores do grupo e do Movimento. Aliás, esta assimilação de valores capitalistas vai se dando sutilmente, sobrepondo-se às pessoas, grupos e comunidades como se fossem naturais. Com isso, as pessoas não mais pensam ou decidem sobre o que fazem, porque fazem, com quem fazem. O tempo se esvai e o trabalho consome os corpos e as almas. Esta compreensão ficou mais transparente quando “*quantificamos qualitativamente*” as dificuldades enfrentadas nos grupos do MPA, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 022: DIFICULDADES ENCONTRADAS NOS GRUPOS. Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai/ RS – 2003

q.20 Maiores dificuldades	Presente	Ausente	Total
Compreensão	52,0%	48,0%	100,0%
Participar	52,0%	48,0%	100,0%
Tempo/ Lidas	40,0%	60,0%	100,0%
Finanças	28,0%	72,0%	100,0%
Disponibilidade	28,0%	72,0%	100,0%
Comunicação	16,0%	84,0%	100,0%
Apoio	16,0%	84,0%	100,0%
Formação	12,0%	88,0%	100,0%
Interesse	8,0%	92,0%	100,0%
Acessos	8,0%	92,0%	100,0%
Vitória c/ Pressão	8,0%	92,0%	100,0%
Ser líder	4,0%	96,0%	100,0%
Politicagens	4,0%	96,0%	100,0%
Preço Produtos	4,0%	96,0%	100,0%
Gênero	4,0%	96,0%	100,0%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado em Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Estas dificuldades são entraves que se interpõem na caminhada dos camponeses, para a sua autonomia, para sua organização como classe, para romper com o “*cotidiano do sistema*”.

Elas demarcam espaços que incluem e que excluem, que lhes dão ou não voz e vez, ou seja, o tempo que não mais sobra, as lidas que a cada dia se ampliam, absorvendo a

totalidade da vida na propriedade, a situação econômica que vai angustiando e levando a uma corrida pela sobrevivência e para cumprir imposições, as dificuldades em compreender, diante das escassas oportunidades na formação, enfim, disponibilidade, comunicação, interesse, acesso, politicagens, todos estes entraves, que em sua maioria são fatores externos, incidem sobre o ânimo, a participação, o pleno exercício da cidadania e a constituição da identidade coletiva dos camponeses. Diante deste quadro, conquistar e constituir a identidade na sociedade capitalista é tarefa difícil, entretanto, não impossível.

Para Durham (1984), é possível construir outras relações, outras dimensões, a partir do reconhecimento. A vivência no coletivo, criada pela ação conjunta de todos, se dá no reconhecimento, no plano público e não mais no plano privado, próprio da sociedade capitalista, onde o indivíduo não é mais reconhecido além do espaço familiar, sendo despersonalizado, massificado, não sendo mais visto como sujeito e agente político. Na lógica capitalista, o homem é visto como objeto, usuário, número na esfera pública, um anônimo entre multidões.

O Movimento, diante destas dificuldades, redobra suas forças e desafia-se para a solução, intensificando espaços de formação, de educação, de socialização. As esperanças renascem na contestação do sistema, no confronto e estabelecimento construtivo de novas relações e de novos projetos. Por isso mesmo, os movimentos sociais passam a se constituir em espaços para reversão desta tendência padronizante, pois em seus espaços, em suas práticas e lutas as pessoas tornam-se solidárias, superam atitudes individualistas, juntam sonhos, lutam por projetos comuns. Os movimentos sociais rompem com a lógica perversa da sociedade capitalista, abrindo possibilidades para a constituição de novas coletividades.

Nos movimentos sociais de cunho comunitário, onde se valoriza a participação de todos e de cada um, onde todos devem falar, opinar, decidir, o que parece estar ocorrendo é um processo novo, o de constituição de pessoas na esfera pública, através de jogo de mútuo reconhecimento que ocorre internamente, na prática comunitária (...) No movimento as pessoas se conhecem, ampliam sua sociabilidade, aprendem a falar, isto é, formular questões novas sobre sua experiência de vida.

Basicamente, elas tornam coletivas as experiências individuais e fragmentadas, encerradas nos limites da vida privada (DURHAM, 1984, p.28-29).

Portanto, o reconhecimento e a formação da identidade se dá dentro do grupo, sendo reelaborada, construída e reconstruída num processo de transformação social. A linguagem permeia a transformação, o espaço interativo, pelo conhecimento e ações concretas. A participação política, exercida em vários espaços, auxilia na concretização da identidade do grupo e do movimento. Faz repensar a situação concreta, a sua prática. Disso decorre: quanto mais sociabilização, mais espaços de interação, de luta e resistência, conseqüentemente, menos espaços para o individualismo, os interesses fechados e a expansão do capitalismo. Ao fechar tais espaços, abrem-se outros horizontes, espaços para o coletivo, para a constituição de sujeitos transformadores, para a identidade coletiva, para a construção de outros projetos para a sociedade.

O reconhecimento da mesma situação, a caminhada partilhada e o projeto de luta em comum são exigências das lideranças e de todos os envolvidos na superação das relações capitalistas, pois fazem parte do processo de formação da identidade coletiva.

(...) de nada adianta ter bons líderes se os demais trabalhadores se comportam como massa amorfa e inerte. Se eles não estiverem preparados para participar e decidir, só haverá organização à custa de imposições que poderão colocar em risco a unidade existente (TARELHO, 1988, p.171).

A identidade, e a sua afirmação, segundo Tarelho (1988, p.239), somente se desenvolve a partir do momento em que os líderes e demais membros dos grupos assumem, têm compromissos e participam das lutas e atividades do Movimento. Foi o que destacamos no texto através da tabela 006 (Participações nas lutas e mobilizações), confirmando a importância destes espaços na educação e na definição da identidade.

Ao reconstituirmos a gênese do MPA, percebemos que, num determinado espaço comunicativo, os pequenos agricultores se deram conta de que sem luta e organização

nada se conseguiria, continuariam oprimidos na sua condição de agricultores. Apesar da omissão dos sindicatos, houve mobilização. Eles perceberam que era possível lutar. Aos poucos, foram se aproximando, elaborando estratégias de lutas, mobilizando-se e acampando nas rodovias.

Em todo este processo, que foi educativo, os que se destacaram, organizaram os espaços, foram se constituindo em lideranças e, nas práticas das lutas, foram sendo reconhecidos, legitimados no grupo de coordenação.

Assim, o processo de formação da identidade coletiva fica mais visível: ele está relacionado à participação política, à construção de espaços onde as experiências são reconhecidas, discutidas, desenvolvidas. Neste sentido, Caldart (1987, p.146-147) escreve que: *“a participação num movimento social é, pois, toda ela constituída por relações pedagógicas”*, que vão se constituindo e imprimindo no jeito de lutar, no modo que leva ao reconhecimento e, ao mesmo tempo, torna-se um diferencial distintivo, consolidando a identidade do grupo.

A teoria da comunicação auxilia-nos na compreensão da formação da identidade coletiva no movimento social. Por ela, podemos compreender os acontecimentos, as relações e os procedimentos que contribuem para a aquisição de novos valores, concepções cotidianas de mundo, para a superação de atitudes individualistas, a condução de estratégias, lutas, etc.

Habermas (1985, p.15-21), ao examinar o desenvolvimento do eu sob o aspecto da capacidade de conhecimento, de linguagem e de ação, afirma que há uma relação entre o pensamento do eu e a realidade, as normas da sociedade, os demais indivíduos, mediados pela linguagem. Este entrelaçamento permite a formação da identidade do eu coletivo. Para Habermas, o desenvolvimento do eu se dá através da linguagem e esta possibilita o

desenvolvimento cognitivo e da ação, bem como do agir comunicativo voltado ao entendimento.

Entretanto, Habermas adverte-nos: *“ninguém edifica a sua própria identidade independentemente das identificações que os outros fazem dele.”* (HABERMAS, 1985, p.22). Nisso, percebe-se que é necessário que a intersubjetividade seja reconhecida e afirmada no agir comunicativo. As escolhas se dão na ação, no caminhar e na interação. Os agentes participam e elaboram estratégias dentro do processo. Por isso, *“a identidade coletiva regula a participação do indivíduo na sociedade, ou a sua exclusão da mesma”* (HABERMAS, 1985, p.26).

Assim, no espaço comunicativo formam-se as estratégias dos indivíduos, no sentido de reivindicar, contestar, organizar-se. A ação comunicativa é um dos fatores desta identidade coletiva, deste reconhecimento e pertença ao Movimento. Este é um dos referenciais para afirmarmos que as famílias e os grupos que pertencem ao MPA têm um jeito próprio de agir e de ser, que possibilita criar novas concepções de mundo, mudar a realidade das comunidades, contribuir na transformação dos sindicatos, cooperativas, etc.

Na direção da comunicação, não podemos deixar de destacar a contribuição de Paulo Freire (1977), relacionada ao diálogo. Pelo diálogo, aprofundamos o papel da proximidade, da vizinhança, do lazer, da mística, da partilha de sonhos e lutas. Para o Movimento, o diálogo está ligado à participação política e aos espaços de comunicação nos diversos níveis de organização, de mobilizações, de articulações. É nestes espaços de participação que se dá o reconhecimento e a possibilidade de partilha de experiências de vida.

Em suas análises, Paulo Freire (1981) sempre parte do contexto e afirma que vivemos numa sociedade “em trânsito”. Na construção da nova sociedade, a educação exerce importante papel político, desde que seja conduzida pelas “massas populares”, pois ela amplia a participação e leva à organização. Nesta tarefa, Freire desenvolve o conceito de consciência

transitiva crítica, que é consciência articulada com a práxis, desafiadora e transformadora. Para se chegar a ela, é imprescindível o diálogo. Mas não é qualquer diálogo.

As propostas de diálogo que são observadas na sociedade enveredam-se por diferentes concepções, algumas até antagônicas. Assumir uma concepção significa assumir uma posição política, crítica e isso têm conseqüências: ou para transformações sociais ou para a manutenção e legitimação da ordem vigente. Ou seja, para as elites, o diálogo dominante é vertical e rígido, leva a escutar e obedecer. É um processo que conduz à domesticação, ao amansamento, ao a-sujeitamento, desestrutura e enfraquece a identidade coletiva do grupo.

Paulo Freire designa esta concepção de “educação bancária”. De acordo com esta concepção, quem sabe é o educador; ele sabe, pensa, opta, prescreve, etc. Os educandos não sabem. Os educadores são os sujeitos; os educandos, os objetos. Educar é depositar. A finalidade é manter a divisão entre os que sabem e os que não sabem, entre os oprimidos e os opressores.

Deste modo, esta concepção de educação nega a dialogicidade, necessitando de contínuas conquistas, de divisões para dominar, além de ser manipuladora impondo visões de mundo, freando a criatividade e a expressão das massas populares. Tal proposta de diálogo, fechada e opressora, leva o educando a considerar-se “*ignorante absoluto e natural*”, faz do educando um hóspede da opressão, um ser colonizado.

Na concepção popular, o diálogo é horizontal e nutre-se de virtudes, como o amor, a humildade, a esperança, a fé, a confiança, etc. É a concepção designada por Paulo Freire de “*educação problematizadora*”, aquela que transforma e liberta. A educação problematizadora funda-se na relação dialógica-dialética entre o educador e educando. Ambos aprendem juntos. O diálogo é exigência para a comunhão e comunicação.

Educar é educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a sede do saber, até a sede da ignorância para salvar, com este saber, os que habitam nesta (...) educar e educar-se (...) é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem (...) em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes,

transformando o seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1977, p. 25).

Tal concepção possibilita ultrapassar o imediatamente vivido, as situações-limites, possibilitando a colaboração, a união, a organização, a síntese cultural. Esta concepção perpassa toda a obra de Paulo Freire, sempre indicando características do diálogo com novas formulações⁵⁵.

A concepção de educação popular e libertadora freiriana parte da realidade, do conhecimento e experiência do educando para construir conhecimento novo, uma cultura vinculada a seus interesses. O ponto de partida deste processo dialógico é o “*universo vocabular*” e as “palavras geradoras” extraídas de sua própria experiência, partindo do sensível, do imediato, do dado, do empírico para o mediatizado. Todo este processo é coletivo, social, político, pois “*ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão*” (FREIRE, 1977, p.28). Mas para que a libertação aconteça, é preciso uma teoria da ação revolucionária (FREIRE, 1977, p.30). Nesta teoria, o saber mais importante é a descoberta da situação de oprimido, situação de dominação política e exploração econômica.

Assim, a educação sempre estará vinculada à luta e organização de classe oprimida. A partir disso, para pôr em prática o diálogo, o educador (líder, coordenador, agente, etc.) não pode colocar-se numa posição de ingenuidade, pretendendo ser o detentor de todo o saber. O educador somente contribui com a educação colocando-se na posição de humildade de quem “*sabe que não sabe tudo*”, reconhecendo, nos outros, experiências de

⁵⁵ O livro *Pedagogia da Autonomia* (Paulo Freire, 1998) é, sem dúvida, uma das grandes obras em prol da educação que respeita o educando e liberta o seu pensamento de tradições desumanizantes, porque opressoras. Freire afirma que, para ser bons educadores, algumas exigências são necessárias, tais como: a rigorosidade metódica e a pesquisa, a ética e estética, a competência profissional, o respeito pelos saberes do educando e o reconhecimento da identidade cultural, a rejeição de toda e qualquer forma de discriminação, a reflexão crítica da prática pedagógica, a corporeificação, o saber dialogar e escutar, o querer bem aos educandos, o ter alegria e esperança, o ter liberdade e autoridade, o ter curiosidade, o ter a consciência do inacabado. Estes são alguns princípios basilares para a prática educativa que transforma educadores e educandos.

vida, saberes diversos. O diálogo com humildade requer respeito aos outros, não somente enquanto indivíduos, mas, principalmente, enquanto expressões de uma prática social.

Portanto, o diálogo proposto por Paulo Freire é ferramenta indispensável para a educação das massas, para reafirmar seus valores, sua cultura, seus projetos, conseqüentemente, é ferramenta indispensável para formar e consolidar a identidade coletiva das massas populares.

Baseados nesta relação dialogal, a preocupação do MPA é constituir uma “*cara própria*” enquanto movimento social camponês. A “*cara própria*” significa o jeito de lutar, liderar, organizar, de constituir e exprimir a identidade do Movimento. Nas práticas sociais correntes, já estão consolidados alguns traços deste “*jeito*”. Por estes traços, expressa-se a identidade que está sendo reafirmada e reconhecida.

Ao acompanharmos e observarmos grupos e práticas sociais, percebemos que muitos ensinamentos (MPA, 2001, p.8-12) estão sendo discutidos pelo Movimento, tornando-se preocupações de caminhada, tais como consta:

- no trabalho de base (grupos), a preocupação em organizar os camponeses enquanto classe e movimento social;
- nas práticas sociais, a preocupação em buscar clareza sobre o que se quer e o que se deve fazer a curto, médio e longo prazo;
- pelas lutas coletivas, a preocupação em credenciar as conquistas a quem luta;
- a preocupação com a dinâmica de tomada de decisões e direção das lutas, espaços onde as questões são debatidas, programadas e assumidas, com a participação dos grupos, sindicatos, associações e cooperativas de pequenos agricultores;
- a preocupação em estabelecer prática e política claras de alianças, onde os aliados estratégicos estejam em pé de igualdade, enfrentando, acampando, caminhando junto com o Movimento;

- através das lutas que objetivam mudanças estruturais, a preocupação em mexer com as estruturas do sistema capitalista.

Por estas preocupações e características que estão sendo desenvolvidas, o Movimento vai mostrando para que veio, sua cara e seu jeito e, ao mesmo tempo, vai constituindo pessoas, jeitos, coletividades. As suas lutas organizadas, reordenam visões, imprimem unidade, colocam diante dos camponeses um projeto a construir.

A caminhada imprime, com mais nitidez, a identidade camponesa, este jeito de camponês. O movimento é novo, está em fase de reconhecimento, dilatando seus espaços, territorializando-se. As famílias e grupos estão em Movimento. Nesta construção, construir-se-á a própria existência dos camponeses como classe social. Por isso mesmo, em todas as lutas dos grupos, vislumbra-se a luta pela terra, a luta pelo trabalho, a resistência diante da agressividade do neoliberalismo. Em resposta a estes compromissos fundamentais, vai se formando e se firmando a identidade do campesinato e do próprio movimento social.

Fernandes (2003, p.23), invocando Castells (2001), afirma que: “*As fontes de significados para a construção de identidades pertencem aos próprios sujeitos*”. Neste sentido, na construção da identidade coletiva, os protagonistas devem colocar diante de si algumas tarefas indispensáveis, agora e para o futuro, para ampliar, reforçar, dar visibilidade à cara do MPA. Para Fernandes, entre tantas tarefas, urge pensar nas diferenças regionais, já que temos muitos “*brasis*”, diferentes culturas camponesas que devem ser respeitadas. No que tange à esta tarefa, urge compreender as situações de extrema miséria que se alastram nas diversas regiões rurais do país. Estas situações não podem ser relacionadas com a cultura camponesa, pois são condições estruturais em que as pessoas se encontram, decorrentes da exclusão no processo de desenvolvimento desigual.

A cara do Movimento será a cara de suas lutas. Através do trabalho de base, de seus objetivos claros, de suas lutas, de lideranças combativas, de mudanças estruturais, o

MPA mostrará a capacidade e a importância do campesinato, uma missão histórica e de utopia.

3.2 - Pensar a Educação Camponesa

A educação pode ser compreendida como uma prática humana e social que modifica os seres humanos em todas as suas dimensões, dando uma configuração tanto à existência individual quanto grupal . Compreende, portanto,

o conjunto de processos, influências, estruturas, ações, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando à formação do ser humano (LIBÂNEO, 2002, p.64).

Por ser parte de um processo social, o ato educativo tem um caráter de mediação, envolve interesses sociais e políticos e se dá em diferentes espaços, construídos socialmente, muitas vezes com objetivos diferenciados. Estes diferentes espaços educativos representam um arcabouço simbólico de educação e conhecimento disponibilizado e construído por diferentes atores sociais.

Transitar por esses espaços, procurando identificar como são construídas as sociabilidades, permite-nos uma melhor compreensão da sociedade. Esses espaços contêm símbolos, imagens e valores que permitem aos sujeitos sociais identificar-se e pertencer a um coletivo, resgatando a dignidade e a auto-estima, que nem sempre são consideradas nos espaços educativos formais e institucionalizados.

Os movimentos sociais são a expressão destes espaços educativos, uma vez que neles acontecem aprendizagens não apenas de valores e comportamentos, mas de leituras da realidade, de construção de novos significados e saberes que, muitas vezes, são negados a grande parcela da sociedade.

Neste sentido, pensar os movimentos sociais como espaços educativos requer a consideração das diversas dimensões que definem sua identidade e suas proposições. Não são apenas os momentos programados de estudo, cursos, formação, trocas de experiências que se constituem em espaços educativos, mas todas as ações em que os atores são envolvidos, desde reuniões até manifestações, reivindicações, caminhadas, confrontos, produção, na rua. A categoria de “*redes*” é bom exemplo que nos ajuda a compreender os movimentos sociais como espaços educativos, que se constituem através de processos comunicativos, permitem a circulação de informações e de significados simbólicos que ajudam na constituição da identidade e na eficácia da ação coletiva.

Ao destacar a dimensão educativa no MST, Caldart (2000) aponta que uma das formas de se dar conta das diferentes dimensões que envolvem os movimentos sociais constitui-se dos próprios movimentos. Eles, por si próprios, constituem espaços educativos por excelência, porque são constituídos de sujeitos sociais em permanentes relações. No Movimento, a educação se dá no processo da luta, no cotidiano dos grupos e nas suas relações com outros espaços.

Para Caldart (2000, p.229), existe uma intencionalidade pedagógica específica nos movimentos sociais em relação ao processo através do qual uma ação pode ser transformada em saber, comportamento, postura, valor, símbolo, objeto. Portanto, a leitura das palavras e do mundo não se dá somente através da educação formal, pois há uma rede de atores, de sujeitos, de grupos sociais que pensam e produzem educação nos diferentes espaços por onde a vida transita.

A função da educação (CALDART, 1987) é difundir saberes e comportamentos, que se desdobram em práticas que visam às mudanças sociais. A educação é importante instrumento de conscientização, levando a uma tomada de consciência e mudando mentalidades. Este processo se faz com muita informação, com reuniões, debates, lutas coletivas, ensaios, conflitos, manifestações, cooperações, alianças, projetos comuns, etc.

Por isso, os movimentos sociais são espaços, por excelência, da elaboração de uma “*nova cultura de base*”, de uma dinâmica pedagógica própria manifestada pelas lutas, mobilizações, caminhadas. Os movimentos sociais rompem com a alienação e com o conformismo cotidiano. Fazem emergir novos sujeitos sociais. Neles, forma-se um lastro social importante para a construção de uma nova cultura política, a partir de uma identidade, em torno da reação às formas autoritárias e de repressão política. Esta nova cultura e este novo saber produzido são misturados a toda herança cultural dos grupos, que gera, por sua vez, novas formas de expressão, manifestadas na atuação específica do movimento. Surge uma nova linguagem, novos símbolos, novas virtudes, nova mística. Estas expressões, que aos poucos vão se homogeneizando e que formam a “*nova cultura política*”, representam a projeção política de novas relações sociais. Trata-se de “*uma gestão coletiva de utopia de vida alternativa (...)*” (CALDART, 1987, p.23).

Assim, nos movimentos sociais, e especificamente nos espaços e práticas sociais do MPA, a educação é um elemento integrante da caminhada, um processo dinâmico que mantém estreita relação com a cultura camponesa. A própria origem do MPA, sua história e sua caminhada são um elemento educativo, pois ao se fazer memória em cada encontro, ajudam o Movimento a manter-se fiel a seus objetivos, transformando a história em conteúdo para a mística e para a celebração. Nisso, a história das lutas e resistências do Movimento se mistura aos processos educativos que vão sendo desenvolvidos.

Ao tratarmos da educação, embora seja evidente, queremos afirmar que não estamos pensando na educação formal⁵⁶. O MPA ainda não tem experiência e nem projeto nesta área. Bem diferente é a experiência do MST, que tem esta área organizada, com grande número de escolas e um setor educacional nascido de suas andanças, as escolas itinerantes, que dia após dia vão se territorializando. No entanto, isso não significa que, para o MPA, a educação formal não seja importante. Ela tem sentido e importância incontestes, desde que, associada, relacionada à educação “não-formal e informal”⁵⁷.

A concepção de educação dos movimentos sociais é mais ampla. Ela associa-se ao conceito de cultura, “(...) concebida como modos, formas e processo de atuação dos homens na história, onde ela se constrói” (GOHN, 1999, p.98). Nos movimentos sociais, encontramos contribuições educativas potencializadas, presentes na diversidade de práticas, nas associações, no cooperativismo, no sindicalismo, nas práticas sociais construídas no cotidiano dos grupos, na consciência política adquirida com a participação nas lutas.

Caldart (2000, p.23), em vista de compreender a ação histórica e cultural, mais ampla e de maior duração que perpassa os diversos espaços sociais, designa o processo de “sentido sociocultural”. Este sentido é compreendido como “produção histórica de um conjunto articulado de significados”, relacionados com a formação dos sujeitos sociais, que também são sujeitos socioculturais, pois influenciam para além de suas questões econômicas, ligadas à agricultura, a suas lutas específicas.

Esta compreensão faz ver o MPA como sujeito que está se formando, alguém que está fazendo-se nas lutas, nas resistências, nos enfrentamentos, nos desafios históricos. É

⁵⁶ Por educação formal entendemos a educação desenvolvida nos aparelhos educacionais institucionalizados. Tal educação é concebida apenas como mais uma das formas de manifestação da educação.

⁵⁷ A educação transmitida na família, no convívio, nos clubes, revistas, etc. é compreendida por educação informal. É uma educação que decorre de processos espontâneos, ainda que carregada de valores e representações. A educação não-formal se diferencia da informal a medida que tem intencionalidade, busca determinadas qualidades ou objetivos, ocorre nos espaços de possibilidades educativas no decurso da vida, tendo caráter permanente.

um recriar de raízes no meio rural, no sindicato, na cooperativa, na igreja, na vida social, política, econômica. É o mesmo que dizer: não queremos apenas sobreviver, mas queremos criar algo novo no meio rural, resgatar e recriar as raízes camponesas. É ir além, é estabelecer as bases para uma nova agricultura camponesa e para um novo projeto político e econômico. Deste modo, ser membro do Movimento passa a ser algo distintivo: é indicar, além das razões econômicas, a existência da classe dos camponeses.

Assim, a educação sempre será mais rica com os movimentos sociais. O MPA, deste modo, não só pelo cultivo do “ser camponês”, mas também pelo modo como projeta, na sociedade, a sua identidade coletiva, pelas lutas e pelo modo de construção destas práticas sociais, incorpora idéias e possibilita a elaboração de pensamento educacional. Esta compreensão da ação educativa inter-relaciona o sentido sócio-educacional camponês e educação, transforma a realidade e as lutas no componente central do processo educacional.

É neste sentido que entendemos que a essência do ato educativo é um acontecimento dinâmico, que se dá nos vários processos sociais concretos vivenciados pelos indivíduos e grupos, e não em locais ou momentos fixados formalmente para que ele aconteça. Como compreendia Mario Osório Marques (2000), a educação se dá em outros locais, espaços e com outros meios. Ela se dá nos intercâmbios, nas trocas, nas experiências produtivas, nos convívios, nas práticas diversas. Ela se dá num processo contínuo de relações, numa rede de saberes e de práticas. A educação se dá durante a vida, pelos espaços em que a vida transita, tais como os movimentos sociais, as igrejas, os sindicatos, as cooperativas, os partidos políticos, os diversos espaços interativos.

Nos grupos do MPA, esta maneira de fazer educação nasce da exigência de sujeitos sociais concretos e comprometidos com os interesses imediatos de organização e de luta por uma vida melhor. A totalidade dos pesquisados (cf. Anexos: Tabela 70, 71) colocam-

nos diante desta perspectiva, confirmando o desenvolvimento de práticas educacionais no Movimento, em seus diversos espaços e atividades.

Disso decorre que, para o Movimento, o sentido político e pedagógico fundamental da organização não está simplesmente nas reivindicações imediatas que a desencadeiam e, tampouco, nos resultados materiais obtidos pelas ações dos grupos. O fundamental está no processo de ruptura da alienação cotidiana, na emergência concreta de novos sujeitos sociais que passam à condição de participantes da dinâmica social, quer no espaço menor da organização (grupo, comunidade), quer na relação progressiva deste movimento com instâncias sociais maiores (política agrícola, reforma agrária, política, transformação da sociedade).

Para pautar a sua práxis educacional, o Movimento privilegia alguns princípios⁵⁸ que se fazem marcos de caminhada e referência para posições e relações. Entretanto, antes dos princípios e das teorias, para o Movimento, existem as práticas e as experiências acumuladas. Estas é que orientam os princípios e a teoria. Assim, quanto mais se caminha, mais necessidade se tem de clarear e aprofundar os princípios. E, com isso, consegue-se coerência, firmeza, credibilidade às práticas e vice-versa.

Os princípios (pedagógicos) do Movimento foram formulados no 3º Encontro Estadual do MPA (2002) e, mais tarde, no Encontro Nacional, foram retomados e aprofundados. São breves indicativos, começo de caminhada do setor, que constituem metas a serem trabalhadas em todos os grupos e comunidades, tornando-se, portanto, tarefas dos grupos e do Movimento no presente e no futuro:

- a organização dos camponeses a fim de garantir que sejam os sujeitos do processo;
- o envolvimento massivo no processo de tomada de decisões, lutas e negociações;

⁵⁸ Qual a compreensão de princípio? Podemos seguir dois sentidos: a) idéia de começo, momento ou local em que algo tem origem; b) ou a idéia de fonte inspiradora de ações. Em outras palavras, os sentidos expressam propostas ou afirmações que dirigem às ações ou estão na sua base.

- a formação que contemple as dimensões organizativas, política, ideológica e técnica;
- a formação feita a partir das práticas concretas e participação ativa dos envolvidos;
- o respeito ao acúmulo de experiências já existentes nas comunidades, municípios e estados;
- a construção coletiva das decisões como instrumento de formação;
- a formação como elemento fundamental para construir e fortalecer princípios comuns que dêem unidade nacional ao Movimento;
- o reforço constante à capacitação dos trabalhadores e à autonomia do movimento.

Antes da formulação destes “*princípios pedagógicos*”, evidentemente, eles foram submetidos a calorosas discussões, embasadas em várias contribuições teóricas, partilhados e testados em experiências populares em andamento. Estas contribuições teóricas (filosóficas) alimentam as diversas práticas do MPA e dos movimentos sociais em geral, orientando a práxis, os projetos e a direção imprimida pelos setores populares. Estes fundamentos constituem marcos gerais da caminhada, desafios e tarefas de compreensão, de discussão e de encaminhamentos.

Como a preocupação do Movimento é organizar os pequenos agricultores, despertando neles o protagonismo e o envolvimento de todos, um destes marcos situa-se no campo da necessidade de ampliar e aprofundar a compreensão de que a educação é muito mais do que a formalidade escolar. Para tanto, os movimentos sociais procuram ampliar a compreensão da educação entre os camponeses. Neste educar-se em todos os lugares e espaços, o contexto social é valorizado e os objetivos são determinados com clareza, isto é, as pessoas educam-se inseridas numa complexa rede de ações e relações, com vistas a atuar nesta rede, diante de necessidades e interesses específicos.

A preocupação da educação é com o ser total do grupo, da comunidade e de cada um dos seus membros, comprometendo-se com as necessidades cotidianas, trabalhando

articuladamente a razão e a emoção, o corpo e o espírito, a ciência, a mística, a disciplina política, a tenacidade coletiva, etc. Em outras palavras, a educação volta-se para as diversas dimensões da pessoa e dos grupos, preocupando-se com a formação técnica, política e com a formação cultural. Significa envolvimento das massas, educação a partir das práticas cotidianas, respeito às experiências e às diversas culturas existentes nas comunidades e regiões.

Por isso, pode-se dizer que é uma educação aberta ao mundo (*“nada do que é humano me pode ser estranho”*), que prepara para romper barreiras, construir novas relações sociais, pensar como superar o autoritarismo, o machismo e tantos outros “vícios herdados” culturalmente, presentes no meio dos pequenos agricultores. Isto significa que a preocupação permanente é estabelecer relações entre a educação e a cultura⁵⁹. Pela cultura, nos habilitamos à comunicação, possibilitamos a educação. Esta é uma discussão relevante, pois a educação tem papel fundamental na construção e reconstrução da identidade cultural dos camponeses. As lutas culturais, assim, passam a constituir espaços importantes nas transformações, cimentando as pautas, ligando o econômico ao político, ao ético, etc.

Na caminhada do Movimento, encontramos variadas manifestações culturais. O movimento é um espaço de construção, de produção de cultura. Enfatizamos, não se trata apenas de resgates culturais nas manifestações, mas de produção de nova cultura camponesa, uma cultura de mudança, de transformação, tal como afirma Caldart (1987:110): *“A formação inclui socialização, produção e cultivo de saberes, de conhecimentos, de comportamentos, de valores e de afetos, em vista de ações e transformações da realidade”*. Deste modo, o MPA coloca-se diante da tarefa de não apenas repetir tradições, costumes, culturas, etc. mas tem diante de si o desenvolvimento, a criatividade, a reelaboração, a criação.

⁵⁹ Cultura entendida como “...tudo o que as pessoas, os grupos e as sociedades produzem para representar ou expressar o seu jeito de viver, de entender e de sonhar o mundo” (MST).

Por ser uma educação compreendida em sentido amplo, preocupada com a totalidade da vida, aberta ao mundo e produtora de novas culturas, recupera a força política do saber, fazendo com que todos sejam indispensáveis neste processo, pois cada um tem sua especificidade para contribuir com o todo. Nesta recuperação da força política do saber, se faz necessária uma educação voltada à organização e à política. Significa que a educação procura ser comprometida, toma partido diante da realidade e dos projetos que se evidenciam na caminhada dos camponeses.

No mundo das lutas e resistências camponesas e dos movimentos sociais, quem entra na luta sabe que não há neutralidade. A educação é um ato político, pois está sempre inserida no projeto de transformação ou de manutenção da ordem. Deste modo, ao educar, o Movimento faz política e, ao fazer política, educa seus membros. Não fazer política ou não educar seria negar a essência do próprio Movimento.

Este vínculo orgânico significa fazer a política atravessar os processos pedagógicos, alimentando a indignação ética diante das situações desumanas, cultivando, intencionalmente, a sensibilidade frente à lógica capitalista, realizando atividades e estudo de conteúdos voltados à formação político-ideológica, estimulando o encontro e as lutas com outros movimentos, tendo em vista a educação da consciência de classe, a solidariedade de classe, desenvolvendo processos de crítica e autocrítica para avançar na coerência entre o discurso e a prática política. Mas, o mais importante é despertar os homens, mulheres, jovens, crianças e idosos para que pertençam e pratiquem a organização do Movimento. Isto significa ter a cara, o jeito de ser do Movimento, assumindo os princípios, o caráter, os objetivos e as tarefas confiadas e planejadas.

Freqüentemente, ouvimos que a educação deve voltar-se para o futuro, preparar para o futuro, entretanto, o seu sentido somente se encontra no presente. E o presente do Movimento é a formação e organização produtiva. Nesta perspectiva é que se procura

impulsionar a relação entre educação, mundo do trabalho e produção camponesa. Os movimentos sociais têm grande compromisso em desenvolver a educação para e pelo trabalho. Ao formar sujeitos de ação, pessoas de trabalho, pessoas com cultura de mudança, com projetos de transformações, os movimentos sociais estão vinculando a educação ao trabalho.

Por isso, faz parte da tarefa dos movimentos sociais desenvolver o sentido do trabalho, entendê-lo como produtor de riquezas e compreender que há “*dois modos de se trabalhar*”, ou seja, que as relações podem ser de exploração ou podem ser igualitárias, solidárias e cooperadas, de construção social pelo trabalho, de superação da dicotomia manual/intelectual, homem/mulher, etc. Marx já afirmava que as relações das pessoas no processo produtivo movem as sociedades e transformam as pessoas. Deste modo, educação, trabalho e produção têm grande ligação e dependência.

Numa economia capitalista, como a nossa, a predominância da educação, das relações de trabalho e de produção são relações competitivas, relações de exploração, marcadas pelo egoísmo e pelo individualismo. Urge que os movimentos sociais, particularmente o MPA entre os pequenos agricultores, assumam tarefas políticas como “pedagogos”, para estabelecer outras relações, outra economia, outros modos de organização e produção, outros processos educativos. Nisso se faz necessária a formação para a solidariedade, para a partilha, para a cooperação, entendida

(...) como um processo social, embasado em relações associativas, na interação humana, pelo qual um grupo de pessoas busca encontrar respostas e soluções para seus problemas comuns, realizar objetivos comuns, busca produzir resultados, através de empreendimentos coletivos com interesses comuns (FRANTZ, 1995, p. 5).

Tal educação é uma tarefa estratégica na construção de novas relações sociais. As lutas dos grupos, associações, cooperativas, comunidades precisam transformar mentalidades, articular realidades. Pensar isoladamente a solução para os problemas dos

camponeses não é mais possível. Trabalho, comercialização, tecnologias, moradia, escola, saúde, só têm sentido com cooperação, com a presença de outros. Deste modo, impulsionar uma cultura de cooperação é o grande desafio e a grande tarefa na construção de novas relações sociais e de nova ordem social.

Mas, segundo Frantz (2002), deve ser um cooperativismo relacionado com a educação, entendido como prática social, que institui um lugar de educação, um processo voltado à emancipação humana, interativo e democrático de diferentes vozes que se fazem sujeitos da sua história pela ação comunicativa, pela cooperação na construção dos seus espaços de vida, submetendo-se as diferentes experiências de vida, suas reflexões e argumentos a um diálogo reconstrutor das relações e práticas sociais decorrentes. Assim, a educação e a cooperação, segundo Frantz, são duas práticas sociais que se processam de tal forma que, sob certos aspectos, uma contém a outra. Entrelaçam-se e potencializam-se enquanto processos sociais:

No diálogo da cooperação, mediado pela reflexão e avaliação crítica de suas práticas, acontece a educação, fundada no processo de construção e reconstrução dos diferentes saberes daqueles que participam da organização e das práticas cooperativas (...) Na interação dos associados, dos cooperantes, em sua ação comunicativa, em seu diálogo, enquanto partícipes de um projeto comum, produzem eles as condições para um processo de socialização de conhecimentos, de experiências. Educam-se para a cooperação, produzem conhecimentos e aprendizagens necessárias aos fins da cooperação (FRANTZ, 2001, p.11).

Nesta prática de formação no trabalho cooperativo, Marlene Ribeiro (2001) chama a atenção para as diversas formas existentes de cooperativismo em nosso meio. Estas formas podem significar espaços alternativos de gestão de novas formas de organização do trabalho e das relações sociais, ou podem significar reprodução das formas tradicionais, isto é, podem ser formas altamente lucrativas, voltadas ao mercado, estilo organização empresarial e até podem significar intensificação da exploração do trabalho, com o não pagamento de direitos sociais e sonegação de impostos devidos. Com isso, Marlene Ribeiro faz um sério alerta: as cooperativas, tanto na forma alternativa como na forma tradicional, podem ser

mecanismos de amaciamento dos conflitos entre capital e trabalho, causados pelo desemprego; elas podem ser modelos de cooperação subordinada, ou seja, na perspectiva de transformação do modo de produção capitalista, o objetivo do trabalho cooperativo não pode esperar que a organização de cooperativas, por si só, transforme as relações capitalistas.

Por isso, os movimentos sociais devem pensar formas diferentes de cooperativas, onde o trabalho, a participação de cada um e a apropriação dos excedentes produzidos sejam práticas comuns, ou seja, requerem muita formação a fim de incorporar os valores da cooperação fundada na propriedade dos meios de produção e na autogestão, direcionada para a solidariedade e a democracia. É preciso muita luta política, que pode estar associada a formas de organização econômica como alternativas de sobrevivência e como aprendizado para novas formas de organização e relacionamento, instituidores de uma nova cultura do trabalho e das relações sociais.

Deste modo, a educação para a cooperação está voltada para os princípios e marcos antes relacionados e refletidos. Por eles, passa a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, da fragmentação da produção e conseqüente perda do controle sobre o processo de trabalho, da separação produção e gestão, economia e política, política e técnica. A educação para a cooperação requer o compromisso com um projeto social em que a economia e a política estejam subordinadas aos anseios da população.

Os movimentos sociais, associações, cooperativas, todos os setores democráticos precisam tornar-se espaços de educação em seu sentido maior, onde possam gestar projetos de efetiva emancipação. Esta é uma tarefa estratégica na construção de novas relações sociais e da nova sociedade. Este projeto popular para os movimentos sociais só acontecerá com educação voltada para a ação transformadora, com sujeitos que saibam articular os fundamentos e os princípios filosóficos com a realidade, seus problemas e suas contradições com a prática. Nisso se faz necessária a qualificação para a articulação. A base

para esta qualificação é a prática social, os locais da vida dos agentes, que são espaços privilegiados de práticas educativas.

O Movimento encontra-se diante de diversos desafios, principalmente no que se refere à organização do setor de formação. Entre tantos, destacam-se os desafios em manter o trabalho de base, formando e informando o povo, incentivar a participação de jovens e mulheres, ampliar os cursos destinados aos militantes do MPA, trabalhar nas escolas rurais, ampliar a organização do MPA em outros municípios e estados, articular-se com outros movimentos sociais e entidades do meio urbano, etc.

Além destes desafios internos, o Movimento não pode deixar de encarar as possibilidades de humanizar as formas de viver. Como afirma Arroyo (2003, p.32-33), é difícil separar os processos formadores da consciência dos direitos. A formação humana é inseparável da produção mais básica da existência, do trabalho, das lutas por condições materiais de moradia, saúde, terra, transporte, por tempos e espaços de cuidado, de alimentação, de segurança. O aprendizado dos direitos vem das lutas por essa base material e os movimentos sociais têm mostrado isso através das formas como têm agregado e mobilizado pessoas em torno das lutas pela sobrevivência e pela terra. Diante do avanço da opressão e da exclusão, os movimentos sociais têm o desafio de retomar, com mais rigidez, a produção da existência enquanto matriz e princípio educativo.

Um componente que os movimentos trazem para o pensamento e a ação educativa é reeducar, colocando o foco nos sujeitos sociais em formação. Segundo Arroyo (2003, p.34), os movimentos sociais lembram sujeitos em movimento, em ação coletiva. São eles, os “*novos-velhos*” atores sociais em cena. Sujeitos coletivos históricos se mexendo, incomodando, resistindo. De alguma forma, o foco, tão centrado nas estruturas, nos aparelhos de Estado e suas políticas, teria desviado-nos dos sujeitos da ação social.

Para Paulo Freire (1981, p.39), a escola, oriunda e regida por princípios capitalistas, pouco ajuda, pois, a partir dela, a educação passa a reproduzir as desigualdades sociais. A sociedade capitalista fez com que a educação se estruturasse para consolidar a estrutura classista existente. Diante disso, Paulo Freire afirma que o trabalho educativo é uma forma de luta possível, entre outras práticas sociais, para a transformação da sociedade.

Os movimentos sociais camponeses vêem a educação não da forma capitalista, caudatária do processo de desenvolvimento, formadora de recursos humanos. Para os movimentos sociais, a educação não pode ser reduzida a uma relação custo benefício. Pensar em tal concepção significaria reforçar ideologicamente o caráter social e excludente do desenvolvimento. No centro das concepções dominantes, está a idéia de que a educação, por implicar custos financeiros individuais e sociais, deve ser medida, não pelo que significa para a sociedade, mas pelos ganhos que pode propiciar face ao uso alternativo dos recursos aplicados. Neste sentido, a educação é equiparada a qualquer outro investimento e sua avaliação não difere da avaliação de qualquer investimento material.

(...) acabou-se reduzindo a questão social e política da educação a uma questão de engenharia de produção, com minimização de custos e maximização de benefícios. Esvaziou-se a relação entre processo educacional e classes sociais, entre educação e dominação social. Com isso deixou-se de pensar a educação como processo social, determinado historicamente na e pela correlação entre as forças sociais dadas, suas necessidades e possibilidades de organização e participação (GRZYBOWSKI, 1986, p. 49).

Assim, para os movimentos sociais, a alternativa é pensar a educação como processo e prática social, atividade humana concreta e histórica, que se determina na relação social entre classes e se constitui, ela mesma, numa das formas concretas de tais relações. Pensar a educação a partir de sua determinação, das contradições sociais que delimitam as possibilidades e limites da produção e sistematização, apropriação e difusão do saber pelas diferentes classes. Ou seja, a educação deve ser pensada em relação à questão da elaboração e

apropriação de um saber social⁶⁰. Pelo saber social, é possível identificar-se, dar unidade a uma classe; de posse de elementos, torna-se possível inserir-se numa estrutura de relações sociais de produção, avaliando tais relações; numa expressão, a educação serve de instrumento de organização e de luta.

Deste modo, tal como afirma Grzybowski (1986, p.50-51), todo saber corresponde a determinados interesses e, por isso, contém nele mesmo uma questão de poder e de dominação. Lutar contra a monopolização, lutar por partilha e socialização é lutar contra a dominação. Isso é mais do que educação escolar. É educação na vida, no trabalho, pelas estradas da vida. Aliás, a própria educação escolar “(...) só é inteligível quando articulada à educação no trabalho e na vida, aos modos de inserção na produção social das diferentes classes e às suas organizações e ações coletivas” (GRZYBOWSKI, 1986, p.50).

A educação é campo social de disputa e, também, resultado desta disputa. Ou seja, as classes sociais na busca de hegemonia têm necessidade de elaborar e difundir concepções de mundo, conhecimentos, habilidades, padrões de cultura, projetos; tudo é feito conforme os seus interesses. Tais classes passam a criar práticas educacionais diversificadas e coerentes. O “saber social” desta classe é empregado em cada prática educativa, representando o saber adequado a interesses específicos desta mesma classe. A educação passa a ser o espaço onde as classes procuram apropriar-se de um saber adequado a seus interesses, provocando uma disputa por hegemonia, uma luta de classes sociais, devido ao confronto de interesses e posicionamentos.

Neste sentido, o saber universal, e pretensamente neutro, tem servido de instrumento de poder e dominação, ou seja, ao projetar a educação a ser oferecida aos segmentos sociais dominados para a obtenção de habilitações técnicas, procura adequá-los

⁶⁰ Saber social entendido como o conjunto de saberes, conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que são produzidas pelas classes, em uma situação histórica dada de relações, para dar conta de seus interesses e necessidades.

social e ideologicamente ao trabalho, dispensando educação de forma controlada, na medida das necessidades de formação de recursos humanos, de integração social. A educação, portanto, passa a ser pensada e utilizada como forma de disciplinar a reprodução social, o funcionamento da sociedade.

Para os setores populares, no entanto, a educação é compreendida como o desenvolvimento de potencialidades e apropriação de saberes sociais. Os oprimidos buscam na educação conhecimentos e habilidades para compreender e transformar o mundo, a realidade, para fazer valer seus interesses econômicos, políticos e culturais, isto é, a educação é pensada e praticada como possibilidade de fortalecimento de classe, de conquista de liberdade e autonomia. Do confronto entre estas concepções sai a educação que interessa aos camponeses. A educação transformadora é fruto e processo deste confronto.

E aqui, mais uma vez, colocam-se as tarefas, no presente e no futuro, da caminhada dos camponeses. Entre tantas, destacamos o compromisso de construção da educação explicitamente de classe, assumidamente comprometida com os interesses e necessidades dos grupos oprimidos. Este compromisso passa pelo fortalecimento político e implica amadurecimento e formulação de um projeto político ligado ao cotidiano local, mas que o ultrapasse na projeção de um horizonte social e coletivo mais amplo.

A educação popular, gestada nos movimentos sociais camponeses, quanto mais se revelará de classe, mais organizará e ordenará conteúdos, criará métodos numa perspectiva de construção da hegemonia do projeto político popular dos trabalhadores. Neste sentido, a tarefa é reforçar, pela educação, o poder popular. Para isso, faz-se necessário reforçar e incentivar o surgimento de práticas sociais, espaços onde os camponeses possam melhor aprender a organizar-se como classe.

A realidade camponesa ressenete-se destas práticas e do desenvolvimento destes princípios. Neste sentido, grandes desafios e muitas tarefas são postas à sociedade organizada.

Dentre as tarefas, a fundamental é resgatar os espaços de socialização para refletir e desenvolver a educação, pois estes espaços são o lugar mais palpável da existência de elementos populares; lugar de vida; síntese de muitas contradições; lugar essencial para iniciar a reflexão sobre processos mais gerais de conhecimento.

Disso decorre a preocupação em construirmos um processo de educação acessível a todos os camponeses, uma educação de qualidade e voltada aos interesses dos pequenos agricultores. É neste sentido que se coloca a tarefa de pensar a educação do campo, entendida como:

(...) a que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa. Ela constrói conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população. A sua localização é secundária, o que importa são suas proximidades política e espacial com a realidade camponesa (FERNANDES. 1999, p.65).

Pensar a educação do campo é assumir compromissos⁶¹, é pensar nos homens e mulheres que estão sendo criados pelos movimentos sociais. Ir além das escolas, ir até as relações sociais, de trabalho, à propriedade, aos valores que estão sendo destruídos ou recriados. É pensar que a educação a ser desenvolvida deve voltar-se para a cidadania⁶², para os direitos que estão sendo usurpados dos camponeses.

Os movimentos sociais nos colocam diante do terreno dos direitos, desenvolvendo a educação ligada à conquista dos direitos mais elementares. Para o mercado

⁶¹ 1) Vincular as práticas de educação básica do campo com o processo de construção de um projeto popular de desenvolvimento nacional; 2) Propor e viver novos valores culturais; 3) Valorizar as culturas do campo; 4) Fazer mobilizações em vista da conquista de políticas públicas pelo direito à educação básica do campo; 5) Lutar para que todo o povo tenha acesso à alfabetização; 6) Formar educadores e educadoras do campo; 7) Produzir uma proposta de educação básica do campo; 8) Envolver as comunidades nesse processo; 9) Acreditar na nossa capacidade de construir o novo; 10) Implementar as propostas de ação da conferência (Compromissos decorrentes da conferência de educação do campo. Por Uma educação Básica do Campo (Memória) Edgar J. Kolling, Irmão Néry, Mônica C. Molina (org.), Universidade de Brasília, 1999).

⁶² A educação para a cidadania não é aprendida na escola; na escola não se aprende cidadania, não se aprende a ser sujeito da história. Cidadania, ser sujeitos sociais se aprende nas práticas sociais, nos movimentos sociais. Quando alunos e professores se integram aos movimentos sociais eles possibilitam a aprendizagem dos direitos, se fazem sujeitos. Pensar diferente é mesmo que jogar água contra o vento.

não há exigência de educação em vista da conquista dos direitos. O mercado e as elites pouco se importam se a educação avança ou não, se tem ou não tem projeto, se é para defender a soberania ou o interesse próprio. O mercado, quando muito, interessa-se pela formação em vista da qualificação do indivíduo, tendo em vista aspectos econômicos de rendimento, além de fragmentar o trabalho e cumprindo uma função de reprodutor de diferenças. O campo, sim, é espaço educativo e exigente. Ele faz a vinculação com aquilo que é sonhado: vida digna e justa, sociedade democrática. Em outras palavras, os movimentos sociais vinculam educação e valores, cultura popular e formação humana. Eles representam uma nova consciência dos direitos (terra, trabalho, justiça, conhecimento, cultura, saúde, educação, etc.).

A educação desenvolvida pelos movimentos sociais está entrelaçada com a terra e com a vida. É uma educação que passa por experiências, vivências. A experiência do trabalho, da produção, do produzir-se como pessoa: *“O ser humano não produz somente alimentos, roupas, ele se produz na medida em que produz”* (ARROYO, 1999, p.26). Esta maneira de compreender, nos faz ver que *“as coisas”* são mais do que parecem: a terra, a produção, a cultura, a igreja, a universidade, etc., são mais do que parecem ser. Por estes meios e processos, os homens e mulheres constituem-se sujeitos culturais. Esta compreensão mostra que a educação a ser construída tem seu lugar na vida e *“nos espaços em que ela transita”*. Aqui, evidencia-se a tarefa dos movimentos sociais: vincular a vida e a educação ao mundo do trabalho, da cultura, da produção, da terra, da política. Como afirma Miguel Arroyo, a tarefa é colocar em prática o que muitas escolas e educadores não conseguem e que consta na LDN: *“A educação é o conjunto de processos formadores que passam pelo trabalho, pela família, pela escola, pelo movimento social, e acrescenta: Toda educação escolar terá que vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”* (ARROYO, 1999, p. 27).

Outra tarefa a ser enfrentada pelos movimentos sociais e, particularmente pelo MPA, é a superação da visão de que bastam as lutas, bastam as reivindicações, as

mobilizações e as conquistas econômicas. Para que educação, formação, pesquisa, conhecimento científico? O MPA e os movimentos sociais, além do que já estão fazendo, precisam superar esta visão paralisante e rotineira. A educação nos meios dos pequenos agricultores é uma necessidade crescente, precisa desenvolver-se para dar conta dos desafios e das novas demandas. Os pequenos agricultores estão lutando por liberação de mais dinheiro, mais crédito, mas eles querem e precisam mais: precisam de orientação, formação para melhor aplicar o crédito, para melhorar sua vida e sua propriedade, para interferir na sociedade. Eles lutam e conquistam dinheiro e terra, mas suas lutam vão além, referem-se à busca por tecnologia adaptada à pequena propriedade, que responda às demandas do mercado interno e de sua sobrevivência como camponeses.

Isso nos faz pensar sobre os técnicos enquanto educadores, suas relações e suas tarefas junto dos pequenos agricultores. É significativo o modo de ver e de se relacionar entre pequenos agricultores e EMATER nos municípios pesquisados.

Tab. 023: CONTRIBUIÇÃO DA EMATER NA FORMAÇÃO. Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai/ RS – 2003

q.33 Contribuição EMATER	Presente	Ausente	Total
Não ajuda	52,0%	48,0%	100,0%
Apoio	32,0%	68,0%	100,0%
Elaborar Projetos	24,0%	76,0%	100,0%
Depto Técnico	24,0%	76,0%	100,0%
Politicagem	24,0%	76,0%	100,0%
Buscar alternativas	12,0%	88,0%	100,0%
Conhecimentos	8,0%	92,0%	100,0%
Cadastros	8,0%	92,0%	100,0%
Informações	8,0%	92,0%	100,0%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUI – 2004.

Observa-se que para 52% dos pesquisados não há ajuda, ou seja, “*a EMATER não é parceira e participativa; está sempre querendo enrolar os pequenos agricultores, mais atrapalha do que ajuda, etc.*” (Pesquisa de Campo: depoimentos, questão 33), além de fazer politicagem (24%). Por outro lado, há reconhecimento de que ela poderá contribuir em muito na caminhada, ou seja, os pequenos agricultores afirmam que entendem sua importância: “*(...) foi parceira e organizadora, mas a gente não joga fora o prato que comeu; na busca de*

alternativas, na elaboração de projetos, assistência técnica, etc.” (Pesquisa de campo: depoimentos, questão 33). No entanto, a EMATER e seus agentes devem assumir uma nova postura de inserção, de conscientização, educadora. É necessário redefinir as concepções e as práticas de “serviço e assistência rural”.

Neste aspecto, Paulo Freire, mais uma vez, é referência. Para ele a ação do autêntico educador “(...) *deve ser a de comunicação, se quiser chegar ao homem, não ao ser abstrato, mas ao ser concreto inserido em uma realidade histórica*” (FREIRE, 1977, p.12). Já, a educação entendida como trabalho de “extensão”, segundo Freire (1977, p.12-13), engloba ações que transformam o camponês em coisa, objeto de planos de desenvolvimento que o negam como ser da transformação. É uma invasão cultural, atitude contrária ao diálogo, que é base de uma verdadeira educação. Assim, conhecimento, para Freire, não é o ato através do qual o sujeito, transformado em sujeito, recebe dócil e passivamente os conteúdos que o outro lhe dá ou lhe impõe. Conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo; requer ação transformadora sobre a realidade; demanda busca constante, invenção e reinvenção.

(...) no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em aprendido, com o que pode, por isso mesmo, re-inventá-lo: aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, aquele que é “enchido” por outros de conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a própria forma de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende (FREIRE, 1977, p.13).

Deste modo, para Freire, o educador técnico, agrônomo, líder não pode efetuar mudanças das atividades dos camponeses em relação a qualquer aspecto sem conhecer a sua visão de mundo e sem confrontá-lo em sua totalidade. O homem não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, pois ele é um “*ser-em-situação*” (FREIRE, 1977, p. 28). É ingenuidade pensar que se transfere conhecimento, deposita-se nos outros. No “que fazer” dos agentes também está a domesticação, a manipulação e a invasão cultural dos

conquistadores. Não é possível crer-se “agente de mudança”, sem empenho libertador, transformando os outros em objetos. Os camponeses são tão agentes de mudança quanto o técnico, o agente, o que afirma estar mais bem qualificado.

3.3 - Voltar a Ser Camponês

Vivemos dias de desagregação e crises. Despertar a consciência de que é possível construir uma nova sociedade e uma nova civilização é uma urgência que se impõe a todos. Nesta perspectiva, coloca-se a discussão de um projeto popular para o Brasil e do Brasil enquanto sociedade preocupada com os rumos da humanidade. Este é um projeto que tem de ser concebido neste espaço, que dê conta das diferentes questões da sociedade brasileira sem, no entanto, perder de vista as questões que tocam o próprio planeta.

No atual momento histórico, vivemos submetidos ao projeto elaborado pelas elites, sob a influência do capital internacional. É um momento de agravamento, segundo Benjamin (1988, p.131), é um momento de crise entre as várias que se espalham pelo mundo afora, em que as conseqüências são cada vez mais sentidas e visíveis: dificuldade de acesso à terra, preços e juros aviltantes, desemprego, fome, miséria, falta de moradia, de saúde, de educação, etc. Estes grandes problemas têm origens históricas e apontam para a concentração da riqueza, da terra e da renda, para a dependência externa, a dominação do capital financeiro, um Estado a serviço das elites, ao monopólio dos meios de comunicação e a invasão cultural, entre tantas outras causas.

A sociedade brasileira está vivendo uma época crítica. No longo prazo, sua sobrevivência depende da solução que for encontrada. Não estamos nos referindo a

uma conjuntura difícil, nem mesmo a uma crise econômica, mas a algo mais profundo: auto-estima, valores, destino, identidade diante de si e do mundo. De forma consciente ou não, seremos cada vez mais chamados a tomar decisões, num ou noutro sentido, que dizem respeito a uma pergunta decisiva: afinal, o Brasil tem sentido? As elites dizem que não. Nós dizemos que sim (BENJAMIN, 1998, p. 147).

O Brasil tem jeito, mas precisamos construir uma *opção*, “*retomar um projeto nacional*”, como nos diz Benjamin (1988, p.147). Ao pensar nesta opção e projeto, podemos usar e legitimar a ideologia dominante ou podemos confrontar e construir novas ideologias, a partir do campo popular. A partir de nossas escolhas, pensaremos em termos de bases produtivas, educação, construção da sociedade. Diante destas opções é que o MPA deverá posicionar-se e responder aos desafios colocados pela classe camponesa.

O MPA tem entre seus objetivos a construção de um novo projeto para a agricultura no Brasil. Este projeto a ser construído difere da proposta desenvolvida pelas elites econômicas do país, modelo que deita suas raízes no colonialismo. Se, para o MPA, a produção deve estar voltada ao abastecimento do mercado interno, oferecendo garantias para o agricultor permanecer na roça; na visão neoliberal, pensa-se o contrário: a agricultura deve estar voltada à produção para exportação, uma agricultura, portanto, sem compromisso e responsabilidade com o mercado interno.

Este projeto das elites, pelo seu caráter ideológico, coloca-se como obstáculo à emancipação camponesa. As razões situam-se em suas próprias características e em seu discurso hegemônico que consiste, fundamentalmente, na instauração do princípio da competitividade como organizador da vida social, econômica e política da sociedade.

Para os neoliberais, a vida sócio-econômica é vista como uma guerra, em que o mais competente, o mais forte, o mais capaz vence. Sendo assim, ele rompe com qualquer tipo de relação solidária e cooperada entre pessoas e grupos. Ele mina e quebra as relações sociais. Em seu discurso, reforça-se o capital, tudo é transformado em coisa, em objeto. Transforma a terra, o trabalho e as pessoas em mercadorias. Ao tratar assim as pessoas, o sistema quer dar a

entender: a pessoa vale enquanto é útil, eficiente e produtiva, ou vale pelo que possui. O ser humano, que é um ser de necessidades, passa a ser um ser de desejos.

Portanto, a vida sócio-política é reduzida ao aspecto econômico. Nisto, quantifica tudo e elege como critérios a eficácia, a qualidade total, a produtividade, etc. A partir desta visão, a ideologia dominante prega que a desigualdade sócio-econômica é natural. Para cada momento histórico, esta ideologia vai produzindo novas versões legitimadoras, atualizando suas estratégias para manter-se como sistema hegemônico, formulando saídas milagrosas, medidas assistencialistas e privatizantes, enfrentadas a miséria como marginalidades decorrentes do progresso econômico, resultado da dinâmica de reprodução do capital, etc.

No Brasil, segundo Cadoná (2002), o neoliberalismo ganha impulso a partir de 1993, através do processo de Revisão Constitucional, que apregoava os discursos e propostas privatizantes, de liberdade de mercado, de integração mundial e de modernismo, entendido como rompimento do estatismo, livre iniciativa e integração da economia nacional à mundial. Se no processo de elaboração da Constituição os movimentos sociais tiveram grande expressão, entretanto, na Revisão Constitucional, quem mais influenciou foi a burguesia organizada, apesar dos chamusques de um grupo de seus representantes corruptos (“anões do orçamento”).

Os objetivos da burguesia, basicamente, eram limpar a Constituição de 1988 “ (...) *de barreiras e amarras que limitavam o livre desenvolvimento das forças do mercado*” (CADONÁ, 2002, p. 134). No Rio Grande do sul a burguesia propugnava, “ (...) *através da revisão, retirar os obstáculos a uma maior internacionalização da economia, diminuir a área de atuação e responsabilidade do estado e podar excessos e as incoerências da legislação*” (CADONÁ, 2002, p. 143). E adiante, Cadoná complementa, dizendo: este afastar do Estado significava a privatização das estatais, a reforma administrativa em vista de reduzir o quadro

funcional e o fim da estabilidade no serviço público, concessão de serviços públicos à iniciativa privada, reforma tributária, transferências de funções da União para esferas estaduais e municipais, etc.

Em termos de projeto voltado para o campo, as elites sustentam o controle da produção e do mercado agrícola através das grandes empresas. Neste sentido, estamos verificando uma tendência à regionalização nos mercados dos produtos agrícolas e de alimentos, no abastecimento e nos preços, com a operação no mercado por conta de grandes empresas, com capacidade de abastecimento em nível nacional. Verifica-se que, neste projeto, existe grande estímulo às grandes fazendas de grãos voltados à exportação, verificando-se uma tendência de desenvolvimento mais intensivo nas regiões norte, centro-oeste e, mesmo, nordeste.

Isso significa que as atenções estão concentradas às áreas de mais fácil penetração do capital, implantando definitivamente o modelo do “agro-negócio”. Existem até estimativas: *“a área que mais vai crescer é a do agro-negócio. Temos 500 milhões de hectares para desbravar. Nenhum país do mundo tem esta situação”* (JN, 06/01/2004). Portanto, a pressão será, e já está sendo, por mais produção e mais atenção à infra-estrutura para escoar e exportar o agro-negócio.

Ao priorizar o agro-negócio, o projeto das elites opta pela seleção dos atuais pequenos agricultores, integrando-os na agroindústria. Em nome da qualidade, da competitividade, o processo seletivo está implantado, infiltrando-se no imaginário popular dos camponeses. Nas próprias regiões em que este processo já está implantado, ele tende a se redefinir em outros níveis de seleção e integração, buscando os micro-climas mais apropriados, definindo áreas específicas e de maior competência produtiva.

Nisso, os liberais e seus governos já fizeram sua escolha: priorizaram o capital e a tecnologia. Neste contexto, o tamanho das lavouras, o aumento do número de

estabelecimentos e a questão agrária não são mais lutas importantes sob o ponto de vista das elites. O fundamental é a tecnologia e o capital, com a implantação da “*agricultura científica*”, empresarial, “*familiar moderna*”. O acesso à terra mediante a desapropriação e o assentamento de famílias para criação de novos agricultores passa a ser uma política atrasada e superada.

O próprio Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)⁶³ traz esta discussão embutida. Uma das mudanças significativas do novo manual 2004 do PNCF foi a atualização dos tetos para concessão do crédito fundiário e o aumento da renda familiar máxima, que era de R\$ 4,8 mil e que agora foi fixada em R\$ 5,8 mil anuais. Pelas novas regras, as áreas de proteção ambiental não podem ser comercializadas e as famílias beneficiadas pelo crédito fundiário passarão a contar com assessoria técnica. A outra mudança é que a juventude rural passará, a partir de agora, a ter acesso ao programa “Primeira Terra”⁶⁴.

A discussão política, no entanto, ganha novos ingredientes com os movimentos sociais e a CPT, que não concordam com a visão governista, pois entendem que o programa Primeira Terra, como a base do plano de reforma agrária do governo Lula, são opostos de uma reforma agrária real. A posição dos movimentos sociais e da CPT é que o programa Primeira Terra causa desagregação familiar, pois será feita uma divisão dentro do assentamento, além do que, as terras também serão compradas.

⁶³ O PNCF é uma ação complementar à reforma agrária, já que se destina à aquisição de áreas inferiores a 15 módulos fiscais e que, conforme a Constituição Federal, não podem ser desapropriadas, mesmo que sejam improdutivas. Isto, segundo sua intenção, amplia o acesso a terra, possibilitando que trabalhadores rurais sem terra ou com acesso precário a terra adquiram áreas para trabalhar onde, por exemplo, devido a estrutura fundiária da região, a ação de desapropriação para fins de reforma agrária é muito limitada.

⁶⁴ O programa Primeira Terra é uma linha de financiamento para aquisição de terras voltada para atender à demanda de jovens trabalhadores rurais sem terra, de filhos de agricultores familiares e de jovens oriundos de escolas agrotécnicas, escolas familiares rurais, casas familiares, casas por alternância e outras, na faixa etária de 18 a 24 anos e que desejam permanecer no meio rural. Para o governo "o programa é de fundamental importância no sentido de se começar a resolver a questão do ordenamento agrário no país, promovendo a fixação do jovem rural no campo, diminuindo, assim, o êxodo rural e a concentração fundiária por falta de sucessão na agricultura familiar".

O movimento camponês é totalmente contra o crédito fundiário, já que ele inviabiliza os projetos de reforma agrária e promove a privatização da terra. A compra e a venda de terra não é reforma agrária. O crédito desarticula e compromete a autonomia dos trabalhadores, promove a super-valorização do mercado de terras e leva ao endividamento dos camponeses beneficiados, Ou seja, a reforma agrária propugnada pelos movimentos sociais camponeses (MST/MPA) têm uma essência política, enquanto que a reforma agrária que está sendo desenvolvida neste momento e com este governo têm uma essência marcante mais de cunho econômico.

Para os movimentos sociais, o instrumento legal da reforma agrária é a desapropriação de terras e não o acúmulo de latifúndio, pois, se um latifundiário vende suas terras ao governo brasileiro, que paga à vista com dinheiro público, termina adquirindo capital para formar latifúndio em outro lugar. Quem acaba ficando com a dívida são os trabalhadores. Reforma agrária é a socialização, a democratização da terra e isso só pode acontecer usando-se o instrumento legal, que é o artigo 184, capítulo terceiro da Constituição.

Outro aspecto do projeto das elites trata da preocupação em diminuir a mão-de-obra na agricultura, embora as expectativas e discursos ligados ao agro-negócio mencionem emprego agrícola. Os relatos recentes da CPT e de outros movimentos parecem apontar para outras tendências. Há previsões de que, nos próximos dez anos, a população no meio rural passaria a ser de 8% do total da população do país; algo ideal para os defensores do agro-negócio e do projeto neoliberal, além de mostrar que é no agro-negócio que se concentra a violência contra os camponeses, a exploração, a nova etapa de crescimento do capitalismo. Portanto, mais mão-de-obra não significa melhores condições de trabalho, nem de renda, nem justiça.

O próprio serviço agrícola, nestes últimos anos, foi abandonado por parte do poder público. Gradualmente, foi sendo promovido seu desmantelamento, com a participação

do Estado cada vez mais reduzida, seja através das políticas agrícolas clássicas (preços, crédito rural, etc.), seja através de organismos públicos de apoio ao agricultor, com assistência técnica, pesquisa agropecuária, organização da armazenagem, etc. Mas, este desmonte já vem de mais tempo, aliás, vem desde sua concepção, como já afirmamos em outros momentos, e foi se dando como parte dos projetos de privatização das elites dominantes.

Do modo como se apresenta o projeto do capital, duas mudanças impõem-se ao modelo de produção e de vida dos camponeses: o abandono da produção de subsistência, voltada ao mercado interno, destruindo a estrutura produtiva que dá base para a auto-sustentação e impondo uma estrutura produtiva voltada para a monocultura e a exportação. Estas duas mudanças incidem, culturalmente, no modo de pensar e de agir dos camponeses.

As elites e seus representantes, através dos meios de comunicação, empresas de assistência técnica, cooperativas, escolas, políticos, empresários, projetam uma falsa idéia de modernidade, para a qual ser moderno é abandonar a produção de subsistência e voltar-se para a produção de mercado. Com isso, os pequenos agricultores passam a depender em quase tudo para a sua produção (para comer, produzir, vender). Este projeto leva a um processo de desaprender a produzir alimentos, conservar as próprias sementes, controlar insetos e pragas com recursos da própria natureza, fazer melhoramento de raças com os próprios animais. Na verdade, os camponeses foram e continuam sendo roubados em seus conhecimentos e em sua sabedoria sobre a produção.

Para César Benjamin (2000), as elites neoliberais pensam em não mais precisar de projetos, quando consumarem-se seus planos, pois o futuro seria comandado por um mecanismo automático, impessoal, neutro, o mercado, definido pelas suas regras. Para tanto, o próprio aparelho estatal precisaria ser transformado, assumindo o papel apenas de regulador das regras (um Estado mínimo), embora, reconhecidamente, as suas empresas não sobrevivam sem organização, sem projetos, sem a presença e apoio do Estado.

As elites querem que o povo não pense e não se organize, não sonhe e não lute. Aliás, desde o período colonial, as elites deste país conseguiram produzir e reproduzir historicamente uma cultura de submissão, que perpassa todas as classes e setores da sociedade. Ela fez vigorar a crença de que há um só pensamento, um único caminho a ser seguido, sem possibilidades de construção de alternativas.

Para as classes camponesas, a transformação do sistema de agricultura vigente é uma exigência. O MPA propõe partir desta possibilidade: é necessário e possível mudar, construir um novo caminho, pois os camponeses precisam de um novo projeto. Em cada momento histórico, a sociedade deve estabelecer seus objetivos e organizar-se para atingi-los. O projeto organiza e direciona o esforço criativo das pessoas, isto é, “(...) *nós defendemos que a sociedade, como um todo, deve construir um projeto que organize o uso de sua capacidade criativa e produtiva, tendo em vista atingir um futuro desejado*” (BENJAMIN, 2000, p.17).

Do embate entre as propostas, está o futuro das classes populares camponesas, um futuro que deve ser construído, pois ele não é fruto de um caminho lógico, pré-determinado. Ou seja, não há modelo pronto, por isso é que as lutas devem significar uma constante retomada de construção de projeto popular. Neste sentido, a Semana Social Brasileira (Goiânia, 2004) fez uma provocação para que juntemos forças na “*empreitada*” para redefinir e reconstruir o projeto e o papel do Estado, a partir das classes populares organizadas e de suas iniciativas (criando e participando em diversos conselhos, orçamento participativo, economia solidária, etc.).

Esta discussão provocada pela Semana Social já vem de mais tempo. César Benjamin, a partir de diversos encontros e debates, sintetizou as diversas vozes através do livro “*A opção Brasileira*” (1998). Decorrentes destas discussões, encontros e teorizações, foram elaborados indicativos, ou seja, compromissos básicos para a construção de um projeto popular para o Brasil:

- 1) compromisso com a soberania, com vistas a recuperar para o Brasil a capacidade de decidir aqui o que é bom para o povo brasileiro e não depender de decisões que vêm de fora do país;
- 2) o compromisso com a solidariedade, visando à construção de uma sociedade com base em novos valores, onde não haja excluído, mas distribuição de renda, riqueza, de poder e de cultura, uma nação de cidadãos;
- 3) o compromisso com o desenvolvimento, não dependendo do capital financeiro internacional, mas desenvolvendo a produção de acordo com as nossas capacidades e necessidades. Isso significa romper com as tiranias;
- 4) o compromisso com a sustentabilidade, com vistas às novas gerações, não exterminando com os bens da natureza. Isto significa colocar a pessoa humana no centro do desenvolvimento, rompendo com modelos externos impostos;
- 5) o compromisso com a democracia ampliada, ou seja, mudando o sistema político brasileiro, ampliando os espaços de participação das pessoas, garantindo dignidade para todos. Isto significa, segundo Kolling (1999, p.53) “(...) *assumir a democracia como método e meta, forma e conteúdo, processo e projeto*”
- 6) por fim, o compromisso com a soberania alimentar, isto é, com comida suficiente e estocada, com uma política nacional de produção que garanta alimentação suficiente para atender a todas as necessidades da população. Basicamente, isto significa uma política alimentar caracterizada como:
 - estável – para enfrentar situações de baixa produção, com política de estoques;
 - autônoma – com auto-suficiência nacional de alimentos básicos;
 - sustentável – garantindo o uso permanente de recursos naturais;
 - justa e igualitária – garantindo o acesso de cada cidadão ao mínimo que uma pessoa precisa para alimentar-se bem;

- variada – garantindo uma alimentação equilibrada e nutritiva.

Em suma, uma alimentação limpa e saudável, livre de veneno, hormônios artificiais e antibióticos, produzida ecologicamente. Mas, para que não seja apenas mais um programa (“*um a mais entre tantos que estão sendo vendidos*”), faz-se necessária organização popular, redefinição do papel do Estado, construção de novas práticas e relações.

Para concretizar esses compromissos é preciso valorizar nossa população e nosso patrimônio natural e social e propor um projeto que reorienta a economia, redistribua os recursos, redefina os direitos, reinvente as instituições e altere a forma e o conteúdo do exercício do poder (KOLLING, E.; NÉRY; MOLINA, M. C., 1999, p.53).

O MPA tem consciência destes compromissos e sabe que o campo tem muito a contribuir nesta tarefa de construção. O Movimento coloca-se diante das opções e dos projetos: capitular, deixar-se expropriar, tornando-se assalariado ou iniciar novas lutas pela terra, consolidando a agricultura camponesa? Incorporar-se ao sistema, ficando ao sabor das decisões de empresários e do capital ou transformando-se por meio da cooperação, da solidariedade, mantendo as relações camponesas de trabalho, reorganizando-se, desenvolvendo suas experiências, procurando construir novas saídas voltadas ao auto-sustento?

Diante destas opções, o Movimento organiza os trabalhos de formação, de organização, associações, cooperativas, espaços diversos de educação. Para atender à grande demanda, produz uma variedade de subsídios e cartilhas, apontando critérios, sugestões propostas concretas para a construção de alternativas em vista do projeto popular. Nos grupos e nas diversas atividades, a discussão está se desenvolvendo, priorizando questões práticas como:

- transformar as raças animais de alta genética, muito caras e muito vis para as doenças e com alto custo de manutenção⁶⁵.
- transformar a adubação química, cara e que tem aumento crescente, e, mesmo assim, enfraquece a terra e dá lucro somente para fábricas e revendedores;
- transformar o controle de ervas daninhas e insetos baseado, exclusivamente, em venenos químicos produzidos por multinacionais e que envenenam os alimentos, a terra, as águas e estragam a saúde dos camponeses e consumidores de alimentos;
- transformar a monocultura, que está levando à especialização em produzir um só produto, ou no máximo dois. Isto gera dependência, além de enfraquecer a terra, aumentando o número de pragas e ervas daninhas que, por sua vez, levam ao uso de mais adubos e mais venenos⁶⁶;
- transformar a questão das sementes híbridas e selecionadas, bem como as sementes transgênicas e os equipamentos de alta precisão, que fazem dos camponeses escravos e dependentes de uma tecnologia controlada por grandes grupos multinacionais⁶⁷.

Estes são alguns dos compromissos de luta nas várias frentes de trabalho do Movimento. Ele não se furta diante destes desafios, pois entende que não se colocar em luta

⁶⁵ Nas propriedades dos pequenos agricultores do MPA a produção animal é variada e de pequeno porte (cf. Anexos: Tabelas 26 a 32) destacando-se as produções do gado leiteiro, suínos, aves, peixes, destinados no geral ao consumo familiar (subsistência) e ao comércio, o excedente produtivo e os derivados da produção.

⁶⁶ A produção nas pequenas propriedades é diversificada, tendo em vista que as propriedades são pequenas e voltadas à subsistência e ao consumo interno (cf. Anexos: Tabela 26, 33 e 34). Além dos produtos de origem animal, destaca-se outros: os produtos das pequenas hortas e pomares, destinados ao consumo familiar e algum excedente para o mercado (compotas e conservas, doces, etc.).

⁶⁷ A pesquisa realizada com os líderes do MPA ajuda a entender o que se passa dentro do Movimento em relação às sementes (cf. Anexos: Tabelas 21 à 25). O que se observa é que as sementes transgênicas é questão mantida sob controle no movimento (apenas 4% afirmam usar sementes transgênicas). No geral as sementes são convencionais (91,7% das respostas validas), de origem adquirida no comércio (68% do milho, 32% do soja, 24% do trigo, que por sinal é muito pouco plantado nas propriedades). Em relação as sementes crioulas: o produto que se destaca é o feijão, onde 52% afirmam utilizar sementes próprias. E chama nossa atenção que 32% utilizam sementes próprias da soja, o mesmo índice das compradas.

significa admitir, passivamente, a possibilidade do desaparecimento da agricultura camponesa.

Diante do projeto hegemônico, o Movimento coloca a educação como tarefa indispensável. No Encontro Estadual (Santa Cruz, 2002), depois retomado no Encontro Nacional (Rondônia, 2003) esta preocupação com a educação ganhou contornos de urgência diante dos rumos da agricultura camponesa. A partir destes encontros, o Movimento passa a compromete-se em desenvolver atividades com ênfase ao envolvimento massivo dos camponeses no processo de tomada de decisões, nas lutas e negociações. A formação passa a contemplar as dimensões organizativas, política, ideológica e técnica. Uma formação que é feita a partir das práticas concretas e da participação ativa dos envolvidos, respeitando o acúmulo de experiências já existentes nas comunidades, municípios e estados.

Deste modo, a educação passa a ser vista como uma ferramenta de construção coletiva das decisões, como elemento fundamental para construir e fortalecer os princípios comuns que dão unidade e autonomia ao Movimento. Em qualquer canto, nos grupos e comunidades, nos encontros e acampamentos, algo vai sendo construído: o consenso de que é preciso mudar a forma de pensar e de agir. E estas mudanças só acontecem com formação e educação, isto é, aprendendo de novo, não ficando preso nas mãos dos grandes, tomando nas próprias mãos as rédeas da produção. Estas passam a constituir as tarefas essenciais no presente e no futuro do Movimento.

Como não se trata de qualquer formação e educação, nem de qualquer trabalho e produção, no projeto de agricultura popular é preciso recuperar as formas perdidas, sem deixar de praticar as atuais formas de desenvolvimento. Isto significa conversões, muito trabalho e persistência. Dentre tantas atitudes que devem ser recuperadas, destaca-se a atitude de voltar a ser pesquisador da natureza, isto é, não ser apenas consumidor de receitas e insumos, operador de máquinas e de tecnologias que vêm de fora.

O “*ser mais*”, para o MPA, é garantir a produção de subsistência. Isso não significa remar contra a correnteza neoliberal? Certamente! O momento histórico dos camponeses tem como objetivo e desafio a resistência na terra, não deixando de ser camponês, não deixando que o capitalismo arrase o que foi construído ao longo de tantos anos. Para tanto, o primeiro passo desta luta é produzir de tudo na própria terra, com custo barato, para comer bem, não depender da compra de alimentos no mercado. Aliás, a tabela abaixo é ilustrativa, expressando a real finalidade da produção incentivada nos meios dos grupos dos pequenos agricultores.

Tab. 024: FINALIDADE DA PRODUÇÃO NAS PROPRIEDADES dos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

q.11 PRODUÇÃO ANIMAL	G leite	Suínos	Aves	Hortig	Cítricos	G. corte	Peixes
Consumo próprio	36,0	56,0	56,0	56,0	36,0	36,0	16,0
Consumo / Comercialização	20,0	12,0	4,0	4,0	12,0	8,0	
Consumo / Derivados	12,0	8,0	12,0	4,0	8,0		
Comércio de Derivados	4,0						
Derivados / Comercialização	4,0						
Cons. / Derivados / Comercial.	4,0		4,0				
Comercialização					8,0		4,0
Total	80,0	76,0	76,0	64,0	64,0	44,0	20,0

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Junto destes produtos, somam-se outros de origem vegetal, produtos para o consumo (cf. tabela 025), como o milho, feijão, mandioca, amendoim, etc. Entretanto, este voltar a ser camponês não significa abrir mão de produzir também para o mercado alguns produtos rentáveis (soja, fumo, cuia, cana, etc.). O MPA tem clareza sobre a relação produtiva: nem só produzir para o mercado, pois criaria dependência e certos vícios, mas também não só produzir para o consumo, isto poderia acomodar e instalar os pequenos agricultores.

Como este modelo produtivo é algo a construir, o MPA, em sua função e relação pedagógica, propõe algumas tarefas para garantir a produção, desenvolver e consolidar a agricultura camponesa.

Uma das primeiras tarefas é a de produzir, na pequena propriedade, “*de tudo*” para comer bem, ou seja, a produção deverá ser diversificada, uma comida saudável e variada,

sem depender dos mercados. Não se descarta a produção de alguns produtos que proporcionem boa renda diante de sua demanda no mercado, tal como o soja, fumo, cítricos e outros destinados ao mercado, mas com tecnologias de baixo custo e que dependam o mínimo possível das grandes empresas agroquímicas e seus produtos. Esta tarefa está sendo desenvolvida nos espaços do MPA. Nas propriedades dos pequenos agricultores participantes da pesquisa, os produtos de subsistência e consumo interno predominam, como podemos observar pela tabela abaixo.

Tabela 025: RELAÇÃO DE PRODUTOS / DEDICAÇÃO AO CULTIVO pelos LÍDERES. Pesquisa MPA - Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai – RS – 2003

q.10 PRODUÇÃO VEGETAL	Presente	Ausente	Total
Milho	100,0%		100,0%
Feijão	68,0%	32,0%	100,0%
Soja	68,0%	32,0%	100,0%
Trigo	24,0%	76,0%	100,0%
Fumo	24,0%	76,0%	100,0%
Cana	24,0%	76,0%	100,0%
Cuia	4,0%	96,0%	100,0%
Amendoim	4,0%	96,0%	100,0%
Aipim	8,0%	92,0%	100,0%
batata doce	8,0%	92,0%	100,0%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado em Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Portanto, alguns produtos cultivados e destinados ao consumo interno e de subsistência, outros são destinados ao mercado, junto com o excedente dos produtos de subsistência. Estes produtos destinados ao mercado significam produtos complementares da economia familiar.

Nas pequenas propriedades a produção é diversificada, com tecnologias simples, sem muito amparo, sujeita a todos os tipos de intempéries (“do céu e da terra”), por isso mesmo, com uma produtividade considerada baixa, quando comparada com propriedades integradas ao sistema “pequeno agricultor, grandes negócios” (cf. Anexos: Tabela 20). Isto comprova algumas das características das pequenas propriedades: pequena produção, diversificação de culturas, produção não só para o consumo, nem só para o mercado, conforme a proposta do projeto popular para a agricultura camponesa, referida anteriormente.

Simultaneamente, aliada à primeira tarefa, torna-se indispensável a mudança do sistema tecnológico, saindo da agricultura química e apostando na agricultura ecológica. Isso significa mudar o sistema de produção, ou seja, sair do sistema hegemônico, sistema das multinacionais. Já está em construção esta nova forma de produzir, rompendo as dependências.

Muitos pequenos agricultores, organizados em grupos, associações e cooperativas populares, não entraram ou se libertaram da lógica das multinacionais e da modernização conservadora. Estes camponeses têm um horizonte mais delimitado diante das exigências contemporâneas. É só organizar e melhorar o que já fazem, deixando de lado alguns vícios da agricultura, como queimar a palha da resteva, queimar matas, acreditar que as sementes ou raças crioulas são inferiores, etc. Estas comunidades e estes camponeses organizados preservam as raízes da agricultura, são importantes para o projeto popular, pois conservam enorme quantidade de variedades, grande sabedoria sobre as plantas e a natureza.

Mais especificamente, o projeto popular desafia a desenvolver ao menos três pilares básicos, trabalhando para que aconteçam algumas mudanças fundamentais, sem as quais não haverá transformações sociais significativas para o campo e a sociedade como um todo:

- 1) primeiramente, destaca-se a tarefa de mudar o modelo tecnológico, ou seja, lutar por um modelo de agricultura que recupere e conserve as águas, a fertilidade natural do solo, produza alimentos limpos e saudáveis, use mecanização leve, diversifique a produção e controle as pragas e inços de forma natural, etc. Significa os camponeses controlando a sua produção e a tecnologia produzida;
- 2) em segundo lugar, se faz necessário mudar a estrutura das propriedades, ou seja, não é possível projeto popular de produção agrícola sem uma profunda e corajosa reforma agrária. A democracia passa pela democratização da propriedade da terra e dos meios de

produção na agricultura. Distribuir a terra, entre tantas coisas, é distribuir poder, fortalecer o modelo de agricultura camponesa cooperativada, criar novas alternativas de emprego, aumentar a oferta de alimentos, distribuir renda, etc. Nesta perspectiva é que se defende um tamanho máximo de propriedade de terra; acima deste máximo, todas as terras de latifúndios devem ser desapropriadas e distribuídas;

- 3) também se faz necessário mudar a organização da produção, ou seja, superar o individualismo e isolamento dos camponeses. Isso significa produzir, juntar forças, associar-se para fazer investimentos conjuntos, diminuindo os custos, trocando experiências, obtendo e usando meios de produção que, individualmente, são inviáveis. É ir além, significa controlar e usar tecnologia adequada, industrializar, organizar-se para implantar agroindústrias, deixando de ser produtores só de mercadorias simples, mas beneficiando produtos para colocar no mercado, gerando renda e emprego.

Estes pilares de luta já estão em desenvolvimento. As experiências dos grupos do Movimento caminham na direção da economia solidária, constituindo associações, cooperativas e outras iniciativas coletivas. Os pequenos agricultores reafirmam suas perspectivas e depositam suas esperanças nestas vias alternativas.

No universo dos líderes pesquisados, em relação à economia solidária, 52% declararam conhecer, afirmando que já estão em desenvolvimento ações a partir desta proposta, como práticas de trocas, ajuda mútua, divisão de tarefas e lucros, trabalho em grupo ou condomínio, etc. Os pequenos agricultores reconhecem a importância da economia solidária como formas e relações sociais alternativas ao projeto capitalista (cf. Anexos: Tabelas 66 e 67). É preciso reconhecer que há, ainda, muita incompreensão e desconhecimento sobre os reais motivos dos programas da economia solidária. A visão camponesa está em formação e é preciso que os “representantes e mediadores populares” redefinam seus discursos, voltem-se para as bases, articulem melhor sua comunicação, pois

muitos projetos e programas não chegam até as bases ou, se chegam, “*caem de pára-quadras*” ou deturpados.

Em relação às associações, sentimos que está acontecendo algo de novo, com maior participação e compreensão entre os camponeses (cf. Anexos: Tabelas 68 e 69). Dentre os pesquisados, 72 % dos grupos e municípios contam com associações (crédito, comercialização, leite, sementes, etc.). Estas associações são fundamentais dentro de uma proposta de agricultura cooperada, baseada na economia solidária, diante dos insuficientes recursos disponíveis e das exigências que são impostas pelo mercado. Reunidos em associações, os pequenos passam a contar com novas alternativas para armazenar, lavrar suas terras com pequenos tratores, recolher leite, fazer suas casas, colocar, diretamente, sua produção no mercado consumidor, etc.

Ao lado das associações, o surgimento de pequenas cooperativas, ainda embrionário na maioria dos pequenos municípios, é fundamental na reconstrução camponesa. Encontramos 48% dos pesquisados na situação de “sócios” de cooperativas (cf. Anexos: Tabela 80). A questão “38”, proposta através do questionário, em sua ambigüidade, levou os líderes a se posicionar e a diferenciar as cooperativas existentes em seu meio (cf. Anexos: Tabela 81). As respostas de alguns se refere às cooperativas tradicionais (“*nossas cooperativas só tiram lucro dos agricultores; deve estar voltada aos agricultores e não para a exploração; sendo ela voltada aos pequenos seria importante*”, etc.). Para outros, as respostas se referem às pequenas cooperativas, articuladas pelo MST e MPA, tal como a CREHNOR⁶⁸, que segundo os pequenos agricultores, são importantes e exercem seu papel em: “*baratear o preço dos insumos e pagar preços justos; uma parceira para o desenvolvimento; comprar e vender em grupos; orientação e assistência técnica; para*

⁶⁸ CREHNOR – Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandí Ltda. É uma cooperativa de crédito, criada e dirigida pelos pequenos agricultores e assentados, vinculada ao MST e ao MPA. Seu objetivo: facilitar o acesso ao crédito dos camponeses organizados. Este sistema já existe em muitas regiões e almeja estabelecer uma rede nacional nos próximos anos.

fortalecer a organização” (Pesquisa de campo: depoimentos, questão 39). A partir da diferenciação entre concepções e práticas das cooperativas, os entrevistados destacam a existência ou não de trabalho conjunto com o MPA. Com as cooperativas em que há relação de afinidade e articulação conjunta, destaca-se a comercialização, o patrocínio de programas, crédito, investimento, produção orgânica, planejamento da produção e outras atividades que ocorrem em comum(cf. Anexos: Tabela 82).

Assim, os pequenos agricultores, ao apostar nestas novas formas de organização ou na atualização destes espaços, estão dia após dia melhorando e aparelhando-se. Com certeza, constituirão alternativas de produção, organização e de projeto para a sociedade.

Na construção deste projeto, muitos problemas e dificuldades deverão ser enfrentados e superados. Além dos que já foram destacados em momentos anteriores, pensamos que é necessário repensar e rever a questão da divisão social do trabalho, tendo em vista bases mais igualitárias nas relações sociais. A pesquisa de campo (cf. Anexos: Tabelas 10 a 17) colocamo-nos diante de algumas destas inquietações.

Em relação aos homens, que afirmam trabalhar em todos os serviços, percebemos que os mesmos mantêm o controle das atividades tradicionais da família, com pouca abertura para campos de “*atividades não estritas de homem*”, como serviço doméstico, horta, ordenha, etc. No campo ainda os homens são “*cabeças do lar*”. As mulheres, por sua vez, fazem-se presentes numa gama diversa de atividades, exercendo uma sobrecarga de trabalhos, tais como: serviços domésticos, ordenha, lavoura, horta, alimentação, cuidado dos filhos, etc., demonstrando quanto ainda há de se fazer para que elas tenham voz e vez nas famílias e na sociedade.

Homens e mulheres, em linhas gerais, não consideram as práticas no Movimento como serviços, trabalhos. Nisto constata-se a dicotomia entre trabalho

braçal/manual e trabalho intelectual. Por outro lado, se as práticas, no Movimento, não são consideradas trabalho, a conclusão, para muitos, é: “não são prioridade; a gente vai se sobrar tempo, quando não atrapalham as atividades normais do cotidiano na propriedade”. Diante disso, qual é o espaço e a importância dada ao Movimento?

No que tange aos filhos e filhas, há certa desconsideração quanto ao trabalho e à participação no Movimento. O espaço que está sendo dado aos jovens nas famílias e nas comunidades é algo a ser pensado, pois, por um lado reclama-se da juventude, por outro, não se confia e não se valoriza o trabalho e o lugar dos filhos na economia e na responsabilidade familiar e comunitária.

Embora esteja ausente da pesquisa informações sobre índios e negros, destacamos que nestas regiões estes setores camponeses se fazem presentes e aspiram espaços de maior emancipação. Nas regiões pesquisadas, sobretudo no Médio Alto Uruguai, se encontram numerosas comunidades indígenas, enfrentando problemas de toda ordem, como discriminações, terras invadidas, roubos de matas, violência sexual, desleixo no que se refere ao transporte, saúde, educação, assistência técnica e busca de alternativas econômicas para a sua reprodução. São povos que não fazem parte das políticas públicas municipais, abandonadas a própria sorte. Ao lado dos índios, a presença dos negros e caboclos também é uma realidade. Estes, expulsos de terras e concentrados em vilas insalubres, ou residindo em pequenas propriedades, vivendo como agregados ou ribeirinhos, são explorados, inclusive por pequenos proprietários, colocando seus filhos e filhas no mercado de trabalho, como diaristas e “marinetes” (domésticas). Índios e negros, caboclos da região, impossibilitados em exercer a cidadania, passam a ser considerados como improdutivos, descartáveis, massa de manobra. A propósito, a observação da professora Marlene Ribeiro é pertinente: *“as fronteiras agrícolas justificaram, em todas as regiões, a expropriação de terras indígenas, de negros e caboclos libertos, com a justificativa de que os colonos trariam a civilização, a modernização da*

agricultura e uma produção voltada e direcionada ao mercado” (cf. Parecer de Banca, 06.08.2004). Na verdade, nosso chão ainda é marcado pela ideologia racista, onde cultura, trabalho, religião, hábitos e valores, para que sejam verdadeiros, devem ser de origem branca, européia e cristã. Neste mascaramento da realidade se justifica o fim das reservas dos índios, o aproveitamento de suas terras para lavouras, pensa-se nos índios como diaristas e assalariados, se catequiza, distribuindo sacramentos “*a granel*”. E com os negros, nega-se a sua existência, minimiza-se a sua importância.

O projeto popular, defendido pelos setores camponeses para a agricultura, tem diante de si o desafio de superar, de forma criativa e articulada, estes problemas internos, como os externos. Para o MPA, é preciso encontrar formas de organização com vistas a concretizar o seu projeto. Estas formas não são dadas, não estão acabadas. O Movimento, articulado com outras forças sociais e populares, coloca-nos diante de indicativos, que nos ajudam nesta tarefa de concretização do projeto: a organização política, que significa a massificação e o fortalecimento dos movimentos sociais populares e a organização econômica, que significa formas de cooperação, associações, cooperativas populares, ou seja, novo tipo de economia.

Em todo este processo, o Estado, com certeza, tem importante papel. Ele precisa apoiar e proteger os agricultores, estimular o desenvolvimento do meio rural, implementando medidas, políticas públicas⁶⁹ voltadas aos interesses das camadas populares. Para os camponeses, as políticas públicas não devem insistir numa postura dicotômica entre rural e urbano. Antes, devem ser adotadas políticas específicas para romper com o processo de discriminação, fortalecer a identidade cultural negada a diversos grupos, garantir atendimento diferenciado ao que é diferente. Entre as políticas públicas mais urgentes e reivindicadas pelos setores camponeses, destacam-se:

⁶⁹ Políticas públicas entendida como o conjunto de ações resultantes do processo de institucionalização de demandas coletivas, constituída pela interação Estado-Sociedade.

- crédito subsidiado para custeio, investimento, para projetos integrados, agroindústrias. Mas um crédito com acesso fácil e desburocratizado;
- seguro agrícola para dar segurança de renda e proteção aos agricultores nos problemas de clima. Este seguro, acabou de ser aprovado, já é conquista, mas precisa ser melhor discutido com os movimentos sociais e setores camponeses;
- assistência técnica gratuita, paga pelo governo e com controle social, junto às comunidades;
- pesquisas agropecuárias públicas e sob controle público, que garantam a independência tecnológica do Brasil;
- empresas públicas fortes para resolver os principais problemas da agricultura, pesquisa e armazenamento;
- políticas de preços que garantam o retorno dos custos de produção e a renda do agricultor;
- controle de importações agrícolas, isto é, só importar o que não temos condições de produzir aqui;
- política industrial para a mecanização agrícola, com a fabricação de máquinas e implementos adequados à agricultura familiar;
- formação profissional de agricultores e técnicos, direcionada ao desenvolvimento da agricultura agro-ecológica;
- políticas de abastecimento da população urbana, estimulando cooperativas de consumo e formas alternativas de abastecimento popular;
- superação do analfabetismo de adultos e de jovens, garantindo a todos o acesso a uma escola pública, gratuita e de boa qualidade, de gestão democrática nos diversos níveis, colocando como horizonte a demanda do ensino superior;
- melhoria das condições de vida no meio rural, com acesso à saúde, à educação e aos bens culturais da civilização.

Em suma, o MPA trabalha com a construção de um outro modelo de desenvolvimento, com outro projeto de agricultura, desatrelando a atividade de outros interesses (indústria, etc.), no qual os camponeses são protagonistas, os próprios interessados nesta construção. As lutas de massa já trouxeram algumas conquistas importantes que contribuíram para a resistência dos pequenos agricultores e a permanência na roça: créditos subsidiados, PRONAF em suas várias linhas, renegociação de dívidas, política para a produção de leite, recuperação da esperança e da valorização camponesa, que até freou as saídas de gente da roça, etc.

Todas estas vitórias são resultados das mobilizações, das lutas das massas organizadas. Nada veio de graça. São conquistas do trabalho de organização dos grupos de base, das mobilizações, dos trancamentos de estradas, pontes, bancos, das ocupações do Ministério da Agricultura e da Fazenda, das caminhadas, dos acampamentos, da greve de fome, das ocupações das multinacionais do leite e dos transgênicos, da destruição de lavouras transgênicas, das muitas negociações. O MPA conquistou vitórias porque acreditou na organização de base, na formação de lideranças, nas lutas diretas, nas mobilizações, nas ações de massa como meios mais importantes para apresentar suas reivindicações aos governos.

O desafio que se coloca é: como organizar-se melhor para produzir? O grande sonho do Movimento é oferecer alimentos suficientes para que todos os brasileiros superem a fome e caminhem de cabeça erguida. O desafio, então, é cumprir a missão de produzir comida. Frente a esta missão, os grupos se colocam diante de prioridades: garantir a produção de subsistência, aumentar a produção e vender diretamente aos consumidores (feiras, agro-indústrias, cooperativas, etc.), impulsionar o novo jeito de produzir através da agricultura ecológica, eliminando aos poucos o uso de venenos e adubos químicos na agricultura, cultivando sementes crioulas, adubos orgânicos, fazendo produção variada, combinando produção animal com produção vegetal.

Em termos de organização, os desafios são fazer lutas de massa para mostrar à sociedade as necessidades e as reivindicações camponesas, mostrar que o campo é viável e que a produção camponesa é o modelo mais racional. Mas também mostrar, numa aliança bem maior com todos os demais setores populares da sociedade, que é necessário e possível transformar a própria sociedade brasileira para que ela possa, também, contribuir para o nascimento de uma nova ordem mundial.

Entretanto, bem além destes desafios, a tarefa urgente é o trabalho para deslegitimar a ideologia neoliberal. Na implantação da nova sociedade, a verdadeira “batalha” é ideológica. A ideologia neoliberal propõe idéias, lógicas, símbolos sobre os quais se constroem nossa visão de mundo, nossos sistemas de valores, nossos sonhos, nossas esperanças. Diante disso, é necessário deslegitimar o princípio da competitividade e afirmar que ela não é prioridade, mas que prioritárias são a solidariedade e a cooperação.

3.4 - Ir além: Reforma Agrária para Transformar a Sociedade

A política de reforma agrária é recente no Brasil, comparada ao processo de formação do latifúndio e da luta pela terra. A luta pela reforma agrária ganhou força com o advento das organizações políticas camponesas, a partir da década de cinquenta, com o surgimento e crescimento das Ligas Camponesas. Todavia, a luta pela terra é uma política que nasceu com o latifúndio.

Por isso, inicialmente, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. A luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária,

sendo feita pelos trabalhadores, sendo luta específica, desenvolvida pelos sujeitos interessados. Já a luta pela reforma agrária é recente, pois o primeiro projeto de reforma agrária remonta à década de sessenta, com o Estatuto da Terra, elaborado no início da ditadura militar e que não saiu do papel. Desta luta, participam diferentes instituições, organizações e movimentos, portanto, é uma luta mais ampla e envolve toda a sociedade. Ela faz parte da política pública de caráter institucional da sociedade, cuja instituição compete ao Estado realizar.

Estas duas formas de luta, no entanto, são interativas, apesar da luta pela terra acontecer sem a luta pela reforma agrária, ou seja, durante muitos séculos, os camponeses desenvolveram a luta pela terra sem a existência de projeto de reforma agrária. Nesta interação, a luta pela reforma agrária incorpora a luta pela terra e esta promove a luta pela reforma agrária. Esta distinção ajuda a compreender que em nossa sociedade ainda não se implantou a reforma agrária, pois a realidade agrária mostra que o momento é de intensificação da luta pela terra, por meio de diversas formas de lutas e com diversos atores sociais envolvidos.

No Brasil, o problema agrário ainda não foi resolvido devido a alguns aspectos a serem superados. Para Martins (2001), um dos maiores entraves é a concentração das propriedades, o mau uso das terras e dos recursos naturais. Quem produz e os cultivos produzidos não se destinam à alimentação.

O processo de modernização capitalista conservador, assentado no modelo agro-exportador, tecnificado e gerador de desemprego, fez dos camponeses uma classe sem futuro e sem residência, obrigando-os a migrar para as cidades. Este modelo tecnológico segue uma lógica unicamente consumista de produtos agro-industriais produzidos por empresas transnacionais.

Temos também o problema da concentração do capital industrial e comercial, que domina o comércio e industrialização dos produtos agrícolas. Estas determinam que continue existindo um problema agrário fundamental. Problema que tem um caráter de classe.

O problema agrário existe e tem suas raízes no modelo de desenvolvimento adotado historicamente por nossas elites, colonizadas e dependentes. As formas de apropriação e de concentração estão na raiz do problema. O latifúndio vem com a Coroa e desenvolve-se com as Sesmarias. Passamos cerca de quatrocentos anos de colonialismo organizando a produção agrícola com base no modelo das fazendas americanas (“*plantation*”), que combinava grandes extensões de terra, monocultura destinada à exportação (café, cana, algodão, pecuária extensiva, cacau, etc.) e mão-de-obra escrava.

Na segunda metade do século XIX, a escravidão dá lugar às relações capitalistas de produção; os imigrantes resolvem o problema da mão-de-obra; cria-se o direito à propriedade e, através da Lei de Terras, controla-se o acesso e o uso das terras. Neste intervalo, a nascente indústria dependente vai se desenvolvendo, em cumplicidade com os capitalistas estrangeiros e setores da oligarquia rural exportadora, que tinham acumulado muitas riquezas. O Estado assume o papel de pilar das oligarquias, tratando como cidadão apenas quem tinha posses e terras. Os demais são sub-cidadãos, sem espaço social.

Entre a década de 50 e 60 desenvolve-se a modernização conservadora da agricultura e o capitalismo penetra com intensidade no campo. As novas tecnologias impulsionam o processo; a terra concentra-se ainda mais e explode a exclusão dos camponeses, originando o fenômeno do êxodo. Assim, modernizava-se no plano econômico, mas não se modernizava no plano social e político. Este projeto desenvolver-se-ia até os anos de 1980, assentado no pacto entre burguesia e oligarquia agrária.

Segundo Martins (2001), neste período, a questão da reforma agrária esteve ligada à discussão geral sobre os rumos da industrialização, temendo-se que a agricultura se

constituísse em entrave, ou seja, a reforma agrária era vista *como “remédio para a crise agrária e para a crise agrícola porque passava o país”* (SILVA, 2001, p.102). A reforma agrária era vista como oportunidade para alterar a estrutura de posse e uso da terra, para desenvolver as forças produtivas no campo, para acelerar a penetração das relações capitalistas, resolvendo o problema agrário e agrícola. Foram belos discursos que deram em nada.

Contrariando as teorias, o capitalismo penetrou no campo sem precisar de reforma agrária, resolvendo a questão agrícola e agravando ainda mais a questão agrária. Ou seja, o problema é que as mudanças econômicas produtivas não vieram acompanhadas das mudanças na estrutura fundiária. Modernizou-se, mantendo a natureza perversa de concentração de riqueza, renda e terra. Com isso, o modelo gerou crises, contradições e conflitos.

No bojo dessa crise do modelo, surgem diversos movimentos sociais, no final dos anos 70 e início dos anos 80. O primeiro resultado destas mobilizações populares foi a mudança do regime político da ditadura militar. Neste contexto, ressurgiu novamente, na pauta política, a necessidade da reforma agrária. Mas nesta retomada os protagonistas não são mais as vanguardas e nem a burguesia, e sim os setores populares camponeses.

Assim nasceram os movimentos sociais populares. Espelhados na experiência histórica de outros movimentos e no intercâmbio com movimentos camponeses de outros países, procuraram aprender com a história e, desde o início, implementaram uma forma de agir que privilegiava a mobilização de massas, a luta concreta, o envolvimento de todos os membros da família e, ao mesmo tempo, adotaram formas de organização que recuperavam a tradição histórica das organizações de classe, com direção política coletiva, divisão de tarefas, dedicação ao estudo, disciplina, respeito às decisões da maioria, procurando não se afastar das necessidades concretas da base.

Neste contexto de organização e luta popular, por força da pressão, a reforma agrária entra na pauta política nacional. No embate das diversas propostas, diante desse modelo vigente da sociedade, pensar numa reforma agrária clássica, de democratização da propriedade da terra, vinculada a uma política de distribuição de renda e voltada para o abastecimento da população, pode não ser um bom caminho.

A implantação da reforma agrária na atualidade não pode se limitar a combater a concentração da propriedade, dos “resquícios feudais”. Ela, ao ser implantada, deve combater as características antes assinaladas que impedem a solução do problema agrário no Brasil. Isto significa que a reforma agrária não é proposta para solucionar os problemas do desenvolvimento do sistema, mas exige trocas estruturais profundas de nossa economia e transformações na organização e no exercício do poder.

É por isso que os movimentos sociais têm reservas em relação a certos discursos que falam em apoiar a reforma agrária. O que as elites e setores dos governos, até hoje, fizeram foi apenas uma política de compensação social, quando as ocupações e acampamentos se transformam em problema político. Na verdade, a política em desenvolvimento é de concentração de terra, riqueza, renda, e entrega o controle do comércio e da agroindústria brasileira para grupos multinacionais. Em outras palavras, as lutas camponesas devem ir além dos espaços camponeses, das lutas por terra para viver e trabalhar. A sobrevivência dos camponeses depende, fundamentalmente, da mudança do modelo econômico e político. Os movimentos sociais camponeses continuarão enfrentando as elites agrárias, o latifúndio, ocupando terras, realizando marchas e manifestações, pois este é um momento de lutas pela terra. No entanto, não basta a luta por terra, é preciso juntar forças com outros setores democráticos e populares para combater o modelo agrícola, ampliar as lutas, transformar a sociedade.

Devemos reconhecer que a marcha história da luta pela reforma agrária em nosso país tem sido movida pela luta por terra. Os setores populares, nos últimos anos, têm se esforçado, pressionado os governos, garantindo políticas diversas de acesso e democratização da terra. Contudo, ainda não há definição clara em relação à reforma agrária; o que há é muita propaganda e controvérsias em torno do assunto, dando a entender que reforma agrária equivale a assentamentos rurais, número de títulos distribuídos, compra de uma ou outra fazenda improdutiva ou de partilha de fazenda ilícita.

Os camponeses aspiram a reforma agrária. Por muitos anos, nos círculos eclesiais e populares, foi cantado o velho hino: “*A classe roceira e a classe operária, ansiosa espera a reforma agrária. Sabendo que ela será solução para situação que está precária...*”. Esta luta agora é de todos, é uma bandeira política que congrega diversos setores.

Mas não é qualquer reforma agrária. Trata-se, portanto, de olharmos para qual e por que a reforma agrária. Segundo Fernandes (2001), existem muitas visões, umas que ajudam o processo e outras que complicam a concretização da reforma agrária. Dependendo do paradigma adotado, teremos um modelo de reforma agrária a defender e a construir.

Os que adotam a posição da “*desintegração do campesinato*” relacionam a reforma agrária e a luta pela terra com o desenvolvimento de atividades não agrícolas, com o assalariamento, com políticas públicas para os trabalhadores rurais expulsos ou expropriados do campo. Para eles, a reforma agrária é compreendida como uma política importante para o desenvolvimento da agricultura, pois consideram a agricultura capitalista predominante e essencial. Nesse sentido, a reforma agrária é uma política compensatória e deve considerar, principalmente, as atividades não agrícolas, conforme a tendência da pluriatividade.

Os que defendem a “*agricultura familiar*” propugnam a diferenciação entre agricultura camponesa e agricultura familiar, propondo a “*integração ao capital e ao mercado*” como formas modernas de desenvolvimento do campo, aceitando políticas de compra e venda

de terra como condição de acesso a ela. Para estes, a reforma agrária é compreendida como políticas que possibilitam o acesso à terra, mesmo que por meio de compra e venda, privilegiando a integração ao mercado, por meio da especialização da produção em determinados sistemas agrários. Portanto, defendem a capitalização e a diferenciação dos agricultores, como processos do desenvolvimento do capitalismo agrário no campo.

Na posição da “*produção capitalista das relações não capitalistas de produção*”, que compreendem as possibilidades de (re) criação do campesinato por meio dos processos econômicos e geográficos, como: arrendamento da terra, migração, ocupações de terra, etc., a reforma agrária é entendida como uma política importante de distribuição da terra, como forma de recriação do campesinato ou mesmo como forma para impedir a sua total destruição. A compra de terra, a capitalização e outros processos devem ser pensados no campo das lutas e das resistências dos camponeses organizados. Deste modo, a luta pela terra é considerada essencial para a formação do campesinato, o que as posições anteriores, veladamente, não admitem.

Para além destas posições e discussões, Fernandes afirma que o mais importante é determinar quem é o sujeito do processo da reforma agrária. É o campesinato, o capital ou é o Estado? À medida que se define por um determinado sujeito, os rumos das políticas e da luta pela reforma agrária também serão determinados em sua direção; disso decorrem os encaminhamentos das políticas de crédito, de educação, de produção, de organização, etc.

Na compreensão dos camponeses organizados, a reforma agrária a ser implementada não é distribuição de terras, sem que se toque no mais importante, que é a estrutura fundiária.

(...) não é pulverização antieconômica da terra; é sim, uma redistribuição da renda, do poder e de direitos, aparecendo as formas multifamiliar e cooperativada como alternativas viáveis para o não fracionamento da propriedade (...) não desejam a mera distribuição de pequenos lotes, o que apenas os habilitaria a continuarem

sendo uma forma de barateamento de mão-de-obra para as grandes propriedades. Mas almejam uma mudança na estrutura política e social no campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terras (SILVA, 2001, p.54-55).

Assim, a reforma agrária passa a ser pensada como uma estratégia política para romper o monopólio da terra. Esta estratégia, conforme afirma José Graziano da Silva (2001, p.105), (...) *aparece hoje como a única solução democrática possível para a questão agrária (...) não é mais (...) uma reivindicação do desenvolvimento capitalista, e sim um questionamento da forma que assumiu esse desenvolvimento*".

No entanto, conjuntamente com a luta pela reforma agrária e até a sua conquista, outras lutas se fazem necessárias. José Graziano afirma que a luta pela reforma agrária é imperiosa, mas na luta contra as desigualdades sociais, na superação da pobreza e na construção de uma nova sociedade, também é imperioso o apoio e o fortalecimento dos pequenos agricultores, da agricultura camponesa.

A propósito, Martins (2001, p.41) chama a atenção para o fato de que o "*chamado sem-terra*", contrariamente ao que se pensa, não é o sujeito histórico e estrutural da reforma agrária, e sim os posseiros, forasteiros, os pequenos agricultores vitimados pelo minifúndio, expropriados pelo capital. Estes são, segundo Martins, mais sem direitos do que sem-terra. É por isso que, para Martins, a reforma agrária só será possível se fizer parte do projeto do Estado, de recuperação do território nacional, atacando a raiz da questão que é o latifúndio, democratizando a terra e criando condições para o seu desenvolvimento.

Deste modo, o Estado precisa apoiar e estimular o desenvolvimento local e implementar medidas neste sentido. Para o MPA, estas medidas do governo sintetizam-se através de sua plataforma de reivindicações a serem implementadas pelas políticas públicas no campo, destacadas anteriormente em nossas reflexões. Trata-se de dar atenção aos 4,5 milhões de pequenos agricultores que dependem da terra e que abastecem tantos outros milhões. Significa que é preciso reconhecer que a agricultura camponesa é importante para o

desenvolvimento local, é um ator econômico local indispensável, onde as demandas e atividades sociais ocorrem.

É por esta razão que a agricultura camponesa deve ocupar espaço estratégico na criação das possibilidades de desenvolvimento. A sustentabilidade do desenvolvimento rural passa pelo fortalecimento das pequenas propriedades, ou seja, fortalecer significa articular forças sociais para superar as desigualdades do campo, para organizar, produzir e alimentar o povo brasileiro.

Um dos componentes histórico-estruturais de nossa sociedade é a convivência do campo com as desigualdades sociais. As resistências e lutas históricas sempre tiveram diante de si estas desigualdades e lutaram com vistas a transformações. Nos dias de hoje, em que as desigualdades são maiores, há uma exigência ética, por parte do movimento camponês, por lutas organizadas com vistas à conquista de espaços de renda, poder, emancipação social, ou seja, exige-se, dos movimentos sociais, lutas para “(...) *descobrir-se capaz de realizar o processo emancipatório por si mesmo, dentro de circunstâncias dadas*” (DEMO, 2002, p. 41).

Na superação das desigualdades sociais e da pobreza rural, entendida como “(...) *repressão do acesso às vantagens sociais, não apenas carência material*” (DEMO, 2002, p.10), é indispensável que os próprios “pobres do campo” tomem consciência, dando direção às lutas; mas o Estado, enquanto espaço participativo, não é dispensável, ele tem seu papel. Qual seria este papel?

Há posições que contestam a imprescindibilidade do Estado. Para estes, “*se as ajudas que os agricultores solicitam aos governos não chegam e, aparentemente nunca chegarão, não percamos tempo esperando por elas; façamos com que tais ajudas sejam prescindíveis e até desnecessárias*” (LACKI, Polan). Reconheçamos que certas funções do Estado e algumas práticas governamentais são descabidas. Nisso, Polan Lacki tem razão,

ao afirmar que os governos não têm sequer a mais remota possibilidade de solucionar, pela via paternalista, todos os problemas de todos os agricultores e, muito menos, de repetir, ano após ano, as suas ajudas em favor dos mesmos beneficiários.

Os governos, para enfrentar o subdesenvolvimento rural com seriedade, deverão proporcionar às famílias rurais as condições objetivas para que elas mesmas façam aquilo que o Estado não pode e não poderá fazer por elas. O poder público deverá proporcionar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para que os próprios afetados pelos problemas queiram, saibam e possam assumir parcela de responsabilidade na correção das suas próprias ineficiências⁷⁰.

Para Demo (2002, p.10), o Estado deve ter uma função instrumentalizada, sem ausentar-se e sem ser o condutor do processo. Seu papel é ser instrumento, apoio, motivação. É um espaço de formação do sujeito político, social, consciente, organizado, capaz de definir e compreender a pobreza como injustiça social. Portanto, seu papel não é estorvar, capturar ou produzir cidadania. Ele deve garantir acesso às informações, à segurança, à educação, à cultura, aos serviços públicos. Em outras palavras, é preciso manter o controle do Estado de baixo para cima, afinal, quem o sustenta é a sociedade organizada, o “*cidadão organizado*”.

Somente a sociedade organizada é capaz de dizer qual é o Estado que precisa e que é desejável: “*O Estado não é o que diz ser, nem o que quer ser, mas o que a cidadania popular organizada o faz ser e querer*” (DEMO, 2002, p.54). O Estado deve desenvolver, deste modo, políticas públicas que ajudem a desenvolver a agricultura. Compete a estas políticas públicas a adoção de padrões tecnológicos compatíveis com a produção em pequena escala, sistemas de acesso ao crédito e comercialização, fortalecendo a agricultura camponesa.

Mas, dentre todas as políticas públicas, a de maior impacto e relevância para a agricultura é a reforma agrária, uma tarefa a ser construída e que faz parte da agenda política,

⁷⁰ Para conhecimento da proposta para um desenvolvimento mais endógeno alguns textos encontram-se descritos e incluídos na web <http://www.polanlacki.com.br>.

sendo uma luta de todos e condição para as transformações sociais. Esta política pública é necessária e urgente, vista não apenas como uma distribuição de terras e infra-estrutura produtiva, tal como antes refletimos, mas ligada a muitos outros fatores e dimensões, envolvendo educação, cultura, economia, política, inserindo-se num processo de transformação maior, ou seja, tocando as relações sociais, tendo como objetivo a própria transformação do sistema, de sua estrutura fundiária e de seus processos produtivos.

O MPA, ao pensar a reforma agrária, tem, dentre seus objetivos, a garantia de trabalho, combinada com distribuição de renda, alimentação farta, barata e de boa qualidade para todos, gerando segurança alimentar, bem-estar e melhoria de condições de vida; a busca de justiça social e a igualdade de direitos, a superação de discriminações, preservando e recuperando os recursos naturais.

Significa que a reforma agrária é compreendida como um conjunto de medidas, de políticas. Inicia pela democratização da terra, dos meios de produção, inclui alterações estruturais no sistema econômico, reorganizando a produção, exige nova política agrícola, novo modelo tecnológico, atendimento social e hospitalar, saúde preventiva e alternativa, eliminação do analfabetismo rural, escolas públicas com ensino adequado à realidade, capacitação técnica e ensino superior aos jovens e camponeses, moradia, cultura e lazer. Mas a reforma agrária vai além, ela significa:

(...) tirar o sujeito da mais absoluta falta de destino, da mais absoluta miséria e transformá-lo num sujeito que vive num estado de bem-estar social (...) Quer dizer construir dignidade, afirmar a pessoa humana e romper com o modelo tradicional (arcaico) de meio rural, superando dicotomias e discriminações ainda dominantes (MARTINS apud CALDART, 1987, p.156).

É por isso que os movimentos sociais mantêm uma permanente preocupação com a educação para a reforma agrária.

A propósito, para Paulo Freire (1977, p.58), não basta a transformação latifundista, a mudança da posse, novas tecnologias. Este é um fator indiscutível de mudança

na percepção do mundo dos camponeses, mas é necessário ir além, precisa-se de uma ação também sobre o quadro cultural. Ou seja, a reforma agrária não pode limitar-se à ação unilateral no domínio das técnicas de produção, comercialização, etc. A reforma agrária “(...) *deve unir este esforço indispensável a outro igualmente imprescindível: o da transformação cultural, intencional, sistematizada, programada*” (FREIRE, 1977, p.58).

Freire critica a ingenuidade dos que pensam ser a reforma agrária um marco novo, um começo de mundo novo, como se num passe de mágica nascesse este homem novo, esta mentalidade transformadora. O homem camponês tem, dentro de si, realidade de latifúndio. O marco divisório é muito diluído e complexo. A realidade transformada sempre carrega e é marcada pela anterior. Por isso, na visão crítica, existe a necessidade de formação permanente, sem especialismos, iluminados, etc. É preciso agir no campo da percepção cultural.

A educação para a reforma agrária implica uma educação comprometida com as questões sociais, vinculada ao contexto social e histórico, embora sem fazer-se servil a projetos e interesses imediatos e utilitaristas. Vincular a educação às questões sociais significa mudar a forma de pensar a educação; é fazer opções e assumir compromissos.

Estamos afirmando uma mudança essencial na própria concepção de educação, pelo menos em duas de suas vertentes mais conhecidas: aquela que defende uma independência da educação em relação ao seu contexto, entendendo-a como o reduto do pensar "científico", necessariamente descolado das ações sociais concretas; e também aquela que, ao contrário, quer colar a educação às práticas sociais, mas de modo que ela se torne subserviente a interesses imediatistas, de grupos socialmente minoritários e elitistas. Vincular a educação a uma questão social relevante como é hoje a questão agrária é comprometê-la, na teoria e na prática, com a construção de alternativas para a melhoria de qualidade de vida do povo. Isto não representa, pois, uma preocupação apenas com o imediato, e apenas com os sem-terra (...) A exigência do compromisso social da educação implica no seu engajamento num projeto de futuro (CALDART, 1987, p.157).

Com isso, queremos dizer que a educação deve ter diante de si a construção de um novo homem, que possa, neste momento histórico, agir, efetivamente, de forma solidária e cooperada. Um homem que possa dar vez aos “*impulsos vitais*” (MARCUSE, 1974, p.32),

para melhorar e saborear com os outros a vida e não contra os outros. Esta educação visa à organização social e política das massas, buscando a construção de uma nova ordem social e econômica.

Nisso se coloca o compromisso político e ético desta luta. Diante das injustiças e opressões, devemos realizar uma luta sem tréguas, incansável, pois “*Em toda parte onde a miséria, a brutalidade e a repressão nos olham de frente, e mesmo quando se pretende desviar os olhos, não podemos deixar de as sentir, ler e conhecer*” (MARCUSE, 1974, p.59). Este combate permanente, apesar das dificuldades e forças perversas que vão se interpondo no caminho, banha-se na esperança de “sábios que nos antecederam”:

É possível e normal um desalento. O que não é possível é que o desalento vire desencanto e passe a imobilizar (...) Quando estamos na luta, sentimos o gosto de ver a utopia encarnada, o prazer, a alegria fabulosa de fazer (...) Uma das condições fundamentais é tornar possível o que parece não ser possível. A gente tem que lutar possível o que ainda não é possível. Isto faz parte da tarefa histórica de redesenhar e reconstruir o Mundo (FREIRE, 1996, p.108-110).

Os movimentos sociais, diante do novo governo nascido das lutas populares, diante de novos problemas e desafios, colocam-se diante do discurso histórico do presidente Lula, por ocasião da posse (2002). Seus compromissos se tornaram conteúdo e critérios para avaliações e tomadas de posição.

Vamos garantir acesso às terras para quem quer trabalhar. Não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós. Tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz. Para que o homem do campo recupere sua dignidade, sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade. Vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo e as formas de economia solidária, perfeitamente compatível com nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agro-negócio. São, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto na social. A reforma agrária será feita em terras ociosas. Nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem apertar de modo algum as terras que produzem porque as terras produtivas justificam-se por si mesmas e serão estimuladas a produzirem sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos, que prejudicam nossos produtores, privando-os de suas vantagens

comparativas. Os países mais desenvolvidos chegam a pagar um bilhão de dólares por dia de subsídios aos seus agricultores (Discurso de Posse do Presidente Lula)

No embalo deste discurso, o ministro da agricultura, que não é oriundo das lutas históricas dos camponeses, reafirmou este compromisso, fazendo, inclusive, um exercício de imaginação, pensando no discurso de encerramento do mandato de Lula (2006):

Gostaria de dizer que o Brasil, que hoje tem menos de 3% do comércio mundial de produtos agrícolas, passou a ter 5%, que a renda rural brasileira dobrou em quatro anos, que nós ocupamos a fronteira agrícola de mais 20 milhões de hectares, que atraímos capital externo e que conseguimos fazer um grande programa de agregação de valor, que o cooperativismo, que hoje tem 5 milhões de associados no Brasil, hoje soma 8 milhões, que as cooperativas de crédito transformaram-se no grande elemento da alavancagem do crédito brasileiro, que a agricultura carregou o Brasil para o primeiro mundo, como um país muito mais justo, muito mais decente, com renda muito mais bem distribuída (Roberto Rodrigues em entrevista a Ana Dalla Pria).

O tempo está passando, os camponeses ainda não se cansaram. A esperança dos camponeses, enraizados em sua cultura e farquejados nas lutas, mantém-se viva:

Olha, o governo Lula não mudou muito, mas nas falas se percebe preocupação com a pequena propriedade. Então você vê, o orçamento ele pegou da mão de outros. Vamos ver no próximo orçamento quanto ele vai destinar a agricultura familiar, já que ele atendeu mais os grandes proprietários. Mas se percebe que ele é pelo diálogo, ele não quer confronto. Eles não gostam muito do MPA e do MST porque estes movimentos não vão de reboque. Já demos nosso recado e não arredamos pé, não abrimos mão de nosso rumo e projeto popular, queremos mudar esta realidade que esta aí. Para mudar nós não devemos esperar que venha de lá. Nós vamos ter que fazer as coisas acontecer (Depoimento: Pesquisa de Campo)

Na verdade, as expectativas de realização de uma política de reforma agrária são frágeis. Muito pouco se fez pela reforma agrária até o momento, apesar das muitas promessas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Este plano, anunciado em novembro de 2003 pelo MDA, prevê o assentamento de 400 mil famílias até 2006 e o atendimento de 130 mil famílias com o Programa Nacional de Crédito Fundiário. Prevê, ainda, a recuperação de assentamentos existentes; o cadastro e a regularização de terras; a criação de dois milhões de empregos fixos e um novo modelo de assentamentos, que levará em conta a concentração espacial, a viabilidade econômica, a integração produtiva, a

adequação aos diferentes biomas, o acesso à educação, à saúde, à seguridade social; o desenvolvimento territorial; a participação social e a articulação dos governos federal, estaduais e municipais.

Além de garantir terra a 530 mil famílias, o governo federal prevê também a regularização fundiária de outras 500 mil famílias até o final de 2006, concedendo-as o título definitivo da terra. Com isso, segundo o governo, será elevado para cerca de 1.030.000 o número total de famílias beneficiadas pelo PNRA, em quatro anos do governo Lula. É um plano apreciável e audacioso e cujas metas, segundo o Ministro Miguel Rossetto, estão sendo cumpridas rigorosamente⁷¹.

Diante da realidade dos fatos, o movimento camponês pensa que pouco se está fazendo e pouco se conseguirá. Apesar dos planos e da boa vontade do governo, nada se conseguirá sem organização e pressão popular. Pelos rumos que estão sendo dados à questão, o máximo que o governo realizará será uma ampla política de assentamentos. Desse modo, a luta pela terra e a política de assentamentos tendem a se repetir com avanços e refluxos, de acordo com as correlações de forças das ações dos movimentos sociais e demais forças comprometidas com a transformação social. Deste modo, poderemos até avançar nas lutas pela terra e intensificar os assentamentos, mas isto não significa que estaremos realizando a reforma agrária que os camponeses precisam.

Para Plínio Arruda Sampaio, líder histórico dos movimentos populares e assessor da CNBB, toda vez que a reforma agrária entra na agenda política do país, a consciência conservadora trata de bloqueá-la, a partir de suas posições, ora porque não chegou a hora; ora porque passou da hora. A reforma agrária é necessária, no Brasil, para criar

⁷¹ Para o MDA, das 400 mil famílias a serem assentadas, 30 mil já foram atendidas até o final de 2003, 115 mil famílias serão atendidas até o final deste ano (2004), 115 mil até 2005 e 140 mil em 2006. Das 130 mil famílias que terão acesso a terra por meio do Crédito Fundiário, programa que substituiu o antigo Banco da Terra, mas que segue seus objetivos, 17,5 mil famílias serão assentadas até o final de 2003 e outras 37,5 mil, por ano, até 2006.

condições de atacar o problema da pobreza, para criar, no meio rural, uma agricultura camponesa forte e capaz de influir nas políticas agrícolas, a fim de que elas não beneficiem unicamente o agronegócio, para atender melhor o abastecimento interno do país, diminuindo a dependência do exterior, para iniciar o esforço de mudar a matriz tecnológica da agricultura, a fim de que esta seja um meio de conservar e não de destruir a natureza.

Para o movimento camponês, isto é importante, mas a luta deverá ser maior. A luta deixou de ser apenas camponesa, por terra para trabalhar e viver, por melhores condições melhores para os camponeses. A sobrevivência dos camponeses e das massas urbanas depende, fundamentalmente, da mudança do modelo econômico. Desafios políticos não faltam: manter a luta contra o modelo neoliberal, fazer a disputa de projeto na sociedade, politizar as massas, manter a luta contra a ALCA, democratizar a distribuição da terra, lutar permanentemente contra os transgênicos, pela sustentabilidade do novo governo para fazer as mudanças, para fortalecer os valores socialistas, etc.

Estes desafios transformam-se em tarefas para o presente e o futuro. A luta ficou mais difícil, mas não há outro caminho a não ser lutar.

PERSPECTIVAS CONCLUSIVAS

A preocupação que orientou este estudo foi resgatar e atualizar a questão camponesa. Esta problemática é antiga, mas as questões sobre as condições em que vivem, como sobrevivem e como morrem os camponeses ainda não foram respondidas, ou seja, trata-se do grande debate teórico sobre o presente e o futuro dos camponeses como classe social, suas tarefas políticas e históricas diante da conjuntura e da penetração do capitalismo no campo.

Através do estudo do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), pudemos atualizar o debate, trazendo muitas questões à reflexão sob o viés dos movimentos sociais. Mas, ao desenvolver o caso e a experiência do MPA, não temos a pretensão de apresentar uma conclusão definitiva acerca do debate e destas velhas questões não respondidas. Antes, nosso objetivo, tal como destacado na introdução, foi dar visibilidade, conhecer e analisar o MPA. É uma trajetória que não chegou, e nem teve a pretensão de chegar, ao fim, pois acreditamos que não há respostas acabadas, receitas prontas, verdades universais, nem projetos ideais de revoluções determinados *a priori*.

Acreditamos que a caminhada, o movimento e as revoluções constituem algo que compete somente aos sujeitos do próprio movimento, tendo em vista as etapas e as condições objetivas e subjetivas para desencadear o processo. Entretanto, podemos afirmar que este estudo contribuiu para desvelar intencionalidades, expectativas, tensões, debilidades

e retrocessos, avanços e obstáculos destes atores que estão em constituição e na luta, em parceria com outros movimentos sociais, para transformar/configurar um projeto político de transformação para a sociedade.

Nossa compreensão é de que os movimentos sociais nascem a partir de necessidades; eles não surgem do nada. Ao contrário, irrompem diante de um quadro de crise, de desalento, de necessidades que, reunidas e trazendo junto de si toda a história anterior, dão continuidade, fazem história através de suas ações. Foi o que aconteceu com o MPA, ele recolheu toda a tradição das lutas e resistências dos camponeses e, diante da crise instalada na classe, reagiu, colocando-se a caminho para exercer o seu papel histórico e político de organizar, resistir e produzir.

Assim, das estradas emerge este novo ator social, lutando para que seus sujeitos, seu modo de produção e de vida tenham protagonismo, autonomia e reconhecimento na sociedade. Através deste novo movimento, passamos a entender melhor como o capitalismo vai se desenvolvendo, redefinindo suas estratégias de subordinação e de eliminação dos camponeses e de seu modo de produção e de vida.

Em forma de considerações, queremos apresentar algumas conclusões e perspectivas de continuidade de discussão desta problemática. Esperamos estar dando uma contribuição para a continuidade do debate e para a retomada deste tema tão pertinente.

Através do referencial teórico-histórico e das manifestações recolhidas na pesquisa de campo, embasamos o estudo e percebemos que o campesinato mantém o seu protagonismo no cenário político e econômico da sociedade. Isto é algo considerável e deve ser destacado. Sendo assim, o processo de formação do campesinato continua em nossos dias. Seus sujeitos estão se reproduzindo em cada etapa do desenvolvimento. O capitalismo vai adotando novas formas de enquadramento e de subordinação, mas eles se mantêm, eles “teimam” em manter-se como uma classe social concreta. Para cada processo de

subordinação, a classe camponesa dá a resposta histórica, organizando-se, manifestando-se de forma diferente, elevando seus níveis de organização e de consciência a outros patamares, com novas e criativas respostas. Ou seja, para cada momento histórico, há uma correspondente forma de luta e resistência.

Diante desta etapa de agressão e aprofundamento do capital internacional, o MPA, como os demais movimentos sociais, responde com novas tarefas políticas, posicionando-se, organizando-se, resistindo, produzindo, pois como diz o slogan adotado nas manifestações: *“a luta do povo planta um Brasil novo”*. Esta é a missão política e histórica do Movimento, para isto é que ele vem. Em outras palavras, esta tarefa significa e sintetiza-se na resistência, atitude que é uma das formas de se manifestar. As resistências vão se sucedendo de diversos modos, decorrentes das diversas análises que vão sendo construídas e encaminhadas, decorrentes dos diversos processos, conjunturas e condições dadas pela sociedade. Isto é significativo e destaca a construção democrática em que são conduzidas as lutas em seus diversos espaços.

Nesta perspectiva, apresentamos os capítulos de nosso estudo, trazendo o referencial teórico e resgatando os diversos movimentos de lutas, a partir de bibliografias e através de nossa própria vivência. Neste contexto, a partir da pesquisa de campo, destacamos o processo histórico de formação do MPA, reconstituindo e reconstruindo a conjuntura e a história, as instâncias de organização, os espaços de socialização e de territorialização do Movimento. Uma vez situado e compreendido o Movimento, refletimos sobre os seus papéis históricos e as tarefas políticas a serem desenvolvidas.

No debate acerca do objeto da pesquisa, sobre os objetivos e hipóteses levantadas através deste estudo, constatamos que o MPA trouxe significativas contribuições aos camponeses. O Movimento dá uma resposta concreta diante da conjuntura e estrutura subjacente, organizando e mobilizando os camponeses, levando-os para as ruas, trancando as

rodovias, acampando, fazendo destes espaços oportunidades para conscientizar, canalizar as insatisfações, despertar para mudanças, formar a consciência crítica em relação ao cotidiano, sobre os sindicatos, sobre as mediações, enfim, sobre o poder constituído.

Todo este processo foi e é, essencialmente, educativo e político. O povo acampado tomou consciência de sua força e partiu para a pressão, organizando o MPA (1996). Os resultados de toda esta caminhada são admiráveis: confrontação, luta, enfrentamentos ao capital. Em outras palavras, a mobilização organizada levou a lutas coletivas que extrapolaram as questões imediatas. Das estradas nasceu o novo.

Neste processo, foram sendo desenvolvidas diversas atividades e ações, em diversos espaços de socialização, com destaque aos grupos e às ações de massas, oportunizando a desalienação do cotidiano, o surgimento de novas relações sociais e de trabalho, as novas formas de expressão, saberes sociais e populares, valores e princípios; numa expressão, o Movimento oportunizou o surgimento de “*nova cultura política*”, base para a formulação de utopias, de um projeto político de classe. Deste modo, o MPA, como movimento social organizado, evolui de suas tarefas econômicas e imediatas, em direção a um projeto sociocultural mais amplo, visando a construção de nova ordem social, enfrentando o capitalismo e colocando diante de si a organização do socialismo.

Nisso o MPA, a exemplo de outros movimentos sociais rurais, contribuiu para clarear e diferenciar-se dos Novos Movimentos Sociais (NMS), voltados, basicamente, a seus objetivos e práticas, a ações particularizadas e deslocadas das questões socio-econômicas, não contendo, explicitamente, projeto político de contestação ao capitalismo e suas formas instituídas de dominação. Entretanto, isto não significa que o MPA não se preocupe com as novas questões colocadas pela realidade, tais como as de reconhecimento dos direitos, questões de identidade, desenvolvimento de sociabilidades, questões de gênero, culturais, etc. Mas, o essencial é que o MPA, como movimento de massa, autônomo, organizado e dirigido

pelos pequenos agricultores, mostra seu caráter classista, de protagonista, de intervenção política, colocando a questão da construção popular de transformação social como meta e como objetivo de suas práticas.

Embora devamos reconhecer que o MPA não é algo novo, o seu surgimento renova e retoma uma caminhada trancada violentamente, depois de um período de repressão e de subordinações. Através da luta pela terra e pela reforma agrária, por sua insistência pela agricultura camponesa, ele se diferencia dos demais movimentos, dando peso político à agricultura camponesa de base familiar, por lutar pela sobrevivência da classe, pela organização da sociedade. Assim, o caráter da luta do MPA se insere num cenário maior, na luta de classes, na vida política e na construção da sociedade. Nisso, ele se mostra como movimento de esperança e de transformação dos camponeses, tão desanimados diante de tantas promessas e de organizações que se desviaram de seus objetivos.

O surgimento do MPA se dá como reação aos rumos políticos e econômicos imprimidos pela sociedade. Isso mostra que o campo está vivo, não está abatido pelo sistema e nem se deixou enquadrar por ele. Por outro lado, também nos traz inúmeros questionamentos diante do papel das estruturas sindicais, cooperativas, de defesa da agricultura familiar, em relação à organização produtiva a ser construída, em relação às propostas do novo governo popular, em relação ao campo das esquerdas e suas divergências menores, etc.

É de se destacar que o MPA soube, em determinado momento histórico, captar, com sensibilidade, os anseios populares e camponeses. E esta sensibilidade e “capacidade” em trabalhar com as massas demonstrou, mais uma vez, que as mediações tradicionais (igrejas, sindicatos, cooperativas, partidos políticos, etc.), pretensamente defensoras e representantes dos pequenos e excluídos, mais uma vez “correram” por fora da raia, ainda não conseguindo antecipar-se ou mesmo caminhar junto com os movimentos sociais e populares.

Ou seja, o que se percebe é um descompasso entre as demandas das massas e a agilidade e vontade política de organizações e lideranças. Isso é uma constatação e também não deixa de ser uma preocupação a ser encarada, pois este descompasso, verificado historicamente, muitas vezes leva ao estrangulamento, ao imobilismo ou à falta de perspectivas de caminhada.

Exemplos não faltam; o próprio surgimento do MPA (1996) pode ser analisado. Qual foi a relação e o papel dos sindicatos, das cooperativas, dos partidos políticos, diante da crise que se abatia sobre os pequenos agricultores com a seca? Diante da omissão ou manipulação é que se colocaram os diversos desafios: quais são os papéis das estruturas, das lideranças, destas mediações? O desencanto veio à tona: as mediações *“não defendem, exploram, são “pelegas”, não são ferramentas, não exercem sua função, não se unem aos demais e às lutas e movimentos da sociedade por transformações, etc.”* (cf. Tabela 77).

Assim, o MPA, ao nascer, traz questionamentos amplos quanto à redemocratização da sociedade agrária; quanto à eficácia e ao papel histórico dos sindicatos no meio rural. Esta velha máquina é importante? Mas ela não responde aos anseios básicos dos pequenos agricultores! O MPA suplantará esta velha estrutura? O questionamento se amplia também em direção e em relação aos próprios pequenos agricultores: o MPA mudará a relação entre os pequenos agricultores, mudando concepções práticas, fazendo dos pequenos agricultores cidadãos? O MPA avançará além das questões econômicas, se firmando como organização política, alternativa para os agricultores? São questões a serem aprofundadas para melhor inserção e superação da crise agrária no Brasil.

Evidentemente, outras mediações também devem ser melhor analisadas nesta nova conjuntura, tais como a questão da presença e o papel das igrejas, a preocupação com a educação para a cooperação, algo a ser impulsionado, a exemplo das associações, da economia solidária, etc.. São espaços que devem ser aprofundados e atualizados, pois podem representar ferramentas indispensáveis, ou podem estar a serviço do capital, ou, ainda, podem

servir para atualizar o próprio modelo neoliberal. Foi neste sentido, sob o aspecto estrutural, que Gohn (1997, p.153) analisou, vendo nas ações dos movimentos sociais muitas contribuições para a superação das crises do sistema capitalista, reordenando suas forças produtivas e colocando seu potencial criador a seu serviço. A questão é pertinente: com o MPA, o que se quer mesmo: criar o novo ou incluir-se no sistema?

Com o MPA a classe camponesa ganhou mais visibilidade, ficou mais rica, trazendo questões novas, não privilegiadas anteriormente pelo MST. A partir de seu surgimento a agricultura familiar passa a integrar a agenda política dos governos. Se as lutas do MST até então privilegiavam a luta pela terra e a reforma agrária, desenvolvendo suas reivindicações através da coordenação do próprio Movimento, a partir do nascimento do MPA, os pequenos agricultores, segundo Áureo Scherer da coordenação MPA/RS, passam a lutar para “*não ser colono sem terra amanhã*”. Isso quer dizer que os quadros do MPA não são formados por sem-terra, nem por assentados oriundos do MST; são pequenos agricultores, residentes e integrados nas diversas comunidades, no geral, possuindo quantidade de terras menor do que a média dos assentados do MST⁷².

Com certeza, ao organizar o MPA, seus líderes adotaram práticas do MST, como marchas, passeatas, acampamentos, greves de fome, ocupação de prédios e, ultimamente, ocupação de terras, juntando-se na luta, aliados com o MST. No entanto, o Movimento mantém sua autonomia, possuindo objetivos e pauta bem diversa do MST. Concretamente, o MPA ao trazer para o debate político a agricultura familiar, traz junto tantas outras questões, tais como: a discussão sobre o modelo agrícola a ser desenvolvido no país, o desenvolvimento de uma agricultura ecológica, o compromisso de produção de culturas

⁷² O assentado ligado ao MST recebe um lote que varia de 18 a 25 ha. Pela Tabela 002 (p.109) constatamos que 56% dos pequenos agricultores ligados aos grupos pesquisados possuem de 5 a 15 ha, sendo que apenas 4% possuem mais de 15 ha. Indiscutivelmente, proporcionalmente ao número de famílias que trabalham na agricultura, os pequenos agricultores, certamente, são majoritariamente os mais pobres. Significa que para estes também a reforma agrária é fundamental.

voltadas ao mercado interno e de subsistência, os valores camponeses, a necessidade de renovação sindical, uma pauta de reivindicações que visam reconstituir e reproduzir a classe camponesa, forçaram a criação do Pronaf, do crédito moradia rural, da assistência técnica voltada ao pequeno agricultor, da previdência social rural, do seguro agrícola, deram impulso às cooperativas e associações de pequenos agricultores, levantaram a questão da mecanização leve e popular, dos subsídios, do fim das importações, da educação do Campo e tantas outras questões, antes não priorizadas pelo MST e outras organizações camponesas.

Assim, com o MPA, os pequenos agricultores, muitas vezes à margem do processo de lutas maiores, ao ligarem-se ao Movimento, evoluem em sua consciência de cidadãos. Pelo participar, superam a consciência espontânea. Avançam em unidade, em organização, conseguem vitórias mesmo dentro do sistema. A partir desta ligação, constituem-se numa classe em construção, onde tudo que está a sua volta é posto em movimento. Com isso, reconhecemos que o MPA já apresenta sinais de consolidação, de identidade formada, à medida que é reconhecido publicamente, traz elementos de projeto político e econômico distintos.

Nesta construção da classe, não se desconhece que são grandes também os limites. O movimento precisa ir além das questões econômicas e da visão isolada que perpassa muitos grupos e muitas lideranças. Nisso, se faz necessário dar mais atenção à educação e à formação da consciência, à formação de lideranças, aos ensinamentos de trabalhar com os outros, a produzir, a fazer política. Neste sentido, o Movimento tem uma grande tarefa histórica: superar a consciência espontânea, vencer os obstáculos do cotidiano, mentalidades e tradições cristalizadas, abrindo-se para novas e criativas formas de organização, de trabalho, de produção, de comercialização, etc.

Através dos diversos procedimentos metodológicos para a coleta dos dados deste estudo, tivemos oportunidade de olhar por dentro o Movimento, questionando-nos sobre

inúmeras dificuldades existentes. É preciso que o Movimento encare-as, pois, sem a superação, haveria o risco de incorrer nos mesmos erros e vícios de outros movimentos e organizações que, mesmo bem intencionados, vacilaram, mergulharam em seu próprio olhar, e desviaram-se de seus objetivos. Neste sentido, ainda que brevemente, destacamos alguns aspectos que entendemos precisarem de aprofundamento.

No que tange à organização, em todas as suas instâncias, percebemos que o desafio situa-se em relação ao descompasso entre o sonho, idealismo e vanguardismo das lideranças e coordenações e da realidade vivenciada nas bases e grupos das comunidades. Muitas posições de lideranças permanecem elitistas, atreladas política, religiosa e ideologicamente, diante das bases que resistem com sua cultura popular, sendo travadas em seus processos e retardadas em seus encaminhamentos.

Com isso, queremos dizer que os grupos devem ser pensados como células vivas em sua relação com o movimento de massas. O que torna eficaz a organização é a relação qualificada entre a base e as massas, dirigentes e grupos, homens e mulheres, etc. Qualificar estas relações é não perder de vista que também existem rupturas a serem melhoradas nas comunidades, com outras instituições, como escola, igreja, sindicato, cooperativa, etc. O movimento não pode isolar-se, fechar-se em si mesmo, radicalizar seu compromisso com o diálogo transformador.

Constata-se que as pessoas, lideranças e famílias, no seu dia-a-dia, superam a consciência ingênua e espontânea, transcendem para novos patamares de consciência, qualificam suas relações e suas práticas; mas, por outro lado, há problemas decorrentes da incorporação de discursos, de idealismos, de direcionismos pré-determinados. Falta maior espaço para discussão das relações que se sucedem no cotidiano, das heranças, costumes, mentalidades, culturas e valores novos, etc. Isso faz com que muitas coisas não sejam consideradas ou sequer percebidas, diante de um contexto de insensibilidade e mentalidade

conservadora. Exemplos disso, os questionários nos ofereceram: em relação ao espaço das mulheres no movimento, às funções das mulheres, dos jovens e dos idosos nas relações de trabalho e produção, etc. Convencionou-se determinar certas coisas como de “*competência das mulheres*” e outras, “*dos homens*”. A presença e o lugar destes setores devem ser ampliados e redimensionados

Antes, já destacamos que, nos grupos e no movimento, prevalecem os interesses econômicos sobre outros aspectos, como a formação, a política, a educação, a mística, etc. Muitas das críticas feitas aos grupos do PRONAF não articulados pelo MPA (só querem dinheiro, mamam deitados, não vão à luta, esperam acontecer, etc.) não deixam de ser uma projeção daquilo que se faz, e não se deveria fazer, dentro dos Grupos do Movimento. Com isso, queremos dizer que existe muita prática sem discurso e muito discurso sem a correspondente prática. Muitas coisas são discutidas fora do movimento e, quando chegam até as bases, o fazem de forma distorcida, ou nem chegam, ou existe um distanciamento entre a linguagem e compreensão dos dirigentes e a dos camponeses nas suas bases.

Podemos exemplificar com a questão 28, relacionada ao entendimento sobre economia solidária (Tabela 67), na qual se estampa, nitidamente, a falta de sintonia entre o que é programado, falado, ensinado, propagandeado nas esferas públicas e instâncias de poder e o que é realmente entendido, praticado e expressado pelos grupos e lideranças das bases dos pequenos agricultores. Este fenômeno repete-se em tantos outros programas e departamentos públicos e de cúpulas, em sindicatos, cooperativas, igrejas, partidos políticos, etc.

Há muito a se fazer ainda para realmente constituirmos um campesinato consciente e organizado. Muitas lideranças ainda não sabem claramente para que veio o MPA, porque a agricultura é camponesa, outros estão no movimento simplesmente por vantagens e oportunismos, interessados nos financiamentos, na casa, no trator, caminhão, etc. Este estar no movimento sem conhecer os seus objetivos, suas propostas, suas exigências, seus

princípios, faz com que mesmo entre companheiros haja antagonismos teóricos e práticos, oportunizando, aos “inimigos do movimento”, a formulação de muitas objeções e mentiras acerca das intenções e práticas do mesmo. Inclusive entre os próprios pequenos agricultores se estabelecem estes antagonismos, manifestando-se na ausência de disciplina, na não participação, na adoção de práticas combatidas pelo movimento. Isso tudo nos inquieta e nos leva a pensar sobre a necessidade de mais capacitação para os líderes, famílias, coordenações, assessores.

Isso evidencia a necessidade de ampliar os espaços de socialização política do Movimento; ampliar o leque dos espaços educativos, através de ações integradas com outras entidades e movimentos, parceria com a educação do campo, com projetos de educação itinerante, etc.; dilatar ainda mais seus espaços já territorializados; espriar suas práticas, suas dimensões de comunicação, de interação, de resistências, de místicas; enfim, reconhecer que ainda há muito o que fazer.

Talvez, uma alternativa seja começar com os pequenos agricultores ligados ao MPA, que são os mais pobres, ligados inicialmente por motivações meramente econômicas, mas que devem galgar novos patamares de consciência e de compromissos. Mas não dá para voltar as costas aos pequenos agricultores não articulados pelo Movimento. Eles também são camponeses e, como tal, também têm algum tipo de consciência de si mesmo e da realidade. Isso significa que a missão se aprofunda: é preciso tirar milhões de pequenos agricultores da consciência serviçal ao sistema e ao capital, despertando-os para o protagonismo, para a autonomia. Isso significa que, em todos os espaços sociais, é preciso assumir o caráter político-pedagógico e ampliar o sentido e a compreensão do que seja a educação.

O MPA tem diante de si o desafio de construir um movimento social, de base, a partir dos pequenos agricultores, forte e organizado, que renove o sindicalismo, que se faça respeitar pelo governo, que busque apoio de toda a sociedade, como forma de defesa da

agricultura camponesa de base familiar. Este foi um dos objetivos perseguidos desde a sua origem. Muita coisa já foi alcançada: iniciou-se com as lutas por créditos subsidiados para recuperar a capacidade produtiva da agricultura. Depois, outras lutas foram sendo desenvolvidas: por preços justos, política agrícola, seguro agrícola, moradia rural, educação, saúde, direitos das mulheres e jovens, contra os transgênicos, etc.

As lutas se ampliaram e, a partir das discussões nos grupos de base, evoluíram na busca de novas formas de produzir (agroecologia, agricultura alternativa), novas formas de se organizar (associativismo, cooperativismo popular), novas formas de gerar renda (agroindustrialização) e novas formas de comercializar, vender a produção à população urbana e aos grandes centros consumidores. Mas, o Movimento tem muito mais a fazer. Em parceria com os demais movimentos sociais e setores democráticos da sociedade, o desafio é construir um projeto de desenvolvimento rural alternativo para a agricultura, ir além, contribuir para pensar e formular um projeto maior, para toda a sociedade brasileira, a opção brasileira, um projeto político-econômico popular.

Estamos construindo este caminho. Este é um momento de pensar em investimento sério e planejado no trabalho de formação, de capacitação, de acompanhamento. A formação envolverá a metodologia para organizar a base, realizar ações de massa para reivindicar, negociar com o governo e administrar e gerenciar associações, cooperativas e projetos econômicos dos próprios agricultores, com seriedade e eficiência. As experiências são novas formas de utilização das forças produtivas, são laboratórios vivos de novas técnicas, resgate de técnicas antigas e aproveitamento das potencialidades das forças comunitárias. São respostas novas para problemas velhos, resposta à racionalidade técnica da modernidade que descartou o saber e as forças produtivas populares em benefício do “*moderno*”.

A partir dos eixos fundamentais das ações do MPA, apresentados no terceiro capítulo de nosso estudo, ressignificamos e redimensionamos algumas das tarefas

indispensáveis a serem pensadas para darmos continuidade neste trabalho e nesta inserção popular. A partir de nossos referenciais histórico-político e dos resultados empíricos coletados através da pesquisa de campo, destacamos, sintetizadas, quatro grandes tarefas políticas decorrentes deste estudo.

A primeira tarefa constitui o desafio de construir a identidade do Movimento, ou seja, se faz necessário maior reconhecimento público, maior visibilidade. E isto é alcançado através das lutas, do modo de produzir, da organização, pelo trabalhar, colher, comercializar. Requer voltar a ser camponês.

Significa encarar e superar as dificuldades (cf. Tabela 53) e valorizar as novidades, contribuições, vantagens oportunizadas e aspectos positivos desenvolvidos pelo Movimento (cf. Tabelas 56 e 58). Em outras palavras, existem espaços e relações a serem melhoradas: a relação entre os membros, o diálogo, a amizade, o isolamento, a pouca solidariedade e cooperação, as funções fragmentadas e não compartilhadas, as questões de gênero, o espaço dos jovens, idosos, crianças, etc. Mas existem também espaços e relações em construção: a formação política, as opções políticas, os mutirões, entre-ajudas, as festas, caminhadas, relações de trabalho, defesa dos grupos e de seus princípios, etc. Os limites e as contribuições reforçam a classe, ajudam na formação da identidade, levam a organização comunitária e coletiva a outros patamares, a pensar e sonhar com projetos maiores, com a transformação da sociedade.

A identidade se forma no participar, no envolver-se. Ela se refere a mesma situação objetiva, pelo pertencimento e pela defesa dos mesmos princípios. Esta identidade se constrói, se desenvolve pela formação, leva as pessoas ao envolvimento político, às lutas maiores, à militância, inclusive à luta pelos outros. É nos espaços em que se dá a socialização política que se forma a consciência crítica, a consciência de classe. Nisso se destaca a práxis

do diálogo: por este processo, consolidamos a identidade coletiva, além de ser ferramenta indispensável para o reconhecimento, para tornar visível o Movimento e suas práticas.

Deste modo, o processo de formação da identidade está atrelado à participação política, à construção de espaços de socialização, à formulação de novas e alternativas experiências. É de se destacar a importância da participação em manifestações. Nestes espaços, as pessoas acabam mudando seu cotidiano, sua maneira de ver e voltam arejadas, dispostas, com vigor. Ao participar em outros níveis de articulação, acabam se projetando a novos patamares de consciência e de compromissos.

A segunda tarefa refere-se ao desenvolvimento e à multiplicação dos espaços educativos, vistos como espaços maiores do que os formais e institucionais. Isto significa compreender a educação como desenvolvimento de processos socioculturais, que perpassa todos os momentos da vida, em todos os espaços, em todas as suas dimensões. Nisso os movimentos sociais mostram a práxis como método. A propósito, Roseli Caldart (1987, p.146-147) diz que a “(...) *participação em um movimento social é toda ela constituída por relações pedagógicas*”.

O MPA, a exemplo de outros movimentos, está contribuindo com esta concepção de educação. O Movimento permite que os pequenos agricultores saiam da esfera privada para a esfera pública, para o encontro nos grupos, nas comunidades, dialogando, exercendo práticas interativas, lutando coletivamente, animando os projetos com esperança. Todas estas inserções nos espaços públicos são permeadas por relações educativas, onde as pessoas a-sujeitadas passam à condição de protagonistas de sua história e da história das comunidades.

O que se percebe é que os pequenos agricultores, líderes, grupos e comunidades, que participam ativamente das ações e práticas sociais do Movimento, desenvolvem um sentimento de unidade diferenciado. Muitos se manifestam dizendo que “o

MPA é uma família”. Isto equivale a dizer: estamos animados, nos sentimos amparados, pertencemos ao grupo, brigamos por ele. É uma pertença assumida, encarnada e contagiante.

Assim o grupo ganha consistência, visibilidade, atrai novos membros e alimenta a alegria e a esperança dos seus membros. Ou seja, em toda esta caminhada de lutas, os projetos e práticas não acontecem somente em nível racional. Eles envolvem toda a pessoa, em todas as suas dimensões. Isto é, os sentimentos, as esperanças, a mística e o imaginário das pessoas funcionam como molas propulsoras. Nisso é reconhecida a autonomia das pessoas, a sua singularidade, pois as questões objetivas e subjetivas devem caminhar conjuntamente.

A terceira tarefa diz respeito ao sistema produtivo e ao modo de vida dos camponeses. A agricultura camponesa de base familiar e seus projetos, apesar do capital ir reinventando modelos para se perpetuar e manter os camponeses na submissão, deve intensificar e reforçar os seus espaços, multiplicar suas experiências, organizando associações e cooperativas com alternativas que confrontem, de forma mais contundente, o sistema capitalista.

É bom que se tenha presente que o sistema capitalista, em nossa compreensão, não quer exterminar de todo os camponeses, pois ele precisa destes, de forma dependente, integrada, sem autonomia, a-sujeitados, alienados. A condição para haver exploração e exploradores, mais valia, é que haja dominados, gente explorada em seu trabalho, sem poder.

Compete à classe camponesa, a seus movimentos e organizações, construir alternativas que minem as bases da exploração. Neste sentido, o debate sobre a classe camponesa e seu modo de produção e de vida ganha fôlego e pode ser desenvolvido com mais profundidade. Este debate é uma tarefa teórica e prática que se coloca ao MPA, como a todos os setores envolvidos na transformação e superação do capitalismo. Isto significa que esta tarefa é permeada pelo tipo de sociedade que queremos construir.

A quarta tarefa coloca-se em termos de luta pela terra e conquista da reforma agrária. A reforma agrária deve estar vinculada aos interesses de toda a população e significar a quebra, pelas raízes, do problema agrário brasileiro. Ela é uma proposta que representa igualdade social, justiça no campo e desenvolvimento econômico sob controle dos trabalhadores camponeses.

As lutas e as práticas já consolidadas têm contribuído para o avanço no processo de conscientização da sociedade. Grandes e progressivos setores passam a compreender que a reforma agrária é um meio interessante para resolver alguns agudos problemas dos pobres das cidades, como a fome, o desemprego, a violência, a marginalidade, a falta de educação, transporte e moradia, etc.

Aos poucos, os trabalhadores urbanos vão compreendendo esse caráter. Por exemplo, recentemente (29/06/2004), em Franco da Rocha, São Paulo, aconteceu encontro entre assentados e 400 trabalhadores desempregados das periferias de São Paulo. O local do encontro foi a “*Comuna da Terra Dom Tomás Balduino*”, assentamento constituído de pessoas procedentes do meio urbano. O objetivo deste encontro foi preparar os desempregados para os acampamentos e pressionar para a volta à terra, volta às suas origens, para reiniciar vida nova. Tal como este encontro e este projeto, em Ribeirão Preto e em outros lugares do Brasil, estão sendo desenvolvidas atividades neste sentido, de voltar à terra.

O potencial de retorno dos expulsos pelo capital é imenso, com perspectivas de inversão da corrente migratória, diante dos descabros e improváveis alternativas nos espaços urbanos. Isto mostra algo de novo na realidade e na compreensão da questão agrária no Brasil. Uma vez que aconteça efetivamente este “*retorno*”, ele deve ser preparado, com pessoas conscientizadas, com projeto delimitado.

Por isso, podemos avançar ainda mais e fazer com que a reforma agrária seja efetivada de forma profunda e com qualidade, não por vontade de um governo, mas como

decorrência da organização e mobilização das massas, como estratégia de luta contra o neoliberalismo, contra o imperialismo, contra a dependência do capital.

Esta é uma “*luta de todos*”: construir a reforma agrária. João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do MST, em seu discurso por ocasião do lançamento do Plano Safra 2004/2005, diante de Lula e seus ministros, referiu-se a uma tarefa de “todo o povo brasileiro”. A tarefa é: “*fazer a reforma agrária, eliminar de uma vez por todas essa grande quantidade de latifúndios improdutivos, resolver um problema grande do desemprego e resolver uma série de outros problemas*”.

Esta tarefa e as outras antes destacadas exigem compromissos políticos. É preciso que se assumam determinadas práticas e princípios nas organizações, nos grupos, nos espaços diversos da sociedade: mantendo o vínculo com as massas, através do trabalho permanente de base e de enraizamento; articulando lutas; dividindo tarefas com o maior número possível de pessoas, na forma de comissões, fazendo com que todas as instâncias do movimento exerçam seu poder coletivamente, na forma de colegiado, sem distinção de poder; mantendo a disciplina; formando novos quadros de lideranças, através da mística, etc.

Hoje, na verdade, o Brasil é outro, como o mundo é outro. Estamos numa disputa de espaços não só no Brasil, mas a nível internacional. E aqui entra a necessidade de reforçar as lutas populares, reafirmar a capacidade do campo neste conflito com a burguesia, com o latifúndio e a manifestação mais recente do capital, o mundo do agro-negócio. É da capacidade de organização, de mobilização e de luta que faremos o Brasil que queremos.

Isso nos leva a refletir sobre a relação dos movimentos sociais com o novo governo, oriundo das lutas e organizações populares. Nesta nova relação de forças, muitas lideranças estão ligadas e mesmo exercendo funções em repartições públicas. Como fica a relação com as bases? Isto é bom para as bases ou é bom para os que têm seu “*empreguinho*”

garantido? Até onde vai a autonomia dos movimentos com uma cumplicidade, muitas vezes, estampada? Até onde se mantêm princípios, lutas históricas?

Voltamos a reafirmar: não há outro caminho de mudança social, sem que o povo esteja organizado e mobilizado. O movimento social pode e deve negociar com o novo governo, até porque é necessário e importante negociar, mas existe consciência de que as negociações fazem parte de uma correlação de forças. Esta correlação de forças só se altera favoravelmente ao povo trabalhador se este se mobilizar, lutar, demonstrar sua força através de resistências, de projetos, de novas práticas.

Através deste trabalho, procuramos contribuir, através de pesquisa bibliográfica e, na ausência de fontes e subsídios teóricos mais específicos, recolher a experiência do MPA e mostrar sua relevância, sua organização e suas tarefas políticas e históricas. Com isso, esperamos ter oportunizado um leque de questões para o debate e para a crítica.

Acreditamos que ninguém passa por alguma experiência e, ao final, continua do mesmo modo como era no início. Ao elaborar este estudo, desconstruímos e construímos, ressignificamos princípios e compromissos, práticas e teorias. Levamos conosco, ao final desta experiência, o desafio proferido pelo professor Belato (15/06/2004), que invocando Umberto Eco, afirmou: “*um bom trabalho de conclusão de curso pode dar trabalho para o resto da vida. Espero que assim seja*”. Abrimos uma janela. É preciso dar continuidade à pesquisa e à capacitação, às tantas questões não respondidas, ou superficialmente apresentadas. Com certeza, a partir deste estudo, o campo e os camponeses se colocam de forma mais rica e mais desafiante.

Assim, não obstante a contribuição teórica riquíssima e ampla dos clássicos, a questão camponesa continuará a nos desafiar ao estudo. A sociedade a cada momento vai nos colocando novas questões. E o educador-pesquisador, diante destas questões, tal como a fome

crecente, a expropriação, as novas estratégias do capital, da violência, das novas tecnologias e transgenia, diante da resistência e organização dos movimentos populares e tantas outras novas situações, não pode ficar alheio, insensível. Cabe a ele teorizar com coragem, compromisso e lucidez, para compreender e iluminar, construir alternativas e espaços amplos de formação da consciência coletiva das classes trabalhadoras.

Ainda no calor da recente “Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo”⁷³, somos desafiados ao compromisso em dar prosseguimento nos rumos da caminhada da educação do campo, em termos de organização, posição política, práxis educacional, pesquisa. Sentimos que o campo retoma o seu devido lugar, integra-se no debate político como força ativa, tendo em vista a construção de novo projeto para a sociedade.

Muitos avanços foram conquistados no campo das políticas públicas: as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer n.º 36/2001 e Resolução 1/2002 do CNE), o ingresso da temática “Educação do Campo” nas pautas dos movimentos sociais e sindicais, que passaram a pressionar governos, em suas diversas esferas, para que incluam em seus programas, em todos os níveis, desde a educação infantil à universitária. Diante destas conquistas e de outras que virão, impõem-se desafios redobrados para a continuidade da atividade acadêmica, para o pesquisador, para a ampliação deste debate. Um dos campos principais que deve merecer preocupação é o da práxis, avançando na clareza teórica e no discernimento do projeto para o campo. A qualificação é necessária para podermos dar um salto na luta, na organização, na elaboração de projetos. Para tanto, é preciso reportar às origens do campesinato, levar em conta as especificidades da formação

⁷³ A Conferência realizou-se em Luziânia, Goiás, nos dias 02 a 06 de agosto de 2004, reunindo 1100 participantes de diversos movimentos sociais camponeses, índios, negros, organizações de trabalhadores, universidades, diversas esferas governamentais, etc. Como resultado final da Conferência foi elaborado uma declaração (“Por uma Política Pública de Educação do Campo”). O documento constitui-se em marco estratégico da caminhada educacional. Nesta declaração é denunciada a situação do campo, reafirmado o campo como espaço de vida, reivindicado políticas específicas para a população do campo. O documento defende a construção de um projeto de sociedade justo, democrático e igualitário, que contemple o desenvolvimento sustentável do campo, em contraposição ao latifúndio e ao agro-negócio. Nesta construção do projeto a educação foi escolhida como elemento estratégico fundamental.

camponesa no Brasil, tornar visível as lutas e resistências dos camponeses através da constituição de uma nova história, reconstituir as origens dos movimentos camponeses em seu contexto e conjuntura. Por si só este já é um grande espaço e tarefa a ser desenvolvida pela pesquisa, ou seja, o grandioso desafio de construir novos paradigmas, produzir teorias, consolidar e disseminar concepções populares, modos de ver e de ser, culturas e formas de produção. Trata-se da tarefa de abstrair das experiências populares, das lutas e resistências em curso, elementos que possam orientar a construção de novos processos pedagógicos para os camponeses, tendo em vista melhor articulá-los e organizá-los, para discernir ideologicamente como e qual sociedade instituir.

Decorrente deste grande desafio, tantos outros clamam ao compromisso dos educadores-pesquisadores, aos agentes populares, aos militantes sociais. Entre eles destacamos: a) o compromisso em desenvolver a identidade camponesa, a partir do “jeito de ser” dos pequenos agricultores e de suas organizações. A educação deve ter o compromisso de reforçar a identidade, fortalecer as organizações, movimentos sociais; b) a busca incansável do diálogo com a teoria pedagógica, tendo como referencia a educação libertadora de Paulo Freire, bem como da Pedagogia do Movimento, que é produzida a partir dos movimentos sociais e suas experiências; c) o compromisso em alimentar o debate teórico político-ideológico, nos diferentes espaços, entre a agricultura familiar e a agricultura camponesa. Significa aprofundar o discernimento, a partir dos clássicos marxistas e teóricos nacionais, sobre a penetração do capitalismo, suas renovadas estratégias para subordinar os camponeses, no presente e no futuro dos camponeses; d) a atitude prática em estabelecer vínculos entre o mundo do trabalho, processos produtivos e cultura. Significa trazer para a discussão questões novas, como a participação das mulheres, dos jovens, do urbano e do rural, da pretensa neutralidade das técnicas, das novas tecnologias, da transgenia, etc.; e) por fim, o compromisso em articular a educação com os movimentos sociais, garantindo o protagonismo

dos camponeses. O campo precisa ser organizado, conscientizado, alfabetizado e a educação precisa acontecer desde uma perspectiva de classe e a partir da experiência pedagógica dos movimentos sociais.

Com certeza, essas e outras tarefas se abrem ao educador-pesquisador, nos diversos espaços, seja da educação escolar, universitária, sindical, da cooperação. Mas, para Gadotti (1995, p.79) algo não pode faltar neste processo: “*O educador precisa ser educado*”.

Neste mesmo sentido, Martins afirma:

Não são os pobres que estão enfrentando dificuldades para romper as cadeias do cativo político, ideológico e, também, espiritual. São os políticos, os intelectuais, os missionários da emancipação, isto é, os grupos de mediação, que não estão conseguindo interpretar essas transformações, por insuficiência de seus esquemas teóricos e por dogmatismo de suas orientações políticas (MARTINS, 1989, p.14-15)

É por isso que é preciso ser mais do que “pedagogo”; é preciso saber para quem, para que e como estamos trabalhando e colocando nossas forças a serviço. Neste sentido, mais uma vez Paulo Freire nos ensina: o ato de educar é um ato político, não pode ser neutro. E o primeiro ato deste compromisso político é a reflexão e o agir (FREIRE, 1979, p.16), é engajamento amoroso e solidário com a realidade, encontro dinâmico entre pessoas, ou seja, “*Se não há encharcamento o compromisso não é verdadeiro*” (FREIRE, 1979, p. 19). Mas, deve ser um compromisso fundamentado cientificamente, tal como Gramsci (1978, p.18) ensina:

(...) um movimento filosófico só merece este nome (...) na medida em que, no trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente correto, jamais se esquece de permanecer em contato com os “simples”, e, melhor dizendo, encontre neste contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos (GRAMSCI,)

Concluimos com a esperança reavivada e invocamos Miguel G. Arroyo: “*Se a educação pública do campo está abandonada, a educação dos movimentos sociais hoje é uma das ferramentas mais avançadas do nascimento pedagógico brasileiro*” (Conferência

proferida na abertura da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, Luziânia, 02/08/2004). Nos diversos espaços comunitários, através dos diversos líderes e coordenadores, pequenos agricultores do Brasil, em suas práticas e projetos, as palavras de Arroyo são confirmadas, pois os movimentos sociais camponeses, na atualidade, estão recolhendo tudo que havia de mais progressista na concepção pedagógica, didática, currículo, formação de professores. E esta retomada de caminhada está recém começando, por isso mesmo, muitas alegrias poderemos ainda colher.

REFERÊNCIAS

AMIM, Sader e VERGOPOULOS, Kostas. A Questão Agrária e o Capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ARROYO, M. G. & FERNANDES, B. M. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. Brasília/DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. Coleção por uma Educação Básica do Campo, n.º 2, 1999.

_____. Pedagogias em Movimento – O que temos a aprender dos Movimentos Sociais? *Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003 ISSN 1645-1384 (online) www.curriculosemfronteiras.org UFMG, Belo Horizonte.

BELATO, Dinarte. Os Camponeses Integrados. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1985.

BENJAMIN, César (Org.). A Opção Brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

_____. & CALDART, Roseli Salete. Projeto Popular e Escolas do Campo. Universidade de Brasília, 2000. Coleção por uma Educação Básica do Campo, n.º 3.

_____. A questão agrária no Brasil. <http://www.alcaabajo.cu/sitio/pensamientoamericano/articulos/auestaoagrarianoBrasil.htm> (julho de 2001).

BORGES, Pompeo Accioly. A propriedade Territorial no Brasil e os Caminhos para a Reforma Agrária. CODECRI – IBASE, Coleção Vivendo Política – Vol. 3, Rio de Janeiro: IBASE, 1984.

BRUM, Argemiro J. Modernização na agricultura no planalto gaúcho Ijuí: Fidene, 1983.

BRUM & TRENNEPOHL. Formação da Sociedade Agrária Brasileira: Ocupação do Território, Agricultura e Estrutura Fundiária. Ed Unijuí, Ijuí: 2002.

CADONÁ, Marco André. Dos Bastidores ao Centro do palco: atuação política da burguesia gaúcha no processo de redemocratização. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

CALDART, Roseli Salete. Os movimentos sociais e a formulação de uma nova pedagogia. In: Revista Contexto & Educação. Ijuí: UNIJUÍ, 2 (8), p.19-33, 1987.

_____. Sem-terra com poesia. A arte de re-criar a História. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. Educação em Movimento: formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Pedagogia do Movimento Sem-Terra. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CAPRILES, René. Anton Semiónovitch Makarenko. O nascimento da pedagogia socialista. São Paulo: ed. Scipione, 1989.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEMO, Pedro. Política Social, Educação e Cidadania. Campinas: Papyrus, 2002.

DOTTO, R. e DAMIAN, É. Contribuição dos Imigrantes Italianos à Igreja do Rio Grande do Sul. Teocomunicação. POA. PUC, 5 (25): 18-30, Março de 1975.

DREHER, Martin. Peregrinação: estudos em homenagem a Joachim Herbert Fischer pela passagem de seu 60º aniversário. São Leopoldo: Sinodal, 1990.(online) -Movimento Mucker na visão de dois pastores evangélicos http://www.est.com.br/nepp/numero_02/mucker_religiao.htm.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos Sociais: A construção da Cidadania. Novos Estudos, CEPRAP, N.º 10, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Formação e Territorialização em São Paulo. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

_____. Questão Agrária, Pesquisa e MST. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. A educação básica e o movimento social do campo. Universidade de Brasília, 1999 (Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 2. Segunda Parte).

_____. Brasil: 500 anos de Luta pela Terra. Revista de Cultura Vozes, N.º 1, Ano 93. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

_____. Que Reforma Agrária? XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária, FCT/Unesp, Presidente Prudente: 4 a 8 de dezembro de 1998. www.cpp.inf.br.

_____. Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: Novas Configurações do Campo Brasileiro (UNESP), Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003 ISSN 1645-1384 (online) www.curriculosemfronteiras.org.

FETRAF-SUL. O sindicato é o Caminho, 2001(folder).

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1986.

FRANTZ, Telmo Rudi. Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola. Ijuí: Fidene, 1982.

FRANTZ, Walter & ANDREOLLI, Antônio Inácio. Educação e Cooperação. Cadernos UNIJUÍ: Série Educação, N.º 65, 1995.

_____. Educação para o Cooperativismo. Experiência comunitária do Movimento Comunitário de Base de Ijuí. Cadernos UNIJUÍ: Editora UNIJUI, 2001.

_____. Desenvolvimento local, associativismo e cooperação. Conferência pronunciada no Simpósio Internacional de Gestão Pública, Desenvolvimento e Cidadania. UNIJUI, Ijuí/RS, em 13 de novembro de 2002. Fonte: <http://www.unijui.tcche.br>.

_____. Sentidos e Significados nas práticas de Cooperação. A experiência da Agricultura Familiar. Apostila, 2002.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

_____. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

_____. Ação Cultural para a liberdade. Algumas Anotações. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

_____. Pedagogia da Autonomia, Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FRICKE, R.M. Observações sobre Desemprego e Qualificação entre os Trabalhadores e as Trabalhadoras de Campinas: Mundo real ou virtual? Campinas: UNICAMP, 1999

_____. Técnica de Qualificação Múltipla: Análise de Repetibilidade de Argumentos. UNIJUÍ, set/2003 (Apostila).

GENRO FILHO, Adelmo. Sobre o Conceito de Camponês na Ciência Social Brasileira. Florianópolis: UFSC, 1984.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1991.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania: A sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Movimentos e lutas sociais na história do Brasil: A constituição da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GÖRGEN, Sérgio. Religiosidade e Fé na Luta pela Terra. In Reforma Agrária e a luta do MST. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

GRAMSCI, A. Concepção Dialética da História. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1978.

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais do Campo. Petrópolis: Vozes/FASE, 1987.

_____. Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural. Contexto & Educação, Ijuí : Ed. UNIJUÍ, v. 1, n. 4, 1986.

GUIMARÃES, Alberto Passos. A crise agrária. RJ: Paz e Terra, 1979

HABERMAS, Jürgen. Para a reconstrução do materialismo histórico. Brasiliense, São Paulo: 1985.

HARNECKER, M. Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico. São Paulo: Global ed, 1983.

IANNI, Octávio. Relações de produção e proletariado rural. In Vida Rural e mudança social (org. Szmercsányi e Queda) São Paulo, Cia Ed Nacional, 1979.

ITERRA. Canção de Luta. Veranópolis, RS., s/d.

LAMARCHE, Hugues. A Agricultura Familiar. Campinas. São Paulo: Ed Unicamp, 1993.

LACKI, Polan. Testamento/2003. Fonte: www.polanlacki.com.br

LAKATOS, Eva Maria, Marconi, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1995.

LÊNIN, Vladimir Ilich. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Nova Cultural, (1899), 1985.

_____. Aos Pobres do Campo. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1988.

LEÃO DE AQUINO, Rubim Santos. A luta pela terra no Brasil. Ponencia presentada al Encuentro de Revistas Marxistas de América Latina, Montevideo, septiembre 2000
http://www.socialismo-o-barbarie.org/brasil/brasil_aquino_lucha_por_la_tierra.htm

LIBÂNEO, José Carlos. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de Pedagogia. In PIMENTA, Selma Garrido (org.). Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas. São Paulo : Cortez, 2002.

MAO, Tse-Tung. Eder Sader (org). São Paulo: Ática, 1982.

MARQUES, Mario Osório. Escrever é Preciso. Ijuí: ed. Unijuí, 2001.

_____. A Aprendizagem na Mediação Social do Aprendido e da Docência. 2. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

_____. Trigo e Região. Ijuí, FIDENE, 1973.

MARCUSE, H. e POPPER, K. Revolução ou Reforma? Uma Confrontação. Coleção “Mundo Imediato”. Lisboa: Moraes editores, 1974.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Reforma agrária. O impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta, São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MENDONÇA, Sônia Regina. O Ruralismo Brasileiro, 1989.

MENDRAS, Henri. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

MENASCHE, Renata. Percepções e Projetos: agricultura familiar em mudança - O caso da região de Santa Rosa, Noroeste do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS. Situação e Perspectivas da Agricultura Brasileira. São Paulo: Mobilização Nacional dos Trabalhadores Rurais: MPA, MST, Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR, Pastoral da Juventude Rural e CPT, 2000.

MPA. Organização e Lutas. Palmeira das Missões: MPA, nov/1999.

_____. Movimento dos Pequenos Agricultores. MPA, outubro/2000.

_____. Origem e Organização do MPA. Porto Alegre: KEOPS, junho/2001/2002.

_____. Produzir Comida para o Povo Brasileiro. MPA, Brasília, dezembro/2002.

_____. A Luta do Povo Planta Um Brasil Novo. MPA, Brasília, setembro/2003.

_____. O Futuro do MPA. Cadernos de Estudo do MPA, N.º 1. Brasília, 2003.

MST, Como Organizar a Massa. São Paulo: MST, 1991.

_____. Construindo o Caminho. São Paulo: MST, 1986.

_____. Princípios da Educação no MST, Porto Alegre: MST, 1996.

NOGUEIRA, A. O sujeito irreverente. Campinas: Papyrus, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1971.

PETRAS, James. In Reforma Agraria e a luta do MST. Stédile, João Pedro (Org.) Vozes, 1997, p. 271-277 Os camponeses: uma nova força revolucionária na América Latina

PRETTO, Adão. Queremos Reforma Agrária. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984.

REGO, Teresa Cristina. LEV SEMENOVICH VYGOTSKY: Uma Perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 1999.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. Ed. Cia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Marlene. Educação Básica no Campo: um Desafio dos Trabalhadores da Terra. Palestra nº 8, publicada por <http://www.bnaf.org.br>, abr.2000.

_____. Pedagogia da Autonomia: Uma análise da Assistência Técnico-pedagógica a agricultores assentados. In: Trabalho & Educação, nº 8. Belo Horizonte: NETE/FAE/UFMG, jan/jun, 2001.

RODRIGUES, Domingos Benedetti. Propriedade Familiar Rural no Brasil, Espaço de Conquista e Cidadania. Série Dissertações de Mestrado, Nº 18. Ijuí: UNIJUI, 2001.

SANTOS, José Vicente Tavares. Colonos do Vinho. São Paulo: Hucitec, 1975.

SANTIN, Silvino. A imigração Esquecida. Porto Alegre: EST-EDUCS, 1986.

SAVARIS, Sérgio. Reflexões de um agricultor. Ijuí: Livraria Unijuí, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

_____. O caráter dos novos movimentos sociais. In: Scherer-Warren, Ilse e Krischke, P. J. (org.), Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense.1989.

SILVA, José Graziano da, A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.

_____. Uma Agricultura Alternativa ou um Capitalismo Verde? Ciência & Ambiente, Santa Maria, Ano IV, n. 6, p. 7-20, jan/jun. 1993.

_____. O que é questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 2001 (Primeiros Passos,18).

SHANIN In: Trabalho e Dominação. CEBRAP, Petrópolis: Vozes, 1980.

SPEYER, Anne Marie. Educação e Campesinato. Uma educação para o meio rural. São Paulo: Loyola, 1983.

STÉDILLE, João Pedro (org.). *A questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1994.

_____. A Reforma Agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo (org.). Vida rural e Mudança social (Leituras básicas de sociologia Rural).São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1972.

TARELHO, L.C. Da consciência dos Direitos à Identidade Social: Os ST de Sumaré. São Paulo, 1988.

_____. O Movimento Sem Terra de Sumaré: Espaço de conscientização e de luta pela posse da terra. Terra Livre, n.º 6. S. Paulo: AGB - Marco Zero, 1989.

TCHAYANOV, A. Agricultura familiar. Campinas: Unicamp, 1993.

THOMPSON, Eduard. Tradición, revuelta y consciencia de clase. Barcelona: Crítica, 1979.

VYGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

KOLLING, Edgar J.& NÉRY & MOLINA, M. C. (org). Por uma educação Básica do Campo - Memória. Brasília/DF: Articulação Nacional por um Educação Básica do Campo. Coleção por um Educação Básica do Campo, n.º 1, 1999.

_____. & CERIOLI, P. R.& CALDART, R. S. (Org). Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. Brasília/DF: Articulação Nacional por um Educação Básica do Campo. Coleção por um Educação Básica do Campo, n.º 4, 2000.

KREUTZ, Lúcio. Pós-Graduação e Pesquisa em Educação: o Desafio dos Paradigmas. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1995 (Cadernos Unijuí).

WANDERLEY, L.E. Movimentos Sociais populares: aspectos econômicos, sociais e políticos. In: Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, N 25. Jul, 1980.

WANDERLEY, M.N. O Camponês a serviço do Capital. São Paulo: Hunitec, 1990.

ZARTH, Paulo Afonso. Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

INSTRUMENTOS DE CAMPO

• ANEXO 01 – Formulários das Entrevistas

UNIJUÍ - UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MESTRADO DE EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

Mestrando: Célio Valdemar Cadoná

Orientador: Prof. Dr. Walter Frantz

Estou fazendo mestrado na UNIJUÍ e pesquisa: “O MPA e a Construção de Saberes”. A participação e a contribuição de vocês líderes de grupos, através deste questionário, contribuirá para a compreensão sobre a importância das práticas educativas do MPA. Contamos com a contribuição do saber de vocês. As diversas vozes/falas serão a base da realidade para nossa investigação. Neste sentido, antes de qualquer conclusão, teremos oportunidade de encontros para compartilhar os dados e diversas posições como mais uma oportunidade de melhor compreensão de nosso movimento social. Sua identidade será resguardada e os dados servirão exclusivamente para a realização desta pesquisa.

OBS.: Qualquer dúvida que surgir em relação a este questionário, entrem em contato com o coordenador municipal..... O questionário, a princípio, está sendo enviado para 04 bases municipais, a constar: Coronel Bicaco, Redentora, Liberato Salzano e Vicente Dutra, envolvendo em torno de 200 grupos de pequenos agricultores ligados ao MPA.

Um abraço!

Célio Valdemar Cadoná

Telefone para contato: (55) 3333 8418

MUNICÍPIO: _____

COMUNIDADE: _____

• DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

1. Nome:.....
2. Qual a última série que estudou?
3. Quanto tempo é líder em seu grupo?
4. Como foi o processo de escolha?.....
5. Além de ser líder de grupo/MPA você ocupa alguma outra função/serviço na comunidade?
6. Número de pessoas da família?
7. Quantos há de terra sua família possui?
8. Além de sua terra, você arrenda outras? 1) () Não 2) () Sim c) N.º Hectares:.....
9. Quem trabalha na propriedade e quais as tarefas específicas?

Quem?	Tarefas específica

10. O que mais produz em sua propriedade(Base produtiva):

Produto	Área plantada	Produtividade (última safra)	Semente			
			Convencional	Transgênica	Própria	Adquirida
Milho						
Feijão						
Soja						
Trigo						
Fumo						

11. Você se dedica à outros tipos de produção?

Produtos	Consumo próprio	Comercialização	Derivados
Gado de corte			
Gado leiteiro			
Suínos			
Aves			
Peixes			
Hortigranjeiros			
Cítricos			

12. Renda anual (uma média de todos os rendimentos da família): R\$

• **EM RELAÇÃO AO GRUPO QUE VOCÊ COORDENA/LIDERA:**

13. Como nasceu o grupo? (conte a história)

14. Sobre o grupo:

a) N.º de famílias:; b) N.º de pessoas:; c) N.º de jovens(16 anos ou mais):

15. Frequência das Reuniões: a) Quinzenal (); b) Mensal (); c) outra ()

16. Seu grupo usa Ata para registros das decisões? 1) () Não 2) () Sim c) Justifique:

17. Qual o tamanho médio das propriedades dos membros do grupo? hectares

18. Qual é a atividade específica dos membros do grupo dentro do MPA e sua importância?

Membros	Atividades específicas	Importância dessa prática para o MPA
Mulheres		
Homens		
Crianças		
Jovens		
Idosos		

19. Quais os avanços percebidos a partir do ingresso no grupo?

20. Quais as maiores dificuldades encontradas no grupo?

• **EM RELAÇÃO A SUA COMUNIDADE:**

21. Sua comunidade apóia os grupos do MPA? 1) () Não 2) () Em Parte 3) () Sim c) Por que você acha isso?

22. Em quais atividades os grupos do MPA participam na comunidade?

23. Os grupos de pequenos agricultores do MPA trouxeram algo de novo para a comunidade? 1. () Não 2. () Em Parte 3. () Sim c) Justifique:

• **EM RELAÇÃO AO MPA:**

24. Como você conheceu o MPA?.....

25. Em sua base – há coordenação municipal? 1) () Não 2) () Sim c) Qual é a sua importância e missão?

26. Seu grupo já participou de alguma Luta/Mobilização regional/estadual/Nacional do MPA? 1) () Não 2) () Sim c) Quais?

27. Existência de grupos de agricultores não coordenados pelo MPA? 1) () Não 2) () Sim c) O que difere nos grupos?

• **EM RELAÇÃO AO SISTEMA PRODUTIVO**

28. O grupo e o MPA têm refletido/conhecimento da economia solidária? 1) () Não 2) () Sim c) O que você entende por economia solidária?

29. Em seu município existe alguma associação de agricultores ligada ao MPA? 1. () Sim; 2. () Não ; 3. Cite-as:

• **EM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS:**

30. Os Agricultores aprendem com a participação no MPA? 1) () Não 2) () Sim

30. O que aprendem?

- Marque com um x sua opção

SITUAÇÕES EDUCATIVAS	Não	Muito pouco	Pouco	Médio	Forte
Nos grupos do MPA					
Na produção?					
No trabalho?					
No Lazer?					
Na organização?					
SITUAÇÕES EDUCATIVAS	Não	Muito pouco	Pouco	Médio	Forte
Nas associações?					
Manifestações e Lutas					
Na mística/Fé					
nas Políticas Públicas?					

31. O MPA mantém algum programa de rádio?

1) () Não 2) () Sim; c) Qual é a importância para as comunidades e grupos destes programas?

32. Em relação a Emater: Em que ela tem contribuído na formação da agricultura familiar?

• **EM RELAÇÃO AO SINDICATO:**

33. É sócio? 1) () Não 2) () Sim

34. Se mantém em dia com a mensalidade? 1) () Não 2) () Em parte 3) () Sim

35. Para você qual é a importância do sindicato para os agricultores?

36. Existe trabalho conjunto entre o sindicato de seu município e o MPA?

1) () Não 2) () Sim; Quais?...

• **EM RELAÇÃO A COOPERATIVA (as clássicas):**

37. É sócio? 1) () Não 2) () Sim

38. Para você qual é a importância da cooperativa para os agricultores? ...

39. Existe trabalho conjunto entre a cooperativa de seu município e o MPA?

1) () Não 2) () Sim; Como?.....

• **EM RELAÇÃO AS IGREJAS:**

40. Existe trabalho conjunto entre MPA e Igrejas?

1) () Não 2) () Sim c) Quais e como são desenvolvidos?

• **ANEXO 02 – Tabelas Complementares**

IDENTIFICAÇÃO DA LIDERANÇA

Tabela 02: ESCOLARIDADE dos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS - 2003

ESCOLAR	N.º	%
Fundamental - 1ª a 4ª série	7	28,0
Fundamental - 5ª a 8ª série	14	56,0
Médio	3	12,0
Superior	1	4,0
Total	25	100,0

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 03: TEMPO DE LIDERANÇA dos LÍDERES. Pesq. MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS - 2003

FXTLIDER	N.º	%	% válido
Até 1 ano	3	12,0	12,5
2 a 4 anos	10	40,0	41,7
5 ou mais anos	11	44,0	45,8
Total	24	96,0	100,0
NR	1	4,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 06: TAMANHO DA FAMÍLIA dos LÍDERES. Pesquisa MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS - 2003

FXPFAM	N.º	%
Até 3 pessoas	10	40,0
4 ou 5 pessoas	10	40,0
Mais de 5 pessoas	5	20,0
Total	25	100,0

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 07: TAMANHO DA PROPRIEDADE dos LÍDERES. Pesq. MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS - 2003

FXHA	N.º	%
Menos de 5 ha	5	20,0
5 a 15 ha	9	36,0
15,1 a 30 ha	6	24,0
Mais de 30 ha	5	20,0
Total	25	100,0

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Orientador: FRANTZ, W. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 08: ARRENDAMENTO DE TERRAS pelos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS - 2003

ARRENDA	N.º	%
Não	13	52,0
Sim	12	48,0
Total	25	100,0

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 09: TAMANHO DA ÁREA ARRENDADA pelos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS - 2003

FXHARREN	N.º	%	% válido
Menos de 5 ha	3	12,0	25,0
5 a 10 ha	6	24,0	50,0
Mais de 10 ha	3	12,0	25,0
Total	12	48,0	100,0
Não arrenda	13	52,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 10: FUNÇÕES DOS MEMBROS DA FAMÍLIA: MARIDO. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS - 2003

MARIDO	N.º	%	% válido
Todos serviços	10	40,0	45,5
Lavoura	3	12,0	13,6
Todos / Roça	2	8,0	9,1
Todos / Alimentação	2	8,0	9,1
Trabalhar na roça	1	4,0	4,5
Todos / Movimentos	1	4,0	4,5
Roça/ Gado	1	4,0	4,5
Movimentos / Lavoura	1	4,0	4,5
Domésticos / Gado / Lavoura	1	4,0	4,5
Total	22	88,0	100,0
NR	3	12,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 11: FUNÇÕES DOS MEMBROS DA FAMÍLIA: ESPOSA. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS - 2003

ESPOSA	N.º	%	% válido
Todos serviços	3	12,0	15,8
Afazeres domésticos	2	8,0	10,5
Todos / Domésticos	2	8,0	10,5
Doméstico / Ordenha	2	8,0	10,5
Todos / Alimentação	2	8,0	10,5
Lavoura	1	4,0	5,3
Horta	1	4,0	5,3
Todos / Movimentos	1	4,0	5,3
Domésticos / Lavoura	1	4,0	5,3
Doméstico / Ordenha / Roça	1	4,0	5,3
Doméstico / Ordenha / Lavoura	1	4,0	5,3
Ordenha / Lavoura / Horta	1	4,0	5,3
Doméstico / Ordenha / Lavoura / Horta	1	4,0	5,3
Total	19	76,0	100,0
NR	6	24,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 12: FUNÇÕES DOS MEMBROS DA FAMÍLIA: FILHO/A1. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS - 2003

FILHOA1	N.º	%	% válido
Todos serviços	4	16,0	33,3
Trabalhar na roça	1	4,0	8,3
Todos / Roça	1	4,0	8,3
Todos / Movimentos	1	4,0	8,3
Doméstico / Roça	1	4,0	8,3
Domésticos / Lavoura	1	4,0	8,3
Domésticos / Estudo	1	4,0	8,3
Todos / Alimentação	1	4,0	8,3
Domésticos / Gado / Lavoura / Estudo	1	4,0	8,3
Total	12	48,0	100,0
Não tem	4	16,0	
NR	9	36,0	
Total	13	52,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 13: FUNÇÕES DOS MEMBROS DA FAMÍLIA: FILHO/A2. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS - 2003

FILHOA2	N.º	%	% válido
Todos serviços	2	8,0	22,2
Trabalhar na roça	1	4,0	11,1
Lavoura	1	4,0	11,1
Todos / Movimentos	1	4,0	11,1
Doméstico / Roça	1	4,0	11,1
Domésticos / Estudo	1	4,0	11,1
Roça/ Gado	1	4,0	11,1
Todos / Alimentação	1	4,0	11,1
Total	9	36,0	100,0
Não tem	10	40,0	
NR	6	24,0	
Total	16	64,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 14: FUNÇÕES DOS MEMBROS DA FAMÍLIA: FILHO/A3. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS - 2003

FILHOA3	N.º	%	% válido
Todos serviços	1	4,0	50,0
Todos / Movimentos	1	4,0	50,0
Total	2	8,0	100,0
Não tem	15	60,0	
NR	8	32,0	
Total	23	92,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 15: FUNÇÕES DOS MEMBROS DA FAMÍLIA: FILHO/A4. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS - 2003

FILHOA4	N.º	%	% válido
Todos / Movimentos	1	4,0	100,0
Não tem	19	76,0	
NR	5	20,0	
Total	24	96,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 16: FUNÇÕES DOS MEMBROS DA FAMÍLIA: PARENTE. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS - 2003

PARENTE	N.º	%	% válido
Todos serviços	1	4,0	33,3
Afazeres domésticos	1	4,0	33,3
Todos / Movimentos	1	4,0	33,3
Total	3	12,0	100,0
Não tem	19	76,0	
NR	3	12,0	
Total	22	88,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 17: FUNÇÕES DOS MEMBROS DA FAMÍLIA. Pesquisa MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS 2003

FUNÇÕES	MARIDO	ESPOSA	FILHOA1	FILHOA2	FILHOA3	FILHOA4	PARENTE
Afazer domésticos		10,5					33,3
Domésticos / Estudo			8,3				
Domésticos / Gado / Lavoura	4,5						
Domésticos / Gado / Lavoura / Estudo			8,3				
Domésticos / Lavoura		5,3	8,3				
Doméstico / Ordenha		10,5					
Doméstico / Ordenha / Lavoura		5,3					
Doméstico / Ordenha / Lavoura / Horta		5,3					
Doméstico / Ordenha / Roça		5,3					
Doméstico / Roça			8,3	11,1			
Horta		5,3					
Lavoura	13,6			11,1			
Lavoura		5,3					
Movimentos / Lavoura	4,5						
Ordenha / Lavoura / Horta		5,3					
Roça/ Gado	4,5			11,1			
Todos / Alimentação	9,1	10,5	8,3	11,1			
Todos / Domésticos		10,5					
Todos / Movimentos	4,5	5,3	8,3	11,1	50,0	100,0	33,3
Todos / Roça	9,1		8,3				
Todos serviços	45,5	15,8	33,3	22,2	50,0		33,3
Trabalhar na roça	4,5		8,3	11,1			
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 18: PRODUÇÃO VEGETAL RELACIONADA pelos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS - 2003

PRODUTOS	N.º	%	% válido
Milho / Feijão / Soja	6	24,0	24,0
Milho / Feijão / Fumo	2	8,0	8,0
Milho / Feijão / Cana	2	8,0	8,0
Milho / Soja / Trigo	2	8,0	8,0
Milho / Feijão / Soja / Trigo	2	8,0	8,0
Milho	1	4,0	4,0
Milho / Feijão	1	4,0	4,0
Milho / Soja	1	4,0	4,0
Milho / Cana	1	4,0	4,0
Milho / Soja / Fumo	1	4,0	4,0
Milho / Feijão / Soja / Fumo	1	4,0	4,0
Milho / Feijão / Cana / Porongo	1	4,0	4,0
Milho / Soja / Trigo / Fumo	1	4,0	4,0
Milho / Soja / Cana / Batata doce	1	4,0	4,0
Milho / Feijão / Soja / Trigo / Fumo / Aipim	1	4,0	4,0
Milho / Feijão / Soja / Cana / Amendoim/ Aipim / Batata doce	1	4,0	4,0
Total	25	100,0	100,0

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 20: PRODUTIVIDADE DA PRODUÇÃO VEGETAL RELACIONADA pelos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

Produtividade	Baixa	Normal	Alta	Não planta	NR	Total
Milho	5	6	14			25
	20,0%	24,0%	56,0%			100,0%
Feijão	5	6	5	8	1	25
	20,0%	24,0%	20,0%	32,0%	4,0%	100,0%
Soja	5	8	3	8	1	25
	20,0%	32,0%	12,0%	32,0%	4,0%	100,0%
Trigo		4	2	19		25
		16,0%	8,0%	76,0%		100,0%
Fumo		2	5	18		25
		8,0%	20,0%	72,0%		100,0%
Cana	2	1	1	19	2	25
	8,0%	4,0%	4,0%	76,0%	8,0%	100,0%
Cuia		1	1	23		25
		4,0%	4,0%	92,0%		100,0%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 21: TIPO DE SEMENTE DE SOJA UTILIZADA PARA PLANTIO pelos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

SOJA SEMC	N.º	%	% válido
Convencional	11	44,0	91,7
Transgênica	1	4,0	8,3
Total	12	48,0	100,0
Não planta	8	32,0	
NR	5	20,0	
Total	13	52,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 22: ORIGEM DA SEMENTE DE MILHO UTILIZADA PARA PLANTIO pelos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

MILHO SEM	N.º	%	% válido
Própria	5	20,0	20,8
Adquirida	17	68,0	70,8
Mista	2	8,0	8,3
Total	24	96,0	100,0
NR	1	4,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 23: ORIGEM DA SEMENTE DE FEIJÃO UTILIZADA PARA PLANTIO pelos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

FEIJSEM	N.º	%	% válido
Própria	13	52,0	81,3
Adquirida	2	8,0	12,5
Mista	1	4,0	6,3
Total	16	64,0	100,0
Não planta	8	32,0	
NR	1	4,0	
Total	9	36,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 24: ORIGEM DA SEMENTE DE SOJA UTILIZADA PARA PLANTIO pelos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

SOJA SEM	N.º	%	% válido
Própria	8	32,0	50,0
Adquirida	8	32,0	50,0
Total	16	64,0	100,0
Não planta	8	32,0	
NR	1	4,0	
Total	9	36,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 25: ORIGEM DA SEMENTE DE TRIGO UTILIZADA PARA PLANTIO pelos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

TRIGO SEM	N.º	%	% válido
Adquirida	6	24,0	100,0
Não planta	19	76,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 26: PRODUÇÃO ANIMAL NAS PROPRIEDADES dos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

OUTRAS PROD	N.º	%	% válido
G. Corte /Leiteiro /Suínos / Aves / Hortigranjeiros / Cítrico	6	24,0	26,1
G. Leiteiro /Suíno / Aves / Hortigranjeiros / Cítricos	5	20,0	21,7
Gado de Corte	1	4,0	4,3
Gado Leiteiro	1	4,0	4,3
Cítricos	1	4,0	4,3
G. Corte / Leiteiro / Suínos	1	4,0	4,3
G. Leiteiro / Suíno / Aves	1	4,0	4,3
G. Corte / Leiteiro / Suínos / Aves	1	4,0	4,3
G. Leiteiro / Aves / Hortigranjeiros / Cítricos	1	4,0	4,3
G. Corte / Leiteiro / Suínos / Aves / Peixes	1	4,0	4,3
G. Leiteiro / Suíno / Aves / Peixes / Hortigranjeiros	1	4,0	4,3
Suínos / Aves / Peixes / Hortigranjeiros / Cítricos	1	4,0	4,3
G. Leiteiro /Suíno / Aves / Peixes Hortigranjeiros / Cítrico	1	4,0	4,3
Todos	1	4,0	4,3
Total	23	92,0	100,0
NR	2	8,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 27: PRESENÇA DA PRODUÇÃO ANIMAL NAS PROPRIEDADES dos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

PRODUÇÃO ANIMAL	Presente	Ausente	Total
Gado de leite	80,0%	20,0%	100,0%
Suínos	76,0%	24,0%	100,0%
Aves	76,0%	24,0%	100,0%
Hortigranjeiros	64,0%	36,0%	100,0%
Cítrico	64,0%	36,0%	100,0%
Gado de corte	52,0%	48,0%	100,0%
Peixes	20,0%	80,0%	100,0%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 28: FINALIDADE DA PRODUÇÃO ANIMAL: GADO DE CORTE - NAS PROPRIEDADES dos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

GADO CORT	N.º	%	% válido
Consumo próprio	9	36,0	81,8
Consumo / Comercialização	2	8,0	18,2
Total	11	44,0	100,0
Não produz	12	48,0	
NR	2	8,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 29: FINALIDADE DA PRODUÇÃO ANIMAL: GADO LEITEIRO - NAS PROPRIEDADES dos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

GADO LEIT	N.º	%	% válido
Consumo próprio	9	36,0	45,0
Consumo / Comercialização	5	20,0	25,0
Consumo / Derivados	3	12,0	15,0
Comércio de Derivados	1	4,0	5,0
Derivados / Comercialização	1	4,0	5,0
Consumo / Derivados / Comercialização	1	4,0	5,0
Total	20	80,0	100,0
Não produz	3	12,0	
NR	2	8,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 30: FINALIDADE DA PRODUÇÃO ANIMAL: SUÍNOS - NAS PROPRIEDADES dos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

SUÍNOS	N.º	%	% válido
Consumo próprio	14	56,0	73,7
Consumo / Comercialização	3	12,0	15,8
Consumo / Derivados	2	8,0	10,5
Total	19	76,0	100,0
Não produz	4	16,0	
NR	2	8,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 31: FINALIDADE DA PRODUÇÃO ANIMAL: AVES - NAS PROPRIEDADES dos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

AVES	N.º	%	% válido
Consumo próprio	14	56,0	73,7
Consumo / Derivados	3	12,0	15,8
Consumo / Comercialização	1	4,0	5,3
Consumo / Derivados / Comercialização	1	4,0	5,3
Total	19	76,0	100,0
Não produz	4	16,0	
NR	2	8,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 32: FINALIDADE DA PRODUÇÃO ANIMAL: PEIXES - NAS PROPRIEDADES dos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

PEIXES	N.º	%	% válido
Consumo próprio	4	16,0	80,0
Comercialização	1	4,0	20,0
Total	5	20,0	100,0
Não produz	18	72,0	
NR	2	8,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 33: FINALIDADE DA PRODUÇÃO ANIMAL: HORTIGRANGEIROS - NAS PROPRIEDADES dos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

HORTIGRA	N.º	%	% válido
Consumo próprio	14	56,0	87,5
Consumo / Derivados	1	4,0	6,3
Consumo / Comercialização	1	4,0	6,3
Total	16	64,0	100,0
Não produz	7	28,0	
NR	2	8,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 34: FINALIDADE DA PRODUÇÃO ANIMAL: CÍTRICOS - NAS PROPRIEDADES dos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

CÍTRICOS	N.º	%	% válido
Consumo próprio	9	36,0	56,3
Comercialização	2	8,0	12,5
Consumo / Derivados	2	8,0	12,5
Consumo / Comercialização	3	12,0	18,8
Total	16	64,0	100,0
Não produz	7	28,0	
NR	2	8,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 36: FAIXA DE RENDA MENSAL dos LÍDERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

FXRMENSAL	N.º	%	% Válido
Até 2 s.m. / mês	5	20,0	25,0
2,1 a 4 s.m. / mês	9	36,0	45,0
Mais de 4 s.m. / mês	6	24,0	30,0
Total	20	80,0	100,0
NR	5	20,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O GRUPO DO MPA QUE LIDERA/COORDENA

Tabela 38: NÚMERO DE FAMÍLIAS DO GRUPO DO MPA. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

FXNFAMIL	N.º	%
Menos de 5 famílias	4	16,0
5 a 10 famílias	15	60,0
11 a 15 famílias	6	24,0
Total	25	100,0

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 40: NÚMERO DE JOVENS DO GRUPO DO MPA. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

FXNJOVEM	N.º	%
Até 5 jovens	15	60,0
6 a 10 jovens	7	28,0
Mais de 10 jovens	3	12,0
Total	25	100,0

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 41: FREQUÊNCIA DAS REUNIÕES DO GRUPO DO MPA. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

FREQREUN	N.º	%	% válido
Mensal	20	80,0	83,3
Outra	4	16,0	16,7
Total	24	96,0	100,0
NR	1	4,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 42: LOCAL DAS REUNIÕES DO GRUPO DO MPA. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

LOCREUNI	N.º	%	% válido
Pavilhão comunidade	7	28,0	43,8
Moradias	7	28,0	43,8
Sala da Pastoral	1	4,0	6,3
Pavilhão / Moradias	1	4,0	6,3
Total	16	64,0	100,0
NR	9	36,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 43: REALIZAÇÃO DE ATA NAS REUNIÕES DO GRUPO DO MPA. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

ATA	N.º	%
Não	16	64,0
Sim	9	36,0
Total	25	100,0

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 46: FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOS MEMBROS DO GRUPO DO MPA: MULHERES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

MULHERES	N.º	%	% válido
Reuniões	7	28,0	63,6
Participação em geral	2	8,0	18,2
Liderança	1	4,0	9,1
Reuniões / Manifestações	1	4,0	9,1
Total	11	44,0	100,0
Não tem	5	20,0	
NR	9	36,0	
Total	14	56,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 47: FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOS MEMBROS DO GRUPO DO MPA: HOMENS. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

HOMENS	N.º	%	% válido
Participação em geral	7	28,0	41,2
Reuniões	2	8,0	11,8
Manifestações / Assembléias / Liderança	2	8,0	11,8
Liderança	1	4,0	5,9
Reuniões / Manifestações	1	4,0	5,9
Manifestações / Assembléias	1	4,0	5,9
Manifestações/Liderança	1	4,0	5,9
Reuniões / Manifestações / Assembléias	1	4,0	5,9
Reuniões / Manifestações / Liderança	1	4,0	5,9
Total	17	68,0	100,0
NR	8	32,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 48: FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOS MEMBROS DO GRUPO DO MPA: CRIANÇAS. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

CRIANÇAS	N.º	%	% válido
Participação em geral	1	4,0	50,0
Reuniões / Manifestações	1	4,0	50,0
Total	2	8,0	100,0
Não tem	2	8,0	
NR	21	84,0	
Total	23	92,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 49: FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOS MEMBROS DO GRUPO DO MPA: JOVENS. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

JOVENS	N.º	%	% válido
Reuniões	4	16,0	36,4
Participação em geral	2	8,0	18,2
Reuniões / Manifestações	1	4,0	9,1
Reuniões / Palestras	2	8,0	18,2
Reuniões/Liderança	1	4,0	9,1
Manifestações/Liderança	1	4,0	9,1
Total	11	44,0	100,0
Não tem	4	16,0	
NR	10	40,0	
Total	14	56,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 50: FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOS MEMBROS DO GRUPO DO MPA: IDOSOS. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

IDOSOS	N.º	%	% válido
Reuniões	3	12,0	50,0
Palestras	1	4,0	16,7
Participação em geral	2	8,0	33,3
Total	6	24,0	100,0
Não tem	1	4,0	
NR	18	72,0	
Total	19	76,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

EM RELAÇÃO À COMUNIDADE

Tabela 54: APOIO COMUNITÁRIO AO GRUPO DO MPA. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

Q21	N.º	%	% válido
Não	2	8,0	8,3
Sim	9	36,0	37,5
Em parte	13	52,0	54,2
Total	24	96,0	100,0
NR	1	4,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 57: GRUPO DO MPA TROUXE NOVIDADES PARA A COMUNIDADE. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

Q23	N.º	%	% válido
Não	1	4,0	4,2
Sim	21	84,0	87,5
Em parte	2	8,0	8,3
Total	24	96,0	100,0
NR	1	4,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

EM RELAÇÃO AO MPA

Tabela 60: EXISTÊNCIA DE COORDENAÇÃO MUNICIPAL DO MPA. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

Q25	N.º	%
Não	1	4,0
Sim	24	96,0
Total	25	100,0

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 62: PARTICIPAÇÃO EM LUTA/MOBILIZAÇÃO REGIONAL/ESTADUAL/NACIONAL DO MPA. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

Q26	N.º	%
Sim	25	100,0

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 64: EXISTÊNCIA DE GRUPOS DE PEQUENOS AGRICULTORES NÃO LIGADOS AO MPA. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

Q27	N.º	%	% válido
Não	5	20,0	20,8
Sim	19	76,0	79,2
Total	24	96,0	100,0
NR	1	4,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

EM RELAÇÃO AO SISTEMA PRODUTIVO

Tabela 66: O GRUPO E O MPA TEM REFLEXÃO / CONHECIMENTO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

Q28	N.º	%	% válido
Não	7	28,0	35,0
Sim	13	52,0	65,0
Total	20	80,0	100,0
NR	5	20,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 67: ENTENDIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA QUE O GRUPO E O MPA TEM. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

Q.28- ECONOMIA SOLIDÁRIA	Não	Sim	Total
Trocas		20,0%	20,0%
Custo de produção		20,0%	20,0%
Ajuda mútua		15,0%	15,0%
Fortalece economia familiar		15,0%	15,0%
Divisão de tarefas/lucros		15,0%	15,0%
Diversificação		10,0%	10,0%
Trabalho grupos/condomínios		10,0%	10,0%
Juros baixos		5,0%	5,0%
Direitos Iguais		5,0%	5,0%
Economia Camponesa		5,0%	5,0%
Agricultura orgânica		5,0%	5,0%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 68: EXISTÊNCIA DE ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES NO MUNICÍPIO LIGADOS AO MPA. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

Q29	N.º	%	% válido
Não	4	16,0	18,2
Sim	18	72,0	81,8
Total	22	88,0	100,0
NR	3	12,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 69: TIPO DE ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES NO MUNICÍPIO LIGADOS AO MPA. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

Q.29- ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES	Total
Associação	45,5%
Cooperativa	13,6%
STR	13,6%
MST	4,5%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 70: AÇÃO EDUCATIVA DO MPA. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

Q30	N.º	%
Sim	25	100,0

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 72: MANUTENÇÃO DE PROGRAMA DE RÁDIO PELO MPA. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

Q32	N.º	%
Não	8	32,0
Sim	17	68,0
Total	25	100,0

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

EM RELAÇÃO AO SINDICATO

Tabela 75: ASSOCIADO DO SINDICATO. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003v

Q.34	N.º	%
Não	9	36,0
Sim	16	64,0
Total	25	100,0

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 76: MANUTENÇÃO DA MENSALIDADE DO SINDICATO. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

Q35	N.º	%	% válido
Não	1	4,0	6,3
Sim	12	48,0	75,0
Em alguns tempos	3	12,0	18,8
Total	16	64,0	100,0
NR	9	36,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 78: EXISTÊNCIA DE TRABALHO CONJUNTO ENTRE SINDICATO E MPA NO MUNICÍPIO. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

Q37	N.º	%	% válido
Não	17	68,0	70,8
Sim	7	28,0	29,2
Total	24	96,0	100,0
NR	1	4,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

EM RELAÇÃO À COOPERATIVA

Tabela 80: ASSOCIADO DA COOPERATIVA. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

Q38	N.º	%	% válido
Não	12	48,0	50,0
Sim	12	48,0	50,0
Total	24	96,0	100,0
NR	1	4,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 81: FUNÇÃO / IMPORTÂNCIA DA COOPERATIVA PARA OS AGRICULTORES. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

q.39 FUNÇÃO/IMPORTÂNCIA	Q38		
	Não	Sim	Total
Comercializar	8,3%	16,7%	25,0%
Nenhuma	20,8%		20,8%
Espaço/ferramenta	8,3%	8,3%	16,7%
Operar = prejudica	4,2%	8,3%	12,5%
Baratear preços		8,3%	8,3%
Preços justos		8,3%	8,3%
Parceira	4,2%	4,2%	8,3%
Conscientizar	4,2%	4,2%	8,3%
Receber Leite		4,2%	4,2%
Crédito		4,2%	4,2%
Orientar	4,2%		4,2%
Assistência Técnica	4,2%		4,2%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Orientador: FRANTZ, W. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 83: TIPO DE TRABALHO CONJUNTO ENTRE COOPERATIVA E MPA NO MUNICÍPIO. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai – RS – 2003

Q.40 TRABALHO CONJUNTO	Não	Sim	Total
Comercialização		12,5%	12,5%
Apoio a programas		8,3%	8,3%
Planejando produção		8,3%	8,3%
Parceria		8,3%	8,3%
Não	8,3%		8,3%
No baixar preços		4,2%	4,2%
Incentivos		4,2%	4,2%
Repasse Financiamento		4,2%	4,2%
Participando		4,2%	4,2%
Produção orgânica		4,2%	4,2%
Custeio		4,2%	4,2%

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

Tabela 82: EXISTÊNCIA DE TRABALHO CONJUNTO ENTRE COOPERATIVA E MPA NO MUNICÍPIO. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

Q40	N.º	%	% válido
Não	18	72,0	75,0
Sim	6	24,0	25,0
Total	24	96,0	100,0
NR	1	4,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.

EM RELAÇÃO ÀS IGREJAS

Tabela 84: EXISTÊNCIA DE TRABALHO CONJUNTO ENTRE IGREJAS E MPA NO MUNICÍPIO. Pesquisa sobre o MPA nas regiões Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai - RS – 2003

Q41	N.º	%	% válido
Não	12	48,0	52,2
Sim	11	44,0	47,8
Total	23	92,0	100,0
NR	2	8,0	
Total	25	100,0	

Fonte: PC – CADONÁ, C. V. Mestrado de Educação nas Ciências – UNIJUÍ – 2004.